

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE ARTES E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Laísa Veroneze Bisol

**AS FACES DA VIOLÊNCIA NO JORNALISMO LITERÁRIO  
BRASILEIRO DA CONTEMPORANEIDADE**

Santa Maria, RS  
2021



UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA  
ESCOLA DE DOUTORAMENTO INTERNACIONAL  
PROGRAMA DE DOUTORAMENTO EM COMUNICAÇÃO E  
INFORMAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Laísa Veroneze Bisol

**AS FACES DA VIOLÊNCIA NO JORNALISMO LITERÁRIO  
BRASILEIRO DA CONTEMPORANEIDADE**

Santiago de Compostela, ES  
2021



**Laísa Veroneze Bisol**

**AS FACES DA VIOLÊNCIA NO JORNALISMO LITERÁRIO BRASILEIRO DA  
CONTEMPORANEIDADE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Doutora em Letras – Ênfase em Estudos Literários**, em cotutela com o Programa de Doutorado em Comunicação e Informação Contemporânea da Universidade de Santiago de Compostela (USC/Espanha), para a obtenção do grau de **Doutora em Comunicação e Informação Contemporânea**.

Orientadores: Prof. Dr. Lizandro Carlos Calegari e Prof. Dr. Xosé Antonio Neira Cruz

Santiago de Compostela, ES  
2021

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

Bisol, Laisa Veroneze

As faces da violência no jornalismo literário brasileiro da contemporaneidade / Laisa Veroneze Bisol. 2021.

257 p.; 30 cm

Orientador: Lizandro Carlos Calegari

Coorientador: Xosé Antonio Neira Cruz

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, RS, 2021

1. Jornalismo literário 2. Romance-reportagem 3. Humanização 4. Violência 5. Dominação I. Calegari, Lizandro Carlos II. Neira Cruz, Xosé Antonio III. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, LAÍSA VERONEZE BISOL, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Tese) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

**Laísa Veroneze Bisol**

**AS FACES DA VIOLÊNCIA NO JORNALISMO LITERÁRIO BRASILEIRO DA  
CONTEMPORANEIDADE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Doutora em Letras – Ênfase em Estudos Literários**, em cotutela com o Programa de Doutorado em Comunicação e Informação Contemporânea da Universidade de Santiago de Compostela (USC/Espanha), para a obtenção do grau de **Doutora em Comunicação e Informação Contemporânea**.

**Aprovada em 10 de dezembro de 2021:**

---

**Lizandro Carlos Calegari, Dr. (UFSM)**

(Orientador)  
(por parecer)

---

**Xosé Antonio Neira Cruz, Dr. (Universidade de Santiago de Compostela)**

(Orientador)

---

**Xosé López García, Dr. (Universidade de Santiago de Compostela)**

---

**Carmen Costa Sánchez, Dra. (Universidade da Coruña)**

---

**Rosani Ursula Ketzner Umbach, Dra. (UFSM)**


(por videoconferência)

---

**Reges Toni Schwaab, Dr. (UFSM)**

(por parecer)

Santiago de Compostela, ES  
2021

<b>NUP:</b> 23081.024315/2022-17		<b>Prioridade:</b> Normal
<b>Homologação de ata de banca de defesa de pós-graduação</b> 134.332 - Bancas examinadoras: indicação e atuação		
<b>COMPONENTE</b>		
<b>Ordem</b>	<b>Descrição</b>	<b>Nome do arquivo</b>
2	Folha de aprovação	Folha de aprovação.pdf
<b>Assinaturas</b>		
<b>17/03/2022 13:55:04</b> Xosé López García (Pessoa Física) Usuário Externo (338****X)		
<b>17/03/2022 17:40:13</b> ROSANI URSULA KETZER UMBACH (PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR) 08.37.00.00.0.0 - DEPARTAMENTO DE LETRAS ESTRANGEIRAS E MODERNAS - DLTE		
<b>17/03/2022 21:03:10</b> REGES TONI SCHWAAB (PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR) 33.23.00.00.0.0 - DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - UFSM-FW - DECOM-UFSM-FW		
<b>18/03/2022 07:25:17</b> CARMEN COSTA SÁNCHEZ (Pessoa Física) Usuário Externo (529****M)		
<b>21/03/2022 17:13:03</b> LIZANDRO CARLOS CALEGARI (PROFESSOR ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO) 26.04.00.00.0.0 - DEPARTAMENTO DE ENSINO - DE-POLI		
<b>11/04/2022 09:58:52</b> Xosé Antonio Neira Cruz (Pessoa Física) Usuário Externo (BB7****)		
<b>Código Verificador:</b> 1240013		
<b>Código CRC:</b> db4a160d		
<b>Consulte em:</b> <a href="https://portal.ufsm.br/documentos/publico/autenticacao/assinaturas.html">https://portal.ufsm.br/documentos/publico/autenticacao/assinaturas.html</a>		



*A todas as pessoas que, por meio das suas ações ou escritas,  
se dedicam a combater a violência no Brasil.*

*A todos e a todas que não caem no conformismo diante das  
relações de poder que vitimam pessoas diariamente.*

*Àquelas e àqueles que se importam.*



## AGRADECIMENTOS

A vida acadêmica é um percurso que nos conduz à construção do conhecimento, não somente acerca dos saberes formais, mas, sobretudo, da compreensão do mundo, a partir da ampliação do senso de empatia e da experiencição de dores e de conquistas. É um trajeto longo e desafiador porque, quase sempre, quem o escolhe traça um sonho. Apesar de os sentimentos serem vivenciados, em sua completude, introspectivamente, existem pessoas que gentilmente trilham esse caminho ao nosso lado. A todas essas, sou imensamente grata.

De maneira especial, agradeço a minha base sólida, cheia de amor e apoio: aos meus pais, Altair e Beatriz, a quem admiro infinitamente pelas suas trajetórias de vida, por suas lutas e por tudo o que sempre fizeram e fazem por mim e pela nossa família; ao meu companheiro, Alex, por ser luz, por ser calma, por ser lar; às minhas irmãs e cunhados, Myrian e Alexandre, Marcia e Vagner por serem parte valiosa no meu crescimento; aos meus sobrinhos, Lucas, Henrique, Helen e Clara, por colorirem as nossas vidas.

Minha gratidão, também, às amigas e aos amigos que a vida me trouxe, pelos momentos de leveza, descontração e incentivo.

Agradeço, com muito afeto, aos meus professores. Além de admirá-los imensamente pelo seu conhecimento, os estimo especialmente pela humanidade com que guiam seus estudantes.

Professor Lizandro Calegari, meu orientador na UFSM, pela cuidadosa atenção ao meu trabalho e partilha de saberes. Também, pelo apoio e incentivo irrestritos, por acreditar nas minhas ideias, me dando liberdade para as escolhas da pesquisa e, por muitas vezes, acompanhando as minhas inquietudes.

Professor Xosé Neira Cruz, meu orientador na USC, sempre muito solícito, mesmo antes de me conhecer, acreditou em minha pesquisa e me acolheu de maneira muito gentil, me fazendo crer que tudo ainda daria certo diante dos desafios, principalmente quando cheguei, meio perdida, em território espanhol.

Professora Luana Teixeira Porto, minha orientadora do período do mestrado e uma de minhas maiores incentivadoras, que me inspirou a compreender as minhas potencialidades e me acompanhou em muitos momentos, apoiando cada uma das etapas.

Manifesto também a minha gratidão à Universidade Federal de Santa Maria, que sempre fez parte de minha formação e de meus sonhos. À Universidade de Santiago de Compostela, que possibilitou que um objetivo tão longínquo fosse concretizado. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por ter financiado minha pesquisa por dois anos. À Fundação Carolina, por ter selecionado o meu projeto e acreditado na contribuição social e cultural oriunda do intercâmbio de conhecimentos.

Agradeço, por fim, e desde o início de tudo, às entidades divinas, pela proteção, inspiração e perfeita providência.

Muito obrigada.



*Não perca tempo com a Literatura. Muito menos com o Jornalismo.  
Preocupe-se apenas com a melodia.*

(Felipe Pena)



## RESUMO

### AS FACES DA VIOLÊNCIA NO JORNALISMO LITERÁRIO BRASILEIRO DA CONTEMPORANEIDADE

AUTORA: Laísa Veroneze Bisol

ORIENTADORES: Lizandro Carlos Calegari; Xosé Antonio Neira Cruz

Esta pesquisa consiste no estudo da representação da violência no jornalismo literário brasileiro da contemporaneidade. Para tanto, se apresenta um mapeamento dos romances-reportagens premiados, em sua categoria, no Prêmio Jabuti, no período de 2000 a 2017. Dentre os três primeiros colocados de cada ano, foram selecionados os livros que remetiam diretamente à representação da violência, sendo que, em todas as edições da premiação, pelo menos um dos condecorados abrangeu essa temática. A partir da identificação das obras, são desenvolvidas categorias de análise a fim de compreender quais as principais histórias narradas a partir dos romances-reportagens, quais os tipos de violência e relações de dominação foram apresentados, quem são os autores/narradores das obras e, por fim, quais são as pessoas acometidas pela violência e aquelas que promovem ações de crueldade. Após o desenvolvimento do mapeamento, foram identificados os temas abordados com mais frequência durante esse período e, considerando, também, a distância temporal de cada uma, foram elencadas três obras para a análise mais detalhada: a primeira, condecorada em 2002, trata-se do romance-reportagem *Meu casaco de general* (2000), escrita por Luiz Eduardo Soares; a segunda, premiada em 2008, é *O massacre* (2007), de Eric Nepomuceno; e a terceira obra, com premiação em 2016, é *Cova 312* (2015), produzida por Daniela Arbex. O método empregado para o desenvolvimento desta investigação, para além da constituição das categorias de análise para o mapeamento, tem como base as premissas da literatura comparada em consonância com estudo bibliográfico. Tendo isso em vista e ao considerar o corpus desta pesquisa, buscou-se responder aos seguintes questionamentos: de que maneira a violência é representada em romances-reportagens brasileiros na contemporaneidade? A partir da confluência da linguagem literária com a informação jornalística, é possível promover um relato humanizado? Quem é o sujeito agressor e o sujeito agredido? De que forma os indivíduos vulneráveis diante das relações de poder são representados no jornalismo literário? Qual a perspectiva crítica sobre a violência suscitada a partir dessas produções: aceitação ou enfrentamento das ações de crueldade? Os resultados indicam que o jornalismo literário brasileiro da contemporaneidade contribui para o debate e a promoção da reflexão social, atribuindo voz aos sujeitos acometidos pela violência e inferiorizados diante das relações de dominação, possibilitando o senso de humanização a partir dessas narrativas.

**Palavras-chave:** Jornalismo literário. Romance-reportagem. Humanização. Violência. Poder. Dominação.





## RESUMEN

### LOS ROSTROS DE LA VIOLENCIA EM EL PERIODISMO LITERARIO BRASILEÑO CONTEMPORÁNEO

AUTORA: Laísa Veroneze Bisol

ORIENTADORES: Lizandro Carlos Calegari; Xosé Antonio Neira Cruz

Esta investigación consiste en el estudio de la representación de la violencia en el periodismo literario brasileño contemporáneo. Para ello, se presenta un mapeo de las novelas-reportajes premiadas en su categoría en el Premio Jabuti en el período 2000 a 2017. Entre los tres primeros lugares de cada año se seleccionaron libros que se referían directamente a la representación de la violencia, siendo que, en todas las ediciones del premio, al menos uno de los ganadores cubrió este tema. A partir de la identificación de las obras se desarrollan categorías de análisis con el fin de comprender los principales relatos narrados a partir de las novelas, qué tipos de violencia y relaciones de dominación se presentaron, quiénes son los autores/narradores de las obras y, finalmente, quiénes son las personas afectadas por la violencia y quienes realizan acciones crueles. Luego del desarrollo del mapeo, se identificaron los temas más frecuentemente abordados durante este período y, considerando también la distancia temporal de cada uno, se enumeraron tres obras para un análisis más detallado: la primera, condecorada en 2002, es de la novela-reportaje *Meu casaco de General* (2000), de Luiz Eduardo Soares; la segunda, premiada en 2008, es *O massacre* (2007), de Eric Nepomuceno; y el tercer libro, premiado en 2016, es *Cova 312* (2015), producido por Daniela Arbex. El método utilizado para el desarrollo de esta investigación, además de la constitución de categorías de análisis para el mapeo, se basa en las premisas de la literatura comparada en línea con un estudio bibliográfico. Teniendo esto en cuenta y considerando el corpus de esta investigación, buscamos dar respuesta a las siguientes preguntas: ¿Cómo se representa la violencia en las novelas brasileñas contemporáneas? Desde la confluencia del lenguaje literario con la información periodística, ¿es posible impulsar un relato humanizado? ¿Quién es el agresor y la persona agredida? ¿Cómo se representan los individuos vulnerables frente a las relaciones de poder en el periodismo literario? ¿Cuál es la perspectiva crítica sobre la violencia derivada de estas producciones: aceptación o confrontación de acciones de crueldad? Los resultados indican que el periodismo literario brasileño contemporáneo contribuye al debate y promoción de la reflexión social, dando voz a sujetos afectados por la violencia e inferiores ante las relaciones de dominación, posibilitando un sentido de humanización a partir de estas narrativas.

**Palabras clave:** Periodismo literario. Novela-reportaje. Humanización. Violencia. Poder. Dominación.



## ABSTRACT

### THE FACES OF VIOLENCE IN CONTEMPORARY BRAZILIAN LITERARY JOURNALISM

AUTORA: Laísa Veroneze Bisol

ORIENTADORES: Lizandro Carlos Calegari; Xosé Antonio Neira Cruz

This research consists in the study of the representation of violence in contemporary Brazilian literary journalism. In order to do so, a mapping of the award-winning novels-reports, in their category, in the Jabuti Prize, from 2000 to 2017, is presented. Among the three first places each year, the books that referred directly to the representation of violence were selected, and, in all editions of the award, at least one of the decorated ones covered this theme. From the identification of the works, categories of analysis are developed in order to understand which are the main stories narrated from the novels-reports, what types of violence and relations of domination were presented, who are the authors/narrators of the works and, finally, who are the people affected by violence and those who promote actions of cruelty. After the mapping was developed, the topics most frequently addressed during this period were identified and, also considering the temporal distance of each one, three works were listed for a more detailed analysis: the first, awarded in 2002, is of the novel-report *Meu casaco de general* (2000), written by Luiz Eduardo Soares; the second, awarded in 2008, is *O massacre* (2007), by Eric Nepomuceno; and the third work, with an award in 2016, is *Cova 312* (2015), produced by Daniela Arbex. The methodology used for the development of this investigation, in addition to the constitution of the analysis categories for the mapping, is based on the premises of the comparative literature in line with the bibliographic study. With this in mind and when considering the corpus of this research, we sought to answer the following questions: in what way is violence represented in Brazilian novels-reports in contemporary times? From the confluence of literary language with journalistic information, is it possible to promote a humanized report? Who is the aggressor subject and the assaulted subject? How are vulnerable individuals in the face of power relations represented in literary journalism? What is the critical perspective on the violence raised from these productions: acceptance or confrontation of cruelty actions? The results indicate that contemporary Brazilian literary journalism contributes to the debate and the promotion of social reflection, giving voice to subjects affected by violence and inferior in the face of relations of domination, enabling a sense of humanization from these narratives.

**Keywords:** Literary journalism. Novel-report. Humanization. Violence. Power. Domination.



## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Preparação do transporte dos corpos .....	172
Imagem 2 – Transporte dos caixões .....	173
Imagem 3 – Vítima da chacina de Eldorado do Carajás.....	174
Imagem 4 – Familiares lamentando seus mortos.....	175
Imagem 5 – Funeral das vítimas do Eldorado do Carajás .....	177
Imagem 6 – A captura no Caparaó .....	191
Imagem 7 – Guerrilheiros se entregam.....	191
Imagem 8 – Pátio de Linhares .....	194
Imagem 9 – Interior do presídio de Linhares .....	195
Imagem 10 – Cova onde Milton foi enterrado .....	213
Imagem 11 – Corpo e enforcamento de Milton.....	213
Imagem 12 – Mãe e irmã de Milton .....	217



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Identificação das obras .....	97
Tabela 2 – A obra .....	99
Tabela 3 – Escritor/narrador .....	102
Tabela 4 – Sujeitos acometidos pela violência representados no romance-reportagem.....	106
Tabela 5 – Sujeitos que cometem a violência representados no romance-reportagem .....	109





## **LISTA DE INFOGRÁFICOS**

Infográfico 1 – Características do Jornalismo Literário .....	78
Infográfico 2 – Representação da violência no romance-reportagem .....	111



## SUMÁRIO

<b>1 NOTAS PRÉVIAS: A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA</b> .....	25
<b>2 ENTRE A LITERATURA E O JORNALISMO</b> .....	33
2.2 DAS FUNÇÕES: ARTE PARA QUÊ? .....	33
2.3 REPRESENTAÇÕES: O MUNDO PAUTADO PELO JORNALISMO .....	45
2.4 DAS FUNÇÕES: JORNALISMO PARA QUÊ? .....	50
2.5 QUANDO LITERATURA E JORNALISMO SE UNEM .....	58
<b>2.5.1 Das características do romance-reportagem</b> .....	67
<b>2.5.2 Classificações</b> .....	78
<b>3 JORNALISMO LITERÁRIO E VIOLÊNCIA</b> .....	83
3.1 ALGUMAS FACES DA VIOLÊNCIA .....	83
<b>3.1.1 Violência e relações de dominação</b> .....	91
3.2 O MAPA DO ROMANCE-REPORTAGEM BRASILEIRO DA CONTEMPORANEIDADE .....	96
3.3 A VIOLÊNCIA NOS ROMANCES-REPORTAGENS CONTEMPORÂNEOS .....	112
<b>4 ESCRITAS DA VIOLÊNCIA</b> .....	121
4.1 A REPRESENTAÇÃO DA VIOLÊNCIA EM <i>MEU CASACO DE GENERAL</i> .....	121
<b>4.1.1 O sistema policial e os Direitos Humanos</b> .....	127
<b>4.1.2 Excluídos e vulneráveis diante das relações de poder</b> .....	136
<b>4.1.3 A terrível e típica constituição da violência</b> .....	140
<b>4.1.4 Na contramão de interesses, os projetos</b> .....	147
4.2 A REPRESENTAÇÃO DA VIOLÊNCIA EM <i>O MASSACRE</i> .....	151
<b>4.2.1 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra</b> .....	159
<b>4.2.2 Crueldade e dominação no contexto agrário</b> .....	163
<b>4.2.3 A voz e a imagem dos acometidos pela violência</b> .....	170
<b>4.2.4 As sequelas da impunidade</b> .....	178
4.3 A REPRESENTAÇÃO DA VIOLÊNCIA EM <i>COVA 312</i> .....	185
<b>4.3.1 As dores da tortura</b> .....	195
<b>4.3.2 A morte de Milton Soares de Castro</b> .....	204
<b>4.3.3 As mulheres da ditadura</b> .....	216
<b>5 NOTAS DE FECHAMENTO: LITERATURA E JORNALISMO EM CONFLUÊNCIA PARA O RELATO HUMANIZADO</b> .....	227
5.1 CONCLUSIONES: LITERATURA Y PERIODISMO EN CONFLUENCIA PARA EL RELATO HUMANIZADO .....	237
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	247
<b>ANEXOS</b> .....	257



## 1 NOTAS PRÉVIAS: A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

“Assassinatos sobem 5% em 2020; Nordeste puxa alta”. “Mulheres negras são as principais vítimas de homicídios; já as brancas compõem quase metade dos casos de lesão corporal e estupro”. “No Norte e no Nordeste, oito das dez polícias mais violentas do Brasil”. “Investigação lenta e falta de prioridade levam a subnotificação de feminicídios”. “Em ano com recorde de recursos, alta de assassinatos expõe necessidade de planejamento no combate à violência”. “Dois anos depois, quase metade dos casos de morte violenta continua em aberto na polícia”. “Instituições frágeis, polícias sem controle e disputas de poder entre grupos armados ajudam a entender bruscas variações”. “Brasil tem alta de 4% no número de assassinatos nos primeiros nove meses do ano”. “Mortes violentas aumentam em ano de pandemia”.

Publicadas no “Monitor da violência”<sup>1</sup>, projeto conduzido pelo portal jornalístico G1, essas manchetes mostram um lado triste e cruel do Brasil, que é um dos países mais violentos do mundo, segundo o levantamento da sociedade civil mexicana Justiça e Paz que divulgou, em 2020, que, dentre as 50 cidades com maiores índices de violência, 11 são brasileiras. O número de municípios brasileiros na lista chegou a ser 17, no ano de 2017. Apesar de estarem chocados, esses dados parecem não causar tanta perplexidade para algumas autoridades do país e, tampouco, para parte da população. Embora existam muitos sujeitos engajados em realizar ações em prol da diminuição da violência, as notícias seguem sendo pouco animadoras. A questão é que o grande espaço midiático destinado à divulgação a respeito do cenário violento já se tornou tão comum no dia a dia, que é como se esse fenômeno já fosse naturalizado, enraizado no país.

A violência tem proporções ainda maiores quando envolve grupos sociais e culturalmente excluídos e marginalizados, porque a história do Brasil e a repetição de padrões de poder e dominação, aliada a governos que pouco desenvolvem propostas para a busca e manutenção da paz, agravam ainda mais a situação. No entanto, buscar a diminuição dos índices de violência é uma tarefa que diz respeito a todas as pessoas que fazem parte do corpo social e, tendo isso em vista, compreendo que essa é uma importante função para nós pesquisadores, pois, por meio da reflexão, é possível que busquemos ampliar o senso de empatia.

---

<sup>1</sup> O referido portal está disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia>. Data de acesso: 10 de maio de 2021.

A temática desta pesquisa consiste no estudo da representação da violência no jornalismo literário brasileiro da contemporaneidade. O tema escolhido para esta tese poderia ser abordado sob diferentes vieses e em distintos campos: social, econômico, histórico e outros. Ao considerar a minha formação – Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, e Mestrado em Letras, Literatura Comparada –, o estudo se estabelece com foco no jornalismo e na literatura. Dessa forma, o doutoramento em cotutela entre o Programa de Pós-Graduação em Letras – Estudos Literários da Universidade Federal de Santa Maria, e em Comunicación y Información Contemporánea, da Universidade de Santiago de Compostela, possibilita relacionar as duas vertentes acadêmicas para uma investigação mais aprofundada acerca desta proposta.

Compreendo que a formalização dos níveis de graduação deve servir para a construção dos pesquisadores enquanto pessoas mais empáticas, mais preocupadas com a realidade que nos cerca, mais críticas e, sobretudo, mais humanas. Para além da minha formação acadêmica, que une ambas as áreas com as quais possuo grande afinidade, sinto-me pessoalmente instigada a debater a respeito dos temas que permeiam esta tese, tendo em vista que as injustiças sociais que acometem o país são profundamente inquietantes e isso desperta o desejo de buscar contribuir, de alguma forma, na promoção do senso reflexivo a esse respeito.

Assim, a representação da violência no jornalismo literário brasileiro da contemporaneidade é analisada, nesta tese, a partir de romances-reportagens premiados em sua categoria no Prêmio Jabuti, uma das maiores condecorações da literatura no Brasil. Realizei esse recorte, tendo em vista o grande número de produções desse gênero lançadas no país anualmente. Além disso, por se tratar de obras premiadas, é possível inferir que são produções de destaque, avaliadas por pareceristas com conhecimentos específicos que, diante de alguns critérios, entenderam as obras mais adequadas a uma proposta de destaque diante de outras que concorreram na mesma competição<sup>2</sup>. A escolha do prêmio Jabuti para a constituição do *corpus* de estudo, na categoria “Reportagem”, se deu por esse ser considerado o maior prêmio literário brasileiro e um dos maiores da América.

Trata-se de 18 obras premiadas, no período de 2000<sup>3</sup> a 2017. A ideia inicial era contemplar também, nesta pesquisa, os premiados nos anos de 2018, 2019 e 2020. No entanto, em 2018 e em 2019, ambos os condecorados são do gênero “biografia”, que não está incluso na proposta deste estudo. Já em 2020, o livro premiado foi *Escravidão: do primeiro leilão de*

---

<sup>2</sup> Esta pesquisa não pretende discutir o teor dos critérios de premiação tampouco suas implicações teóricas ou práticas. Esses aspectos, embora pertinentes, caberiam para um outro estudo.

<sup>3</sup> As obras premiadas em 2000 e 2001 foram publicadas no ano de 1999.

cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares, uma importante investigação e resgate feitos por Laurentino Gomes, que também retrata a violência, porém com um viés mais histórico, porém neste estudo busco discutir tal fenômeno em seu sentido atual e cotidiano. Dentre os três primeiros colocados de cada ano, a partir de 2000, selecionei a obra que remetia diretamente à representação da violência, sendo que, em todas as edições da premiação, pelo menos um dos três condecorados abrangeu essa temática.

O mapeamento compreende, dessa maneira, as seguintes produções: *Estação Carandiru* (1999), de Dráuzio Varella; *A família Canuto e a luta camponesa na Amazônia* (1999), de Carlos Cartaxo; *Meu casaco de general: quinhentos dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro* (2000), de Luiz Eduardo Soares; *Eny e o grande bordel brasileiro* (2002), de Lucius de Mello; *Abusado* (2003), de Caco Barcellos; *Viúvas da terra* (2004), de Klester Cavalcanti; *Operação Araguaia: arquivos secretos da guerrilha* (2005), de Taís Morais e Eumano Silva; *O nome da morte* (2006), de Klester Cavalcanti; *O massacre* (2007), de Eric Nepomuceno; *O sequestro dos uruguaios: uma reportagem dos tempos da ditadura* (2008), de Luiz Cláudio Cunha; *Conversas de cafetinas* (2009), de Sérgio Maggio; *Assalto ao poder: o crime organizado* (2010), de Carlos Amorim; *O espetáculo mais triste da Terra* (2011), de Mauro Ventura; *As duas guerras de Vlado Herzog: da perseguição nazista na Europa à morte sob tortura no Brasil* (2012), de Audálio Dantas; *Holocausto brasileiro* (2013), de Daniela Arbex; *A casa da vovó: uma biografia do Doi-Codi (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da Ditadura Militar* (2014), de Marcelo Godoy; *Cova 312* (2015), de Daniela Arbex; *Nazistas entre nós: a trajetória dos oficiais de Hitler depois da guerra* (2016), de Marcos Guterman.

Com a identificação das obras, desenvolvi categorias de análise e de interpretação a fim de compreender, principalmente, quais as principais histórias contadas nos romances-reportagens, quais os tipos de violência e relações de dominação apresentados, quem é o autor/narrador da obra e, por fim, quais são as pessoas acometidas pela violência e aquelas que promovem as ações de crueldade. Os resultados permitem perceber de que modo o jornalismo literário brasileiro contribui para o debate e a promoção da reflexão social e quais os sujeitos que ganham voz e força a partir dessas produções.

Com esse direcionamento, a partir da realização do mapeamento dos romances-reportagens brasileiros premiados na contemporaneidade, identifiquei os temas abordados com mais frequência durante esse período e, considerando, também, a distância temporal de cada uma, elenquei três obras que são analisadas mais detalhadamente no decorrer deste estudo: a primeira, condecorada em 2002, trata-se do romance-reportagem *Meu casaco de*

*general* (2000), escrito por Luiz Eduardo Soares; a segunda, premiada em 2008, é *O massacre* (2007), de Eric Nepomuceno; e a terceira obra, com premiação em 2016, é *Cova 312* (2015), produzida por Daniela Arbex.

*Meu casaco de general*, publicado em 2000, foi escrito pelo antropólogo e cientista político Luiz Eduardo Soares, que foi exonerado do cargo de subsecretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, nesse mesmo ano, por conta, segundo relata na obra, de suas propostas – não aceitas pelo governo – para combater a criminalidade. Nesse livro, o autor demonstra como os projetos e as ações contra a criminalidade esbarravam em interesses de cunho econômico e político. São expostas, também, as problemáticas que envolvem a polícia, o tráfico de drogas e de armas e os crimes cometidos de forma institucionalizada.

Já a obra *O massacre*, publicada em 2007, pelo jornalista Eric Nepomuceno, narra o massacre de Carajás, um dos maiores atos de matança da história contemporânea brasileira. Os relatos dão conta do modo como se desenrolaram as reivindicações de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que, durante um protesto, foram vítimas da violência de policiais militares que deixaram muitos mortos e feridos. Após inquéritos e obscuros julgamentos, apenas duas pessoas foram condenadas, mas passaram a responder em liberdade. Entre pesquisas e entrevistas, o livro apresenta depoimentos marcantes de vítimas que ainda esperam por justiça.

Em *Cova 312*, publicado em 2015, a jornalista Daniela Arbex conta como as forças armadas torturaram e mataram Milton Soares de Castro, um jovem militante político, forçando o seu suicídio e sumindo com o seu corpo. Embora houvesse a ideia de que o suicídio teria sido uma falácia, até então não se sabia o que de fato havia acontecido com Milton. Arbex encontrou a cova onde o jovem foi enterrado e, após uma intensa pesquisa, desvendou atrocidades da época da ditadura e ressignificou o acontecimento.

Considerando o teor das obras apresentadas o estudo sugere os seguintes questionamentos: de que maneira a violência é representada em romances-reportagens brasileiros na contemporaneidade? A partir da confluência da linguagem literária com a informação jornalística, é possível promover um relato humanizado? Quem é o sujeito agressor e o sujeito agredido? De que forma os indivíduos vulneráveis diante das relações de poder são representados no jornalismo literário? Qual a perspectiva crítica sobre a violência suscitada a partir dessas produções: aceitação ou enfrentamento das ações de crueldade?

A partir dessa problemática, o objetivo principal do estudo consiste em demonstrar, por meio da análise de romances-reportagens publicados e premiados no Brasil, na contemporaneidade, como se dá a representação da violência, verificando se as produções de



cunho jornalístico e literário desenvolvem um relato humanizado no sentido de promover a reflexão crítica do social. Esse objetivo desmembra-se, de modo mais específico, nas seguintes finalidades: a) Identificar os romances-reportagens como uma produção que perpassa a literatura e o jornalismo, cotejando as duas áreas. b) Realizar a leitura crítica dos romances-reportagens premiados no Jabuti, na contemporaneidade, e desenvolver um mapeamento da representação da violência nessas obras, a fim de verificar, a partir dos elementos narrativos, o que caracteriza os sujeitos que cometem atos violentos e também os agredidos, com o intuito de desvendar quem está representado por meio desse gênero. c) A partir do mapeamento, selecionar as obras representativas de temas e situações comuns aos outros livros, para, através do comparatismo, observar se o jornalismo literário suscita reflexões em torno do tema, por meio da verificação das tendências sobre aceitação ou enfrentamento diante da violência. d) Promover o entendimento a respeito da convergência entre os dois tipos de narrativa: literatura e jornalismo, no relato dessas questões de forma humanizada. e) Perceber de que maneira o jornalismo literário brasileiro contribui para o debate e a promoção da reflexão social e, principalmente, quais os sujeitos que ganham voz a partir dessas produções.

Com a leitura crítica das obras é possível identificar o modo como a violência se representa. Cabe ressaltar que essas representações se estabelecem por meio de diversas narrativas ficcionais da cultura brasileira, como no cinema e na literatura. Assim, ao tomar como objeto romances-reportagens, é possível identificar, também, como essas manifestações ocorrem no âmbito da não ficção, embora toda a realidade representada possua um viés ficcional, como discuto ao longo desta escrita. Ao compreender isso, problematizo o quanto as manifestações artísticas se valem dessa temática para assumir um posicionamento crítico – ou não – diante das situações de crueldade. Ademais, partindo do pressuposto de que o jornalismo possui como foco informar, enquanto a literatura propicia uma gama de possibilidades referentes, dentre outros fatores, à linguagem, a união das duas áreas permite um relato mais humanizado dos fatos, instigando a criticidade, mas, principalmente, atribuindo voz a sujeitos acometidos pelos mais diversos tipos de violência.

Em relação à abordagem das artes em torno da temática da violência, de modo específico, ora de forma mais crítica, ora de forma mais referencial, cabe fazer alusão à pesquisa de Jaime Ginzburg (2013), que aponta a grande importância do debate sobre esse tema que permeia a sociedade. O autor explica, referenciando algumas obras específicas, a possibilidade de reflexão promovida por uma determinada narrativa. Ou seja, uma produção literária, ao tratar sobre a violência, faz referência não apenas a fatos, mas, sobretudo, tem o

poder de suscitar questionamentos em torno do que se representa. Além disso, é preciso considerar que a temática da violência dialoga com a formação social brasileira.

Nesse sentido, cito, também, a perspectiva de José Antonio Segatto (1999). O autor afirma que, diferentemente dos estudos sociais, nos quais os fatos são expostos como realmente são, a fim de transmitirem a realidade acerca dos acontecimentos, a forma artística é capaz de recriar, ou seja, os episódios são reinventados, escritos/expressos de tal maneira, que possam construir uma imagem capaz de provocar diferentes percepções. A representação de fatos através de obras de arte pode trazer elementos que, embora não façam parte de fatos reais, proporcionam novos modos de pensar a respeito dos temas abordados. Essas ideias permitem confirmar a acuidade do estudo que proponho, uma vez que o objeto de pesquisa tem em seu horizonte elementos oriundos das ciências sociais, ou seja, busca transmitir a realidade a partir de fatos que aconteceram, entretanto não se restringe a isso, pois mescla o seu discurso com um tom de literalidade, próprio de grandes reportagens.

Ademais, cabe salientar que a violência se manifesta mais veementemente em contextos permeados por uma tradição cultural violenta, especialmente por acentuar diferenças étnicas, sociais e econômicas. É nesse sentido que busco também realizar um mapeamento das personagens citadas nas obras, com vistas a compreender o modo como os indivíduos socialmente excluídos e/ou vulneráveis diante das relações de poder e dominação estão representados. Compreendo que, através do modo como as personagens se apresentam e o narrador se posiciona, é possível identificar as marcas da violência que permeiam as identidades representadas.

Nessa direção, Sara Alves Feitosa (2012), ao desenvolver uma pesquisa sobre a construção de imagem e memória em uma minissérie brasileira, realizou problematizações a partir da construção de uma personagem central. A autora desenvolveu um estudo acerca da minissérie JK, exibida na Rede Globo de Televisão, no ano de 2006, uma produção a respeito de um dos presidentes brasileiros, Juscelino Kubitschek. Segundo Feitosa, a constituição de uma personagem ficcional é um aspecto essencial no que tange à consolidação de uma obra como convincente. Na literatura, as personagens protagonistas despertam a atenção do leitor quanto ao desenrolar da história, contudo é preciso recordar que há um sujeito que realiza escolhas para a constituição dessas personagens. Segundo Adélcio de Sousa Cruz (2009, p. 11), “a representação da violência não pode ser feita sem que a alteridade esteja presente, diretamente envolvida”. Ou seja, o modo como o narrador, através das palavras, representa uma determinada situação e os sujeitos nela envolvidos, pode demonstrar o quanto se coloca no lugar do outro, engajando-se com as questões representadas. O estudo proposto apresenta

uma nova perspectiva por abordar duas áreas em consonância, através do comparatismo e, principalmente, por considerar que as personagens expostas nos romances-reportagens não são criações de seus autores, mas, sim, trata-se de pessoas que realmente vivenciaram as situações descritas.

Cito ainda outras abordagens que focalizam a análise da personagem e a sua relação com condicionamentos de ordem social em produções artísticas. O diretor e roteirista Joel Zito Araújo, na obra *A negação do Brasil* (2000), desenvolveu uma crítica à falta de representação negra na telenovela brasileira. O autor da pesquisa aborda a forma estereotipada como o negro é apresentado por essas produções televisivas, argumentando acerca dos efeitos decorrentes da representação para a constituição identitária desse sujeito. Essa investigação foi citada por Regina Dalcastagnè, que realizou, a partir de 2003, o trabalho “A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004”.

Nesse estudo, desenvolvido na Universidade de Brasília, Dalcastagnè fez um mapeamento das personagens principais de romances brasileiros no período estabelecido a fim de observar, dentre outros fatores, qual o perfil dominante e, assim, quais grupos aparecem nessa produção em detrimento de outros. A autora descreve que trabalhos como esses, seja no campo literário, político, universitário ou midiático, permitem repensar a questão da democratização da sociedade. “Esta preocupação com a diversidade de vozes não é um mero eco de modismos acadêmicos, mas algo com importância política” (DALCASTAGNÈ, 2005, p. 19), e ela justifica esse argumento, esclarecendo a grande repercussão da representação artística na sociedade e, ainda, a partir das injustiças sociais em torno da cultura. A sua pesquisa apresentou resultados que geram debates e provocam ainda outras indagações. O perfil dominante da personagem do romance brasileiro contemporâneo é um homem, branco, heterossexual, de idade adulta e mais bem-sucedido do que as personagens femininas.

Assim, inspirada pelos resultados apresentados pela autora no âmbito na literatura de ficção, busco mapear obras do jornalismo literário brasileiro, mas especialmente com a intenção de compreender de que maneira essas obras produzem um relato humanizado a respeito dos sujeitos que sofrem a violência. Por isso, uma das etapas do estudo consiste em realizar o levantamento sobre quem são esses indivíduos. A partir dessas constatações, é possível compreender como as relações de dominação e de poder estão atreladas ao modo como as personagens vivenciam as situações de violência e, com isso, entender como esse fenômeno é problematizado por meio dos relatos.

O processo metodológico que adotei para o desenvolvimento desta pesquisa compreende, primeiramente, o procedimento de pesquisa bibliográfica acerca das teorias e críticas em torno do modo como a literatura e o jornalismo representam as questões sociais e quais as funções de cada uma dessas áreas, perpassando, ainda, pelas discussões acerca da temática da violência e das relações de dominação, que estão imbricadas. O percurso metodológico inclui, também, o desenvolvimento de um mapeamento das obras que compõe o *corpus* deste estudo, cujo processo de elaboração já foi exposto no item que se refere à justificativa de pesquisa.

Por se tratar de Literatura Comparada, mas, sobretudo, por unir, em um mesmo objeto, no caso, no romance-reportagem, duas fontes narrativas (literatura e jornalismo), que se desenvolvem dentro da grande área das humanidades, mas que são fracionadas em Ciências Sociais e Linguística, Letras e Artes, valho-me de teóricos e críticos diversos que, talvez, pouco tenham sido estudados em conjunto. Vou da teoria literária às críticas da comunicação; dos filósofos gregos aos pensadores da atualidade; dos frankfurtianos aos foucaultianos; mas trilhando uma possibilidade coerente na busca de tecer relações possíveis entre o que foi dito para incitar novas reflexões. Ainda tendo em vista a metodologia referente à Literatura Comparada que, segundo Tania Carvalhal (2003), visa confrontar a literatura com outros objetos de estudo a fim de obter resultados mais amplos acerca de um tema investigado, desenvolvo a análise crítica dos romances-reportagens considerando a articulação que envolve as semelhanças e as diferenças no âmbito da linguagem e estilística.

Para atender aos propósitos da pesquisa, esta tese está estruturada da seguinte maneira: no capítulo três, seguinte a esta introdução, apresento a questão das representações e das funções da literatura e, em seguida, as representações e as funções do jornalismo. O fechamento dessa primeira parte consiste em uma discussão sobre a aproximação das duas áreas, que, unidas, através do jornalismo literário, podem promover uma fusão nos modos de representação, bem como de sua funcionalidade. O capítulo quatro inicia pela discussão acerca da temática da violência e das relações de dominação. Essa etapa segue com o mapeamento das obras premiadas entre os anos 2000 e 2017, que representam o jornalismo literário brasileiro da contemporaneidade. O capítulo cinco é destinado à análise de cada uma das três obras que constituem o *corpus* desta tese, atentando-se para os objetivos gerais e específicos do estudo. Por fim, o capítulo seis apresenta as reflexões oriundas da intersecção das ideias apresentadas nesta investigação.

## 2 ENTRE A LITERATURA E O JORNALISMO

Nesta primeira etapa da tese, abordo os conceitos de representação por meio das narrativas literária e jornalística, e também as funções atribuídas à literatura e ao jornalismo, individualizando cada uma das áreas a fim de problematizar de modo particular o que cada uma representa e qual é o seu papel social. Por fim, apresento as relações entre os dois tipos de expressão, discutindo o jornalismo literário enquanto gênero.

### 2.1 REPRESENTAÇÕES: O MUNDO POR MEIO DA LITERATURA

As narrativas, sejam elas de natureza literária, cinematográfica, imagética, jornalística ou outras, atuam como uma possibilidade de representar ações, pessoas, locais e acontecimentos, cada uma com sua peculiaridade em função da linguagem empregada e dos objetivos desejados. Por meio da representação, é possível resgatar episódios, trazendo para o presente aquilo que já aconteceu e fazendo conhecer determinados fatos. Por outro lado, é também sujeito à representação o não-dito, ou, aquilo que poderia ser, se tomadas as premissas da ficcionalidade. A partir dessa consideração, admito a ideia de que os textos, sejam eles de caráter ficcional ou não-ficcional, são capazes de atribuir um novo sentido aos fatos narrados, possibilitando novos entendimentos em torno daquilo que aconteceu e que posteriormente é reconstruído.

Partindo disso, podemos pensar o papel da representação no campo das artes. Ao representar, além de simplesmente trazer à tona alguns acontecimentos, pessoas ou lugares, a literatura possibilita, também, uma nova forma de interpretação, especialmente se considerarmos que discursos são produzidos em espaços e em contextos diferentes do que aqueles em que o leitor se encontra. Sendo assim, a representação pode ser uma forma de proporcionar um melhor entendimento acerca do mundo em que vivemos e das situações que marcam a história.

No campo artístico, Platão e Aristóteles foram os primeiros a abordar a ideia de representação, associando-a à noção de *mimese*. Platão (1997) criticava a prática mimética, entendendo que desse fenômeno não seria possível compreender o real, mas cópias do que seria a realidade. O filósofo não concebe o ato da criação artística enquanto reprodução exata de uma situação, mas sim como uma imitação de ideias e de realidades, que não é fiel ao modelo.

Platão (1997) efetuava uma crítica aos poetas, afirmando que um grande artista deveria conhecer profundamente o assunto sobre o qual discorreria, reconhecendo aquele tema como se fizesse parte de tal situação. Assim, diante dessa dificuldade em conhecer tão intensamente o assunto a respeito do qual se escreve, encontramos em Platão a ideia de que a imitação está distante da verdade, uma vez que se encontra limitada ao grau do conhecimento do autor, não sendo possível uma imitação do real em sua totalidade. Para o filósofo, a própria criação do mundo está atrelada a uma imitação da natureza, considerando o universo das ideias. Dessa maneira, para Platão, aquele que escreve não imita a realidade em si, mas uma imitação desse real, ou seja, o mundo físico representado pela arte já poderia se configurar como uma segunda imitação.

Em uma leitura da obra de Platão, a propósito, Lígia Militz da Costa (2006, p. 06) sintetiza essa concepção em torno da *mimese*: “o filósofo considerou as imagens miméticas como a imitação da imitação, já que elas imitavam a própria pessoa e o mundo do artista, os quais, por sua vez, já eram imitação (sombra e miragem) da ‘verdadeira’ realidade original”. A *mimese*, portanto, na perspectiva platônica, seria prejudicial à construção humana, considerando o grande efeito das palavras, que poderiam ser danosas quanto mais poéticas fossem as narrativas.

Ao considerar o entendimento mimético de Platão, analisamos também a concepção de Aristóteles (2006), que entende a *mimese* como representação, ou seja, envolvendo o processo criativo. Diferentemente de Platão, Aristóteles compreende como sendo possível a arte enquanto representação do mundo, uma vez que ele não se pauta no mundo das ideias. Diante disso, Paul Ricoeur (2000, p. 65) afirma que “de Platão a Aristóteles o conceito de *mimese* sofreu uma alteração considerável”, justamente, pela impossibilidade de imitação da natureza, uma vez que o fazer artístico perpassa pela diferença e “não seria possível, do mesmo modo, haver imitação das ideias, pois o fazer é sempre produção de uma coisa singular” (RICOEUR, 2000, p. 66). Lígia Militz da Costa (2006, p. 06) também destaca essa diferença de pensamento entre os filósofos, afirmando que Aristóteles refutou o conceito de seu mentor, “enaltecendo a arte justamente pela autonomia do processo mimético face à verdade preestabelecida”, isso quer dizer, a arte não apenas enquanto uma imitação do real, mas como interpretações da realidade a partir de experiências imaginárias. “O critério verossímil, que merecera a crítica de Platão por ser apenas ilusão da verdade, torna-se, com Aristóteles, o princípio que garante a autonomia da arte mimética” (COSTA, 2006, p. 06).

Tendo o conhecimento dessas diferenças básicas entre o pensamento dos estudiosos, percebemos que o ato de imitar, para Aristóteles, poderia assumir forma de diversas maneiras,

seja “por meio do ritmo, da linguagem e da harmonia, empregados separadamente ou em conjunto” (ARISTÓTELES, 2006, p. 23). A fim de entender melhor a maneira como se dá essa representação através da teoria aristotélica, que se diferencia da platônica, tomo como ponto de partida a ideia de que as artes se relacionam com a realidade, uma vez que o ato de imitar é natural ao ser humano. Na leitura de Costa (2006, p. 13), “o homem tem uma tendência congênita para imitar e encontrar prazer nas imitações”. A autora acrescenta que essa disposição para imitar está relacionada a outro aspecto natural da humanidade que diz respeito ao conhecimento e à aprendizagem que elevariam o homem do particular ao geral. Aristóteles (2006) constata que a *mimese* se configura, justamente, a partir da imitação de ações humanas, de forma que a imitação não se reduz à reprodução da realidade, mas é construída a partir da verossimilhança. Assim, Aristóteles trata da representação de modo que o real possa ser incrementado pela voz da narrativa:

É evidente que não compete ao poeta narrar exatamente o que aconteceu; mas sim o que poderia ter acontecido, o possível, segundo a verossimilhança ou a necessidade. O historiador e o poeta não se distinguem um do outro, pelo fato de o primeiro escrever em prosa e o segundo em verso [...]. Diferem entre si, porque um escreveu o que aconteceu e o outro o que poderia ter acontecido. (ARISTÓTELES, 2006, p. 43).

Nessa reflexão, o filósofo aborda a poesia, entendendo que essa se configura como superior à história, já que a primeira teria um caráter mais filosófico e universal, proporcionando outros aspectos a respeito de cada um dos acontecimentos, ainda que sejam imitações, enquanto que a segunda se deteria a identificar aquilo que é particular, os fatos em sua essência. Aristóteles ainda considera que o poeta, assim como outro artista, imitaria as coisas a partir de três aspectos: de acordo com aquilo que são ou foram, conforme o que os outros dizem ou como elas deveriam ser. Se pensarmos no viés artístico do objeto de estudo que proponho, é possível verificar que essas três possibilidades são atuais, tendo em vista que, ao escrever um texto que considera a história, mas também a arte, por meio de uma linguagem literária, os romances-reportagens mesclam a representação dos fatos às percepções dos entrevistados, aliadas às reflexões propostas pelo autor.

Tendo como base a perspectiva aristotélica quanto à diferenciação entre as formas de representação e considerando a função da história enquanto transmissora de fatos, Luiz Costa Lima (2006) comenta que a ficção não está apenas na literatura, mas no cotidiano das pessoas; todavia, objetos ficcionais não fazem parte do objetivo da narrativa histórica. Partindo desse pressuposto, dentre as funções da narrativa histórica enquanto não ficcional, estaria a função

de narrar episódios, sem a necessidade de incrementá-los com outros elementos do campo ficcional. Esse objetivo, contudo, não se concretiza, conforme pode ser observado a partir dos pressupostos teóricos de Roland Barthes.

Roland Barthes (2012) afirma que há uma série de fatores que distanciam o discurso histórico da realidade absoluta, como a escuta, considerando que o historiador recorre a fontes para promover o seu discurso e que, por serem selecionadas, já são oriundas de uma escolha, que descarta outras tantas. Outro fator mencionado pelo estudioso leva em conta o próprio discurso do historiador, que precisa preencher as lacunas existentes em um acontecimento. Barthes também destaca as relações temporais nesse processo, ou seja, a reconstituição do fato desde o tempo em que ocorreu, até o momento de ser transposto em forma de narrativa. Além disso, pondera: “conta-se o que foi, não o que não foi ou o que foi duvidoso. Enfim, o discurso histórico desconhece a negação (ou conhece raramente, de maneira excêntrica)” (BARTHES, 2012, p. 173). Sendo assim, a narrativa histórica, que se pretende objetiva, passa a deixar de lado inúmeras outras possibilidades do que constituiria as realidades a serem representadas. O autor acrescenta então a ideia de que “o discurso histórico não acompanha o real, não faz mais do que significá-lo, repetindo continuamente *aconteceu*, sem que essa asserção possa ser jamais outra coisa que não o reverso de toda a narração histórica” (BARTHES, 2012, p. 178).

Partindo da ideia de que o discurso histórico é incapaz de transpor o real em sua totalidade e ao considerar a concepção de *mimese* a partir das teorias platônica e aristotélica, Luiz Costa Lima (2003, p. 79) conclui que é na arte que a *mimese* se concretiza, de modo que a representação tem como base a experiência com o outro, a alteridade. Sendo assim, pondera o autor, as relações entre aquele que escreve e o objeto de sua narrativa são fundamentais para a construção de uma realidade representada por meio da ficção. Ainda de acordo com o mesmo autor, repensar o conceito de *mimese* na sua concepção pelos gregos permite o entendimento de que esses conceitos são indispensáveis para o entendimento das artes.

A questão da representação foi retomada pelos filósofos Kant e Hegel, que compreenderam a *mimese* de formas diferentes, mas ainda aliadas às ideias postuladas pelos gregos. Costa (2001, p. 22-23) apresenta o entendimento desses filósofos, afirmando que, para Kant, “o objeto da representação é dado como livre de qualquer coerção e por isso se relaciona à autonomia que Aristóteles concede à arte”, enquanto que, para Hegel, “o objeto de representação se circunscreve à verdade das manifestações do espírito, cujo centro é a divindade”, e essa perspectiva estaria relacionada, portanto, ao entendimento de Platão acerca da *mimese*. A autora ainda acrescenta que, em Kant, a arte diz respeito a uma produção livre,



com finalidade lúdica, propiciando prazer dos sentidos, mas também a reflexão. “Apresentando um fim em si mesma, a arte tem na beleza a forma de sua finalidade, a qual é percebida por condições subjetivas de juízo” (COSTA, 2001, p. 23), mais uma vez, relacionando Kant a Aristóteles, que compreendia a arte como a catarse com fim estético no receptor. Já Hegel dispunha da ideia da arte enquanto manifestação espiritual, pelo espírito do saber, aproximando-se da verdade e, assim, também das proposições de Platão.

As discussões em torno da *mimese* não ficaram somente com as diferenciações estabelecidas entre Platão e Aristóteles, Kant e Hegel. Na modernidade, surgem outras tantas correntes para explicar o fenômeno da representação, desde o Formalismo Russo, passando pela Teoria da Linguagem, pela Escola de Frankfurt e pela Estética da Recepção. Perpassando por essas teorizações, Costa (2001, p. 52) apresenta a questão da representação na pós-modernidade. “Nesse contexto plural, a presença da categoria da mimese é evidente sobretudo a partir da questão da representação” e, assim, a *mimese* na perspectiva aristotélica mostra-se como ideia predominante na modernidade e na pós-modernidade, sendo fundamental nos discursos acerca da arte, mesmo com a chamada “crise da representação”, com a negação do conceito clássico de Aristóteles.

Trazendo o conceito para a modernidade, Antoine Compagnon (1999, p. 97) traça um panorama sobre o significado da representação. O autor indica que ler buscando a realidade é “enganar-se sobre a literatura”, ou seja, ainda que uma obra literária remeta a acontecimentos históricos factuais, ela não pode exprimir o real em sua totalidade, e esse tampouco se configura como um objetivo da literatura. Compagnon (1999, p. 104) discute a teoria de Aristóteles, sintetizando a *mimese* como a “representação das ações humanas pela linguagem”, interessando seu arranjo narrativo.

Em perspectiva semelhante, Rejane Pivetta de Oliveira (2003) afirma que a *mimese* traria consigo uma essência humana, sendo uma forma de representar anseios e empecilhos para os quais os indivíduos buscam respostas. Dessa maneira, a imitação não seria reduzida ao imediatismo dos fatos, uma vez que o processo de captar a realidade perpassa por uma seleção em que o narrador define aquilo que é mais relevante sobre as situações antes de transpassá-las para o discurso artístico. A autora ainda destaca que manter uma obra como atual e de interesse do público depende da “sobrevivência das condições objetivas que lhe deram origem, o que faz com que seu conteúdo possa ser reconhecido” (OLIVEIRA, 2003, p. 189). Assim, ao provocar reflexão, os discursos podem se manter atualizados, proporcionando novas experiências críticas e sensoriais mesmo muito tempo depois da publicação de uma obra.

Por outro lado, Costa (2001, p. 77) afirma que, no contexto pós-moderno, há uma dificuldade de distinguir, por exemplo, representações artísticas de formas comerciais, pois, muitas vezes, a representação é reduzida “em meio ao império mercantil midial e industrial das formas de cultura contemporânea”. Todavia, a autora ressalta que “a arte como representação estética, poética e intuitiva continua a ser produzida na realidade pós-moderna”, e isso assegura os aspectos essenciais da concepção aristotélica: “o entendimento da arte como representação de emoções e do efeito estético como experiência individualizada de prazer e de conhecimento do mundo”.

A ficção, por carregar a possibilidade do imaginário, daquilo que está além do real, é capaz de produzir significados que não se constroem somente pela percepção dos fatos, mas sim pela possibilidade de reflexão, de trazer também aquilo que poderia ter acontecido, como apresenta a teoria aristotélica. Isso quer dizer, ao passo em que se desenvolve um discurso, recriando momentos, apresentando outras possibilidades de situações, há também uma grande probabilidade de comparação entre o real, proporcionado pelo discurso histórico, e o fictício das artes, promovendo uma nova noção e entendimento de situações que permeiam o cotidiano e a memória social.

O anseio de resgate dos acontecimentos, através da representação, é explicado por Erich Auerbach (1971, p. 12): “a necessidade de construir textos autênticos se faz sentir quando um povo de alta civilização toma consciência dessa civilização e deseja preservar dos estragos do tempo as obras que lhe constituem o patrimônio espiritual”. Ponderando o papel do narrador, Auerbach comenta:

Assim, por exemplo, aqui, onde o escritor atinge a impressão mencionada colocando-se a si próprio, por vezes, como quem duvida, interroga e procura, como se a verdade acerca da sua personagem não lhe fosse mais bem conhecida do que às próprias personagens ou ao leitor. Tudo é, portanto, uma questão da posição do escritor diante da realidade do mundo que representa; posição que é, precisamente, totalmente diferente da posição daqueles autores que interpretam as ações, as situações e os caracteres das suas personagens com segurança objetiva. (AUERBACH, 1971, p. 470).

Nesses termos, todo ato de representação inicia com um anseio e perpassa por um autor que reconhece essa necessidade, entende os fatos e, através de um narrador, escreve sobre essa realidade, dando a conhecer ou salvaguardar o mundo e suas situações. Podemos, então, questionar a respeito do modo como as informações interferem nos seus receptores. Oliveira (2003, p. 191) reflete que “o mundo refigurado na obra serve de orientação para a vivência receptiva, e isso depende da atividade do receptor, de estabelecimento da identidade

entre conteúdo e forma”. Sendo assim, tudo aquilo que envolve uma narrativa, desde o modo como é constituída até a maneira como reconstrói uma dada realidade, possibilita uma nova perspectiva acerca dos fatos, cabendo também ao receptor o papel de identificar as possibilidades de leitura.

Sobre isso Compagnon (1999) esclarece que pode haver ruídos entre o autor, sua obra e a decodificação da mensagem transmitida, e esse é um dos motivos que podem colocar os leitores em segundo plano quando se trata de interpretação artística. Contudo, quem atribui sentido à obra é justamente aquele que a decodifica. O autor também se refere ao leitor como muito mais interessado em compreender a si mesmo do que a própria obra. Dessa maneira, entendo que, muito além do ato de criação, que perpassa pela imitação da realidade, está a particularidade inerente àquele que lê, capaz de – a partir da leitura e da construção de ideias em torno do que lhe foi apresentado em termos de representação – entender não somente o mundo, mas também a si mesmo.

Ampliando os apontamentos sobre representação, Stuart Hall (2003, p. 179) a define como “sistemas de significado pelos quais nós representamos o mundo para nós mesmos e para os outros”. Assim sendo, segundo o autor, as práticas sociais são materializadas de forma que se tornam presentes, representadas para aqueles que representam, e para os receptores da releitura de determinados fatos. Hall (2003) relaciona a representação com a ideologia ao passo em que considera as ideologias como “sistemas de representação materializados em práticas” (HALL, 2003, p. 180), corroborando o pressuposto de que as ações representadas contribuem para a formação ideológica.

Além disso, as manifestações artísticas, por serem mediadoras da realidade, mas, principalmente, por serem capazes de reconstruir situações, personagens e conceitos, podem ser grandes aliadas ao progresso dos indivíduos enquanto capazes de refletir e de criar problemáticas que possam auxiliar na modificação das futuras realidades a serem representadas. Oliveira (2003, p. 206) assinala justamente que a consciência prática da literatura, por exemplo, é “possibilitar o contato do humano consigo mesmo, na sua humanidade ilimitada, o que é negado tanto na realidade empírica como nos discursos científicos”.

Ao tratar, portanto, de humanização, adentramos no caráter funcional da literatura, que, ao representar, perpassa também por essa questão. Dessa forma, após a exposição acerca das conceituações da representação por meio das artes, apresento, na próxima seção deste capítulo, as funções da literatura aliando à sua busca pela representação.

## 2.2 DAS FUNÇÕES: ARTE PARA QUÊ?

Para tratar acerca das funções da literatura ou das artes em geral, iniciarei expondo, novamente, as ideias dos gregos. Isso porque, à medida que apresentam suas conceituações acerca da *mimese*, Platão e Aristóteles também deixam evidentes as ideias sobre a função artística. Ainda que não utilizem o termo “literatura”, instituído apenas posteriormente, os filósofos referem-se aos poetas que, à época, dedicavam-se justamente às artes, assim como os pintores, também mencionados pelos referidos pensadores.

Platão considerava que a noção de belo estaria ligada à perfeição e que essa estaria vinculada à verdade. Sendo assim, a arte possuiria caráter negativo, uma vez que o poeta era compreendido como um imitador e, portanto, de certa maneira, um mentiroso, já que não poderia expressar o real em sua totalidade. Segundo Platão (s. d., p. 359), “as imitações poéticas são nocivas ao espírito dos ouvintes” e justifica tal posicionamento, argumentando, por exemplo, que um poeta como Homero nada teria realizado para a melhoria da humanidade, como poderia fazer um médico, por exemplo. O filósofo (s. d., p. 373) completa: “mas ainda formulamos a mais séria acusação contra a Poesia. O que nela há de mais terrível é a sua capacidade de fazer dano a homens de real valor – e poucos são os que escapam a essa influência”, isso porque os reais sentimentos e sofrimentos humanos não poderiam ser expressos artisticamente.

Diferentemente de Platão, Aristóteles (2004) – que já concebia a ideia de *mimese* como representação e, portanto, acreditava na capacidade artística de reinterpretar e recriar – avaliava a ação de representar justamente atribuindo sentido positivo à arte, uma vez que a relaciona ao fazer humano e, portanto, à beleza: “a poesia é mais filosófica e de caráter mais elevado que a história, porque a poesia permanece no universal e a história estuda apenas o particular” (ARISTÓTELES, 2004, p. 43). Esse pensamento corrobora a ideia de Lima, segundo o qual a arte, por se permitir abertamente fugir do real, pode promover entendimentos mais amplos acerca do mundo. Aristóteles afirmava que, assim, a arte poderia, inclusive, completar o que falta à natureza. Referindo-se especialmente ao gênero tragédia, o filósofo tinha o entendimento de que a arte poderia suscitar, por exemplo, desde o temor até a compaixão. Nesse contexto, Aristóteles apresentou a ideia da arte como catarse, que, do grego, possui como significado a purificação. A tragédia, portanto, assim como a música, promoveria a catarse ou a purificação das paixões. Por isso, de um modo geral, a arte seria um instrumento de autoconhecimento, através da qual seria possível expurgar os sentimentos, realizando a catarse no interior do indivíduo.

Esse pensamento está em consonância com o de José Antonio Segatto (1999), quando afirma que o processo histórico brasileiro aparece na literatura de um modo peculiar. O autor sugere que, diferentemente dos estudos sociais nos quais os fatos são expostos como aconteceram, a fim de transmitirem a realidade acerca dos acontecimentos, a forma artística é capaz de recriar, ou seja, os episódios são reinventados, escritos ou expressos de tal maneira, que possam construir uma imagem capaz de provocar no leitor diferentes percepções. “Ao reinventar, simular, imaginar, construir o real, a produção literária gera, determinadas vezes, um conhecimento particular e que contribui para o desvendamento da essência mesma do processo histórico” (SEGATTO, 1999, p. 219).

Partindo dessas ideias, posso indicar as primeiras proximidades entre as duas áreas que fazem parte do objeto de estudo desta pesquisa. Ao assumir as funções atribuídas às ciências sociais, mais especificamente, ao jornalismo – tema que apresentarei na seção 1.4 deste capítulo –, os romances-reportagens podem se valer, também, do imaginário que recria e simula as situações, para tornar os acontecimentos mais expressivos ao olhar social, ou seja, unem a linguagem literária à narrativa do acontecimento. Antoine Compagnon (2001, p. 36) assegura que, conforme o modelo humanista, existe um conhecimento do mundo e também da humanidade propiciado principalmente com a experiência literária, “um conhecimento que só (ou quase só) a experiência literária nos proporciona”. Considero essa afirmativa um tanto extrema, se consideradas as variáveis decorrentes de cada indivíduo e de cada processo e contexto de sobrevivência no mundo atual, já que nem todas as pessoas possuem acesso à literatura, mas podem, de outras formas, ter contato com o conhecimento e a criticidade.

No entanto, é irrefutável a ideia de que a literatura pode e proporciona grandes experiências. Isso porque, ainda conforme Compagnon (2001, p. 37), “a literatura confirma um consenso, mas produz também a dissensão, o novo, a ruptura”, e, em relação à sua função, ainda acrescenta: “a literatura pode estar de acordo com a sociedade, mas também em desacordo; pode acompanhar o movimento, mas também precedê-lo”. Essa seria, no meu entendimento, uma das grandes contribuições da narrativa literária, ou seja, não apenas demonstrar o belo ou aquilo que poderia provar o deleite da leitura, mas, por outro lado, a narrativa do que incomoda, tira do lugar, denuncia, mostra o contraponto, muitas vezes negado pela própria história, mas presente nas artes. Umberto Eco (2003, p. 20), a propósito, discorre sobre o assunto, mostrando que a literatura permite muitas interpretações: “o leitor tem que aceitar esta frustração, e através dela experimentar o calafrio do destino”.

Essas ideias aproximam-se da concepção de René Wellek e Austin Warren (2003). Os autores apresentam a variedade de correntes que, ao longo da história, buscaram demonstrar

a função artística, destacando as diferenciações atribuídas pelos filósofos gregos, as doutrinas da “arte pela arte”, a percepção poética como sendo um prazer, ou instrução ou apenas arabesco sem referência, ou seja, adornos. “As teses antagônicas chegam a versões mais sutis, talvez, nas visões de que a arte é ‘brincadeira’ e de que é ‘trabalho’”, sendo que nenhuma dessas concepções, para Wellek e Warren (2003, p. 24), pareceria aceitável. Portanto, segundo os autores,

É provável que toda a arte seja “doce” e “útil” aos seus usuários adequados: que o que ela articula seja superior ao seu devaneio ou reflexão autoinduzidos, que ela lhes dê prazer pela perícia com que articula o que eles consideram como o seu próprio devaneio ou reflexão e pela liberação que experimentam por meio dessa articulação. (WELLEK; WARREN, 2003, p. 25).

A partir desse panorama, torna-se evidente o amplo significado funcional das obras literárias, que permite, sim, passar pelo prazer da leitura, mas que vai além. Ernest Fischer (1987) já afirmava que os indivíduos buscam a arte para que o mundo tenha significação, e, mais do que isso, para relacionar-se com o exterior, para além do “eu” que limita, torando-se social, mesmo em sua individualidade. Quando tratamos do papel atribuído à arte no sentido da formação pessoal, é imprescindível citar Antonio Candido. Para o crítico (1995), a manifestação universal de qualquer pessoa em qualquer tempo é a premissa para explicar a literatura, tendo em vista que não haveria como alguém viver, segundo o ele, sem entrar em contato com alguma espécie de fabulação.

A literatura, conforme o autor, teria, então, três faces: a de construção enquanto estrutura e significado, uma maneira de manifestar emoções e uma forma de conhecimento. O modo como os textos são construídos, e tudo aquilo que uma obra comunica através de sua narrativa, personagens e ambientação, age sobre aqueles que a leem. É a literatura atuando sobre o homem, sendo capaz de humanizá-lo, proporcionar a fabulação, o entretenimento, e ampliar a produção de significados diante do mundo. Ainda conforme o crítico (1995, p. 243), a literatura “é fator indispensável de humanização e, sendo assim, confirma o homem na sua humanidade”. Isso não quer dizer que aqueles que não possuem contato com a literatura ou qualquer arte sejam menos humanizados, mas quem tem a oportunidade de experienciar o contexto artístico em sua decodificação pode ser instigado a pensar de maneira diferente diante do mundo, ampliando seu universo de percepções, e isso pode contribuir com a edificação individual. Nas palavras de Candido:

Entendo aqui por *humanização* [...] o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso de beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante. (CANDIDO, 1995, p. 249, grifo do autor).

Sendo assim, longe de distanciar quem possui ou não acesso a obras de arte, por inúmeros fatores, a literatura deveria aproximar, pois trata justamente de compreender o outro, despertando o olhar para o social. Diante da reflexão acerca da importância da obra de arte para suscitar novas percepções, Candido (2000, p. 18) ainda propõe um questionamento fundamental: “qual a influência exercida pelo meio social sobre a obra de arte”? E ainda, “qual a influência exercida pela obra de arte sobre o meio?”. O autor instiga o pensamento sobre o modo como as obras de arte são expressão da sociedade, mas também de que forma elas são sociais, engajando-se em proporcionar a leitura de um conteúdo que possa produzir efeito sobre os receptores, “modificando sua conduta e concepção do mundo, ou reforçando neles o sentimento dos valores sociais” (CANDIDO, 2000, p. 19), considerando que, para ele, nem toda a arte é empenhada, ou seja, nem sempre a literatura desempenha um papel de cunho social e humanístico. Entretanto, o autor também entende que até mesmo uma obra de qualidade mais modesta pode vir a atuar na formação de significados, pois influencia na forma de conhecimento e nos sentimentos do seu leitor.

Assim, a literatura “confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas” (CANDIDO, 1995, p. 243). Essa dualidade, possível por meio das obras literárias, é um dos grandes elementos que torna viável a produção de novos significados, tendo em vista que o leitor leva em conta sua compreensão prévia do mundo, aliada às novas perspectivas apresentadas pelo texto com que tem contato. As artes teriam, portanto, uma relação de causa e consequência, que produziria nos indivíduos um efeito prático. Isso quer dizer que, no âmbito da literatura, não podemos restringir apenas às percepções ao mundo das ideias, de outro modo, o crítico apresenta as reflexões promovidas pela arte a partir da face prática, ou seja, é possível, a partir da experiência de leitura, reforçar valores sociais e modificar a conduta dos indivíduos, as suas vivências, em prol do bem coletivo já que “a literatura desperta inevitavelmente o interesse pelos elementos contextuais” (CANDIDO, 2002, p. 79), contribuindo, inclusive, para a formação da personalidade do indivíduo.

Ao realizar o estudo exposto até aqui, compreendo que existe uma estreita relação entre os conceitos a respeito do modo como o mundo é representado por meio da literatura com a sua função artística. Embora, como já mencionei, a literatura não tenha como função informar, as narrativas, em geral, expressam determinadas realidades a partir da reinterpretação do que foi e do que poderia ter sido e, à medida que traz à tona esses contextos, revela também um recorte histórico, que permite aos leitores tomar conhecimento acerca do universo, mas também de si mesmos, uma vez que a literatura propicia, inclusive, o autoconhecimento, o “sair de si” a partir das construções possibilitadas através das leituras.

Partindo dessa ideia, a representação perpassa pela alteridade e, ao atribuir voz a sujeitos e/ou a circunstâncias, contribui para a construção crítica e social do homem. Mesmo Platão, que considerava a arte como uma ameaça, não nega o seu poder, já que confirma a sua atuação no indivíduo. Assim, para muito além de entreter, gerar prazer ou, simplesmente, fazer conhecer realidades, a literatura, ao representar a sociedade, assume um papel social, atribuindo significados, muitas vezes, denunciando, outras tantas, agindo como forma de resistência.

Diante dessas questões, e considerando que o “eu” passa a ter um sentido mais amplo, inserido no contexto social, a partir da representação artística, confere-se a importância ao ser representado. Ou seja, importa como a arte pode ampliar a construção de significados também diante dos sujeitos, no caso da literatura, explorando narrativamente os mais diversos perfis, e, incluo aqui, as minorias sociais, por exemplo. Grupos socialmente excluídos como negros, pobres, indígenas, mulheres, homo e transexuais, dentre outros, quando representados, não apenas têm sua existência e identidade valorizadas como, também, tornam-se conhecidos sob uma ótica que foge do estereótipo construído tradicionalmente. Da mesma maneira, quando uma narrativa representa fenômenos sociais como a violência, problematiza, reinterpreta, narra e suscita a imersão no entendimento de realidades que podem ser a do outro e que é necessário compreender. É preciso considerar, contudo, que nem toda a arte atua com papel humanizador, efetivando o que disse até aqui, pois há, também, obras que promovem menos reflexão crítica e que não têm como foco o debate e o enfrentamento, mas, pelo contrário, seguem a difundir padrões. Entretanto, se considerada a verdadeira face representativa, unida à função que se espera da manifestação artística, o caminho para a criticidade tende a ser aberto.

Nas duas primeiras seções deste capítulo, realizei a exposição sobre as representações por meio das artes e, também, acerca das funções da narrativa literária, reiterando a importância artística no processo de formação dos indivíduos. A partir da próxima seção,



apresentarei como se estabelece o conceito de representações a partir do jornalismo e, em sequência, as funções esperadas da narrativa jornalística.

### 2.3 REPRESENTAÇÕES: O MUNDO PAUTADO PELO JORNALISMO

Por meio das narrativas jornalísticas, o conhecimento acerca dos acontecimentos universais se torna possível. Albert Chillón (1999, p. 25, grifo do autor) afirma que conhecemos o mundo e que ele adquire sentido ao passo que o designamos através das palavras, “na medida em que o *empalavramos*”<sup>4</sup>, isso quer dizer, quando é traduzido linguisticamente. Caso contrário, ainda de acordo com o autor, o mundo seria, para nós, apenas uma gama de sensações táteis, visuais, olfativas, visuais, acústicas e gustativas, registradas somente no presente, aqui e neste momento. Assim, o registro de tudo o que acontece é a documentação da memória e é, sobretudo, o que dá sentido a essa memória. Isso porque, conforme Chillón, a partir de sua leitura em Friedrich Nietzsche, a linguagem detém uma natureza retórica e cada uma das palavras coincide com o que se pretende designar. São, portanto, as palavras que traduzem, a partir dos enunciados, as experiências sensitivas dos sujeitos.

A fim de articular um debate acerca da função do jornalismo, é preciso partir da comunicação, uma vez que os acontecimentos dependem desse mediador para serem conhecidos. O ato de comunicar é uma necessidade, conforme lembra Dominique Wolton (2004, p. 56): “expressar-se, falar e compartilhar com os outros, eis o que define o ser humano”. Assim, se os indivíduos possuem o cerne da comunicação, é também natural que desejem estar informados a respeito daquilo que os rodeia, pois isso constitui, também, as suas formas de percepção. Wolton (2004) acredita que há uma paixão atrelada à comunicação principalmente considerando a modernidade, que “privilegia a liberdade, o indivíduo, o direito à expressão e o interesse por técnicas que simplificam a vida” (WOLTON, 2004, p. 49).

As ideias do pesquisador revelam a acuidade do fenômeno comunicacional, tendo em vista que é por meio dos atos de comunicação, sejam eles de fala, de escrita ou através de outras manifestações diversas, que a sociedade recebe e difunde ideias, perpassando, nesse contexto, pelos processos de decodificação das mensagens. Isso porque todo o ato de comunicação depende de um sujeito que comunica e de outro que recebe. Diante disso, é

---

<sup>4</sup> Traduzido por mim, do original “en la medida en que lo *empalabramos*”. Chillón explica, em nota, que “empalabrar” se trata de um neologismo que leva a reflexões acerca da natureza da linguagem.

fundamental ressaltar que “os indivíduos codificam ou decodificam mensagens”, conforme explica John Thompson (2014, p. 50). Segundo o teórico, não apenas a técnica comunicacional importa, mas, sobretudo, as diversas formas de saber, as presunções e os aspectos culturais que formatam as mensagens, atribuindo sentido ao processo interpretativo.

Partindo dessas premissas, é possível observar que a comunicação se dá não apenas diretamente entre indivíduos que dialogam entre si, mas, também, através de outras instâncias, como a jornalística. Assim, ao questionar qual seria o papel do jornalismo na sociedade, de forma muito evidente, a resposta se vincula à informação, isso é, representar os mais diversos acontecimentos cotidianos, atribuir voz às diferentes fontes de informação, desde a testemunhal ou popular até a oficial ou a especializada, para que se transformem em conhecimento. Jornalismo é também contar histórias, fazer conhecer, chegar ao público as mais peculiares situações que possam, para muito além de sanar a curiosidade, proporcionar novos saberes a respeito do mundo e, por que não, instigar o senso reflexivo e crítico.

Nesse sentido, Patrick Charaudeau (2009) explica que uma simples definição da informação diz respeito à difusão de um saber a partir de uma linguagem determinada, de alguém que detém esse saber e o transmite para quem não o possui. Dessa maneira, seria produzido um “ato de transmissão que faria com que o indivíduo passasse de um estado de ignorância a um estado de saber, que o tiraria do desconhecido para mergulhá-lo no conhecido” (CHARAUDEAU, 2009, p. 33). Todavia, o autor faz uma ressalva: essa perspectiva, que parece ser altruísta, apresenta alguns problemas que dizem respeito a quem é o detentor da informação e os seus objetivos e quais os efeitos daquilo que se comunica. Sobre esses aspectos, voltarei a discutir mais adiante.

Retomando a ideia a respeito da função jornalística, abordo o estudo de Nelson Traquina (2005, p. 19). Esse autor afirma que é um absurdo supor que seja possível responder ao questionamento sobre o que é o jornalismo, embora ele mesmo apresente algumas possíveis respostas. Para Traquina, “poeticamente podia-se dizer que o jornalismo é a vida” contada através dos textos noticiosos que atentam, de acordo com os manuais, àquilo que é interessante ou importante. Ainda nessa perspectiva, o estudioso ressalta que o jornalismo é o real<sup>5</sup>, ou seja, não se pode inventar personagens ou situações, premissa básica desse tipo de narrativa que se pretende não-ficcional.

---

<sup>5</sup> Conforme explica Edvaldo Pereira Lima (1995), o sentido do “real”, abordado no contexto jornalístico, refere-se a uma ocorrência social já definida, ou seja, a expressão “real” não significa captar a realidade como ela é, mas sim, representar acontecimentos, buscando chegar próximo ao que seria a realidade.

O jornalismo é, portanto, uma forma de comunicar o que acontece no mundo, comunicar a vida, o real. Entretanto, não se pode dizer que esse real é o exato reflexo do fato representado, isso porque seria impossível transcrever fielmente a realidade, independentemente do suporte utilizado. A própria fotografia ou as imagens de audiovisual não conseguem captar exatamente o que se passa em determinado momento, uma vez que ficam de fora elementos como fragrâncias, texturas, energias e, até mesmo, contextos, ao considerar que a câmera capta apenas alguns ângulos, que são determinados pela escolha daquela pessoa que filma ou fotografa. Quando tratamos da linguagem escrita, o real também é ressignificado, já que, ao eleger as palavras, compor as frases e transpor ao papel o que se presenciou, alguns detalhes não são mencionados, pois se pondera, nesse aspecto, o crivo de informações consideradas importantes ou relevantes do ponto de vista do enunciador. Dessa forma, o que o jornalismo faz não é informar o real, mas informar através da representação, ou seja, comunicar os fatos da maneira que mais se aproxime de uma possível realidade.

Uma das primeiras teorias do jornalismo, criada ainda no século XIX, afirmava o contrário. Segundo a Teoria do Espelho, mencionada por Traquina (2005), os jornalistas seriam profissionais que comunicariam de forma desinteressada, e as notícias apresentariam totalmente o que a realidade determina, justificando o nome atribuído à teoria, seria um espelho do real. O autor retoma, então, a ideia das teorias construcionistas, que surgem a partir dos anos 1970, que rejeitam a ideia mencionada anteriormente. Isso porque as notícias auxiliariam na construção da própria realidade. Além disso, a linguagem neutra, nessa perspectiva, é encarada como algo inatingível.

Não sendo possível transpor o real por meio da linguagem, cabe entendermos de que forma a representação da realidade acontece por meio do jornalismo. Segundo Walter Benjamin (2000), as narrativas não pretendem puramente transmitir um acontecimento, já que esse é integrado à vida do narrador, que os passa aos interlocutores através das próprias experiências. Por outro lado, o mesmo autor (2000, p. 106) afirma que, “se fosse a intenção da imprensa fazer com que o leitor incorporasse à própria experiência as informações que lhe fornece, não alcançaria seu objetivo”, pois os jornais, segundo ele, isolam os acontecimentos da ideia de afetar a experiência do público. Se representar, através da não ficção, perpassa pela questão da experiência, tanto do enunciador como do enunciatário, o papel do jornalismo enquanto difusor de informações se torna ainda mais sério, uma vez que não se tem apenas informação, mas, sobretudo, uma grande teia de sentidos oriundos do que é divulgado. A partir da premissa do frankfurtiano, posso supor que nem sempre a intencionalidade de compreensão do conteúdo prevista pelo autor de um texto é assim assimilada pelo seu leitor.

Além disso, é preciso salientar a questão da subjetividade. Chillón (1999) discute a ideia da representação do real, afirmando que sequer existe uma única realidade. No lugar disso, o que se têm são realidades subjetivas, que adquirem sentido quando verbalizadas, mas considerando, também, que há um limite da linguagem e, portanto, cada indivíduo pode ter uma experiência diferente ao ter contato com a informação. “Não existe interrupção drástica entre *subjetividade* e *objetividade*, isto é, entre o *aquí dentro* subjetivo de cada um e o *ali fora* intersubjetivo de todos” (CHILLÓN, 1999, p. 29, grifo do autor)<sup>6</sup>. O autor explica que isso se dá porque existem tantas realidades quanto experiências individuais e, ademais, o pensamento de todos está inserido nesse meio cada vez mais íntimo e social que é a linguagem.

Charaudeau (2009) recorda que o conceito de representação é discutido em diferentes áreas e, a partir disso, propõe pontos comuns que cabem ao modo como a realidade é expressa pela comunicação midiática. As representações, nessa perspectiva, construiriam uma organização do real a partir de “imagens mentais transpostas em discurso ou em outras manifestações comportamentais dos indivíduos que vivem em sociedade, [e que] estão incluídas no real, ou mesmo dadas como se fossem o próprio real” (CHARAUDEAU, 2009, p. 47). O autor sugere, portanto, que a mídia ainda buscaria apresentar uma concepção de realidade ao transmitir as informações. Nas palavras do estudioso, as representações

se baseiam na observação empírica das trocas sociais e fabricam um discurso de justificativa dessas trocas, produzindo-se um sistema de valores que se erige em norma de referência. Assim, é elaborada uma certa categorização social do real, a qual revela não só a relação de “desejabilidade” que o grupo entretém com sua experiência do cotidiano, como também o tipo de comentário de inteligibilidade do real que o caracteriza – uma espécie de metadiscorso revelador de seu posicionamento. Em resumo, as representações apontam para um desejo social, produzem normas e revelam sistemas de valores. (CHARAUDEAU, 2009, p. 47).

Isso quer dizer que as escolhas feitas pelo enunciador podem gerar efeitos de interpretação que podem ou não estar mais próximos do que se supõe ser o real. Conforme as ideias de Charaudeau (2009), uma palavra pode significar muito mais do que o seu sentido literal, quando já carrega uma série de valores atribuídos por aqueles enunciadores que repetem continuamente uma ideia contextual a respeito dela, ou seja, as palavras podem ser transmitidas carregadas de crenças e de valores. O autor exemplifica a diferença de uma manchete que enuncia “o presidente da comissão entrega o relatório ao primeiro-ministro”, ou “o presidente da comissão entrega uma bomba ao primeiro-ministro” (CHARAUDEAU,

---

<sup>6</sup> Traduzido por mim, do original: “No existe interrupción drástica entre *subjetividad* y *objetividade*, esto es, entre el *aquí adentro* subjetivo de cada uno y el *ahí afuera* intersubjetivo de todos”.

2009, p. 47-48). O modo como são postas as frases sugere diferentes avaliações e interpretações por parte do leitor.

Dessa forma, a partir das premissas mencionadas, as representações por meio do jornalismo formam uma nova realidade, ou seja, por meio da narrativa, cria-se uma nova perspectiva em relação ao que acontece. Com essa afirmativa, retomo a problemática que mencionei anteriormente sobre os objetivos das enunciações, ao considerar que há um detentor da informação, nesse caso, a mídia. Embora hoje a difusão de conhecimentos possa ser considerada democrática, considerando-se a grande quantidade de escolhas possíveis no mundo da informação, haja vista principalmente o acesso à internet, também é preciso refletir que o fazer jornalístico perpassa não somente pelas escolhas em função das vivências do profissional que divulga, mas, também, em grande parte dos casos, por instâncias superiores.

São muitas as questões que permeiam os interesses midiáticos hoje, e elas não dizem respeito apenas às linhas editoriais dos veículos de comunicação. Estão integrados nesse processo os interesses políticos, econômicos, empresariais e outros. Investigar a fundo essas problemáticas não é meu intuito nesta pesquisa, mas, como início a discussão buscando identificar o modo como a informação é difundida e qual a função do jornalismo na sociedade, não tenho como ignorar que essa mesma prática jornalística nem sempre cumpre a sua finalidade, e isso não é uma questão apenas dos dias atuais, mas é algo histórico.

No fim do século XVIII, os jornais já eram, segundo Traquina (2005), ferramentas de luta política. Quase dois séculos depois, quando houve a expansão da imprensa, a base ainda era a mesma. Exemplo disso são alguns casos específicos, como no Estado do Rio Grande do Sul, em que os principais jornais da época, *O Povo* e, posteriormente, *A Federação*, tinham um partido político definido e possuíam como principal intuito a divulgação dos seus ideais a partir de um ponto de vista sobre as revoluções que permeavam esse Estado. A realidade do jornalismo munido de ideologias e opiniões estava presente todo o país naquele período até que, ao fim do século XIX, a atividade começou a se expandir, passando, de acordo com Traquina (2005), a primar pela informação no lugar da propaganda. Acontece que o que deveria ser uma evolução positiva transforma-se num novo produto, visto que a notícia se torna um monopólio de conhecimento e é também utilizada como mercadoria. Nas palavras do autor, “o jornalismo transformou-se num negócio com um número crescente de proprietários que começaram a publicar jornais com o intuito de ter lucros e o objetivo central seria a expansão da circulação” (TRAQUINA, 2005, p. 36).

Com recursos próprios, foi possível que a imprensa pudesse repassar informações desvinculadas de partidos políticos, já que não mais dependiam financeiramente e, portanto,

tornava-se plausível a difusão de informações de uma maneira mais livre. Além disso, inicia-se o período de profissionalização da imprensa. A nova ideologia afirmava “que os jornais deveriam servir os leitores e não os políticos, pregava que traziam informação útil e interessante aos cidadãos, em vez de argumentos tendenciosos em nome de interesses partidários, pregava fatos e não opiniões” (TRAQUINA, 2005, p. 50). Todavia, não se pode ignorar que essa liberdade estava ainda atrelada ao poder econômico, conforme acontece também atualmente. O estudioso ainda relata que é na transição para o século XX que emerge a ideia do jornalismo investigativo, o desenvolvimento da reportagem, com técnicas específicas como a da pirâmide invertida, contemplando o *lead*, e outros elementos da escrita jornalística de que se tem conhecimento hoje.

Compreendo, após a apresentação feita até aqui, que, embora a narrativa jornalística pretenda representar a realidade, é sabido que só se representa aquilo que está próximo ao real, não sendo possível captar a totalidade de um acontecimento. Assim, essa representação atua também como documentação histórica, como uma forma de resguardar as memórias sociais. Sendo a mídia responsável pelas informações a serem divulgadas, cabe desenvolver a discussão acerca do papel que o jornalismo deve desempenhar na sociedade, a partir do modo como representa. Apresentarei essas funções na seção seguinte.

#### 2.4 DAS FUNÇÕES: JORNALISMO PARA QUÊ?

Após essa breve explanação histórica da notícia como mercadoria, é importante atentar para os modos de fazer jornalismo atualmente, retomando a busca por encontrar as funções dessa forma de expressão. Traquina (2005) argumenta que o jornalismo vai muito além do domínio de técnicas, pois se trata de uma atividade intelectual e que carrega uma grande responsabilidade social. Ainda de acordo com o autor (2015, p. 22), trata-se de uma atividade criativa: “plenamente demonstrada, de forma periódica, pela invenção de novas palavras e pela construção do mundo em notícias, embora seja uma atividade restringida pela tirania do tempo, dos formatos, e das hierarquias superiores”, incluindo, nesse contexto, os proprietários das empresas de comunicação. Dessa maneira, a discussão do pesquisador centra-se em outro ponto fundamental: não basta buscar atribuir uma resposta ao que seria o jornalismo ou o seu papel, mas, sim, “o que é o jornalismo numa democracia?” (TRAQUINA, 2005, p. 22).

O aspecto central da democracia seria a liberdade, porém, conforme o autor, emergem duas questões no campo jornalístico atual: o polo econômico, que seria a notícia como uma mercadoria, e o polo ideológico, ou seja, a notícia enquanto serviço público. Sendo assim,

ainda segundo Traquina (2005), muitas vezes, a imprensa deixa de cumprir seu papel fundamental em detrimento de elementos como pressão pelo tempo, hierarquia da empresa – incluo aqui, as questões de ideologia –, competitividade e, ainda, fomento de acontecimentos realizados propositadamente por figuras sociais a fim de obtenção de destaque midiático. Esses fatores afastam a prática jornalística do seu papel fundamental, que é a representação mais próxima possível do real e a difusão de informações de qualidade, que promovam o conhecimento.

Sobre esse aspecto, Charaudeau (2009, p. 58) argumenta que as mídias têm “a vocação de responder uma demanda social por dever de democracia [...]. Essa profissão se define como devendo exercer uma função de serviço: um serviço em benefício da cidadania”; entretanto, muitas vezes, sobressai-se a lógica comercial. O autor acrescenta que esse raciocínio faz com que a imprensa recorra à sedução, ou seja, a informações que nem sempre atendem ao interesse público, mas, sim, a condutas ideológicas.

Nesse sentido, Thompson (2014, p. 54) instiga uma reflexão importante ao que nomeia de “mercantilização das formas simbólicas”, ou seja, a valoração econômica do que é produzido pela mídia. O autor afirma que o valor das formas simbólicas é variável. A valorização, no jornal, por exemplo, pode ser a venda do espaço para a propaganda. Na rádio, por sua vez, o valor se dá pelo tempo ocupado pela publicidade e assim por diante. Tendo isso em vista, não se pode pensar que as mensagens diariamente repassadas pela mídia são detentoras da verdade absoluta, uma vez que todos esses princípios citados anteriormente estão envolvidos no que é informado, desde a questão mais básica, que se relaciona ao tempo de produção da notícia – uma vez que a competição pelo *furo* de reportagem ou a ansiedade em divulgar alguns dados antes do concorrente se torna ainda mais latente na era tecnológica –, até chegar aos interesses econômicos e políticos que, na divulgação, infelizmente, acabam, por vezes, ocupando o lugar que seria do interesse social.

Ao problematizar essa questão, torna-se oportuno mencionar o 2º artigo do Capítulo I do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (2007), que enfatiza a informação como direito fundamental: “a divulgação da informação precisa e correta é dever dos meios de comunicação e deve ser cumprida independentemente de sua natureza jurídica”; “a produção e a divulgação da informação devem se pautar pela veracidade dos fatos e ter por finalidade o interesse público”; e “a liberdade de imprensa, direito e pressuposto do exercício do jornalismo, implica compromisso com a responsabilidade social inerente à profissão”. Ou seja, quaisquer que sejam as ideologias ou os interesses comerciais e políticos envoltos na imprensa, os profissionais estariam justamente amparados pelo seu Código de Ética, que

deveria garantir o desenvolvimento midiático de forma democrática, primando, sempre, pela verdade e pelo interesse público.

Tendo isso em vista, é notável que a democratização da informação está diretamente ligada ao perfil de sociedade em que ela circula. Entendo que a perspectiva de Wolton (2004, p. 62) em relação à “ideologia técnica” se aplique nesse sentido, uma vez que o fazer jornalístico depende da técnica. O autor apresenta uma visão otimista e outra pessimista sobre o tema, sendo que a primeira atribui à tecnologia a possibilidade de uma sociedade mais aberta e livre, enquanto que a segunda compreende a utilização tecnológica como uma forma totalitária de controle social pelos detentores do poder. Podemos pensar que, hoje, as duas visões são plausíveis já que a grande difusão de informações pela infinita possibilidade propiciada através da tecnologia permite ao público o cruzamento de dados, a investigação dos fatos, a busca pelo que mais se aproxima da realidade.

A propósito disso, porém, cabe destacar alguns pontos. Primeiro, esse interesse nem sempre acontece, ou seja, parte da população aceita o que lhe é ofertado em termos noticiosos, sem buscar a fundo outras possibilidades. Dessa falta de pesquisa, ganham vez também as *fake news*, notícias falsas com informações inverídicas. Segundo, mesmo quando a busca acontece, é difícil pensar que se possa ter uma comunicação midiática livre de ideologias. Ainda assim, de um modo geral, é válido afirmar que as tecnologias estão a favor da democratização da notícia, se simplesmente levarmos em conta as possibilidades oriundas desse contexto.

Uma vez que a democratização da informação está mais para o sentido quantitativo do que qualitativo, cabe discutirmos de que maneira o que é transmitido ao público através da mídia poderia atingir um caráter de funcionalidade social, isso é, apresentar-se como uma referência que possui utilidade. Tomo como ponto de partida a seguinte ideia: a informação como capital simbólico capaz de não apenas tornar conhecidos os fatos, mas, sobretudo, contribuir para o resgate ou para a documentação da memória.

Para tratar a respeito da dimensão simbólica, irei me valer das ideias de Thompson (2014). O autor afirma que todos os tipos de comunicação envolvem a circulação de conteúdos simbólicos, embora, atualmente, a fácil reprodução de formas simbólicas em larga escala tem transformado esse contexto. Nas palavras do estudioso:

É importante sublinhar que os meios de comunicação têm uma dimensão simbólica irreduzível: eles se relacionam com a produção, o armazenamento e a circulação de materiais que *são significativos* para os indivíduos que os produzem e os recebem. É fácil perder de vista esta dimensão simbólica e preocupar-se tão somente com os



aspectos técnicos dos meios de comunicação. Estes aspectos técnicos são certamente importantes [...] não deveriam, porém, obscurecer o fato de que o desenvolvimento dos meios de comunicação é, em sentido fundamental, uma reelaboração do caráter simbólico da vida social, uma reorganização dos meios pelos quais a informação e o conteúdo simbólico são produzidos e intercambiados no mundo social e uma reestruturação dos meios pelos quais os indivíduos se relacionam entre si. (THOMPSON, 2014, p. 35-36, grifo do autor).

A partir dessa concepção, é perceptível que, tomada a função do jornalismo no contexto de divulgação de informações, é de suma importância aquilo que envolve os sentidos do que é dito – a dimensão simbólica –, que engloba as vivências sociais, como elas são mediadas e, posteriormente, como são recebidas pelo público. Dito de outro modo, importa a forma, ou seja, o modo como as informações são postas, mas, sobretudo, o conteúdo, os sentidos que podem ser abarcados através dele. Para exemplificar isso, tomemos como modelo um dos assuntos que mais permeiam os diferentes tipos de noticiários e que é também tema de investigação nesta pesquisa, a violência. Quais os sentidos, ou, qual o capital simbólico oriundo da divulgação de episódios violentos diários através da mídia? Se é função do jornalismo informar os acontecimentos, é importante que esse tema seja pautado, mas, de que maneira isso acontece? Ao apenas informar objetivamente, ou seja, simplesmente anunciar os fatos, o nível atingido com o que se revela é somente em caráter de tornar conhecidos episódios violentos. Entretanto, essa mesma temática pode tomar outra proporção se consideradas as possibilidades de, por meio da comunicação mediada, propiciar oportunidades de reflexão. Essas possibilidades perpassam pelo que Thompson (2014, p. 44) chama de meio técnico, “o elemento material com que, ou por meio do qual, a informação ou o conteúdo simbólico é fixado e transmitido do produtor para o receptor”. Ou seja, a partir do noticiário rápido e diário, talvez não se consigam abarcar alguns conteúdos ou detalhes que, através de outros meios, possam ser mais bem abordados em questão de profundidade de conteúdo.

O modo escolhido para transmitir os fatos é também importante no que concerne à memória. Isso porque o jornalismo atua também como documento, resguardando acontecimentos históricos importantes, o que possibilita revisitar o contexto social de uma determinada época, por muito tempo. Wolton (2004, p. 50) aborda essa questão, enfatizando que o papel da comunicação na memória deveria ter mais destaque, já que faz “perdurar o passado em direção ao futuro, porque os processos de comunicação são mecanismos de memória”. Jaime Ginzburg (2012, p. 355) afirma que as imagens do passado contribuem para as decisões a serem tomadas no presente. Nesse caso, o pesquisador pode recuperar os fatos

históricos para além de simplesmente reproduzi-los, a fim de gerar reflexão. Conforme o autor, “a política da memória não é apenas um problema de interpretação do passado, é também um referencial para orientação das ações do presente”. Dessa forma, a possibilidade de representação de fatos passados é entendida como uma maneira de compreender aquilo que já foi vivenciado, o que ocorre no presente e ainda o que está por vir.

Toda a criação perpassa pelo capital simbólico, pois se apropria das vivências cotidianas. Slavoj Žižek (2014, p. 18) apresenta uma reflexão sobre o modo como a violência é explorada midiaticamente. Conforme o autor, temas violentos ganham espaço quando unidos a uma série de fatores capazes de produzir efeitos no espaço simbólico, por exemplo, quando a vítima faz parte da empatia do espectador/leitor. Nesse sentido, ele questiona: “Precisamos de mais provas de que o sentido humanitário do que é urgente e relevante é mediado, e sem dúvida sobredeterminado, por considerações claramente de ordem política?”.

Porém, agregar criticidade à simples informação dificilmente se faz possível em noticiários diários, rápidos, que possuem como objetivo principal informar, talvez considerando primordialmente a técnica ou os diferentes interesses supracitados. No entanto, há, no jornalismo, diversas formas de expressão, e uma delas é a reportagem, que, sendo em forma de texto, áudio, imagem ou vídeo, consegue abranger o capital simbólico de maneira mais eficaz, tendo em vista que se trata de um formato que possibilita mais espaço de desenvolvimento, mais tempo de produção, mais contato com diferentes fontes de informação e, inclusive – talvez principalmente –, mais subjetividade.

Não quero dizer que somente a reportagem possui capital simbólico, até porque qualquer produção é carregada de diferentes tipos de saberes e interpretações que constituem as simbologias. Além disso, a pressão temporal, a busca por informar muito no menor espaço possível e outros tantos fatores são inerentes ao fazer jornalístico, e isso não pode servir de artimanha para uma produção sem valor. Embora as notícias diárias não apenas informem a proximidade do real, mas são, em geral, carregadas de ideologias e de marcas econômicas e políticas, é preciso que se acredite na profissão do jornalista e, principalmente, que se cumpra o seu dever, uma vez que o profissional é o responsável pelo que produz, pelo menos em primeira instância.

Entretanto, a possibilidade de desenvolver as ideias de forma mais abrangente é maior no gênero reportagem. Charaudeau (2009, p. 221) questiona: “reportagem: garantia de autenticidade ou armadilha de falsa imparcialidade?”. Ou seja, dispor de mais espaço e de mais tempo para desenvolvimento textual ou audiovisual não significa, necessariamente, que a realidade será representada de maneira menos parcial, mas, talvez, possa ser representada

de modo mais profícuo. O autor (2009, p. 221) explica também que “a reportagem deve adotar um ponto de vista distanciado e global (princípio de objetivação) e deve propor ao mesmo tempo um questionamento sobre o fenômeno tratado (princípio de inteligibilidade)” e é por esse motivo que, nas produções desse gênero, encontram-se planejamento, recursos imagéticos, testemunhos e detalhes explicativos, visando à credibilidade, pois o que se espera do autor é que ele consiga chegar o mais próximo possível ao fenômeno real. Ademais, é esperado que o autor da reportagem seja imparcial tanto na forma de fazer as perguntas às suas fontes quanto na transcrição das suas respostas, sem quaisquer influências do seu engajamento enquanto profissional. E Charaudeau (2009) acrescenta que não há como promover o questionamento – esperado nesse tipo de produção, como mencionado anteriormente –, sem justamente envolver o senso crítico de quem o produz. Se o esperado é que o autor se abstenha do seu ponto de vista pessoal, isso não se sustenta, uma vez que “é impossível (toda construção de sentido depende de um ponto de vista particular) e necessário (todo procedimento de análise implica tomadas de posição)” (CHARAUDEAU, 2009, p. 222).

A ideia apresentada é fundamental para a compreensão do gênero reportagem. Aqui, especialmente tratando sobre o texto, que é difundido em jornais impressos, revistas, livros e portais *online*, é possível afirmar que a utópica busca pela imparcialidade já chegou ao fim, se tomadas como exemplos as reportagens a que temos acesso atualmente. Primeiro, pela impossibilidade de alcançá-la e, depois, justamente pela necessidade de produzir um capital simbólico capaz de fazer refletir, uma vez que é imprescindível o senso crítico para poder proporcionar questionamentos que produzam conhecimento e debates.

Todavia, não seria eficaz que as reportagens fossem produzidas exclusivamente a partir da opinião dos seus autores, pois, se assim o fosse, teríamos uma série de crônicas, artigos e resenhas, e não material jornalístico, que deve abranger o maior número possível de verdades, e não apenas a verdade do profissional que escreve. É por isso que a busca pelas fontes de informação é a melhor solução, e apresentar e confrontar pontos de vista é fundamental no jornalismo. Contudo, é necessário tomar cuidado com o que Charaudeau (2009, p. 222) chama de técnica da “gangorra”, que consiste em “propor pontos de vista diferentes, ou mesmo contrários, sem arriscar-se a operar uma hierarquia (ou fazendo-o em dose mínima), e cuja conclusão se resume a uma série de novas questões”. Nessa perspectiva, o autor de um texto apenas apresentaria opiniões distintas de variados entrevistados, sem se arriscar a propor ao menos uma conexão entre elas, e isso, para o pesquisador, gera apenas novas indagações, sem estimular a criticidade.

Assim, é possível afirmar que existe um abismo entre exclusivamente emitir a opinião ou simplesmente apresentar fatos e ideias de outrem. Entretanto, é nesse vácuo que se insere o meio termo: ouvir, sim, todos os lados possíveis de uma dada realidade a ser representada e tomar essas ideias como informação, sem obviamente distorcê-las, mas trabalhando-as dentro de um contexto que permita a exposição de diferentes pontos de vista, arriscando questionar e propor outras ideias. Irei realizar a discussão mais profunda sobre o gênero reportagem no próximo item deste capítulo, quando serão apresentadas as proximidades entre jornalismo e literatura. Porém, para mais bem elucidar a função desse produto jornalístico, cabe adiantar aqui, ainda, outras considerações acerca do gênero.

Sabendo das possibilidades mais amplas de apuração e de escrita inerentes à produção de reportagens, é também aceitável pensarmos que esse formato de representação jornalístico propicia mais liberdade ao autor de um texto. Poder acrescentar um grande aporte reflexivo advindo de diferentes fontes e do próprio jornalista já é uma maneira de informar mais criticamente, auxiliando na construção e na preservação da memória. Segundo Cremilda Medina (1978), a reportagem combina dois fatores, que seriam o aprofundamento do fato noticioso em função do tempo e do espaço e também a estilística da abordagem. A grande quantidade de informações possibilita, no desenvolvimento da reportagem, um relato mais humano dos acontecimentos. Para a autora, essa forma de texto substitui a suposta objetividade pela subjetividade, ampliando as formas de criação.

A escrita da reportagem tem pulsão, conforme Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari (1986), a partir de uma experiência do repórter Skeets Miller, que, em 1925, foi a uma pequena cidade nos Estados Unidos para escrever acerca do desabamento de uma gruta. Já que não conseguiu as informações com os entrevistados, o repórter envolveu-se na situação, acompanhando os salvamentos das vítimas e pôde, com isso, relatar de forma muito mais profícua e detalhada aquilo que aconteceu, em detrimento de outros veículos que apenas divulgaram informações breves. Sabrina Schneider (2013), também com base nas preposições de Medina, retoma o histórico do gênero, explicando que o nome “reportagem” foi atribuído apenas em 1937, quando surge a revista *The New Yorker* que investiu tempo, espaço e recursos financeiros para que os repórteres produzissem um jornalismo diferenciado. O início da reportagem no Brasil associa-se, segundo a pesquisadora, ao jornalista Paulo Barreto (pseudônimo de João do Rio) que, não motivado com a simples notícia de um fato, preferia reconstruir as informações, tornando-as mais interpretativas e humanizadas.

Para Marques de Melo (1985, p. 65), “a reportagem é o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que são percebidas

pela instituição jornalística”. Lage (2001) entende que o gênero não está restrito ao acompanhamento dos desdobramentos de um fato noticioso, mas vai além, ou seja, não apenas descreve acontecimentos posteriores, mas apresenta novos textos motivados por temas que englobem o original.

Schneider (2013, p. 121) destaca que “a reportagem extrai seu significado do recorte estabelecido pelo jornalista, da problemática por ele identificada”, e, a partir disso, o seu sentido não consiste “no ineditismo da história, no caráter insólito dos episódios relatados ou na notoriedade das personagens envolvidas”, mas é estabelecido pela intenção do escritor. “Também é por isso que, na reportagem, podem ser abordados assuntos normalmente desprezados pela grande imprensa, seja pela ausência de novidade ou por dizerem respeito a pessoas comuns”.

É, portanto, a partir de uma reportagem, mais trabalhada tanto estilisticamente quanto textualmente, que diversos temas são abordados sem a necessidade de seguir o roteiro pré-estabelecido para a construção de um texto. A escrita da reportagem permite a ampliação não somente do número de palavras e de informações a serem utilizadas, mas, muito além disso, de diferentes formas de escrita, que relacionam um conteúdo a outro e permitem o acréscimo de conhecimento e de senso crítico. Com isso, apresento também a noção de uma “grande reportagem”, ou seja, aquela que ultrapassa os limites das folhas do jornal, por exemplo, para ganhar espaço em um livro, que pode ser denominado romance-reportagem, pelo seu caráter literário, que, conforme já mencionei, será apresentado posteriormente. Adianto que essa talvez seja a produção que mais bem consiga cumprir a função do jornalismo, que busco descrever nesta primeira parte do estudo. Um fato que, em geral, já foi abordado nos noticiários, de maneira mais ligeira e que ganha a atenção de um autor que, por meses ou anos, busca construir uma versão daquela realidade textualmente, com riqueza de detalhes, de entrevistados, de informações e contextos, possivelmente é um fato que transcende a linha dos interesses os quais, por vezes, predominam no fazer jornalístico da grande mídia. Não ousaria dizer que a construção de um romance-reportagem está isenta de intencionalidades para além da informação, mas presumo que seja, certamente, um gênero que está distante da rotina normativa diária do jornalismo para encarar um outro tipo de desafio. Sendo assim, entendo que a função do jornalismo possa vir a ser cumprida de maneira mais eficaz nessa forma de produção, uma vez que abarca de forma mais profícua as diversas versões das realidades.

Revisadas as perspectivas de teóricos e estudiosos do campo da comunicação, compreendo que, de forma resumida, a função do jornalismo é, portanto, informar, desafiando

os interesses econômicos e políticos que possam distorcer essas informações. A função consiste, ainda, em representar a realidade, que ganha uma nova versão a partir do texto e, também, com a nova perspectiva do real, em contribuir para resguardar a memória, produzindo capital simbólico capaz de estimular o senso crítico e a reflexão social sobre os mais diferentes temas.

É possível observar, diante do exposto, como a representação do mundo através do jornalismo está diretamente atrelada às suas funções. Diferentemente da literatura, que embora represente realidades, não faz dessa sua função primordial, visto que não possui como intuito informar, o jornalismo parte justamente da difusão de informações, ou seja, busca representar a não ficção, mesmo que, para isso, precise superar algumas instâncias. Ainda assim, as experiências e a subjetividade dos autores entram em confluência com os textos e, também, por isso, o real não é captado em sua totalidade. Se representar no jornalismo é informar, e essa é sua primeira finalidade, então, representação e função, nesse contexto, deveriam ser vistos como concepções próximas.

Até aqui, apresentei separadamente as conceituações sobre formas de representação e as funções da literatura e do jornalismo. Já ao final desta seção, abordei as primeiras relações possíveis do jornalismo enquanto arte – imbricando-se com a literatura –, já que o jornalismo assume uma função mais específica quando se une ao fazer artístico. No próximo item deste capítulo, são expostas com mais completude as premissas que interligam essas narrativas de natureza distinta, ficção e não ficção, por meio do gênero romance-reportagem.

## 2.5 QUANDO LITERATURA E JORNALISMO SE UNEM<sup>7</sup>

Desde que os estudos sobre jornalismo literário surgiram, em 1960, são muitos os pesquisadores que têm abordado o gênero, não apenas revendo o histórico e o conceituando, mas, também, relatando as particularidades dessa forma de fazer jornalístico – e literário. Assim, selecionei alguns desses pesquisadores para servirem de base para esta seção, a fim de tornar possível a compreensão acerca desse gênero que chamarei de jornalismo literário, do qual faz parte o romance-reportagem, também nomeado por alguns pesquisadores, especialmente da área da comunicação, como livro-reportagem. Embora se refiram a um mesmo tipo de obra, o termo “livro-reportagem” é majoritariamente utilizado pelos estudiosos

---

<sup>7</sup> Parte deste subcapítulo está publicado na *Nueva Revista del Pacífico*. n. 74. 2021. ISSN: 0716-6346. ISSN (e): 0719-5176. Autoria de Laísa Veroneze Bisol; Lizandro Carlos Calegari; Xosé Antonio Neira Cruz.

do jornalismo, enquanto “romance-reportagem” é a nomenclatura habitualmente empregada pelos estudiosos da área da literatura.

Ao investigar a questão da diferença entre as nomenclaturas, Schneider (2013) aponta que os jornalistas atuam na defensiva quando seus livros são lidos como ficção, tendo em vista que tratam de fatos verídicos. Já os críticos da área de Letras apontam a pobreza de recursos e a falta de um trabalho mais minucioso com a linguagem. Assim, a preferência pela denominação “livro-reportagem” por parte dos comunicólogos infere a ideia de que o livro seria apenas um meio físico para divulgar textos com sua essência na informação jornalística, mesmo com suas características literárias, haja vista que o termo “romance” está normalmente associado à ficcionalidade.

Diante disso, cabe trazer à tona as ideias de Chillón (1999). O estudioso argumenta que toda a fala humana sempre possui, em alguma medida, ficcionalidade. Segundo o autor, há, no âmbito da literatura, um entendimento comum que relaciona ficção a falsidade ou a mentira, que leva a ideia de que a criação artística poderia ser algo negativo. No entanto, trata-se de uma visão muito restritiva a respeito da ficção. Para Chillón, não basta dizer que existam textos midiáticos e literários de um lado e narrativas enganosas de outro lado, tampouco buscar distinguir ficção boa e ruim. É preciso considerar que os atos de fala são atos de ficção que permitem expressar e compreender de modo imaginativo e retórico tudo o que possamos chamar de realidade. Entretanto, a grande questão, conforme o autor, está na análise do grau e da maneira com que a ficção acontece.

Chillón (1999) distingue os graus ou modos de ficção em 1) *Enunciação factícia* ou *Ficção tácita* que se refere aos enunciados em que a ficção estaria reduzida ao mínimo, ou seja, existiria apenas implicitamente ou de modo não intencional, inerente ao ato de fala. Essa categorização é subdividida pelo autor em: a) *Enunciação factícia de teor documental*, que se caracteriza primordialmente pela sua veracidade e alta verificabilidade, como é o caso de diversas narrativas jornalísticas, como uma reportagem e; b) *Enunciação factícia de teor testemunhal*, que também é caracterizada pela veracidade, porém com escassa verificabilidade, em que fariam parte obras como autobiografia, livros de memória, relatos de viagens e a literatura de testemunho. Já a 2) *Enunciação fictícia* ou *Ficção explícita* se caracteriza pela fabulação, ou seja, a ficção se estabelece de maneira intencional, mas também variável, dividida pelo estudioso em: a) *Ficção de teor realista*, que busca a essência da verdade por meio da verossimilhança, possuindo caráter mimético. Chillón cita como exemplo a obra de Flaubert, que buscava representar uma realidade através da ficção; b) *Ficção de teor fabulador*, que buscaria uma realidade essencial, mas a partir de um mundo

possível através da imaginação ou fantasia, como são as obras fantásticas, por exemplo; e c) *Ficção de teor falacioso*<sup>8</sup>, que utiliza deliberadamente da mentira. Segundo o autor, essa categoria se distingue da ficção artística, já que explora deliberadamente a credulidade dos interlocutores.

A partir dessas categorias e definições, retomo o que abordei anteriormente a respeito das formas de representação na literatura e no jornalismo, quando se estabeleceu essa distinção: embora narrativas literárias possam – e muito o fazem –, por meio da ficção, representar contextos condizentes com a realidade, essa não é a sua função fundamental, papel esse que cabe à representação através do jornalismo. Sendo assim, o grau de ficção de um romance-reportagem não pode ser igual ao de um romance literário e, portanto, não se sustenta o argumento de que o termo “romance-reportagem” desqualificaria a obra jornalística, colocando-a em um patamar de ficção, relacionada à mentira ou à enganação. Nem mesmo a literatura pode ser associada comumente a essa ideia, como discutido anteriormente.

Apesar da escolha do termo (romance-reportagem ou livro-reportagem), é indiscutível que esse formato de narrativa pertença ao campo denominado jornalismo literário. Cabe, então, apresentar as conceituações no que tange à união do jornalismo com a literatura. Entre os pesquisadores da área, destaco a perspectiva que escolhi para a compreensão acerca das características do romance-reportagem que mencionarei mais adiante. Trata-se das ideias de Edvaldo Pereira Lima, escritor, jornalista e professor, que foi cofundador da Academia Brasileira de Jornalismo Literário e é um grande ícone no que concerne aos estudos sobre a temática, pois resgata e apresenta de forma ampla e esclarecedora o gênero que desvela centenas de romances-reportagens todos os anos. O autor destaca que o jornalismo absorve

elementos do fazer literário, mas, camaleão, transforma-os, dá-lhes um aproveitamento direcionado a outro fim. A literatura está, até então, basicamente interessada na escrita. Mesmo quando representa o real, através da ficção, a facticidade concreta, efetiva – de acontecimentos, personagens e ambientes perfeitamente existentes e nominados, no espaço social verdadeiro – não é, na maioria dos casos, o item primordial. As exceções estariam com os livros de memórias, com as autobiografias, com os relatos de viagens. Mas, *grosso modo*, não há na literatura contemporânea aos primórdios da imprensa moderna atual a necessidade do *reportar*, completamente factual. E é esta tarefa, a de sair do real para coletar dados e retratá-lo, a missão que o jornalismo exige das formas de expressão que passa a importar da literatura, adaptando-as, transformando-as. (LIMA, 1995, p. 138, grifos do autor).

---

<sup>8</sup> Do original, “falaz”.



A partir do entendimento desse pesquisador, reitero a ideia da convergência entre as duas áreas – literatura e jornalismo – que, mesmo com finalidades distintas, estão imbricadas através de diversos elementos. Ambas representam, ambas se valem de temáticas sociais e ambas, ainda, utilizam uma linguagem específica para narrar aquilo que almejam. Essas características as diferenciam, por exemplo, da linguagem científica ou do próprio jornalismo cotidiano, o qual é desenvolvido com o intuito primordial de noticiar. Lima (1995, p. 139) pondera como errada a concepção de uma barreira entre literatura e jornalismo, justamente porque “o jornalismo apropria-se das técnicas da literatura e vice-versa”. O autor exemplifica essa questão através de Graciliano Ramos, escritor que apresenta a marca de uma boa literatura e de um bom jornalismo. “Em termos modernos, a literatura e o jornalismo são vasos comunicantes, são formas diferentes de um mesmo processo” (LIMA, 1995, p. 139).

Antes de adentrar nas especificidades do gênero em questão, as quais dizem respeito às características de um romance-reportagem, é importante a revisão acerca do seu surgimento. Para tanto, tomarei como base os estudos de um dos precursores das premissas acerca do jornalismo literário, Tom Wolfe, que explica os caminhos do surgimento dessa linguagem, a partir dos romances-reportagens. Nos anos 1950, era preciso escolher entre ser jornalista ou ser romancista, não sendo possível unir informação e literariedade. No entanto, conforme o autor,

no começo dos anos 60, uma curiosa ideia nova, quente o bastante para inflamar o ego, começou a se insinuar nos estreitos limites da *statusfera* das reportagens especiais. Tinha um ar de descoberta. Essa descoberta, de início modesta, na verdade, reverencial, poderíamos dizer, era que talvez fosse possível escrever jornalismo para ser... lido como um romance. *Como* um romance, se é que me entendem. Era a mais sincera forma de homenagem ao Romance e àqueles grandes, os romancistas, claro. (WOLFE, 2005, p. 19).

O termo *New Journalism* (Novo Jornalismo) surge, nesse período, nos Estados Unidos, para designar uma nova prática textual oriunda de um momento político, social e cultural, em que um novo formato de texto jornalístico aparece, desvencilhando-se de técnicas básicas como *lead*, pirâmide invertida e ideia de objetividade. Segundo Wolfe (2005), enquanto grande parte dos repórteres, concorrendo entre si, corria atrás do “furo” jornalístico, ou seja, de pautas inéditas e, geralmente, de grande impacto, um outro grupo de jornalistas passou a dedicar-se a “reportagens especiais”, mais aprofundadas, abrangendo inúmeros detalhes. Conforme o autor, “nem mesmo os jornalistas pioneiros nessa direção duvidavam sequer por um momento que o romancista era o artista literário dominante, agora e sempre.

Tudo o que queriam era o privilégio de se vestir como ele” (WOLFE, 2005, p. 19) e acrescenta: “nunca desconfiaram nem por um minuto que o trabalho que faziam ao longo dos dez anos seguintes, como jornalistas, roubaria do romance o lugar de principal acontecimento da literatura” (WOLFE, 2005, p. 19). Segundo o pesquisador Eduardo Ritter (2013, p. 60), essa afirmação “coloca o *New Journalism* como um estilo que, reconhecidamente, teve como ambição, depois de criado, desbancar o romance de ficção como gênero mais importante da literatura norte-americana da época”, possuindo objetivos mais alinhados com a literatura do que com o próprio jornalismo. A respeito da aceitação desse novo gênero por parte dos romancistas, irei discutir mais adiante.

Wolfe (2005) afirma que a expressão *New Journalism*, popularizada dessa maneira, não o agrada, embora tenha assumido essa denominação em 1973. O autor relata que a nomenclatura foi de fato utilizada pela primeira vez em 1965, quando Seymour Krim foi chamado pelo editor do *Nugget* para escrever nesse formato. Wolfe cita ainda outros que, como ele, foram precursores nesse formato de fazer jornalístico: Thomas Morgan, Gay Talese, Brock Brower, Terry Southern, além de romancistas que passaram a escrever não ficção, como Norman Mailer e James Baldwin. Ainda conforme o autor, as primeiras publicações inovadoras, que se assemelhavam a contos, com a grande presença de diálogos, por exemplo, causavam estranheza, sendo que profissionais mais tradicionais desconfiavam de que os jornalistas estariam inventando falas e situações até que descobriram a técnica de ir para as ruas e acompanhar os fatos para escrevê-los em forma de reportagem.

Convém salientar, no entanto, que literatura e jornalismo convergem desde muito antes do surgimento do romance-reportagem. De acordo com Chillón (1999) a primeira convergência entre as áreas se deu em 1722, quando Daniel Defoe, novelista e jornalista inglês, conhecido por sua obra *Robinson Crusoe*, publicou o primeiro romance-reportagem que se tem conhecimento, “*A Journal of the Plague Year*”.

Conforme Felipe Pena (2008), nos séculos XVIII e XIX, escritores literários descobriram a força da produção de conteúdos através de jornais, sendo o folhetim<sup>9</sup> um dos principais instrumentos. “Publicar narrativas literárias em jornais proporcionava um significativo aumento nas vendas e possibilitava uma diminuição nos preços, o que aumentava o número de leitores” (PENA, 2008, p. 29). Todavia, nesse contexto, embora no jornal houvesse um espaço para o romance, as narrativas não estavam imbricadas, isto é, não se

---

<sup>9</sup> Segundo Pena (2008), inicialmente, o folhetim não se referia a romances publicados em jornais, mas à crítica literária. Contudo, a partir de 1830, voltou-se ao novo formato, com publicação de romances com características específicas como linguagem simples, já que os periódicos eram distribuídos a um vasto público. As histórias envolviam, principalmente, adultérios, amores impossíveis, aventuras e conteúdos capazes de provocar lágrimas ou sorrisos.

tratava de jornalismo literário, pois havia uma parte destinada ao texto informativo e outra designada ao texto ficcional.

A aceitação do texto jornalístico escrito a partir de técnicas literárias não foi unânime em seu surgimento. Muitos não aceitavam o estilo como gênero, questão que é discutida ainda na atualidade. Felipe Pena (2008) afirma que a prática de definição de gêneros é bastante antiga, uma vez que Platão já dividia o discurso em mimético, expositivo ou misto e, posteriormente, Aristóteles separou os gêneros em épico e dramático. O estudioso ainda recorda a ideia de que as subdivisões eram direcionadas a classes sociais específicas, sendo a “tragédia” voltada para os nobres e a “comédia” aos plebeus. Pena (2008, p. 20) menciona que o modelo começa a ser questionado no século XVIII, mas, somente no século XX, surge uma grande mudança na conceituação de gênero. “Com a consolidação dos valores burgueses, um gênero se cristalizou como dominante: o romance. A partir dele surgiram misturas com outras formas de representação, como cartas, diários e memórias”. O tema levantado por Pena também foi discutido na literatura por Mikhail Bakhtin (1998). O autor anunciava o romance como um gênero inacabado, que ainda estava por ser constituído e, diante disso, problematizava-o em relação aos demais: “o romance parodia os outros gêneros (justamente como gêneros), revela o convencionalismo das suas formas e da linguagem, elimina alguns gêneros, e integra outros à sua construção particular, reinterpretando-os e dando-lhes um outro tom” (BAKHTIN, 1998, p. 399).

Conforme Pena (2008), assumiu-se a ideia de gêneros enquanto relativos e transitórios, ou seja, sempre em transformação, tornando-se um desafio a análise de dois discursos diferentes, o jornalístico e o literário, mesmo que, ao longo da história, teóricos tenham buscado definir essa união como um gênero específico. “Entretanto, se o princípio básico é o da transformação e da transitoriedade, a missão torna-se impossível. Então, a única alternativa é propor uma aproximação conceitual, identificando subdivisões possíveis de acordo com o momento histórico” (PENA, 2008, p. 20).

Wolfe (2005, p. 26) explica que jornalistas e literatos questionavam o estilo no início. “Os literatos ignoravam esse lado do Novo Jornalismo, porque faz parte das suposições da crítica moderna que esse material cru simplesmente está ‘lá’. É ‘dado’”. Ainda nas palavras do autor,

a parte crucial que a reportagem desempenha em toda narrativa, seja em romances, filmes ou não-ficção, é algo não tanto ignorado, mas simplesmente não compreendido. A noção moderna de arte é essencialmente religiosa ou mágica, e segundo ela o artista é visto como uma fera sagrada que, de alguma forma, grande

ou pequena, recebe relances da divindade conhecida como criatividade. O material é meramente seu barro, sua paleta... Mesmo a relação óbvia entre a reportagem e o grande romance – basta pensar em Balzac, Dickens, Gogol, Tolstói, Dostoiévski e, de fato, Joyce – é uma coisa que os historiadores da literatura abordam apenas no sentido biográfico. Foi preciso o Novo Jornalismo para trazer para primeiro plano essa estranha questão da reportagem. (WOLFE, 2005, p. 27).

Essa poderia ser, então, a hipótese primeira para a rejeição do gênero em seu início, ou seja, tratava-se de uma narrativa desenvolvida a partir de fatos “reais” e não escrita a partir de uma iluminação recebida pelo seu criador, impossibilitando, conforme os críticos, a catarse própria da literatura. Por isso, em 1966, o “Novo Jornalismo já pagara à vista seus tributos literários: especificamente, amargura, inveja e ressentimento” (WOLFE, 2005, p. 41). Exemplo disso foi a reação ao texto do próprio Wolfe, publicado em duas partes e intitulado “Tiny Mummies! The True Story of the Ruler of 43rd Street’s Land of the Walking Dead!” (“Minúsculas múmias! A verdadeira história do chefe da Terra dos Mortos-Vivos da rua 43!”). “Os manda-chuvas tanto do jornalismo como da literatura lançaram seu primeiro ataque contra aquela amaldiçoada multidão pobretona parada na porta, aqueles escritores de revista que trabalhavam a maldita forma nova...” (WOLFE, 2005, p. 42). Jornais conservadores passaram a nomear os escritores de “parajornalistas”. Já os literatos, segundo Wolfe (2005), estariam em pânico por terem se habituado com uma estrutura até então considerada eterna, estrutura essa dividida em classes: a classe alta literária seria atribuída aos romancistas, principalmente, pois seriam os artistas criativos com exclusividade no entendimento das emoções e dos mistérios. Na classe média, estariam os “homens de letras”, que seriam os críticos e intelectuais, e já a classe baixa era destinada aos jornalistas, pouco notados, que repassavam informações. Wolfe trata com ironia essa questão:

E, de repente, em meados dos anos 60, aparece um bando desses lumpemproletários, nada mais, nada menos, um bando de escritores de revistas de papel brilhante e suplementos de domingo sem credencial literária alguma na maioria dos casos – só que usando todas as técnicas do romancista, até as mais sofisticadas – e ainda por cima se permitindo os insights dos homens de letras – e, ao mesmo tempo, fazendo ainda suas reportagens pedestres, “cavadoras”, prostituídas, malditas reportagens do tipo vestiário – assumindo *todos* esses papéis ao mesmo tempo – em outras palavras, ignorando a divisão de classes literárias que passou quase um século se constituindo. (WOLFE, 2005, p. 44, grifo do autor).

Entretanto, a ideia de Novo Jornalismo ganhou força com a publicação do livro *A sangue frio* (1966), de Truman Capote, romancista que, segundo Wolfe (2005), estava com a carreira um pouco parada até a publicação dessa obra que é considerada como fundadora do

jornalismo literário, sendo o primeiro romance-reportagem, fato esse que lhe atribuiu prestígio. A grande reportagem, que resultou na referida obra, levou cinco anos para ser desenvolvida e relata, de forma muito bem apurada e aprofundada, o assassinato de uma família na cidade de Holcomb, no interior do Estado do Kansas, nos Estados Unidos. “Pessoas de todo tipo leram *A sangue frio*, pessoas de todos os níveis de gosto. Todo mundo foi absorvido por aquilo. O próprio Capote não chamava seu livro de jornalismo; longe disso, dizia que tinha inventado um novo gênero literário, o ‘romance de não-ficção’” (WOLFE, 2005, p. 46). Após outras publicações nesse mesmo estilo de narrativa, “em 1969, ninguém do mundo literário podia simplesmente descartar esse Novo Jornalismo como um gênero inferior” (WOLFE, 2005, p. 48). Lima (1995, p. 138) também une essa experiência: “num primeiro movimento, o jornalismo bebe na fonte da literatura. Num segundo, é esta que descobre, no jornalismo, fonte para reciclar sua prática”.

Embora a nomenclatura e os estudos a respeito partam da década de 1960, há registros de narrativas romanescas de não ficção em uma época ainda mais distante. Se tomarmos o Brasil como exemplo, temos o livro *Os sertões* (1902), de Euclides da Cunha, que relata as experiências do autor diante da Guerra de Canudos, onde atuou como correspondente em 1897.

O exemplo é citado por Edvaldo Pereira Lima (2009), que também fornece informações a respeito do surgimento do jornalismo literário no Brasil a partir da década de 1960 com a revista *Realidade*, que circulou de 1966 até o início de 1970. O periódico apresentava reportagens com destaque justamente para a qualidade narrativa. E foi nesse período que as questões de jornalismo literário começaram a emergir no país. Conforme Rildo Cosson (2007), a pluralidade da literatura nos anos 1970 apresentou uma grande ligação com o jornalismo, o que foi facilitado pela quantidade de escritores-jornalistas que, devido à censura em curso, valeram-se da literatura com o propósito de representar uma realidade. Esses fatores, unidos ao impacto da indústria cultural e, também, à condição de marginalidade com que autores foram confrontados, fizeram com que a ligação literatura-jornalismo ultrapassasse as questões estilísticas, segundo Cosson (2007, p. 37), “fazendo emergir um tipo particular de texto que foi denominado, entre nós, de *romance-reportagem*”.

Como é possível observar, o jornalismo literário não abarca somente as narrativas em forma de livro, mas, também, reportagens especializadas, publicadas em outros formatos. O mesmo autor (2001) relata que a expressão “romance-reportagem” aparece no Brasil na primeira metade da década de 1970, a partir de uma coleção publicada pela Editora

Civilização Brasileira. A coleção foi assim denominada por apresentar fatos e personagens da realidade retratados conforme os modelos ficcionais.

Entretanto, Cosson afirma que ocorreu um apagamento do romance-reportagem após a década de 1970, como se o gênero tivesse existido somente naquele período para cumprir determinadas funções. A maior parte dos estudos acerca desse tipo de narrativa é realizada no campo do jornalismo e não da literatura e, talvez por esse motivo, a nomenclatura “livro-reportagem” tenha sido mais popularizada na atualidade, embora as obras possam também ser denominadas “romances-reportagens” assim como outrora. Para Schneider (2013), depois da década de 1970, o romance-reportagem teve sua morte “enfaticamente anunciada pela crítica literária brasileira – o que fez com que o assunto praticamente caísse no esquecimento, no campo das Letras”, enquanto o chamado “livro-reportagem” assume uma posição privilegiada no âmbito da pesquisa jornalística.

Cosson (2001), que considera o romance-reportagem como um gênero, explica que os romances-reportagens surgem na década 1970, especialmente em razão da resistência ao regime ditatorial. Todavia, conforme Schneider (2013), o romance-reportagem foi inclusive acusado de ter contribuído com a ditadura por ter elegido formas erradas de combatê-la, porque, em vez de questionar a realidade através da recusa da sua representação, optava por uma estética realista. Cabia à literatura o papel de revelar o que era silenciado pelos jornais em razão da censura em curso; com isso, surge um elo entre as duas formas de narrativa, constituindo-se, assim, um paradoxo: não é somente jornalismo porque é romance, mas também não é somente romance, pois se trata de jornalismo. O pesquisador também afirma que outra contribuição importante para se chegar ao romance-reportagem brasileiro parte da história do próprio jornalismo, que destinava – e ainda destina – espaço nos jornais para informações em forma de crônica, por exemplo, mesclando as linguagens.

Visto o fator de origem para o romance-reportagem brasileiro, é coerente perceber que, ainda hoje, grande parte, senão a maioria, dos livros do gênero destina suas temáticas a questões que remetem à violência, a regimes políticos e à representação de pessoas excluídas ou marginalizadas social e culturalmente, estando em consonância com o motivo pelo qual literatura e jornalismo uniram-se no Brasil.

Mônica Fontana (2006, p. 02) discorre a respeito dessa aproximação entre a literatura e o jornalismo afirmando que, “mesmo com uma ideologia regendo uma clara fronteira entre ficção e realidade, pode-se perceber que, de certa forma, ambos se misturam”, considerando que o romance teria como uma de suas finalidades instruir a partir de realidades pessoais ou sociais, e o jornalismo teria o papel de difundir mitos fundadores a respeito da sociedade

imaginada por nações-estados. Pena (2008, p. 103) também menciona que realidade e ficção não possuem conceitos absolutos, entretanto, pondera: “o fatício no Jornalismo Literário<sup>10</sup> não se baseia na veracidade, mas sim na verossimilhança, ou seja, na mimetização da realidade”. A literatura, portanto, embora possa representar questões sociais, é, em maior medida, calcada na ficcionalidade, enquanto que o jornalismo, quando se vale da linguagem literária para compor um romance-reportagem, por exemplo, deve buscar manter mais fidelidade à informação factual.

Paul Ricoeur, em seu livro *Tempo e narrativa*, dedica um capítulo ao entrecruzamento entre história e ficção. O estudioso afirma que existem trocas entre ambos: “a história e a ficção só concretizam suas respectivas intencionalidades tomando de empréstimo a intencionalidade da outra” (2010, p. 311). Ainda conforme Ricoeur, essa concretização só ocorre quando a história se serve da ficção para refigurar o tempo e, por sua vez, a ficção se utiliza da história com esse mesmo objetivo. É esse fenômeno que incide no romance-reportagem, que recorre a documentos, a entrevistas e a aparatos históricos a fim de contar sobre uma determinada temática ao grande público, através de uma obra que, embora escrita com base na veracidade, pode possuir traços ficcionais, como tudo o que é escrito através da percepção de alguém. O jornalismo literário é, então, definido por Pena (2008) como a união de elementos de gêneros diferentes, não como uma dicotomia entre realidade e ficção, mas como uma verossimilhança que engendra uma atitude narrativa que mistura os dois.

Uma vez apresentadas as relações entre literatura e jornalismo, irei adentrar, a seguir, em algumas especificidades inerentes ao gênero. Partindo da ideia de jornalismo literário, irei me deter no que diz respeito estritamente ao romance-reportagem, objeto de estudo desta pesquisa, não abarcando particularidades de outras formas de narrar, como também seria o caso de algumas reportagens especiais veiculadas em outros meios como revistas, por exemplo, que, embora utilizem uma linguagem mais estilizada e uma maior apuração do que se observa em notícias comuns, ainda não conseguem, devido ao próprio espaço destinado às informações, aprofundar os conteúdos de forma tão completa como ocorre através dos romances-reportagens.

### **2.5.1 Das características do romance-reportagem**

---

<sup>10</sup> O autor também diferencia “jornalismo literário” de “ficção jornalística”, já que o primeiro, embora se aproxime da ficção, diz respeito à narração com base no real, enquanto o segundo modelo permite a inserção de fatos inventados junto à informação.

Nesta subseção da pesquisa, irei explorar as características que são atribuídas ao romance-reportagem. Dessa maneira, será possível uma melhor compreensão acerca do objeto de estudo e, também, da categorização de elementos que irão contribuir para a consolidação das análises. Início a discussão abordando o romance-reportagem enquanto gênero, ou seja, com as particularidades inerentes à proposta narrativa jornalístico-literária. Posteriormente, trago à tona as questões relacionadas ao narrador do romance-reportagem. Em seguida, apresento características gerais que dizem respeito a essa forma de escrita. Por fim, apresento uma proposta de infográfico que sintetiza as ideias, unificando-as.

Anteriormente, apresentei o romance-reportagem como uma alternativa ao fazer jornalístico que, muitas vezes, na prática cotidiana, acaba cedendo aos interesses econômicos e políticos, o que acarreta uma minimização dos seus papéis fundamentais, já discutidos nesta pesquisa. Pena (2008, p. 13) está em acordo com essa ideia, o que auxilia na compreensão acerca do foco desse tipo de narrativa. Segundo ele, “o que deveria ser uma profissão ligada às causas da coletividade vem se transformando, salvo raras e boas exceções, em um palco de futilidades e exploração do grotesco e da espetacularização”. O autor justifica sua afirmativa, destacando que diversos meios midiáticos estariam entorpecidos na busca por audiência e patrocínio, em um ciclo vicioso. “Prisioneiros dessa lógica, os jornalistas sérios, comprometidos com a sociedade, têm seu espaço reduzido e buscam alternativas. O Jornalismo Literário é uma delas” (PENA, 2008, p. 13). Essa ideia corrobora as de Lima (1995), que atribui ao jornalismo literário a ocupação do espaço vazio que é deixado pelas publicações periódicas. Todavia, Pena afirma que se refere a uma alternativa complexa:

Não se trata apenas de fugir das amarras da redação ou de exercitar a veia literária em um livro-reportagem. O conceito é muito mais amplo. Significa potencializar os recursos do Jornalismo, ultrapassar os limites dos acontecimentos cotidianos, proporcionar visões amplas da realidade, exercer plenamente a cidadania, romper as correntes burocráticas do *lead*, evitar os definidores primários e, principalmente, garantir perenidade e profundidade aos relatos. No dia seguinte, o texto deve servir para algo mais do que simplesmente embrulhar o peixe na feira. (PENA, 2008, p. 13).

A afirmação categórica de Felipe Pena é praticamente uma definição do que seria um bom romance-reportagem, uma vez que se espera encontrar, nesse tipo de narrativa, dados inéditos e muito mais aprofundados do que aqueles noticiados cotidianamente. O *lead*, por exemplo, mencionado pelo pesquisador, é a base de um texto jornalístico veiculado em jornais e sites, que responde às questões: o que, quem, quando, onde, como e por que, ou seja, respostas informativas e rápidas para um determinado acontecimento e que, uma vez



informadas, tornam “velha” a notícia, pois não há mais o que explorar. É por esse motivo que, muitas vezes ou na maioria delas, as temáticas de romances-reportagens partem justamente de alguns casos especiais divulgados pela mídia e ganham – com o passar do tempo e com as diversas perspectivas oriundas dessa distância temporal – uma nova roupagem e uma outra leitura através de um livro. Lima (1998, p. 15) trata a respeito disso quando menciona uma Guerra do Oriente Médio: “logo após a guerra surgiram reportagens, em livros, oferecendo uma leitura muito mais ampliada da questão do que o tratamento dado pela imprensa convencional”.

As obras que constituem o *corpus* da presente pesquisa refletem muito bem o que mencionei. Um exemplo disso, a fim de tornar mais claro, é o livro *O espetáculo mais triste da Terra* (2011), de Mauro Ventura. A obra remete a uma tragédia ocorrida em Niterói em 1961, quando um circo foi acometido por um incêndio que matou centenas de pessoas. O autor traz à tona, através da obra, não somente o episódio em si, já conhecido no país através dos noticiários em geral, mas o aprofundamento do tema com a discussão sobre as investigações policiais, os suspeitos, as possíveis falhas das autoridades, além de inéditos e esclarecedores depoimentos. Produzida 50 anos depois do ocorrido, a “notícia” dessa vez não se classifica como velha. Pelo contrário, retoma um acontecimento, exaustivamente noticiado, mas dessa vez com mais profundidade de relatos, contribuindo para o resgate da memória.

Pena (2008) afirma que o jornalista literário, longe de ignorar aquilo que faz parte do jornalismo diário, desenvolve essas técnicas narrativas, construindo novas estratégias que mantêm, principalmente, princípios como rigorosa apuração, ética, observação e clareza. É preciso ressaltar, entretanto, que nem todos os romances-reportagens são desenvolvidos por jornalistas. Alguns dos autores, partindo de sua habilidade de escrita e observância da sociedade, motivados por fatores diversos, que incluem sua percepção do mundo, também escrevem obras com essa característica de reportagem. Não irei debater, neste trabalho, as diferenças linguísticas, estilísticas, ou outras que possam aparecer, quando a obra é desenvolvida por um profissional do jornalismo ou de outra procedência ou formação. Esse poderia ser um tema para uma pesquisa futura. Todavia, ainda que um livro que retrata uma determinada situação seja escrito por alguém sem formação jornalística, irá abordar, imprescindivelmente, os detalhes daquilo que narra e, portanto, é praticamente impossível não se utilizar de técnicas narrativas e, antes disso, apuração e observação profundas. Quanto à ética, partirei do pressuposto de que exista, em qualquer dos casos.

Assim, ao tratarmos sobre a figura do autor do texto, é preciso que pensemos também no narrador. Nos romances ficcionais, em geral, a voz narrativa é atribuída a uma espécie de

personagem, ou seja, o autor do texto e o narrador são “personas” diferentes, já que o escritor pode propor ao narrador pensamentos, opiniões e vivências que não são necessariamente iguais às de quem escreve. Já no romance-reportagem, o texto é construído diretamente a partir das observações e experiências do autor, atreladas a entrevistas que, normalmente, ele mesmo conduziu e decupou, algumas vezes, inclusive, atribuindo sentidos entre o que viu e ouviu. Então, quem seria o narrador nesse contexto?

Como não há, ainda, um vasto estudo no jornalismo a respeito da narração e, também, por se tratar de um gênero chamado jornalismo literário, nos valem das teorizações acerca do narrador desenvolvidas com enfoque na literatura. Fernando Resende (2005), ao pesquisar o fenômeno da narração através do jornalismo, afirma que a complexidade midiática passou a ser pesquisada muito recentemente e, portanto, olhares interdisciplinares contribuem para essa compreensão, através, por exemplo, dos Estudos Culturais, da Psicanálise e dos Estudos Literários.

O autor também propõe que a narrativa se dá como uma representação coletiva, possibilitando a ampliação de experiências sociais e, portanto, atribui importância às pesquisas que visam a compreender as formas de o jornalismo narrar o mundo. Resende ainda problematiza a falta de uma voz narrativa bem definida no jornalismo. Segundo ele, a busca pelo distanciamento dos fatos, ou da utópica imparcialidade, no cotidiano da escrita noticiosa, acabaria por suprimir a identidade de quem escreve o texto. Nas palavras do pesquisador: “o jornalista, diante de pressupostos conceituais que formatam o seu texto [...] se esvai do narrado e raramente se apresenta enquanto autor. Não há, na perspectiva da jornalística tradicional, alguém que conta a história” (RESENDE, 2005, p. 89).

A maneira como o jornalista se apropria dos fatos para contá-los aos leitores, interpretando histórias, pode ser uma das características que tornam uma reportagem ou um romance-reportagem mais completos e interessantes do que uma matéria meramente informativa. Ainda que a veracidade seja um dos elementos essenciais de uma obra jornalística, sabemos que, quando se trata de um livro-reportagem, a literalidade torna-se mais evidente na construção da narrativa, se considerarmos publicações isoladas com foco unicamente na informação. Embora os fatos apontados pelo jornalista sejam verídicos, não se pode deixar de notar a forma como a escrita se estabelece. A linguagem não se equipara àquela convencionalmente utilizada no jornalismo meramente informativo, mas vem aparelhada com “adornos”.

Quando tratamos do jornalismo meramente noticioso, que, em geral, suprime a identidade de quem escreve o texto, é possível observar esse distanciamento. Entretanto, ao

percorreremos os caminhos do jornalismo de viés mais literário, ou seja, dos romances-reportagens, podemos encontrar as marcas desse narrador. Theodor Adorno (2003), em importante ensaio, tece considerações a respeito da posição do narrador no romance realista e moderno. Suas observações nos permitem fazer uma relação com o romance-reportagem. Isso porque o autor explica a antiga necessidade de apreensão do real nas obras realistas, mas, sobretudo, o modo como, especialmente a partir do século XIX, as obras passaram a ser nutridas de subjetividade, considerando o ponto de vista do narrador. Essa ideia vai ao encontro do que estamos discutindo, uma vez que, embora se trate de uma narrativa desenvolvida por um autor que busca explicar algumas verdades, também se trata de obras munidas de muitas reticências, no sentido figurativo. Isso porque esse narrador, que se expressa inclusive a partir de sua subjetividade, também permite, muitas vezes, que o leitor faça suas próprias inferências em relação à história que é contada.

Mikhail Bakhtin (2002) esclarece que personagens ou narradores falam a partir de muitas outras vozes. Trata-se, aqui, do conceito de polifonia, expresso pelo estudioso a partir da análise da obra de Dostoiévski, como sendo a “multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis e a autêntica polifonia de vozes plenas” (BAKHTIN, 2002, p. 4). Ou seja, não há uma única verdade expressa pela voz narrativa, o que existe é o combinado de diferentes pontos de vista apropriados por aquele que escreve.

A fim de ilustrar o que mencionei até o momento, cito o trecho de uma das obras que fazem parte do meu *corpus* de pesquisa, o romance-reportagem *Holocausto brasileiro*, de Daniela Arbex (2015, s. p.):

Tragédias como a do Colônia nos colocam frente a frente com a intolerância social que continua a produzir massacres: Carandiru, Candelária, Vigário Geral, Favela da Chatuba são apenas novos nomes para velhas formas de extermínio. Ontem foram os judeus e os loucos, hoje os indesejáveis são os pobres, os negros, os dependentes químicos e, com eles, temos o retorno das internações compulsórias temporárias. Será a reedição dos abusos sob a forma de política de saúde pública? O país está novamente dividido.

Não temos como atribuir essa escrita a um narrador aleatório. É Arbex que se posiciona, enquanto jornalista, a respeito de tudo o que desenvolveu durante o texto e, mais do que isso, opinando sobre as problemáticas que envolvem o tema abordado, amplificando as ideias. Além disso, através do excerto que mencionei, é possível observar a subjetividade, proposta por Adorno, ou seja, a possibilidade de reflexão e inferências por parte do leitor, inclusive através do lançamento de uma pergunta oriunda de uma problemática. Ademais, a

construção da ideia exposta por Arbex se deu, justamente, a partir da união de diversas outras vozes, como as de seus entrevistados, das histórias que leu e ouviu, de sua experiência como jornalista, dentre tantas outras. Assim, acredito que há um entrecruzamento entre o narrador e o autor. Diferentemente do que se busca em textos meramente noticiosos, que é o distanciamento do sujeito que narra, no romance-reportagem, temos o oposto, que é justamente o seu posicionamento de forma explícita.

Ainda na busca por compreender as características do romance-reportagem, apresento a perspectiva de Lima (1995), que aponta uma diferenciação entre essas obras e outros romances. A primeira delas diz respeito ao *conteúdo*, pois, conforme o autor, as abordagens dos livros-reportagens correspondem ao factual. Já a segunda tem ligação com o *tratamento*, ou seja, a linguagem utilizada, que é a jornalística. A terceira leva em conta a *função*, isso quer dizer, o livro-reportagem cumpriria as finalidades do jornalismo de informar, explicar e orientar, por exemplo. Em sua obra *O que é livro-reportagem*, Lima (1998) lança, de maneira bastante clara, as características dessa forma narrativa. O pesquisador enfatiza a ideia de um jornalismo que ultrapassa o já convencional (composto por técnicas noticiosas básicas, visando unicamente a informar) e, por esse motivo, o romance-reportagem ganha uma liberdade não encontrada geralmente na mídia cotidiana. “O primeiro grande voo é o rompimento com dois carrascos conceituais nas redações convencionais: a atualidade e a periodicidade” (LIMA, 1998, p. 18). Ou seja, o jornalismo diário preocupa-se com o agora, enquanto o literário busca aprofundar e dar sentido às memórias, transcendendo o atual e chegando a novas interpretações.

A outra “flexibilização” citada pelo autor diz respeito à periodicidade. Enquanto o jornalismo cotidiano convive com a grande pressão de cumprimento de prazos, um livro-reportagem pode ser escrito durante todo o tempo que for necessário para o seu desenvolvimento. Outra característica atribuída por Lima (1998) é a questão da profundidade, já mencionada anteriormente, porque, enquanto o jornalismo cotidiano prende-se aos fatos, a narrativa do livro compreende a contextualização dos acontecimentos. O autor afirma que, ao elaborar a pauta de reportagens focando unicamente os fatos consumados, o jornalismo acaba adotando uma postura passiva frente à realidade, não assumindo a atitude pró-ativa, que seria a desejável por carregar uma visão multidimensional dos acontecimentos. Desse modo, conforme o entendimento de Lima (1998, p. 22), o jornalismo deixaria de “cumprir a missão nobre de verdadeiramente auxiliar o público a compreender globalmente o que acontece no mundo contemporâneo”.

Esses atributos do romance-reportagem se dariam, então, a partir de alguns recursos para o desenvolvimento dos textos, mencionados por Wolfe (2005) já em seu manifesto de 1973: 1) a reconstrução de cada cena da história; 2) o registro dos diálogos; 3) a apresentação de pontos de vista de diversas personagens; e 4) o registro de tudo, roupas, gestos, enfim, características simbólicas das personagens e da cena.

Todos esses passos, entretanto, para alcançarem o resultado final, que seria a consolidação de um romance-reportagem cuja construção cumpriria com as funções esperadas, só são possíveis através da linguagem, outra característica particular do gênero. No jornalismo cotidiano, normalmente a escrita é mais sucinta, direta, sem rodeios, visto que o elemento principal é somente a informação. Já quem escreve romance-reportagem busca, conforme Pena (2008, p. 103), “a representação do real por meio da contextualização e interpretação de determinados acontecimentos”, sem a preocupação de “apenas informar, mas também explicar, orientar e opinar, sempre com base na realidade”. E para conseguir isso, é claro, o autor utiliza-se justamente da linguagem mais próxima à linguagem literária.

Com o intuito de demonstrar como ocorre a escrita em cada um dos casos – romance-reportagem e jornalismo cotidiano –, apresento, a seguir, o trecho de outra obra, que também faz parte do *corpus* deste estudo, *A família Canuto e a luta camponesa na Amazônia* (1999), de Carlos Cartaxo, que trata, dentre outras questões, a respeito de uma família que lutou contra o crime organizado no período entre a Guerrilha do Araguaia e a Nova República. Na sequência da reprodução desse excerto, descrevo a passagem de uma matéria veiculada em um portal de notícias, tratando sobre a morte de um militante:

A noite tinha chegado e o céu, que naquela época ficava carregado de nuvens, começou a ficar estrelado. O discurso de Paulo se prolongou. Neuton Miranda também expressou seu sentimento pelo companheiro partido. A partir daí, as falas, que foram fortes e objetivas deram lugar a cânticos e choro, enquanto o caixão estava sendo coberto por terra, aquela por quem João Canuto tanto lutou. (CARTAXO, 1999, p. 204).

João Luiz Duboc Pinaud, jurista e militante dos Direitos Humanos, morreu nesta segunda-feira (23/4), aos 87 anos. De acordo com o portal O Fluminense, o corpo do advogado está sendo velado no Plenário Brígido Tinoco da Câmara de Vereadores de Niterói desde às 15h30 de hoje e será cremado na manhã desta terça (24/4). (CONJUR, 2018, n. p.).

A diferença nas formas de narrar é bastante evidente nesses dois fragmentos. Enquanto o texto de Cartaxo descreve uma morte com abundância de detalhes, o texto do portal

noticioso demonstra somente as informações relevantes para aquele momento. O primeiro instiga a sensibilidade e a reflexão; o segundo visa à informação. Retomo, aqui, a ideia de Chillón (1999) a respeito do modo como os textos podem traduzir as experiências sensitivas dos sujeitos. No jornalismo literário, a maneira como a narrativa se constrói permite, em maior medida, a expressão das experiências dos sujeitos que fazem parte da história narrada. Nesse tipo de texto, há uma preocupação maior com a demonstração mais minuciosa de quem é o indivíduo e suas particularidades diante daquele contexto. Não busco afirmar a superioridade de um texto em relação ao outro; o que pretendo, a partir desses exemplos, é demonstrar a diferença de narrativas jornalísticas que buscam cumprir objetivos diferenciados, sendo que, no romance-reportagem, a linguagem literária é utilizada justamente para atingir sua finalidade. Chillón (1999, p. 53) enfatiza que a escrita jornalística deve contrapor a ideia de que a escrita literária tem a ver com rebuscado ou supérfluo, ao contrário: “é no trato com as palavras, na realidade, de onde se trava a batalha mais importante na busca por um jornalismo crítico, cívico e eticamente responsável”<sup>11</sup>.

Em acordo com essa perspectiva, Erik Neveu (2014) aborda o jornalismo enquanto uma arte narrativa, quando, para além dos fatores temporais, há a busca pelo desconhecido, valorizando o trabalho de apuração e investigação que vai além do relato das fontes. O autor explica ainda que, por empregar a linguagem literária, esse tipo de narrativa propicia também a ampliação dos horizontes interpretativos, o que pouco tem ocorrido no noticiário da contemporaneidade.

Dito isso, trago importante ponderação de Lima (1998, p. 27): o livro-reportagem nem sempre “apresenta qualidade superior ao jornalismo convencional. Ele tem potencial para tal, mas o resultado depende muito do talento do autor, da abrangência do tema, das condições de produção, do profissionalismo da editora”, e acrescenta: “há livros-reportagens excelentes, bons e medíocres”. Dessa maneira, quando o jornalismo se une à literatura, através de romances-reportagens, cabe também refletirmos se a função jornalística pode ser ampliada, já que a informação, quando mais apurada e mais enriquecida em detalhes e percepções, pode contribuir mais eficazmente para a construção do capital simbólico que proporcione um conhecimento analítico. Na busca por esse esclarecimento, o ponto de partida é justamente a função literária, tendo em vista que, nesse tipo de produção, uma área se imbrica à outra.

Dessa maneira, é imprescindível remeter novamente a Candido (1995, p. 245) para quem “a produção literária tira as palavras do nada e as dispõe como todo articulado”. É

---

<sup>11</sup> Traduzido por mim, do original: “Es en el trato con las palabras, en realidad, donde se libra la batalla más importante en pos de un periodismo crítico, cívico y éticamente responsable”.

justamente esse todo que resulta na construção de um significado, é o “todo” que faz refletir, repensar, entrar em contato com a fabulação e criar próprios sentidos. Ao compreendermos que, para escrever uma grande reportagem, o autor precisa levar em conta um contexto, efetuar leituras do mundo e das realidades, entrevistar diferentes fontes e unir todos esses elementos textualmente, a fim de produzir um sentido, ainda que se trate de um exemplo de narrativa de não ficção, essa produção – se unida a outras especificidades como modos de escrita –, pode, em grande medida, tomar para si alguns preceitos literários e, assim, assumir um papel até então atribuído majoritariamente à literatura.

O grande valor da obra de arte consistiria em não simplesmente representar um universo, mas, sobretudo, oportunizar alguma consequência positiva. De acordo com Candido (2000), dentre os motivos de produção de uma obra, é necessário verificar se ela pode ou não se tornar um bem coletivo, visando às aspirações sociais. Trazendo essa ideia da área literária para o campo jornalístico, é possível associar um ponto bastante comum: o interesse público. Esta é a premissa para um fazer jornalístico autêntico, que cumpre a sua função: apropriar-se, predominantemente, da ideia de que, para gerar sentido, é preciso atender ao que a sociedade quer ou precisa obter como conhecimento. Isso posto, aproximo a premissa de Candido com a proposição de Charaudeau (2009, p. 131), segundo a qual “o espaço social é uma realidade empírica compósita, não homogênea, que depende, para sua significação, do olhar lançado sobre ele pelos diferentes atores sociais, através dos discursos que produzem para tentar torná-lo inteligível”. Ou seja, a influência exercida do meio sobre a obra e vice-versa, conforme propõe Candido, é também argumento para o fazer jornalístico compatível com o papel que deve cumprir. Sendo assim, relacionar essas duas formas de narrar, através de um romance-reportagem, pode nos levar a uma ideia ainda mais abrangente no que concerne à função jornalística: o senso de humanização.

Não proponho elevar o jornalismo – tampouco a literatura – a um patamar de poder que torna capaz de, exclusivamente, através dos textos, humanizar. Isso porque muitas pessoas, mesmo analfabetas, podem possuir valores, dentre eles, entendimentos de mundo, iguais ou superiores a quem teve acesso à considerada mais alta literatura ou a inúmeras reportagens especiais. É inegável, entretanto, que, ao representar realidades e reconstruí-las de forma reflexiva através dos textos, os autores das obras podem, através delas, também ampliar os níveis de sensibilidade e oportunizar saberes que elevem as percepções dos indivíduos.

Sobre isso, o crítico de arte Nicolas Bourriaud (2009) afirma que a finalidade artística consiste em assumir e modificar relações sociais. Os artistas significativos são, portanto,

aqueles que conseguem encontrar o cotidiano, mas também gerar inovações. Ao destacar a importância da arte nessa construção, o estudioso também critica as estratégias de interesses comerciais que dominam a sociedade. Unindo, então, informação e arte no romance-reportagem, essa ideia pode ser reafirmada, e podemos questionar se essas obras têm cumprido esse papel, uma vez que os autores estão diretamente ligados ao cotidiano, para produzir esse tipo de material, devendo, então, no meu ponto de vista, contribuir na transfiguração de realidades sociais. Dessa premissa se reafirma a ideia do quanto a obra – sendo ficcional ou não – e a sociedade são confluentes na interferência uma na outra.

Embora o estudo acerca da humanização no jornalismo e através dele, de maneira específica, ainda seja tímido, alguns pesquisadores já se propuseram a abordar o assunto. Um deles é Jorge Kanehide Ijuim, que dedica boa parte de sua carreira acadêmica a compreender esse fenômeno. Ao escrever um ensaio sobre o papel do jornalismo e resgatar alguns aspectos históricos a esse respeito, o crítico questiona: “o Jornalismo, como um dos meios de socialização, tem também como missão humanizar? No meu entender, sim. [...] Por meio de um jornalismo humanizado podemos produzir narrativas em que o ser humano seja o ponto de partida e de chegada” (IJUIM, 2017, p. 236). Se a função jornalística está atrelada ao interesse público, então essa afirmativa está totalmente em acordo com o processo de produção de conteúdo informativo.

Na busca por identificar as necessidades de humanização no jornalismo, Ijuim (2017, p. 236-237) assinala três situações principais. A primeira delas diz respeito a “quando caricaturiza o ser humano”, isso quer dizer, quando os produtos midiáticos divulgam os acontecimentos objetificando-os, sem tratá-los como fenômeno social. A problemática é exemplificada pelo autor a partir de uma análise de uma série de matérias acerca do sistema prisional, divulgadas em diferentes veículos de comunicação. Segundo sua análise, mesmo aqueles textos que buscavam tratar do tema de uma forma reflexiva acabavam abordando simplesmente a insuficiência do sistema e a insegurança social em razão das fugas. O que Ijuim propõe seria um noticiário que abarcasse também o questionamento sobre o porquê da necessidade de tantas penitenciárias. “Raramente uma matéria jornalística provoca a discussão sobre as causas do aumento da violência, conjugada ao estado de pobreza da população, ao índice de desemprego, a instabilidade familiar, entre outros fatores” (IJUIM, 2017, p. 237) e acrescenta que, ignorando esse fenômeno, a imprensa acaba por privilegiar o imediatismo ao invés da reflexão acerca das problemáticas sociais.

Nessa mesma linha, o autor acrescenta a segunda situação, “quando ignora a complexidade do fenômeno”, considerando que o jornalista deveria ser um observador da



realidade, comprometendo-se com valores universais, buscando não apenas a audiência, mas, sim, temáticas que visam a criar identificação com a audiência. O crítico exemplifica essa questão com as matérias que divulgam resultados objetivamente, como os do IBGE, sem questionar e gerar novos assuntos que poderiam interessar e informar, em maior medida, a população, por divulgar o que está mais relacionado com a vida cotidiana.

Por fim, Ijuim (2017, p. 240) lança a terceira situação problemática ao jornalismo que não seria humanizado: “quando não reconhece o Outro”. O autor acredita que nem sempre os seres humanos são, de fato, representados como pessoas, isso porque, do seu ponto de vista, prevalecem os estereótipos também no discurso midiático. É como se houvesse um abismo separando culturas, classes, etnias etc. “O indígena, a prostituta, o migrante ou o pobre ainda são ‘estranhos’ aos olhos de setores da imprensa brasileira. Várias motivações de ordem socioculturais colaboram para a criação de estereótipos e a consequente discriminação destes e de outros grupos sociais”, e, ao causar estranheza, são reforçados preconceitos e se reproduz a cultura de discriminação.

Todos esses fatores, para o pesquisador em questão, desumanizam o fazer jornalístico, pois na medida em que a sociedade não é observada e representada em sua multiplicidade, falta a humanização. Todavia, Ijuim retoma uma visão otimista acerca do modo como é possível superar essas formas de produção e visar à mudança nesse paradigma. Em sua percepção, ao buscar narrativas mais humanizadas, o jornalista deve esvaziar-se de preconceitos e compreender o ser humano como o mais importante desde a construção de uma pauta até a finalização de um texto. Nas palavras do autor:

Em sua relação com o mundo, o jornalista esvazia-se de preconceitos de modo a captar, ver e enxergar, ouvir e escutar, questionar e sentir. Munido de uma racionalidade criativa e da emoção solidária, assume a postura de curiosidade e descoberta, de humildade para sentir as dores do mundo (Dines), de empatia, de solidariedade às dores universais (Medina). Assim, seu trabalho respeita as diferenças de qualquer natureza e se isenta de julgamentos, de preconceitos e estereótipos. Sua narrativa adquire caráter emancipatório, pois, de forma humanizada, seu ato é humanizador. (IJUIM, 2012, p. 133-134).

Ao buscar os elementos citados por Ijuim, portanto, o enunciador da informação apresenta as diversas e complexas faces do mundo, proporcionando entendimento e criticidade, ou seja, humanizando o fazer jornalístico. Compreendo, então, que, embora possuam objetivos diferentes, as funções da literatura e do jornalismo devem se unir quando os gêneros se complementam nos romances-reportagens, propiciando uma experiência ainda

mais ampla e enriquecedora aos leitores que buscam informação e, ao mesmo tempo, os efeitos da humanização.

A fim de sintetizar as ideias a respeito de jornalismo literário e, especificamente, as qualidades inerentes ao romance-reportagem, e após a leitura e compreensão acerca do gênero, apresento um infográfico que unifica as características. O intuito desse compilado é proporcionar uma leitura mais dinâmica referente ao exposto, facilitando a compreensão e a consulta acerca do tema.

Infográfico 1 – Características do Jornalismo Literário



Fonte: autoria própria (2021).

### 2.5.2 Classificações

Embora apresentem características em conformidade, não é possível afirmar que todos os romances-reportagens sejam escritos da mesma maneira, com a mesma forma ou estilística. Sendo assim, busco, a partir desta subseção, apresentar as diversas classificações e formas que podem diferenciar umas obras das outras, sem negar a possibilidade de outras não mencionadas, que podem surgir conforme a produção dos autores ou o contexto temporal em

que os livros se inserem. Não se trata, portanto, de classificações fechadas e definitivas, mas que auxiliam na compreensão acerca da tipologia desse gênero.

Edvaldo Pereira Lima (2004), que denomina o gênero como “livro-reportagem”, propõe 13 classificações diferentes para as obras: 1) *Perfil*: enfatiza a humanidade de uma personalidade, de forma semelhante a uma biografia; 2) *Depoimento*: reconstitui fatos a partir de pessoas que participaram ou testemunharam os acontecimentos; 3) *Retrato*: apresenta uma visão aprofundada acerca de uma região ou espaço social; 4) *Ciência*: tem como intuito divulgar um tema científico; 5) *Ambiente*: foca em causas ambientalistas; 6) *História*: origina-se de temas históricos e se propõe a investigá-los; 7) *Nova consciência*: foca em novos movimentos sociais e promove discussões sobre cultura, comportamento, economia ou religião, por exemplo; 8) *Instantâneo*: aborda fatos recentes, mas já com seus desfechos, preocupando-se com a sua perenização; 9) *Atualidade*: semelhante ao instantâneo, mas com a diferença de ainda não haver um desfecho; 10) *Antologia*: agrupa, em uma mesma edição, reportagens já publicadas por um ou mais autores; 11) *Denúncia*: possui cunho investigativo, com foco nas injustiças sociais; 12) *Viagem*: não se trata de um relato turístico de viagem com mera descrição de lugares, mas de uma abordagem acerca dos aspectos sociológicos, humanos, históricos que fazem parte do contexto; 13) *Ensaio*: com narrativa em primeira pessoa, há uma delimitação de tema e uma discussão do autor acerca daquela questão.

A classificação apresentada pelo autor abarca e pode categorizar os mais diversos tipos de romance-reportagem. Entretanto, ainda há uma forma de narrativa não contemplada a partir dessas definições. São obras que relatam as experiências vivenciadas pelo próprio jornalista, enquanto ator principal de um contexto relatado e que, ora são classificadas como romance-reportagem, ora como relato de testemunho. Segundo Chillón (1999), embora romances realistas, romances-reportagens e literatura de testemunho estejam conectados por um mesmo fenômeno comunicativo e cultural, que se trata da necessidade de elaboração de narrativas capazes de captar e expressar a sociedade atual, é necessário diferenciá-las. Retomo, portanto, a ideia do mesmo autor em relação ao teor fictício ou factício das obras, sendo o primeiro uma representação da vida social através da fabulação, e o segundo, a representação dessa mesma vida social, mas focando na veracidade, como é o caso das narrativas jornalísticas e testemunhais. Contudo, Chillón (1999) aponta para a diferenciação das duas últimas, de maneira especial:

Não estabelecemos esta distinção entre prosa testemunhal e documental apelando para a nebulosa falácia sobre a distinção entre subjetividade e objetividade, uma vez

que toda a narração – toda a história contada por um narrador: alguém que sabe – é irremediavelmente subjetiva. Estamos, assim, distinguindo dois tipos de subjetividade: uma livre e pessoal, não sob escrutínio nem comprovação; e outra disciplinada e regulada, sujeita a exigência de verificação e contraste intersubjetivos. (CHILLÓN, 1999, p. 115)<sup>12</sup>.

Em nenhum momento o autor nega a existência da subjetividade em reportagens, pelo contrário, ele a reafirma como elemento de cada ato de fala. Todavia, a diferenciação está no modo como a subjetividade se estabelece em diferentes textos. Segundo suas ideias, enquanto o autor do relato de testemunho pode utilizar-se da subjetividade de uma maneira mais livre, o escritor do romance-reportagem tem uma obrigação com a divulgação de fatos de maneira a contemplar o que está mais próximo possível da realidade e, portanto, sua subjetividade perpassa por regulações.

Assim, quando um romance-reportagem é escrito por um autor que participou do processo como ator, esses papéis – ou essa subjetividade – se fundem. Considerando as ideias apresentadas, um romance-reportagem com esse viés poderia ser classificado como *performático*. A palavra, já utilizada no cinema para categorizar um tipo específico de documentário, infere justamente a participação do autor da obra no contexto em que ele mesmo representa. Não se trata apenas de testemunho, nem tampouco de participar dos fatos de maneira proposital, para tomar conhecimento e posteriormente relatá-los, trata-se, por outro lado, de alguém que vivencia a situação, mas a relata, buscando partir do viés jornalístico, da subjetividade regulada. Os romances-reportagens obtêm, a partir dessa união de contextos, uma nova classificação, a performática.

Não é por acaso que se torna possível tomar por empréstimo uma categorização cinematográfica já que o jornalismo literário possui aproximações também com esse campo. Chillón (1999) lembra que, quando Tom Wolfe constatou as características essenciais do *New Journalism*, afirmando que através dele havia uma construção de cena por cena, já estava reconhecendo a influência do cinema sobre a nova forma de fazer jornalístico. A construção das cenas sucessivas, conforme Chillón, está aliada a algumas características do gênero, como a expressão do ponto de vista do narrador, a exaustiva descrição das personagens e ambientes e a transcrição dos diálogos. Tudo isso proporcionaria ao jornalismo uma composição

---

<sup>12</sup> Traduzido por mim, do original: “No establecemos esta distinción entre prosa testimonial y documental apelando a la nebulosa, falaz distinción entre subjetividad y objetividad, dado que toda narración – toda historia contada por un *narrus*: alguien que sabe – es irremediavelmente subjetiva. Estamos, más bien, distinguiendo dos tipos de subjetividad: una libre y personal, no sometida a escrutinio ni comprobación; y outra disciplinada y regulada sujeta a la exigencia de verificación y contraste intersubjetivos.

semelhante à do cinema, especialmente o documental, de modo que, segundo o mesmo autor, a reportagem também influenciou o cinema de documentários em seu início.

Ainda que seja possível classificar as obras dentro desses 14 tipos apresentados – os 13 propostos por Lima e o último que proponho neste estudo –, o romance-reportagem é um gênero bastante livre, que é escrito a partir de diferentes formas. Assim, ainda que diversos livros pertençam à mesma classificação, é possível diferenciá-los pelo modo como a abordagem é realizada. Um romance-reportagem pode ser narrado como se fosse uma ficção, pode incluir diálogos, pode mesclar os relatos dos entrevistados com as ideias do autor, pode seguir uma ordem cronológica ou não, pode conter imagens que auxiliam na construção narrativa, dentre outros elementos que variam entre as obras.

Uma vez demonstradas as características relativas ao jornalismo literário, exponho, no próximo capítulo, as reflexões acerca da temática da violência e o modo como esse fenômeno pode ser representado por meio desse tipo de narrativa.



### 3 JORNALISMO LITERÁRIO E VIOLÊNCIA<sup>13</sup>

A violência faz parte do cotidiano social. Porém, essa afirmação é tão comum quanto costuma ser para os indivíduos receberem informações acerca de ações de crueldade ou, até mesmo, conviverem com elas. Deveria a violência ser fenômeno trivial à humanidade? Desenvolvo, neste capítulo, reflexões em torno da temática da violência a partir da perspectiva de sua constituição, perpassando pelos tipos de violência e, ainda, apresentando a sua relação com a questão do poder e da dominação.

Ainda neste capítulo, desenvolvo um mapeamento do romance-reportagem brasileiro produzido na contemporaneidade, a partir do ano 2000, com base nas obras destaque no Prêmio Jabuti, categoria “Reportagem”, a fim de discutir de que maneira esse tipo de produção, entendida aqui como parte do jornalismo literário, representa a violência, os sujeitos agressores e os agredidos. Por fim, demonstro as questões decorrentes do resultado do mapeamento.

#### 3.1 ALGUMAS FACES DA VIOLÊNCIA

Embora o discurso acerca da violência lembre e remeta, ao menos inicialmente, àquilo que é palpável, esse fenômeno está presente de diversas formas no meio social de maneira que, sem uma reflexão profunda, o fenômeno pode passar despercebido ou sem a atribuição da devida importância. Slavoj Žižek (2014, p. 17) elucida essa ideia ao mencionar que “os sinais mais evidentes da violência que nos vêm à mente são atos de crime e terror, confrontos civis, conflitos internacionais”, mas afirma que é necessário que estejamos atentos para além da violência visível, exercida por agentes identificáveis. Segundo o autor, devemos ser “capazes de perceber os contornos dos cenários que engendram essas explosões. O passo para trás nos permite identificar uma violência que subjaz aos nossos próprios esforços que visam a combater a violência e a promover a tolerância”. Partindo dessas ideias, é preciso considerar todo o contexto violento que permeia o campo social.

Assim, seja física, simbólica, institucionalizada ou não, a violência assume um papel junto à humanidade. A brutalidade que espanta ou que, por ser tão explícita e recorrente, causa

---

<sup>13</sup> Parte deste capítulo está publicado na *Revista Acta Scientiarum Language and Culture*. v. 43 n. 1, jan./jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.4025/actascilangcult.v43i1.54903>; e parte na *Nueva Revista del Pacífico*. n. 74. 2021. ISSN: 0716-6346. ISSN (e): 0719-5176. Ambos de autoria de Laísa Veroneze Bisol; Xosé Antonio Neira Cruz; Lizandro Carlos Calegari.

passividade, é explicada por Jaime Ginzburg (2013) como parte da construção histórica, causada por seres humanos e suas motivações, embora o crítico afirme não haver justificativa para atos violentos. Segundo ele (2013, p. 9), “a história do Brasil é constituída de modos violentos, desde a colonização, a escravidão, passando pelas ditaduras até o presente”, ou seja, trata-se de uma violência enraizada na estrutura social.

Hannah Arendt (1985, p. 6) afirma que “ninguém que se dedique à meditação sobre a história e a política consegue se manter ignorante do enorme papel que a violência desempenhou sempre nas atividades humanas” e que surpreende que tão raro a violência tenha se tornado objeto de consideração. Nesse mesmo sentido, na perspectiva de Sigmund Freud, em correspondência a Albert Einstein, em 1932, os conflitos humanos geralmente são resolvidos através da violência, e um rápido olhar acerca da história da humanidade revela uma imensidão de conflitos entre duas ou mais comunidades, unidades, cidades, grupos étnicos, nações, impérios e outros, mas quase sempre com a força advinda das armas. Nessa mesma correspondência, publicada em 2005 por Deisy de Freitas Lima Ventura e Ricardo Antônio Silva Seitenfus, Freud explica que os seres humanos podem ser incitados à guerra por diferentes motivos, sejam eles nobres ou vis. Contudo, ressalta que, dentre esses motivos, “está certamente o desejo da agressão e destruição: as incontáveis crueldades que encontramos na história e em nossa vida de todos os dias atestam a sua existência e a sua força” (p. 40).

As ideias de Freud nos permitem indagar: de que modo um ser humano pode sentir o desejo pela agressão ou pela destruição? Atos violentos não poderiam ser de ordem irracional? Conforme Arendt (1985, p. 34), “é o uso da razão que nos torna perigosamente ‘irracional’”. A estudiosa acrescenta que é justamente a razão que diferencia os seres humanos dos animais: “foi o homem, a partir do momento em que passou a inventar instrumentos, quem concebeu as armas de longo alcance que o libertam das naturais limitações que encontramos no reino animal”, sendo, inclusive, a fabricação dos objetos uma atividade bastante complexa no âmbito mental. Ela enfatiza, assim, que a violência não é irracional, mas fruto da razão.

Nessa direção, de acordo com os autores Aguinaldo de Bastos, Alexandre Marques Cabral e Jonas Rezende, a violência não é fruto da animalidade, mas da própria racionalidade humana. Isso porque não existe genocídio nem prazer de destruição entre animais. Quando um animal mata o outro, é com o intuito de alimentar-se e não de ver o outro sofrer. “É que no homem tudo o que ele é e faz, sente e pensa, compreende e experimenta já é marcado pela sua humanidade. É como humano que o homem é violento” (BASTOS *et al.*, 2010, p. 113).



Os pesquisadores, dentre outras justificativas, destacam que a história da humanidade caminha em conjunto com a história da crueldade, já que sofrer e fazer sofrer é parte estruturadora do processo histórico do ocidente. Ressaltam, ainda, que os seres humanos são vítimas, mas também são culpados pela perpetuação dessa lógica estruturadora violenta. Citando Freud, os autores afirmam a tendência pessimista de pensar a impossibilidade de abolir a experiência violenta na existência humana, pois ela é constitutiva da vida. Visto isso, o maior desafio seria, então, reposicioná-la. Conforme esse entendimento, “desejos ou interesses divergentes são o pressuposto necessário para que a violência seja o recurso necessário para equacionar o conflito gerado” (BASTOS *et al.*, 2010, p. 50), ou seja, atos de crueldade continuam sendo justificados em razão de interesses que, na maioria das vezes, perpassam por relações de dominação, que irei mencionar posteriormente.

A violência, nessa esteira, se relaciona ao excesso de razão e não da falta dela, considerando que quem comete atos de crueldade considera ter um entendimento superior ao do outro. Conforme Bastos, Cabral e Rezende (2010, p. 32), “violência é violação”, e violar significa “tornar o outro digno de ser obstruído ou aniquilá-lo”, sendo que “toda a violência é um tipo de relação em que o outro aparece como digno de ser oprimido, aniquilado ou rebaixado”, e “isso nunca acontece sem razão”. Portanto, na perspectiva daquele que comete atos de crueldade, eles estão justificados.

Bastos, Cabral e Rezende (2010) elucidam, citando as ideias de Erich Fromm (1967), as motivações inconscientes de diferentes tipos de violências, excetuando as de cunho patológico. O primeiro tipo refere-se à “violência recreativa”, em que não há motivação por ódio e que só há morte, se acontecer algo fora do planejado. Ainda que haja algum desejo inconsciente por destruição, a motivação, aqui, refere-se à exposição de habilidades, portanto, esse primeiro tipo de violência refere-se, por exemplo, a jogos, como os realizados por tribos primitivas. O segundo tipo mencionado pelos autores trata-se da “violência reativa”, que teria como intuito defender a vida, a liberdade, a dignidade ou a propriedade, tendo como objetivo preservar e não destruir. A terceira forma seria a “violência vingativa”; nesse aspecto, os autores retomam a ideia de Fromm que a caracteriza com a finalidade de, de forma mágica, desfazer outro ato violento. Trata-se de uma tentativa de retribuir em igual medida um sofrimento, através de punição. Os estudiosos expõem também o quarto tipo, a “violência compensatória”, em que, para compensar uma impotência diante do mundo ou de alguns aspectos, os indivíduos desenvolvem comportamentos violentos, não com o objetivo de fazer sofrer, mas de exercer domínio sobre o outro. Por fim, a quinta forma apresentada é a “sede de sangue”, mais comum nas sociedades primitivas, mas que atribui ao sujeito agressor a

sensação de vida e fortaleza diante de outros. Seriam ações de crueldade não por amor à destruição, mas como afirmação de si mesmo.

A esses tipos de violência mencionados, eu acrescento ainda um sexto, que, no meu entendimento, seria a “violência por circunstância”. Considerando especialmente aqui o contexto social e cultural brasileiro – uma vez que os autores também afirmam que a condição da violência pode ser interpretada de maneiras diferentes dependendo da cultura a qual se insere –, é possível observar que há uma violência quase que naturalizada, que faz parte do meio. Dentre outros exemplos, cito a questão do patriarcado, em uma sociedade que ainda comete muita violência contra as mulheres; ou o tráfico de drogas e armas, que, por vezes, insere pessoas da família no mundo do crime. De modo semelhante, a condição social que leva alguns indivíduos a desenvolverem um estilo de vida violento insere também seus pares nesse mesmo cenário. Outro exemplo seria a produção de ações de crueldade porque assim foi constituído, como pessoas que foram treinadas para agir com violência diante de determinadas situações. A violência, a partir dessa concepção, possuiria como objetivo a manutenção de um *status quo*, ainda que nem sempre de forma consciente. Arendt (1985, p. 42) destaca que “a violência é justificada em termos de criatividade” e explica essa afirmativa argumentando que o debate entre aqueles que propõem meios violentos como restauradores da ordem, por exemplo, e os que acreditam em reformas não violentas, assemelham-se com a discussão entre dois médicos que debatem vantagens ou desvantagens a respeito de uma cirurgia. Nesse segundo caso, quanto mais enfermo estiver o paciente, mais importância terá a opinião do médico. Assim, ao voltarmos essa ideia para o contexto da violência, temos que, quanto mais vulnerabilidade diante de uma situação de violência, maior a possibilidade de justificá-la.

Para além desses seis tipos de violência, que podem estar vinculados ao nível das motivações inconscientes, também existe aquela realizada de forma intencional, ou seja, o indivíduo está conscientemente motivado a agir de modo violento.

Ainda na ideia de categorizar a violência, algumas das formas são citadas por Ginzburg (2013) que as expõe como sendo simbólicas, psicológicas, por intimidação, humilhação, remetendo, ainda, à desumanização e à hostilidade: “trata-se de uma palavra que é chamada para falar frequentemente de situações difíceis de descrever, de extremo horror, de níveis de sofrimento que não deveriam existir” (GINZBURG, 2013, p. 10), mas que acabam se tornando comuns entre os indivíduos. E o mesmo autor questiona: “por que isso é um fenômeno comum?” (GINZBURG, 2013, p. 11). Na medida em que já está

institucionalizada como parte da estrutura social, a violência acaba por não causar mais estranhamento, é como se a humanidade ficasse alheia a essa discussão, uma vez que esses fenômenos teriam se tornado, inexplicavelmente, inerentes à humanidade.

Diante disso, retomamos os conceitos abordados por Žižek (2014), quando o teórico afirma que é preciso atentar também para aquela violência que é “invisível”. Dessa maneira, o autor categoriza a violência como subjetiva e objetiva, sendo que essa segunda abarca as violências simbólica e sistêmica. A violência subjetiva, conforme Žižek (2014, p. 17), diz respeito àquela que é visível, que é exercida por “um agente claramente identificável”, que pode ser um ator social ou o próprio Estado. Entretanto, o autor problematiza essa questão ao considerar que, a partir da violência visível, as atenções são desviadas para que não haja a análise de uma outra forma de violência que talvez seja ainda mais nociva, a objetiva. Ainda conforme Žižek, quando mais a população fala sobre violência, menos reflexões críticas se efetivam sobre o que é a violência e quem está sendo beneficiado por ela. À violência objetiva se relaciona a violência simbólica, tida como “invisível”, pois se trata de um mecanismo em que as classes dominantes impõem-se sobre as classes dominadas sem oposição, já que os dominados vivenciam a situação como sendo algo natural, não se percebendo como vítimas. Um exemplo recorrente está no modo como culturas dominantes são impostas de maneira inquestionável. Conforme a perspectiva do mesmo autor, a violência sistêmica, que também faz parte da objetiva, consiste nas “consequências muitas vezes catastróficas do funcionamento homogêneo dos nossos sistemas econômico e político” (ŽIŽEK, 2014, p. 17). O autor aponta a violência sistêmica como uma contrapartida à violência subjetiva e, ainda, salienta a “hipocrisia daqueles que, combatendo a violência subjetiva, se servem de uma violência sistêmica que engendra precisamente os fenômenos que detestam” (ŽIŽEK, 2014, p. 161).

Considerando o campo simbólico, o teórico aborda ainda a violência da linguagem, e o faz com uma questão inquietante: “E se os seres humanos superassem os animais em sua capacidade de violência precisamente porque *falam*?” (ŽIŽEK, 2014, p. 59). A problemática consiste no ato de simbolização que se estabelece a partir da linguagem, que pode ser violento, visto que a linguagem simplificaria e reduziria o objeto designado. Nas palavras do autor: “Difere da coisa, destruindo sua unidade orgânica, tratando suas partes e propriedades como se fossem autônomas. Insere a coisa num campo de significação que lhe é, em última instância, exterior” (ŽIŽEK, 2014, p. 59-60). Dessa forma, quando atos violentos são transpostos em palavras, ou seja, quando ocorre a descrição de um determinado ato de

crueldade, essa mesma linguagem utilizada para a sua representação, por não abarcar exatamente o contexto violento, torna-se ela mesma uma forma de violência.

O filósofo também ressalta que as sociedades ocidentais exibem, de forma sintomática, sensibilidade diante de diversas formas de assédio, e que sejam também “capazes de mobilizar uma multiplicidade de mecanismos destinados a nos tornarem insensíveis às formas mais brutais de violência”, muitas vezes, “até mesmo sob a forma de simpatia humanitária para com as vítimas” (ŽIŽEK, 2014, p. 161). Mesmo que a sociedade possa absorver de maneira quase que indiferente as mais variadas formas de violência, ações de crueldade não estão presentes na vida das pessoas unicamente enquanto ação ou memória. A violência é tema recorrente nas mais diferentes narrativas, sejam elas ficcionais ou não-ficcionais. Assim, torna-se fundamental a compreensão do modo como diferentes discursos acerca dessa temática contribuem para que a coletividade não simplesmente tome conhecimento e aceite os acontecimentos como eles são. É importante verificar, então, de que maneira as obras artísticas são capazes de agir como forma de enfrentamento à violência e às desigualdades, estimulando o senso crítico dos receptores e, sobretudo, instigando um novo posicionamento. Em 2013, ao debater a violência na literatura, Ginzburg esclareceu que, embora cite esse tipo de narrativa como exemplo, outros gêneros textuais também podem ser discutidos à luz da mesma reflexão, como é o caso da narração jornalística. Ainda que o pacifismo esteja “em descrédito na atualidade”, conforme cita o autor (2013, p. 8), a presença da violência nas narrativas pode vir a atuar com uma perspectiva humanizadora, ainda que nem sempre o faça.

Cenas de violência são diariamente transmitidas pela mídia e, muitas vezes, são recebidas de forma banalizada, tendo em vista aspectos históricos e sociais, conforme mencionei anteriormente. Por outro lado, Ginzburg (2013) atesta que se os indivíduos tivessem a tendência a reagir de forma intensa às notícias sobre destruições, o psíquico poderia não suportar, já que a quantidade de informações a esse respeito ultrapassa a condição humana, podendo levar o psicológico ao colapso, e isso explicaria o porquê de os indivíduos se manterem, de certa forma, apáticos às informações sobre o horror da violência. Também Walter Benjamin aborda a questão:

Quanto maior é a participação do fator de choque em cada uma das impressões, tanto mais constante deve ser a presença do consciente no interesse em proteger contra os estímulos; quanto maior for o êxito com que ele operar, tanto menos essas impressões serão incorporadas à experiência, e tanto mais corresponderão ao conceito de vivência. (BENJAMIN, 2000, p. 111).

A experiência seria, no contexto exposto por Benjamin, apenas uma pequena parte do que o choque de fato poderia causar. Pressupõe-se, assim, que o ser humano age para se proteger daquilo que pode ferir as suas experiências ou permear negativamente em sua memória e, por isso mesmo, escolhe consciente ou inconscientemente se ocupar de determinados problemas. É sabido que as páginas policiais dos jornais sempre têm inúmeras notícias sobre violência e, segundo Ginzburg (2013, p. 81), existem situações que supostamente se justificam na imprensa, enquanto outras não. Receberiam justificativas atos de crueldade considerados “violência legitimada”, ou aqueles cometidos com o intuito de “fazer justiça” ou, ainda, os atribuídos ao sistema policial. A respeito da exposição dessa temática pela mídia, Bastos, Cabral e Rezende (2010, p. 35) destacam que o problema consiste em que as informações midiáticas são, quase sempre, fontes de deformação. “Não se mostra o que a realidade em questão é; não se suscitam questões sobre aquilo que é apresentado. Pelo contrário, a mídia não sobrevive do instigamento dos porquês e para quês, mas da alienação da curiosidade”. Os estudiosos problematizam a questão da alienação principalmente sob a ótica da crença nas informações que são transmitidas, como se os indivíduos de fato conhecessem as realidades apresentadas. “No caso da violência, a alienação consiste em os homens acharem que a conhecem porque ouviram e viram imagens e notícias que reduzem a violência a uma de suas possíveis manifestações” (BASTOS *et al.*, 2010, p. 36), e essas informações, que servem apenas para sanar as curiosidades, fazem com que os indivíduos se enxerguem sempre como parte de fora da violência, ainda que pense saber do que se trata. “No máximo, a mídia alastra medos, mas não compromisso com a violência e suas manifestações”.

Muniz Sodré (1992) alega que a violência cresce no país em proporção direta com o aumento populacional nos centros urbanos e com a degradação das condições de vida da população, a qual enfrenta problemas como deficiência alimentar, de saúde, educação, desemprego e outros. Esses fatores, por si só, já seriam suficientes, enquanto critérios de noticiabilidade, para serem veiculados através dos canais midiáticos, em seus mais diversos canais de comunicação. A pesquisadora Kathie Njaine (2004, p. 71) afirma que, embora os veículos de comunicação brasileiros normalmente apresentem a temática de maneira descontextualizada e sensacionalista<sup>14</sup>, “há exceções que buscam as raízes do problema e as possíveis soluções”. Compreendo, assim, que deve importar não somente o motivo da

---

<sup>14</sup> O sensacionalismo na imprensa acontece quando, antes da informação verdadeira, precisa e causadora de reflexão, a notícia carrega um apelo emocional, superestimando acontecimentos, geralmente violentos, não no sentido de provocar crítica social, mas de sanar curiosidades, através de, por exemplo, imagens de horror e do sofrimento alheio.

divulgação de acontecimentos violentos, que também percorre o caminho do fazer conhecer, mas, principalmente, a maneira como essa violência é abordada em narrativas de cunho não-ficcional, especialmente quando a observação consiste em uma obra que supera o jornalismo diário para unir-se com outra forma de narração, como é o caso dos romances-reportagens. Diante disso, se há um jornalismo que divulga os fatos de forma a fazer refletir, então é de fato possível que, também, através da narrativa não-ficcional, esses temas possam humanizar, dependendo do modo como são abordados.

Quando se fala sobre jornalismo imparcial, embora esse conceito já esteja em desuso, a referência é para um produto informativo que não seja carregado de opiniões que favorecem apenas alguns grupos, mas que possa trazer relevantes dados que demonstrem as versões de todos ou da maioria dos lados envolvidos nos fatos. Todavia, ao buscar a objetividade, não significa que os meios de comunicação devam ficar alheios aos acontecimentos do mundo. Pelo contrário, uma vez que o repórter tem a possibilidade de acompanhar muitas vezes *in loco* situações de violência, tem também a responsabilidade de utilizar o poder de divulgação da linguagem para contribuir para o engajamento social. Nesse sentido, Carlos Alberto Vicchiatti (2005, p. 04) destaca que o jornalista preocupado com o bem social compreende que é integrante dessa mesma sociedade, essa que precisa de um profissional da comunicação que seja pluralista, “que tenha condições de enxergar algo a mais, além daquilo que a realidade apresenta”, sendo “consciente de seu papel social, já que é um formador de opinião”. O autor afirma ainda que essa preocupação perpassa por trabalhar os fatos sempre com a verdade, mas, mais do que isso, promover a justiça e o senso de igualdade social.

É preciso questionar, a partir disso, quais são obras capazes de estimular os leitores a terem uma nova percepção acerca desse universo. Compreendo que, ao unir o jornalismo, com seu cunho informativo, e a literatura, com todo o seu aporte linguístico e humanizador, seja possível proporcionar ao leitor novas formas de visualização de determinados acontecimentos, ao passo que o autor tem a possibilidade de escolher qual é a maneira que deverá abordar os fatos, suscitando, em maior ou menor medida, o senso crítico, e perpassando valores a partir dos quais se torna possível fazer surgir uma nova perspectiva em torno das situações de crueldade.

Ao compreender esses aspectos que dizem respeito à tipologia da violência e ao modo como ela é exposta e recebida, desenvolverei, a seguir, a sua relação com a questão da dominação, com o intuito de verificar mais profundamente de onde se originam e como acontecem os atos de crueldade.

### 3.1.1 Violência e relações de dominação

A partir do entendimento acerca da temática da violência exposto até aqui, proponho a ideia de que as relações de violência estão estreitamente interligadas com a questão da dominação. Isso porque um ato de crueldade pressupõe um sujeito que o comete e outro acometido por ele, ou seja, há um lado que se sobrepõe em detrimento de outro. Žižek (2014) indica uma relação entre violência e poder, afirmando que atos violentos ultrapassam as ações de crueldade, sendo, para além disso, problemas relacionados a ideologias, interligados, por exemplo, com o poder do Estado ou econômico. A fim de elucidar essa questão, trago à tona a perspectiva do filósofo Michel Foucault, que concebe uma vasta reflexão a respeito das relações de poder, de dominação e, a partir disso, também da violência.

Através da *Microfísica do poder*, é esclarecida a posição de Foucault (2012), contrária à concepção marxista que atribui ao Estado a responsabilidade única quanto à reprodução da dominação social. Assim, o filósofo acredita que o poder se estabelece também por outras vias, estando presente em todas as relações e atividades cotidianas. Nessa perspectiva, em uma simples conversa, enquanto um sujeito silencia para ouvir o que o outro tem a dizer, já está manifestada uma relação de poder. Nessa esteira, o autor afirma que o poder pode ser produtivo, porque engendra saberes e valores e posiciona os seres humanos enquanto sujeitos. Assim, segundo Foucault (2012, p. 8), “o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” e, portanto, é preciso considerá-lo como produtivo, para além de uma função repreensora.

A violência, desse modo, não estaria atrelada a uma relação simplesmente de poder, mas, sim, de dominação. Isso porque, para Foucault (2002), as relações de poder só acontecem quando os indivíduos são livres, ou seja, quando ainda há a possibilidade de resistência. Todavia, se um dos lados estiver totalmente à disposição do outro, como se fosse um objeto para que seja exercida uma violência ilimitada, o que ocorre não é uma relação de poder, mas de dominação. Tendo isso em vista, a concepção de violência se dá pela negação total do outro. Embora a dominação também perpassasse por uma relação de poder, o filósofo (2012, p. 31-32) explica: “com dominação, não quero dizer o fato maciço de ‘uma’ dominação global de um sobre outros, ou de um grupo sobre o outro, mas as múltiplas formas de dominação que podem se exercer no interior da sociedade”, e acrescenta: “não a soberania em seu edifício único, mas as múltiplas sujeições que ocorreram e funcionam no interior do corpo social”.

Dito isso, compreendo que a condição de dominação pode, inclusive, ser invertida, ou seja, o sujeito agredido por uma instância pode ser o agressor em outra situação. O dominado não é necessariamente sempre o dominado e o mesmo ocorre com o dominador. Exemplos disso são os casos de violência que envolvem traficantes: enquanto esses exercem poder sobre outros em nome de seus interesses, praticando ações de crueldade, eles mesmos também podem ser acometidos pela violência de outrem, que pode se tratar da força policial, também em defesa de algo. Nesse sentido, e referindo-se ao poder como forma de dominação, Foucault (2012, p. 45) assevera: “o poder exerce, nas sociedades modernas, através, a partir do e no próprio jogo dessa heterogeneidade entre um direito público da soberania e uma mecânica polimorfa da disciplina”.

Embora a violência esteja relacionada a um sistema maior, ou seja, a um poder central, o filósofo aponta para o que acontece em relações menores, “de homem com homem, de grupo com grupo, aquilo que se poderia chamar de guerra cotidiana, aquela que chamavam efetivamente de ‘guerra privada’” (FOUCAULT, 2012, p. 55). É possível relacionar, aqui, a menção à guerra justamente em consonância com a ideia de violência. Em seu entendimento (p. 59), uma frente de batalha perpassa toda a sociedade permanentemente “e é essa frente de batalha que coloca cada um de nós num campo ou no outro. Não há sujeito neutro. Somos forçosamente adversários de alguém”, e esse aspecto é dado historicamente em função das diferenças, conforme explica o filósofo:

Muito cedo encontramos os elementos fundamentais que constituem a possibilidade da guerra e que lhe garantem a manutenção, o prosseguimento e o desenvolvimento: diferenças étnicas, diferenças das línguas; diferenças de força, de vigor, de energia e de violência; diferenças de selvageria e de barbáries; conquista e servidão de uma raça por uma outra. É a ideia segundo a qual a sociedade é, de um extremo a outro, percorrida por esse enfrentamento das raças, que encontramos formulado já no século XVII. (FOUCAULT, 2012, p. 71).

Esse pensamento conduz, mais uma vez, à ideia de que a violência não é impensada, pelo contrário, ela se dá, na maioria das vezes, a partir da razão. A razão de um em detrimento da do outro, a partir das inúmeras e mais variadas diferenças entre os indivíduos que compõem uma sociedade. Cabe, dessa forma, a reflexão em torno do porquê essa racionalidade violenta é incitada; importa, para Foucault, não como se chega a uma relação de dominação, mas o que decorre dela. A fim de chegar a essa compreensão, o autor apresenta um método dividido em cinco passos, que descreverei a seguir para, posteriormente, auxiliar a guiar a discussão analítica das obras que compõem o *corpus* desta pesquisa. 1º) O estudioso propõe a análise



do poder sob sua forma mais delimitada, observando não apenas as regulações estatais de soberania, mas, sobretudo, o que há de mais regionalizado, as “guerras cotidianas” que mencionei anteriormente. 2º) Deixar de considerar simplesmente quem tem o poder e suas intenções para focar em como as coisas acontecem e como se constituem os dominados, em sua multiplicidade de vozes; “estudar os corpos periféricos e múltiplos, esses corpos constituídos, pelos efeitos do poder, como súditos” (FOUCAULT, 2012, p. 34). 3º) Excluir a ideia de que a dominação é homogênea, ou seja, que um indivíduo ou um grupo sempre atua sobre outro, mas considerar, por outro lado, a concepção de que o poder circula, é exercido em rede, já que os indivíduos podem ser submetidos ao poder, mas também podem exercê-lo, uma vez que não são inertes. Segundo o autor (2012, p. 35), “o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles”, uma vez que um “indivíduo é um efeito do poder e é, ao mesmo tempo, na mesma medida em que é um efeito seu, seu intermediário: o poder transita pelo indivíduo que ele constituiu”. 4º) É preciso considerar que todos possuem o poder no corpo. De acordo com Foucault (2012, p. 25), “todos nós temos o fascismo na cabeça”. Torna-se necessário, portanto, no entendimento do autor, analisar os mecanismos do poder, considerar o seu contexto: história, trajeto, técnica, seus procedimentos de atuações e como esses mecanismos, com o passar do tempo, tornam-se lucrativos ou úteis. 5º) Ponderar que toda a forma de poder se exerce através de um saber, que perpassa por ideologia, mas vai além dela, pois se dá também através de investigação, pesquisa e formação.

A partir da leitura de Foucault, é possível chegar ao entendimento de que os indivíduos se constituem a partir das relações de poder, entendendo aqui que, atreladas a essas, podem estar as relações de dominação. Compreendo, dessa maneira, que atores sociais são formados a partir de suas constituições familiares, culturais, geográficas, ideológicas e, também, conforme as situações em que se colocam ou que são postas, pelos mais diversos motivos, sejam eles atrelados à própria questão cultural, ou étnica, ou de condição econômica, de classe, de cor, de orientação sexual, e de tantas outras possibilidades que diferenciam os seres humanos e, por isso mesmo, podem ser excludentes. Nessa linha, Thompson (2014), ao discutir a questão social no âmbito da comunicação, afirma que um conjunto de circunstâncias conferem aos indivíduos diferentes oportunidades e inclinações e, citando Pierre Bourdieu (1984), ele as nomeia como “campos de interação” em que os indivíduos se situam em diversas posições, conforme a quantidade e o tipo de recursos disponíveis a cada um. “Em alguns casos estas posições, quando institucionalizadas, adquirem uma certa estabilidade – isto é, tornam-se parte de um conjunto relativamente estável de regras, recursos e relações sociais” (THOMPSON, 2014, p. 37). Ainda conforme o autor, a posição que os sujeitos

assumem em um campo ou instituição está atrelada ao poder que possuem, sendo que no “exercício do poder os indivíduos empregam os recursos que lhes são disponíveis; recursos são os meios que lhes possibilitam alcançar efetivamente seus objetivos e interesses” (p. 38).

Para explicar sobre as diferentes formas de atuação desse poder, Thompson realiza uma pesquisa em diversos autores, dentre os quais Michael Mann (1986), e, aliando à sua própria perspectiva em torno do tema, distingue quatro principais tipos de poder, sendo eles o econômico, o político, o coercitivo e o simbólico. O econômico diz respeito a recursos materiais e financeiros, ou seja, de acordo com o que um indivíduo ou uma empresa consegue acumular, se estabelece seu posicionamento, aumentando o poder econômico. Já o político se refere ao recurso da autoridade derivado de atividades de coordenação de pessoas e regulamentações de padrões. “Todos os estados ou instituições paraestatais são essencialmente sistemas de autoridade. Implicam um complexo sistema de regras e procedimentos que autorizam certos indivíduos a agirem de determinadas maneiras” (THOMPSON, 2014, p. 40). O poder coercitivo, por outro lado, possui como recurso a força física e armada – e, por isso, algumas vezes, liga-se ao político. Trata-se de uma forma de poder que se relaciona a instituições militares, por exemplo. O poder simbólico, para Thompson (2014, p. 42), diz respeito a recursos de informação e comunicação, ou seja, está atrelado a instituições culturais como igrejas, escolas, universidades, mídia, dentre outras: “na produção de formas simbólicas, os indivíduos se servem destas e de outras fontes para realizar ações que possam intervir no curso dos acontecimentos com consequências as mais diversas”. Junto dessas, o pesquisador destaca que o poder simbólico pode provocar reações, liderar respostas e decisões, induzir a crenças, apoiar processos etc.

Os objetos de estudo desta pesquisa, por exemplo, enquadram-se nessa última categoria citada, ou seja, até mesmo a obra a ser analisada está inserida em uma relação de poder. Isso porque, com o aporte simbólico que advém da literatura e da comunicação, mediada por editoras que publicam esses conteúdos, transmite-se capital simbólico, atua-se como possibilidade de difusão de opiniões, ou crenças, ou mesmo reações.

Embora os quatro poderes expostos sejam institucionalizados, ou seja, exercidos por grupos ou por organizações reconhecidas, compreendo que eles podem ser aplicáveis também de outra maneira quando consideradas as relações de dominação e, mais especialmente, se os pusermos no âmbito da violência. Ao retomar a ideia de Foucault quanto às guerras cotidianas e também quanto aos poderes exercidos entre indivíduos comuns, é possível supor que esses quatro poderes se aplicam para além do âmbito institucionalizado. Ou seja, a força econômica,

política, coercitiva ou simbólica, enquanto meio de dominação, também pode ser empregada sem essa mediação institucional e se fazer presente entre sujeitos. Isso porque a violência, em nossa sociedade, decorre também dessas possibilidades. Quando um indivíduo possui dinheiro e o outro não, quando um possui poder de fala e o outro não e, inclusive, quando um ou mais possuem poder de dominação simbólica ou força física, exerce-se a dominação, estabelece-se, nesse sentido, a violência através do poder de dominação.

Corroborando essa perspectiva, Bastos, Cabral e Rezende (2010, p. 19), partindo das ideias de Foucault sobre poder e dominação, utilizam o termo “marionetização”. Segundo eles, “o silenciamento da dor do supliciado é condição de possibilidade da marionetização da alma do condenado”. Assim, “se os carrascos não fazem gritar, os cientistas, servos técnicos a serviço do Estado, em silêncio, invadem a alma e põem as algemas”. Em outras palavras, afirmam que o “controle do indivíduo humano é a proposta das punições”, ser marionete, portanto, considerando especialmente o poder que é estatal, é ter a liberdade assassinada, estar robotizado e, assim, também, ser aceito, já que controlar os sujeitos propicia o controle social. Bastos, Cabral e Rezende (2010, p. 19-20) ainda explicam que “a violência emerge das possibilidades de alienação da singularidade dos seres. Assim, tanto o controle da alma quanto os suplícios do corpo são dois lados da mesma violência”.

A partir das proposições desenvolvidas até aqui, torna-se oportuno conduzir uma associação entre os conceitos de representação com os estudos a respeito da violência e de suas convergências com as relações de poder culminadas na questão da dominação. Ações violentas são a todo instante representadas através de diferentes meios de comunicação e, pela grande quantidade de informações e, também, até mesmo a forma quase natural como as notícias costumam ser veiculadas, são fatores que podem estimular a passividade diante dos acontecimentos expostos.

Entretanto, ao abordar essa temática a partir de uma representação que se dá por uma narrativa diferenciada da mídia cotidiana, como é o caso do romance-reportagem, que une a informação com elementos que conferem literariedade ao texto, o senso reflexivo pode ser despertado nos leitores de forma mais eficaz, mesmo que ainda se trate de um recorte da realidade. Primeiro pela própria fonte de leitura, que, conforme já expus, vale-se de elementos que podem conduzir à criticidade. Depois, porque a leitura imersiva, que dispense tempo para compreensão, interpretação dos detalhes e, quase inevitavelmente, a composição de ponderações a respeito do que foi lido, desperta um deslocamento, ou seja, dificilmente o indivíduo ficará passivo diante do que leu, como ocorre quando as informações são rápidas e instantâneas. De outro lado, quem escreve a obra também dedica mais esforços a essa

representação, atribuindo voz a muitos sujeitos e também expondo uma vasta pesquisa a respeito daquilo que escreve. O autor, nesse caso, foi movido, possivelmente, por um incômodo frente a uma dada realidade e, por isso, desenvolve a narrativa.

Mapear as obras de jornalismo literário que foram destaque na contemporaneidade perpassa pelas questões expostas uma vez que, através dessa pesquisa, é possível compreender algumas das motivações para tais relatos, mas, sobretudo, de que forma a violência está representada nas produções. O entendimento acerca da temática da violência exposto nesta seção é, portanto, fundamental para guiar o estudo que segue, pois, quando entendemos que todo o ato violento pressupõe uma relação de dominação e, além disso, observamos o quanto as ações de crueldade fazem parte da constituição social, a leitura das obras que representam essas questões segue um foco definido e, por esse motivo, identifico qual o tipo de violência e dominação predomina nessas narrativas.

Partindo dessas considerações, no próximo item desta pesquisa apresento como a violência e os sujeitos dominantes e os dominados aparecem nos romances-reportagens brasileiros da contemporaneidade. Considerando o capital simbólico disposto através das obras, buscarei compreender o que vem sendo representado para, posteriormente, entender, de maneira mais aprofundada, como esse tipo de produção têm registrado acontecimentos de violência e crueldade durante esse período, apontando para a função das obras.

### 3.2 O MAPA DO ROMANCE-REPORTAGEM BRASILEIRO DA CONTEMPORANEIDADE

Ao considerar o objetivo que norteia este estudo, que é verificar de que modo acontece a representação da violência em produções de cunho literário e jornalístico, a fim de perceber se os relatos promovem reflexão social, realizei a leitura crítica dos romances-reportagens premiados no Jabuti, na contemporaneidade. A partir disso, foi possível identificar a predominância da violência e das relações de dominação nesse gênero e, ainda, desvendar como se caracterizam os sujeitos que cometem os atos violentos e também aqueles que são agredidos.

Dessa forma, apresentarei, a seguir, o mapeamento das obras condecoradas com o Prêmio Jabuti no período de 2000 a 2017<sup>15</sup>, na categoria “Reportagem”. Vale mencionar que,

---

<sup>15</sup> Conforme expliquei na introdução deste trabalho, os premiados após esse período não foram analisados, pois as obras condecoradas em 2018 e em 2019 são do gênero “biografia”, que não está incluso neste estudo. Já em 2020, o livro em destaque foi *Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares*, que possui um viés mais histórico, diferente da abordagem realizada.

em algumas das edições do prêmio, essa categoria está nomeada como “Reportagem e Biografia” ou “Reportagem e Documentário”, uma vez que o gênero também se funde com essas outras perspectivas textuais. Selecionei, dentre os classificados em primeiro, segundo ou terceiro lugar, aqueles que apresentam o enredo que mais faz alusão à temática da violência, considerando as chamadas guerras cotidianas. O primeiro passo consiste na identificação desses premiados, conforme segue na Tabela 1.

Tabela 1 – Identificação das obras

<b>Ano de premiação</b>	<b>Romance-reportagem</b>	<b>Prêmio</b>	<b>Autoria</b>
2000	<i>Estação Carandiru</i>	1º lugar	Dráuzio Varella
2001	<i>A família Canuto e a luta camponesa na Amazônia</i>	1º lugar	Carlos Cartaxo
2002	<i>Meu casaco de general</i>	Sem colocação <sup>16</sup>	Luiz Eduardo Soares
2003	<i>Eny e o grande bordel brasileiro</i>	Sem colocação	Lucíus de Mello
2004	<i>Abusado</i>	1º lugar	Caco Barcellos
2005	<i>Viúvas da terra</i>	1º lugar	Klester Cavalcanti
2006	<i>Operação Araguaia: arquivos secretos da guerrilha</i>	1º lugar	Taís Morais e Eumano Silva
2007	<i>O nome da morte</i>	2º lugar	Klester Cavalcanti
2008	<i>O massacre</i>	2º lugar	Eric Nepomuceno
2009	<i>O sequestro dos uruguaios: uma reportagem dos tempos da ditadura</i>	2º lugar	Luiz Cláudio Cunha
2010	<i>Conversas de cafetinas</i>	3º lugar	Sérgio Maggio
2011	<i>Assalto ao poder: o crime organizado</i>	2º lugar	Carlos Amorim
2012	<i>O espetáculo mais triste da Terra</i>	3º lugar	Mauro Ventura
2013	<i>As duas guerras de Vlado Herzog: da perseguição nazista na Europa à morte sob tortura no Brasil</i>	1º lugar	Audálio Dantas
2014	<i>Holocausto brasileiro</i>	2º lugar	Daniela Arbex
2015	<i>A casa da vovó: uma biografia do DOI-CODI (1969-1991), o Centro de Sequestro, Tortura e Morte da Ditadura Militar</i>	1º lugar	Marcelo Godoy
2016	<i>Cova 312</i>	1º lugar	Daniela Arbex
2017	<i>Nazistas entre nós: a trajetória dos oficiais de Hitler depois da guerra</i>	2º lugar	Marcos Guterman

Fonte: autoria própria (2021).

Somente na composição dessa tabela, já é possível observar que, em todas as edições do prêmio Jabuti deste século, existem obras que remetem à violência. Isso quer dizer, o jornalismo literário, de um modo geral, está abordando essa temática em suas narrativas. Compreendo que se trata de um recorte, ou seja, estão contempladas obras premiadas, dentro de um vasto número de publicações que são lançadas anualmente. Todavia, por se tratar de

<sup>16</sup> Em 2002 e em 2003, a premiação do Jabuti na categoria “Reportagem” apresenta os três vencedores sem especificar a ordem de colocação de cada um.

obras premiadas, é possível inferir que são produções de destaque, avaliadas por pareceristas com conhecimentos específicos que, diante de alguns critérios, entenderam as obras como superiores diante de outras que concorreram na mesma competição. Essas obras podem, portanto, representar o que vem sendo produzido acerca desse gênero, no Brasil.

Sabendo que a temática da violência é recorrente nos romances-reportagens deste século, surgem as questões: o que essas obras expressam? De que maneira a violência é explorada através dessas narrativas: com conformidade ou enfrentamento? E, ainda, quem são os indivíduos representados? Essa última pergunta se torna latente uma vez que, com frequência, ao representar a violência ou ações de crueldade, alguns estereótipos podem ser reforçados. Os resultados permitirão perceber de que modo o jornalismo literário brasileiro contribui para o debate e a promoção da reflexão social e, principalmente, quais são os sujeitos que ganham voz e força a partir dessas produções.

A fim de desenvolver o entendimento mais amplo a respeito das obras, elenquei algumas categorias de análise: a obra, o escritor/narrador, os sujeitos acometidos pela violência e os sujeitos que cometem a violência nesses romances-reportagens premiados. A fim de facilitar a leitura, exponho a pesquisa em forma de tabela. Para otimizar o espaço do quadro, as obras estão identificadas, aqui, apenas pelo ano da premiação.

A primeira tabela diz respeito à identificação das obras a partir de alguns dados básicos: título, autor, ano e colocação do prêmio. Nessa etapa, selecionei como categorias de observação os seguintes itens: o tema central, para o breve entendimento do assunto abordado pelo livro; o espaço em que o enredo se desenvolve, com o intuito de entender onde se passa o que está sendo representado; e, por fim, o tipo de violência que, predominantemente, é representado através das narrativas, bem como o tipo de dominação decorrente dos acontecimentos. É necessário ressaltar que outras formas de violência e dominação podem estar presentes nas obras – e, em geral, estão –, mas, o que exponho, aqui, é a problemática da violência predominante em cada um dos romances-reportagens.

Tabela 2 – A obra

<b>Obra</b>	<b>Tema central</b>	<b>Tipos de violência</b>	<b>Tipo de dominação</b>
2000	Situação no Carandiru, o maior presídio do Brasil	Física; psicológica; vingativa; compensatória; por circunstância	Coercitiva; simbólica
2001	Crimes contra trabalhadores rurais	Física; psicológica; vingativa; intencional	Econômica; coercitiva; política
2002	Criminalidade e insegurança no Rio de Janeiro	Física; psicológica; vingativa; reativa; compensatória; por circunstância	Econômica; coercitiva; política; simbólica
2003	Vida de uma cafetina e profissionais do sexo	Psicológica; recreativa	Econômica; simbólica
2004	Violência, crime organizado e tráfico	Física; psicológica; reativa; vingativa; compensatória, por circunstância; intencional	Econômica; coercitiva; política
2005	Conflitos e violência no contexto agrário	Física; psicológica; intencional	Econômica; coercitiva; política; simbólica
2006	História da guerrilha do Araguaia	Física; reativa; vingativa; intencional	Coercitiva; política
2007	Vida de um matador profissional	Física; intencional	Coercitiva
2008	Massacre de Carajás	Física; psicológica; intencional	Coercitiva; política
2009	Sequestro de ativistas uruguaios no Brasil	Física; psicológica; vingativa; intencional	Coercitiva; política
2010	História de mulheres que comandavam bordéis	Predominantemente psicológica; física; por circunstância	Econômica; simbólica
2011	Investigação sobre o crime organizado e expansão das facções criminosas	Física; compensatória; por circunstância; intencional	Econômica; coercitiva; política; simbólica
2012	Incêndio no Gran Circo Norte-Americano, que vitimou centenas de pessoas	Física; vingativa; intencional – ou apenas física	Simbólica – ou política
2013	Morte de um jornalista vítima da ditadura militar brasileira	Física; vingativa; por circunstância; intencional	Coercitiva; política
2014	História e denúncia ao Hospital psiquiátrico Colônia	Física; psicológica; reativa; por circunstância	Econômica; coercitiva; política; simbólica
2015	Relatos sobre a repressão, tortura e assassinatos cometidos por agentes da ditadura militar	Física; psicológica; vingativa; por circunstância; intencional	Coercitiva; política
2016	Assassinato de um jovem militante político, pelas forças armadas militares	Física; psicológica; vingativa; por circunstância; intencional	Coercitiva; política
2017	Relatos acerca da impunidade de oficiais nazistas da segunda guerra mundial	Física; psicológica	Coercitiva; política

Fonte: autoria própria (2021).

Ao observar as temáticas centrais dos 18 romances-reportagens premiados no período de 2000 a 2017, foi possível identificar as mais recorrentes. A maioria das obras, ou seja, sete delas, apresenta como tema principal a violência cometida contra militantes políticos, ou seja, pessoas que lutavam contra algum sistema de sua época. Em segundo lugar, aparece a violência contra trabalhadores rurais, em quatro das obras. Ademais, é preciso considerar que,

nesse segundo caso, também estão inclusos os camponeses que, por sua vez, também atuaram como ativistas em busca de direitos. Dessa forma, os romances-reportagens do período exposto representam, majoritariamente, as ações de crueldade e as relações de dominação, especialmente voltadas a pessoas que lutavam por melhorias do país ou de suas condições de vida.

Quanto ao tipo de violência cometida, 17 são compostas por agressões físicas, enquanto 13 representam as agressões psicológicas, sendo que, essa segunda, normalmente, vem em conjunto com a primeira, à exceção de uma das obras. A violência “vingativa” aparece em 11 dos romances-reportagens e, em 9, também é exposta a violência “por circunstância”, ou seja, quando existe alguma tendência à crueldade pelo contexto em que o sujeito agressor está inserido. É alarmante, também, o número de ações violentas realizadas de forma “intencional”: 12 obras representam situações de crueldade que são pensadas como tal, independentemente de outros fatores. Quatro são as vezes em que a violência “reativa” aparece, isso é, aquela violência que teria como objetivo preservar e não destruir, embora o faça. Também em quatro ocasiões fica evidente a violência “compensatória”, aquela em que o sujeito agressor busca exercer domínio sobre o outro para provar superioridade, em razão de uma condição anteriormente oprimida. A violência “recreativa” aparece em apenas uma oportunidade. Não elenquei, em nenhuma das obras, a violência por “sede de sangue”, porém, não quer dizer que esse tipo de crueldade, que diz respeito ao desejo de destruição, não esteja nas narrativas, apenas não aparece de forma confessa ou explícita.

Conforme mencionei anteriormente, as relações de violência sempre estão atreladas à dominação, ou seja, há um sujeito dominante e outro dominado. Quanto aos tipos de dominação presentes nos romances-reportagens analisados, 15 dizem respeito à dominação com viés coercitivo, ou seja, autoridades capazes de utilizar da força física e, em seguida, 14 possuem viés político, isso quer dizer, que guardam alguma interferência dos poderes de Estado. Já nove narrativas possuem como dominadores o setor simbólico e, oito, o econômico. Como é possível observar na tabela, algumas das obras são compostas por dois, três ou, até mesmo, as quatro formas de dominação. Nenhuma das obras está isenta de relações de dominação, ou seja, a representação da violência nos 18 romances-reportagens premiados na contemporaneidade perpassa, sempre, pela dominação, comprovando a ideia inicial de que atos de crueldade estão interligados a essa associação de violência e dominação.

A elaboração do quadro também mostra quais os Estados brasileiros representados através das obras, sendo que, excetuando o Centro-Oeste (que aparece muito timidamente



através da narrativa que relata fatos acerca do rio que passa por aquele local). Todas as demais regiões brasileiras estão contempladas, ainda que de forma desproporcional. A grande maioria dos romances-reportagens, ou seja, nove deles, representa fatos ocorridos na região Sudeste, ou seja, no espaço São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais; seguido pelo Norte, com três obras, mas somente representando o Estado do Pará; já o Sul, através do Estado do Rio Grande do Sul, está presente em uma obra; e, também em uma, o Nordeste, através do Estado da Bahia. Não seria possível, no recorte de 18 obras, que todos os Estados brasileiros fossem contemplados de forma igual; entretanto, a maioria delas está inserida no Sudeste, região que, em geral, é posta como destaque em âmbito nacional, em seu potencial industrial, econômico e mesmo pela divulgação de produções artísticas.

Após o entendimento geral acerca do tema e do tipo de violência e de dominação que as obras representam, considero fundamental conhecer quem é o seu escritor. Isso porque, conforme mencionei anteriormente nesta pesquisa, quando se trata de romance-reportagem, a figura do escritor funde-se com a do narrador, ou seja, é um narrador que se coloca muito próximo aos fatos narrados, vivenciando as situações relatadas através da narrativa ou através de pesquisas e entrevistas que permitem a esse escritor o entendimento a respeito das possíveis realidades a serem apresentadas. Compreender, portanto, de que escritor/ narrador estamos tratando, possibilita que se chegue mais próximo a um dos objetivos desta investigação: a concepção do romance-reportagem como capaz de produzir um relato mais humanizado dos fatos, ainda que eu esteja tratando aqui de uma problemática voltada à violência.

Dito isso, apresento as categorias analíticas que elenquei para compreender mais sobre o sujeito que narra: através das letras F ou M identifico os escritores como sendo do sexo feminino ou masculino, respectivamente; já no quesito idade, é apresentado o número referente à idade dos escritores à época da premiação; a profissão se faz importante nessa esteira, já que os romances-reportagens não são escritos exclusivamente por jornalistas e, assim, poderei averiguar quais ofícios fazem parte da vida dos sujeitos que estão à frente desse tipo de produção; o lugar de fala, ou seja, a localização geográfica de onde a obra foi constituída, também está presente nessa etapa da investigação; assim como o meio de apuração, nesse caso, com o intuito de perceber quais as formas de captação do conteúdo, que pode se dar, por exemplo, através de pesquisa documental, empírica, técnicas de entrevista, ou todas juntas.

Tabela 3 – Escritor/narrador

<b>Obra</b>	<b>Sexo</b>	<b>Idade</b>	<b>Profissão</b>	<b>Localização geográfica</b>	<b>Meio de apuração</b>
<b>2000</b>	M	57	Médico	São Paulo	Pesquisa empírica: atuou durante 10 anos como voluntário do presídio
<b>2001</b>	M	42	Professor, ator, diretor teatral	Paraíba	Pesquisa histórica e documental
<b>2002</b>	M	48	Antropólogo, cientista político, professor	Rio de Janeiro	Relato de sua experiência na Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro
<b>2003</b>	M	39	Jornalista e pesquisador	São Paulo	Pesquisa documental e entrevistas
<b>2004</b>	M	54	Jornalista	Rio Grande do Sul	Pesquisa empírica com entrevistas
<b>2005</b>	M	36	Jornalista	Pernambuco	Entrevistas com especialistas, acusados e viúvas bem como pesquisa documental
<b>2006</b>	M/F		Jornalistas	Brasília	Pesquisa documental e entrevistas com sobreviventes e demais envolvidos
<b>2007</b>	M	38	Jornalista	Pernambuco	Entrevistas com a personagem central e outras fontes bem como pesquisa documental
<b>2008</b>	M	60	Jornalista	São Paulo	Pesquisa de campo, pesquisa documental e entrevistas
<b>2009</b>	M	59	Jornalista	Rio Grande do Sul	Cobertura empírica dos acontecimentos
<b>2010</b>	M	43	Jornalista, diretor e dramaturgo	Bahia	Entrevistas e visita aos locais
<b>2011</b>	M	59	Jornalista e diretor de televisão	Rio de Janeiro	Pesquisa documental, empírica e entrevistas
<b>2012</b>	M	42	Jornalista	Rio de Janeiro	Pesquisa documental e entrevistas
<b>2013</b>	M	84	Jornalista	Alagoas	Participação no período do acontecimento, convivência com a vítima e pesquisa documental
<b>2014</b>	F	41	Jornalista	Minas Gerais	Pesquisa documental, pesquisa de campo e entrevistas com envolvidos
<b>2015</b>	M		Jornalista	São Paulo	Pesquisa documental e entrevistas com envolvidos
<b>2016</b>	F	43	Jornalista	Minas Gerais	Pesquisa de campo, pesquisa documental, entrevistas
<b>2017</b>	M	49	Jornalista e historiador	São Paulo	Levantamentos históricos

Fonte: autoria própria (2021).

A verificação acerca dos autores dos romances-reportagens premiados desde o ano 2000 permite reafirmar o que já ocorre em outros campos artísticos, de uma maneira geral: se a maioria dos cineastas, músicos, escritores de ficção, pintores etc., são homens, isso ocorre também no âmbito do jornalismo literário. Dentre as 18 obras mapeadas, são apenas duas as mulheres escritoras, sendo que uma delas escreveu dois dos livros, e a outra é autora que escreve em parceria com um autor homem. Não é possível saber se os homens estão mais

engajados com o jornalismo literário do que as mulheres, mas suponho que, considerando todo o contexto não somente artístico, mas social e cultural, o que incide é um espaço maior destinado ao sexo masculino também na produção dessas obras ou, pelo menos, na premiação delas. Unido a esse fato, é sabido que demorou muito para que as mulheres assumissem posições de destaque no mundo jornalístico. Aliás, embora menos do que outrora, ainda hoje existe uma segmentação editorial, ou seja, assuntos específicos, que são apurados e desenvolvidos majoritariamente por homens.

Na literatura, a pesquisadora Regina Dalcastagnè realizou um estudo acerca da representatividade das personagens centrais dos romances brasileiros no período de 1990 a 2004, publicados pelas editoras Companhia das Letras, Record e Rocco. Conforme revela Dalcastagnè (2005), a possibilidade de criação de personagens femininas está ligada ao sexo do autor da obra, uma vez que aqueles livros escritos por mulheres apresentam 52% das personagens femininas, sendo 64,1% protagonistas e 76,6% narradoras. Por sua vez, quando os autores são homens, as personagens femininas ficam em 32,1%, sendo apenas 13,8% protagonistas e 16,2% narradoras. Ademais, a pesquisa também revela dados acerca dos autores dos romances: o levantamento indica que 72,7% dos escritores do país são homens. O perfil ainda daria conta de se tratar de autores de meia idade, diplomados, moradores do eixo Rio-São Paulo. Conforme a análise da autora,

a condição feminina evoluiu de muitas maneiras, mas a literatura – ou, ao menos, o romance – continua a ser uma atividade predominantemente masculina. Não é possível dizer se as mulheres escrevem menos ou se têm menos facilidade para publicar nas editoras mais prestigiosas (ou ambos). Há um indício que sugere que a proporção entre escritores homens e mulheres não é exclusividade das maiores editoras. (DALCASTAGNÈ, 2005, p. 31).

Como se averigua, a constatação da pesquisadora quanto ao romance brasileiro no que diz respeito ao protagonismo masculino também se aplica ao romance-reportagem do período investigado. Retornando a essas obras, busquei apontar qual é a faixa etária dos autores, que está variada entre 36 e 84 anos, embora a maioria tenha entre 40 e 60. Quanto à profissão, como era o esperado, por se tratar de um gênero que envolve o jornalismo, a maioria dos escritores são jornalistas, sendo que alguns deles acumulam outras formações. Apenas três deles têm funções que não são relacionadas ao jornalismo, por coincidência ou não, apenas os três primeiros premiados. Em geral, é possível observar que os autores escrevem justamente sobre os locais onde estão inseridos, embora, na Tabela 2, estejam expostos seus lugares de nascimento e não de lotação atual. A maioria está localizada na região Sudeste,

seguida pelo Nordeste. Esse movimento supõe um anseio, desse autor, em contar os fatos que permeiam a memória social dos espaços em que se insere, e esse aspecto evidencia a dissociação escritor/ narrador que sustento neste estudo. Apenas em duas obras os autores abrangem o país e o contexto internacional, sem especificar um Estado ou cidade. Ainda assim, trata-se do ambiente vivenciado por eles.

O meio de apuração escolhido pelos autores para captar as informações para os seus romances-reportagens está em consonância com o que mencionei anteriormente a respeito da busca por representar o mais próximo possível o real, ou seja, os fatos como eles ocorreram. Isso porque, além da pesquisa em documentos, utilizada em grande parte das apurações, a pesquisa empírica está presente, assim como a de campo. Entendo aqui a empírica como aquela em que o autor participa dos acontecimentos, enquanto que, na de campo, ele retorna ao local, em outro momento, para avaliar a situação e os envolvidos. Além dessa aproximação com os fatos narrados, praticamente todas as obras contam com depoimentos, ou seja, os escritores entrevistam as pessoas envolvidas nas histórias para reconstituir os episódios e posteriormente narrá-los. As declarações das pessoas que vivenciaram as situações, sejam elas vítimas, familiares, autoridades, agressores ou populares, atribuem mais veracidade ao discurso, embora as falas estejam munidas de subjetividade e das verdades expressas em cada um dos entrevistados, unidas à forma como o narrador as transpôs para o texto.

O pesquisador Alexandre Maciel (2018), que desenvolveu uma tese a respeito dos autores de romances-reportagens brasileiros, afirma que grande parte deles atuou ou ainda atua em órgãos midiáticos reconhecidos, o que se figura em um capital simbólico importante para a inserção no campo editorial e, por consequência, também o reconhecimento e a credibilidade enquanto narradores das histórias. Segundo o autor (2018, p. 27-28), o prestígio adquirido previamente com o público auxiliaria na relação com os potenciais leitores de seus livros. “Estes já reconheceriam, de antemão, as capacidades dos jornalistas escritores, o que despertaria um sinal de confiança antes mesmo de se aventurarem a enfrentar o calhamaço de páginas”. Assim, grandes nomes seriam como uma garantia prévia de qualidade jornalística e, como consequência, seriam apostas comerciais para os editores. No caso de jornalistas de menor projeção, de acordo com Maciel, o mais determinante para o sucesso com os livros perpassa, em maior medida, pela força de um bom tema.

As próximas duas tabelas mapeiam as personagens centrais presentes nas obras a fim de identificar, primeiramente, quem são os sujeitos acometidos pela violência e, após, quem são aqueles que cometem a violência. Saliento, porém, que, por vezes, as informações a

respeito dessas duas condições se repetem, tendo em vista que aqueles que cometem a violência, em alguns casos, também são vítimas dela. Ademais, elucido que, em geral, os romances-reportagens apresentam personagens com perfis diversos e são histórias contadas sob a ótica de diversas vozes. Sendo assim, para esse mapeamento, detive-me a uma leitura das personagens centrais, ou seja, daquelas que são representadas de forma mais direta e ampla durante as narrativas.

As categorias selecionadas para essa verificação são iguais para os sujeitos que cometem e aqueles que são acometidos pela violência e elas incluem, para além da descrição contextual dos representados, as seguintes informações: o sexo, a orientação sexual, a faixa etária, a cor e a localização geográfica. Quando não há relato direto a alguma dessas características, identifico com a sigla N/E, que significa “não especificado”. Esses aspectos são observados, haja vista a necessidade de compreensão acerca de quem são os sujeitos representados no jornalismo literário brasileiro desse período já que, historicamente, alguns indivíduos são excluídos das formas de representação. A pesquisadora Dalcastagnè (2008) afirma que há, na literatura brasileira, uma histórica ausência de representantes das classes populares, o que ocorre também em outros espaços como na mídia, na academia ou no governo. As minorias referem-se, por exemplo, a “todos aqueles que vivenciam uma identidade coletiva que recebe valorização negativa da cultura dominante, sejam definidos por sexo, etnia, cor, orientação sexual, posição nas relações de produção, condição física ou outro critério” (DALCASTAGNÉ, 2008, p. 78).

A estudiosa (2005) concluiu, em seu mapeamento sobre a literatura brasileira, que das personagens desses romances, dentre as protagonistas, 62,1% são do sexo masculino enquanto 37,8% são mulheres, sendo um único caso da categoria “outro”. A disparidade de representações é evidenciada, ainda, com o resultado que mostra as personagens femininas ocupando menos a posição de protagonistas ou narradoras, sendo que suas principais ocupações nos romances são, nesta ordem: donas de casa (25,1%), artistas (10,2%), sem ocupação (9,6%), empregadas domésticas (7,4%), dentre outras atividades como estudantes, professoras, profissionais do sexo, jornalistas ou escritoras. Assim, o perfil dominante da personagem do romance brasileiro contemporâneo é de um ser humano, homem, branco, heterossexual, de idade adulta e mais bem-sucedido do que personagens mulheres. A autora apresenta ainda outro dado relevante: somente 7,9% das personagens masculinas e 6,4% das femininas têm sua infância presente nos textos, isso considerando apenas aquelas narrativas em que as personagens são crianças em algum momento do texto.

Essas constatações nos permitem inferir que, também em outras artes, é incomum esses grupos serem representados com voz ativa. Mulheres, crianças, negros, e homossexuais, por exemplo, não têm a preferência no centro das narrativas. Nessa perspectiva, o pesquisador Lizandro Carlos Calegari (2013) realizou um estudo sobre a representatividade de mulheres, gays e negros, no cânone literário, e concluiu que “esses grupos, ao lado de outros, por terem sido colocados à margem da sociedade, da história e da literatura, denunciam sua condição de exclusão, mas principalmente de sofrimento” (CALEGARI, 2013, p. 30). O autor ainda acrescenta que, na atualidade, os debates acadêmicos e as produções artísticas têm se ocupado mais que outrora dessas questões, embora de maneira ainda tímida. Busco, dessa forma, a partir do mapeamento dos romances-reportagens premiados na contemporaneidade, compreender se essas figuras historicamente excluídas ganham ou não voz nesse tipo de produção. Na sequência, apresento os resultados:

Tabela 4 – Sujeitos acometidos pela violência representados no romance-reportagem

ACOMETIDOS PELA VIOLÊNCIA						
Obra	Sujeitos	Sexo	Orientação sexual	Idade	Cor	Localização geográfica
2000	Presidiários e outras figuras sociais	M/F	Heterossexuais e Travestis	Diversa	Negra e branca	São Paulo
2001	Trabalhadores rurais	M/F	N/E*	N/E	N/E	Pará e Amazonas
2002	Pobres, crianças, adolescentes, mulheres, homossexuais, moradores de favela, policiais	M/F	N/E	Diversa	Negra e branca	Rio de Janeiro
2003	Profissionais do sexo	F	Heterossexuais	Diversa	N/E	São Paulo
2004	Pobres, moradores de favela, policiais, população em geral	M/F	Diversa	Diversa	Negra e branca	Rio de Janeiro
2005	Agricultores, sindicalistas, religiosos e profissionais ligados a questão agrária; viúvas das vítimas	M/F	N/E	Diversa	N/E	Pará
2006	Guerrilheiros – militantes políticos. Estudantes, professores e outros	M/F	N/E	Diversa	N/E	Margens do Rio Araguaia (Goiás, Mato Grosso, Tocantins, Pará, braço da Amazônia)

<b>2007</b>	Pessoas da sociedade	M/F	N/E	Diversa, incluindo menor de 16	Negra e branca	Diversa
<b>2008</b>	Trabalhadores rurais sem-terra	M/F	N/E	Diversa	N/E	Pará
<b>2009</b>	Um casal de ativistas e seus filhos	M/F	Heterossexuais	Dois adultos e duas crianças de 08 e 03 anos	Branca	Porto Alegre
<b>2010</b>	Mulheres cafetinas e profissionais do sexo	F	Heterossexuais	Diversa		Salvador e cidades do interior da Bahia
<b>2011</b>	População em geral, sobretudo as classes menos favorecidas	M/F	Diversa	Diversa	Diversa	Brasil e cenário internacional
<b>2012</b>	Populares, participantes do espetáculo	M/F	Diversa	Diversa	Diversa	Rio de Janeiro
<b>2013</b>	Jornalista	M	Heterossexual	38	Branca	São Paulo
<b>2014</b>	Homossexuais, mães solteiras, mulheres vítimas do machismo, alcoólatras, negros, pobres, pessoas sem documentos	M/F	Heterossexuais e homossexuais	Diversa	Diversa	Barbacena
<b>2015</b>	Opositores ao regime militar; grupos armados; outras vítimas em geral	F/M	N/E	Diversa	N/E	São Paulo
<b>2016</b>	Militante, integrante do primeiro grupo de guerrilha pós golpe de 1964	M	N/E	26	Branca	Minas Gerais
<b>2017</b>	Vítimas do massacre	M/F	N/E	N/E	N/E	Diversos países

Fonte: autoria própria (2021).

Conforme o previsto a partir do estudo acerca da temática dos romances-reportagens premiados, os sujeitos acometidos pela violência são, em sua maioria, militantes políticos ou vítimas de um sistema autoritário. Seguidos desses, estão trabalhadores rurais, alguns deles também com ativismo político. Ademais, são acometidas pela violência e representadas nos romances-reportagens da contemporaneidade pessoas em geral, dentre elas, indivíduos pertencentes às classes menos favorecidas, prostitutas, crianças, adolescentes e homossexuais.

A partir disso, busquei compreender também o perfil dos agredidos; todavia, como a maioria das obras apresenta uma diversidade bastante vasta de personagens, essa identificação também ficou ampla. Considerando o sexo, 14 são as obras que apresentam vítimas tanto homens quanto mulheres; duas delas demonstram os atos cruéis efetuados apenas para com os homens; duas obras – apenas as que se referem às profissionais do sexo – mostram a

violência especificamente contra mulheres; e uma terceira, evidencia o sofrimento feminino a partir da perda de seus maridos assassinados.

Observo que, nesse sentido, há uma falta de representatividade, dentre as obras de jornalismo literário premiadas, no que concerne particularmente à violência contra a mulher. Quando essa representação específica acontece, é direcionada à mulher no contexto de prostituição ou considerando as dificuldades cotidianas a partir da perda de seus maridos. Percebo a problemática uma vez que, em 2020, o Ministério dos Direitos da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) registrou 105.821 denúncias de violência contra mulheres, embora seja evidente que esse número deva ser ainda maior, levando-se em conta aquelas que não denunciam, por motivos diversos. Além disso, somente no primeiro semestre de 2020, 648 mulheres foram assassinadas por causa do gênero. Casos dessa natureza poderiam se constituir em temas relevantes para a produção de obras de jornalismo literário na contemporaneidade, no entanto não estão representados nos romances-reportagens premiados no período estudado. Apesar disso, grande parte das obras, em algum momento, menciona as ações de crueldade voltadas às mulheres, sempre dentro do sentido mais amplo da narrativa.

Considerando ainda o que mencionei anteriormente sobre a falta de representatividade das minorias no âmbito artístico, especialmente no que tange à orientação sexual, à cor e à condição social – sujeitos que são acometidos pela violência cotidianamente –, é possível verificar que esse tampouco é o foco das obras mencionadas. Embora esses grupos estejam representados, não há, dentre os premiados, narrativas específicas voltadas a eles. Pelo mesmo motivo citado anteriormente, o resultado do mapeamento no sentido da orientação sexual, cor e idade, também é bastante amplo. Embora pelo menos cinco das obras incluam, também, a violência contra indivíduos LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais, e outras variações), não há menção exclusiva a respeito do tema, ainda que o Brasil seja um dos países que mais mata sujeitos desse grupo, no mundo.

Quanto à cor, também não há muitos registros específicos; ocorrem apenas menções nas obras sobre algumas vítimas negras ou brancas, sendo que alguns livros não conferem destaque a essa questão. Dentre os romances-reportagens premiados no período estudado, portanto, não há uma obra que faz alusão à violência exclusivamente contra negros, por exemplo, ainda que o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) tenha divulgado, em 2017, que 71,5% dos brasileiros assassinados por ano são pretos ou pardos.



Quanto à faixa etária dos sujeitos acometidos pela violência, é quase inviável a verificação, visto que são muitas personagens e nem sempre são especificadas suas idades. No entanto, é possível perceber que, desde crianças até idosos, todas as idades sofrem com ações de crueldade e estão, em maior ou menor medida, representadas nas narrativas premiadas. Já quanto aos locais representados, seguem a mesma lógica anteriormente mencionada.

A partir dessa etapa do mapeamento, constatei, portanto, que as pessoas excluídas social e culturalmente, que são as que mais sofrem com a violência no país, estão, de um modo geral, representadas de alguma maneira nos romances-reportagens deste século, ainda que faltem narrativas específicas para contar as realidades e as histórias de alguns grupos. Todavia, a partir do entendimento global de algumas obras, é possível identificar a presença desses sujeitos e relacionar a sua condição com a violência exposta. Em contrapondo a essa representatividade, existem grupos minoritários que não são mencionados em nenhuma das obras. São eles os povos indígenas e as pessoas com deficiência.

A seguir, a tabela referente aos sujeitos que cometem a violência.

Tabela 5 – Sujeitos que cometem a violência representados no romance-reportagem

<b>QUEM COMETE A VIOLÊNCIA</b>						
<b>Obra</b>	<b>Sujeito</b>	<b>Sexo</b>	<b>Orientação sexual</b>	<b>Idade</b>	<b>Cor</b>	<b>Localização geográfica</b>
<b>2000</b>	Presidiários e policiais	M	Heterossexuais e travestis	Diversa	Negra e branca	São Paulo
<b>2001</b>	Fazendeiros	M	N/E	Diversa	N/E	Pará e Amazonas
<b>2002</b>	Organização policial e traficantes	M	N/E	Diversa	Negra e branca	Rio de Janeiro
<b>2003</b>	Homens ricos	M	Heterossexuais	Diversa	N/E	São Paulo
<b>2004</b>	Traficantes e policiais	M	Heterossexuais	Diversa	Negra e branca	Rio de Janeiro
<b>2005</b>	Fazendeiros	M	N/E	Diversa	N/E	Pará
<b>2006</b>	Militares e guerrilheiros	M/F	N/E	Diversa	N/E	Margens do Rio Araguaia (Goiás, Mato Grosso, Tocantins, Pará, braço da Amazônia)
<b>2007</b>	Matador profissional	M	Heterossexual	50		Maranhão
<b>2008</b>	Policiais militares	M	N/E	N/E	N/E	Pará
<b>2009</b>	Policiais militares uruguaios e brasileiros	M	N/E	N/E	N/E	Porto Alegre
<b>2010</b>	Homens clientes	M	Heterossexual	N/E		Bahia

<b>2011</b>	Investidores financeiros, pessoas ligadas ao poder estatal ou privado, traficantes	M	N/E	Diversa	Diversa	Brasil e outros países
<b>2012</b>	Há um condenado, ex-funcionário do circo, pobre, diagnosticado com baixo nível mental, mas não se desconsidera a suspeita de que as autoridades e o dono do circo tenham encoberto o verdadeiro motivador	M	N/E	21	N/E	Rio de Janeiro
<b>2013</b>	Policiais militares	M	N/E	N/E	N/E	São Paulo
<b>2014</b>	Enfermeiros, médicos, professores, poder público	M/F	N/E	Diversa	N/E	Minas Gerais
<b>2015</b>	Policiais militares	M	N/E	N/E	N/E	São Paulo
<b>2016</b>	Policiais militares	N/E	N/E	N/E	N/E	Minas Gerais
<b>2017</b>	Oficiais nazistas	M/F	N/E	N/E	N/E	Diversos países, especialmente os das Américas

Fonte: autoria própria (2021).

Em acordo com o que já havia adiantado, há situações em que agressor e agredido se repetem, isso porque, em casos que envolvem o tráfico, por exemplo, há, por vezes, a violência dos policiais contra os traficantes, assim como aparece a violência dos traficantes diante de outros.

A partir do mapeamento das obras, é perceptível que a grande maioria das representações acerca daqueles que cometem a violência recai sobre policiais militares, que aparecem em nove das obras. Além desses, aparecem como sujeitos agressores sempre pessoas que detêm o poder e a dominação principalmente política e econômica. Excetuando o caso das enfermeiras do Hospício Colônia, todos os demais pertencem a classes sociais mais elitizadas ou ao poder de Estado. Esses dados estão em consonância com a pesquisa realizada até o momento, no sentido de que 1) a violência parte das relações de poder e de dominação; 2) os grupos minoritários continuam a ser vítimas da crueldade; e 3) os sujeitos agressores pertencem geralmente às classes mais altas, nos aspectos econômicos, políticos e/ou em razão do poder atribuído pelo Estado. Todavia, é preciso considerar também que, mesmo sujeitos que pertencem, por condição, a grupos minoritários, também são, por vezes, detentores de relações de dominação e cometem violência, quase sempre, nesse último caso, a compensatória, o que não os exime da barbárie decorrente de ações de crueldade.

Ainda conforme os dados obtidos, em 14 das obras, quem comete os atos violentos são exclusivamente homens, enquanto, em três, aparecem homens e mulheres violentos. A maioria dos agressores são heterossexuais, quando identificados nas obras em relação à sua orientação sexual, embora não haja menção para todos. Já a faixa etária é bastante diversa, assim como a cor. Quanto aos locais representados, seguem a mesma lógica anteriormente mencionada.

Uma vez apresentado o mapeamento dos romances-reportagens publicados na contemporaneidade e premiados no Jabuti, exponho o infográfico com o compilado dos dados que serão considerados, em maior medida, para o processo analítico. Ademais, na próxima seção deste capítulo, faço a apresentação inicial das obras que são analisadas com mais profundidade nas etapas subsequentes deste estudo.

Infográfico 2 – Representação da violência no romance-reportagem



Fonte: autoria própria (2021).

### 3.3 A VIOLÊNCIA NOS ROMANCES-REPORTAGENS CONTEMPORÂNEOS

Embora as 18 obras mapeadas neste estudo representem apenas um recorte de todo o romance-reportagem produzido no Brasil na contemporaneidade, elas permitem chegar a algumas considerações importantes a respeito do modo como o jornalismo literário brasileiro vem abordando a temática da violência nos últimos anos. Assim, a partir dos resultados obtidos através do mapeamento, desenvolverei, na sequência, discussões a respeito dos aspectos que se apresentaram como mais relevantes para o entendimento acerca da representação da violência e das personagens dos romances-reportagens brasileiros premiados nesse período. A ênfase dessa argumentação se dará, portanto, principalmente, a partir dos seguintes elementos: da diversidade das formas de violência e de dominação que aparecem nas obras; do espaço geográfico; dos autores/narradores; do sexo; e das vítimas e dos agressores.

Um dos dados que chama a atenção na composição da lista das obras premiadas é que, entre o primeiro, segundo ou terceiro lugares, sempre alguma possui como temática central a violência. É inviável supor que os avaliadores tenham feito essas escolhas de maneira intencional, ou seja, que tenham mantido como regra condecorar obras que abordem esse assunto. Assim, se foram postas como destaque, é porque, de fato, apresentam, além da qualidade estética, estilística e textual, além de outras – que não foram discutidas aqui –, relevância quanto ao conteúdo que abordam. Ademais, o fato de haver, em absolutamente todas as edições, livros premiados que tratam da violência significa que o jornalismo literário brasileiro está preocupado em abordar essa temática, isto é, estão sendo produzidas narrativas acerca de episódios de crueldade que têm permeado o país, não somente neste século, mas também retomando situações anteriores, que repercutem histórica e culturalmente até os dias atuais.

A propósito, Karl Erik Schollhammer (2007) faz um panorama entre as relações da violência com a cultura brasileira contemporânea e afirma que as motivações para se escreverem obras representando a aludida temática surgiram ainda na década de 1950, embora o assunto tenha adquirido mais visibilidade apenas a partir de 1970. Essas questões passam a ser retratadas no meio artístico como a literatura, o cinema, a música e as artes plásticas. As razões para tal produção iniciam com o medo da violência por parte da sociedade brasileira, mas seguem atreladas justamente ao contexto do país em cada período, considerando os respectivos aspectos sócio-políticos.

Na década de 1960, por exemplo, um dos motivadores foi a problemática migração da população do espaço rural para o urbano, gerando uma realidade suburbana que passa a ser abordada através das narrativas. Depois, a violência atrelada ao golpe militar também repercutiu por meio das produções culturais artísticas, revelando a preocupação e o engajamento com o melindroso cenário brasileiro da época. O autor destaca, ainda, o protagonismo do chamado “romance-documentário”, tendência no final da década de 1960 e também na década de 1970. Nesse tipo de obra, profissionais que exerciam o jornalismo buscavam retratar a violência criminosa com um viés ficcional, ao considerar que estava sendo imposta a censura à liberdade de imprensa. Também a literatura se reinventava, afastando-se das prerrogativas voltadas exclusivamente à estética para assumir uma postura de denúncia. Para Schollhammer (2007, p. 35-36), havia, na literatura, “uma tentativa de compreensão de uma realidade social excluída, que procurava representar a reação da classe média urbana às ameaças criadas pelas crescentes desigualdades sociais: assaltos, sequestros e assassinatos” e, assim, “a ficcionalização literária da época pode ser compreendida em termos de res-simbolização da violenta realidade emergente dos confrontos sociais no submundo das grandes cidades”. Schollhammer cita autores que apresentavam personagens periféricas, abordando, também nas décadas de 1980 e 1990, a marginalidade, o crime e a violência sob uma perspectiva nova, muitas vezes, desconhecida do público em geral.

Nessas duas últimas décadas citadas, de modo particular, já no regime democrático, a violência toma uma nova forma, porque passa a incluir tráfico de drogas, sequestros, assaltos a bancos, assassinatos, insegurança nas ruas e, conforme o autor, o despreparo de grande parte das polícias brasileiras, além, é claro, das batalhas entre os comandantes do tráfico e a Polícia Militar, mais evidenciadas durante as décadas 1990 e 2000. O pesquisador cita, como exemplo, uma das obras que retratou a questão mencionada e que compõe o *corpus* deste estudo: trata-se de *Abusado* (2004), de Caco Barcellos. Além dessa, Schollhammer apresenta outras tantas narrativas que se empenharam por relatar, de modo literário e/ou jornalístico, a violência que acometia – e acomete – o Brasil. Ainda contemplando a representação desse período, o autor explica:

Os últimos anos do milênio foram marcados pelas iniciativas políticas contra o mundo do crime. Lentamente o sistema judiciário e penal começa a enfrentar sua própria ineficiência e os corpos policiais entraram em processo de modernização. A violência talvez tenha perdido visibilidade no dia a dia das grandes cidades, mas continua produzindo uma realidade estatística assustadora. Para os artistas da nova geração, a violência e o mundo do crime têm promovido a abordagem do real como um fato referencial presente na obra. (SCHOLLHAMMER, 2007, p. 44).

Daquele período para as duas primeiras décadas do novo século, é possível perceber o engajamento na abordagem de temáticas que envolvem a violência enquanto condição social que se insere no contexto de seu tempo. Isso é constatado pela observação acerca dos assuntos que guiam as obras que apresentei no mapeamento. Os autores representam predominantemente a violência contra militantes políticos e trabalhadores rurais, embora tratem, também, de outros assuntos como, principalmente, a realidade dos presídios, a criminalidade, a insegurança pública, a vida nas casas noturnas de prostituição, o crime organizado e o tráfico. A produção literária com viés jornalístico ainda relata histórias do século anterior, mas apresenta a contextualização atual, cumprindo com a função informativa atribuída a esse tipo de produção. Schollhammer (2007, p. 29) aponta para a ideia segundo a qual, quando se estabelece uma relação entre as manifestações artístico-culturais e a violência, tal vínculo se dá com o intuito de “sugerir que a representação da violência manifesta uma tentativa viva na cultura brasileira de interpretar a realidade contemporânea e de se apropriar dela, artisticamente, de maneira mais ‘real’, com o intuito de intervir nos processos culturais”.

Provavelmente devido a isso, o levantamento apresentado permite compreender a diversidade da violência que acomete a muitos. Não diz respeito, agora, apenas a um nicho fundamentalmente retratado, como na época marcada pelo êxodo rural, nem se restringe à representação em torno do tráfico e/ou da violência policial. Diz respeito, também, a um variado conjunto de temas que resgatam a história violenta do país e apresentam a realidade atual. Unir a leitura das 18 obras se torna, assim, um meio para a compreensão do panorama da violência brasileira dos últimos tempos.

Isso se evidencia também ao observarmos o espaço geográfico retratado nas obras. Embora umas apareçam mais do que outras, todas as regiões do país são, em algum momento, contempladas nas narrativas. Isso não significa simplesmente que os escritores estão buscando representar todos os brasileiros; significa que a violência é parte da realidade de todo o cenário territorial do país. Mais do que isso, a partir do desenvolvimento do mapa, é notória a relação das ações de crueldade que, todas às vezes, estão atreladas a um tipo de dominação. Estão representadas a violência física, a psicológica, a reativa, a vingativa, a compensatória, a por circunstância e a intencional, sempre a partir de um viés econômico, coercitivo, político ou simbólico, sendo que um mesmo ato de crueldade pode mesclar mais de um ou vários desses elementos. É como se a violência assumisse infinitas formas a partir não somente das representações, mas também da finalidade humana com as agressões.

A violência é, no Brasil, um fenômeno generalizado. Essa afirmativa é reforçada ao se atentar para o lugar de fala dos próprios autores/narradores; esses que, em diferentes espaços geográficos e em distintas épocas (haja vista, nesse aspecto, o período de desenvolvimento de cada obra e também a diferença de idade entre os escritores), observam as atrocidades, as investigam e as relatam, tomando como base os princípios jornalísticos, já que, em sua grande maioria, trata-se de escritores ligados justamente ao jornalismo. Por esse motivo, as formas de investigação, captação de informações e pesquisa, que são muitas vezes descritas em detalhes nos livros, justificam o posicionamento adotado pelos escritores, que, embora apresentem seu ponto de vista a respeito dos assuntos, atribuem voz a pessoas e notoriedade à própria história.

É preciso destacar, todavia, que, dentre os narradores, apenas duas são mulheres. Cabe considerar que, talvez, haja menos escritoras mulheres desenvolvendo livros sobre esses temas ou que editoras deem mais espaço para os escritores homens. Ademais, pode-se cogitar a ideia de que a premiação tenha considerado, mesmo que impensadamente, livros de autores homens. Independentemente dos fatores que posicionam como destaque os romances-reportagens produzidos, predominantemente, por homens, a história de uma sociedade que foi constituída e ainda é muito marcada pelo viés patriarcal segue sendo narrada majoritariamente pela perspectiva masculina. A maioria das obras apresenta como vítimas da violência homens e mulheres, sendo que apenas duas delas tratam da violência exclusivamente contra a mulher, e outras duas focalizam a violência unicamente contra homens. As demais incluem ambos os sexos na representação de um mesmo acontecimento.

Não é cabível afirmar, considerando o contexto social, histórico e cultural de nosso país, que homens e mulheres sejam vítimas de crueldade de forma igual, haja vista os dados alarmantes a respeito da violência contra a mulher, que cresce ano a ano. Essa indicação corrobora o fato de que, dentre aqueles que cometem a violência, nas obras mapeadas, são, quase que na totalidade, homens, sendo que, em apenas três das obras, as mulheres aparecem, ao menos de forma clara, entre as que cometem os atos de crueldade. Mesmo com isso em vista, os romances-reportagens não têm se preocupado muito em abordar as especificidades da violência em relação ao gênero. Esse fator pode ter relação com o sexo dos escritores, ao considerar que a maioria deles são homens. Talvez por isso, a questão da violência de gênero não seja discutida de forma prioritária.

Em contraponto a isso, está a multiplicidade de formas com que a perspectiva violenta é apresentada nos romances-reportagens, visto que muitos são os assuntos abordados. Segundo Schollhammer (2007), o silenciamento é um fator que instiga artistas a atribuir voz

a quem antes não tinha. O pesquisador cita como exemplo *Carandiru* (2000), de Drauzio Varella, que também fez parte do mapeamento que apresento. Schollhammer afirma que o grande sucesso da obra, que, adaptada ao cinema, ficou ainda mais conhecida e vendeu mais de 400 mil exemplares, motivou outros romances, biografias etc. acerca da conjuntura marginal do Brasil, despertando um novo olhar em relação aos cárceres e aos marginalizados. A ideia defendida pelo crítico permite a percepção de que, quando relatados, os episódios podem repercutir socialmente, suscitando novas impressões a respeito do assunto abordado. Sendo assim, ao atribuírem visibilidade aos excluídos, os narradores dos romances-reportagens os retiram do silenciamento, conferindo-lhes protagonismo.

Representados a partir dos romances-reportagens em destaque na contemporaneidade, estão os acometidos pela violência no Brasil, sendo esses militantes políticos, trabalhadores rurais, presidiários, policiais, pobres, crianças, adolescentes, moradores de favela, prostitutas, estudantes e professores ativistas, homossexuais, mulheres, alcoólatras, negros, brancos, pessoas da sociedade em geral. Ou seja, excetuando povos indígenas e pessoas com deficiência, que não aparecem em evidência em nenhuma das produções mapeadas, aquelas pessoas que ganham voz pertencem a grupos bastante distintos entre si. De maneira mais concreta, isso quer dizer que a proporção da violência no Brasil tomou tal forma, que acomete a grande parte da população. Mesmo que saibamos que, por exemplo, mulheres, negros e homossexuais são sujeitos que sofrem ações de crueldade em maior medida do que outros, a violência, ainda que em proporção diferente, está presente indiscutivelmente no cotidiano de grande parte da sociedade, mesmo que em outras condições sociais e culturais. Isso ratifica a ideia segundo a qual, muitas vezes, o sujeito agredido é também o sujeito agressor, já que inúmeros fatores permeiam as relações de dominação, atribuindo poder a um em detrimento de outro, em momentos distintos, o que gera, por exemplo, a violência vingativa ou aquela por circunstância.

Embora, nos casos supracitados, os sujeitos que cometem atos violentos possam estar inseridos no contexto de minorias, se considerada a particularidade de sua condição social (presidiários, traficantes etc.), o mapeamento das obras revelou que, na maioria das vezes, a violência é praticada por quem detém o poder na maior parte do tempo: são, majoritariamente, homens que exercem a função de policiais militares, representantes do poder público, grandes fazendeiros, investidores financeiros e outros ligados ao poder estatal ou privado. A violência expressa através desses livros é, então, materializada principalmente por aqueles que, de maneira social e cultural, continuam a deter o poder e se sobressaem nas relações de



dominação. Schollhammer (2007, p. 50) aponta que, atualmente, “ninguém mais acredita no mito da não-violência brasileira”, isso quer dizer que a violência faz parte do contexto social bem como está enraizada em sua estrutura. O autor acrescenta que a cordialidade aparentemente pertence a um país do passado ou a uma “realidade há muito tempo ultrapassada pela intensificação dos problemas sociais nas grandes cidades, e pela perpétua exclusão e marginalização de gerações inteiras privadas de educação, trabalho ou alternativas dignas de sobrevivência”.

Talvez por esse motivo, os romances-reportagens não atuem com uma perspectiva positiva ou otimista em relação aos cenários de barbáries apresentados. Diferentemente de uma narrativa ficcional que, mesmo com ações violentas, muitas vezes, reserva um final feliz a seus protagonistas, os textos do jornalismo literário, por buscarem representar a veracidade dos acontecimentos, são concluídos, deixando os problemas ainda latentes. Em sua maioria, os casos não foram solucionados, os culpados continuam impunes, as vítimas ainda sofrem por alguma razão ou os relatos dão conta de suas mortes. Embora, em um primeiro momento, essa afirmativa possa aparentar um viés largamente negativo, o fato de as brutalidades serem representadas como são conduz ao desejo por mudanças, ao inconformismo em relação ao modo como a crueldade continua a acontecer, ao senso crítico diante de determinadas realidades. Isso tudo é necessário, pois, conforme aponta Schollhammer (2007, p. 51), as “iniciativas civis de combate à violência que surgiram durante os últimos anos oferecem um caminho absolutamente compreensível e justificado, porém não suficientemente eficazes diante do vácuo simbólico resultante da desagregação social”.

Ainda segundo o pesquisador, mesmo que haja uma intensa produção artístico-cultural, a problemática da violência continua a exigir soluções novas, e um debate que englobe violência e cultura precisa, antes de tudo, enfrentar o seguinte desafio: “se a violência é a brutal expressão de uma ausência de negociação social, ao mesmo tempo é a demanda impotente de outra forma de simbolização, cuja energia pode ser um poderoso agente nas dinâmicas sociais” (SCHOLLHAMMER, 2007, p. 51). Com isso, o autor evidencia que a representação da violência, tanto na produção cultural quanto na mídia – e, no caso deste estudo, na combinação de ambas –, precisa ser considerada como um importante agente nas práticas sociais e culturais do país. “Precisamos reconhecer os objetos estéticos da violência na sua relação com o processo geral de simbolização da realidade social, já que participam, de maneira vital e constitutiva, desta mesma realidade” (SCHOLLHAMMER, 2007, p. 28). Dessa forma, mais uma vez, ficam evidentes as funções primordiais das artes e também do jornalismo.

Com os resultados obtidos até aqui, especialmente a partir do mapeamento dos romances-reportagens brasileiros premiados no Jabuti no a partir do ano 2000, concluí que os temas abordados com maior recorrência estão voltados para a violência no contexto da militância política, seguidos pelas representações em torno dos trabalhadores rurais, que, muitas vezes, também assumem o papel de ativistas. Além disso, confirmei a premissa de que a violência sempre parte de uma forma de dominação e que, na ampla maioria dos casos representados, a violência é física, psicológica, intencional, vingativa e por circunstância, sendo que o poder exercido, normalmente, parte de interesses políticos, através da dominação econômica e política, majoritariamente, com o aporte do poder coercitivo empregado pelas forças militares.

A partir desses dados, elenquei três obras para atuarem como referência nesta investigação. De forma alguma excluo a importância das demais para a compreensão do fenômeno da violência como representação no jornalismo literário. No entanto, pela inviabilidade de, neste estudo, analisar, em sua completude, 18 obras, realizei um recorte que parte, primeiramente, dos aspectos de maior recorrência, como explanei anteriormente, e, depois, considerando a abrangência do espaço temporal. Por esse motivo, as obras selecionadas são as premiadas nos anos de 2002, 2008 e 2016, sendo elas publicadas em 2000, 2007 e 2015, respectivamente.

A primeira, premiada em 2002, diz respeito ao romance-reportagem *Meu casaco de general*, escrito por Luiz Eduardo Soares. A segunda, premiada em 2008, é o livro *O massacre*, de Eric Nepomuceno. Por fim, a terceira, condecorada em 2016, é *Cova 312*, produzida por Daniela Arbex. Em *Meu casaco de general*, o antropólogo e cientista político Luiz Eduardo Soares, que foi exonerado do cargo de subsecretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, relata como as propostas e as ações contra a criminalidade esbarravam em interesses de cunho econômico e político. A partir dessa narrativa, o autor demonstra problemáticas que envolvem a polícia, o tráfico de drogas e armas, e os crimes cometidos de forma institucionalizada. Em *O massacre*, o jornalista Eric Nepomuceno narra o massacre de Carajás, um dos grandes atos de matança da história brasileira, quando, em 1996, trabalhadores rurais foram mortos, e os responsáveis nunca foram punidos, pelo menos até a publicação da obra. Em *Cova 312*, a jornalista Daniela Arbex conta como as forças armadas torturaram e mataram um jovem militante político, forjando o seu suicídio e sumindo com o seu corpo.

Esses três livros de jornalismo literário, publicados na contemporaneidade e premiados em sua categoria no Jabuti, representam a violência e a crueldade, mas, também, auxiliam na compreensão da organização social, política e econômica brasileira. Partindo dessas três obras, verifico como se dá a representação dessas questões a partir das narrativas de cunho não-ficcional a fim de compreender se as funções atribuídas à literatura e ao jornalismo tomam forma a partir dos seus discursos.



## 4 ESCRITAS DA VIOLÊNCIA<sup>17</sup>

Neste capítulo, apresento o estudo acerca das três obras escolhidas para a análise da representação da violência no jornalismo literário brasileiro da contemporaneidade. Início com as percepções sobre o livro premiado em 2002, *Meu casaco de general* (2000), escrito por Luiz Eduardo Soares; depois, abordo a obra premiada em 2008, *O massacre* (2007), de Eric Nepomuceno; e, na sequência, discorro sobre o romance-reportagem premiado em 2016, *Cova 312* (2015), produzido por Daniela Arbex.

### 4.1 A REPRESENTAÇÃO DA VIOLÊNCIA EM *MEU CASACO DE GENERAL*

“Ambiguidade” foi uma das palavras mais utilizadas ao longo do livro de Luiz Eduardo Soares. Talvez, seja justamente essa a expressão que mais bem defina a relação entre polícia e violência. Quando falamos em policiamento, o mais óbvio seria relacionar os seus sentidos com a noção de segurança, mas, infelizmente, segurança não é a palavra mais importante da lista que se pode fazer ao pensarmos na polícia brasileira. O contexto de violência, de corrupção, de subornos, de medo, algumas vezes, fica sobressaliente diante do verdadeiro motivo de sua existência. Não me refiro aos sujeitos que fazem parte das corporações, de modo individual, mas sim de um sistema que, por ser tão deficiente, acaba prejudicando inclusive aqueles profissionais que realmente prezam pela segurança pública.

Essas questões, aliadas a todos os meandros, especialmente políticos, que envolvem a segurança pública brasileira – ou a falta dela –, são abordadas por Luiz Eduardo Soares em *Meu casaco de general*: quinhentos dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro, publicado no ano 2000 pela Companhia das Letras e premiado em 2002, no Jabuti, categoria “Reportagem e biografia”. Apesar de abordar a temática sob a perspectiva de um Estado específico, a narrativa conduz à compreensão acerca da violência de um modo global, ou seja, a partir dos exemplos mencionados na obra, é possível compreender como o fenômeno acontece e é tratado no Brasil.

O livro, de aproximadamente 475 páginas, apresenta um relato sobre as questões mencionadas, desenvolvido pelo professor, antropólogo e cientista político Luiz Eduardo Soares, que nasceu em Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro, em 1954. Assim, o primeiro

---

<sup>17</sup> Parte deste capítulo está publicado na *Revista Acta Scientiarum Language and Culture*. v. 43 n. 1, jan./jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.4025/actascilangcult.v43i1.54903>. Autoria de Laísa Veroneze Bisol; Xosé Antonio Neira Cruz; Lizandro Carlos Calegari.

romance-reportagem a ser analisado nesta tese não foi escrito por um jornalista. Entretanto, conforme explica Chillón (2011, p. 23), literatos, informadores, repórteres e até mesmo músicos podem retratar situações que nos levam a compreender a realidade, de modo que “a inexorável necessidade humana de narrar a experiência para torná-la inteligível resulta em um autêntico tesouro”<sup>18</sup>. É o que faz Soares que, após vivenciar uma exaustiva experiência na gestão de uma subsecretaria de Segurança, representa o que vivenciou, através de sua narrativa, trazendo os fatos à tona para serem conhecidos. O título da obra se refere justamente à posição ocupada por Soares durante aquele período, no entanto apresenta ironicamente esse “poder”, tendo em vista que o autor relata, no texto, o quanto suas ideias e ações enquanto subsecretário acabavam sendo menosprezadas por gestores militares, que detinham maior respaldo dos integrantes da equipe e do próprio governador.

Em *Meu casaco de general*, não há imagens ilustrativas, tudo é dito por meio de texto. Trata-se de uma narrativa categorizada formalmente como performática, conforme a classificação de romances-reportagens que apresentei anteriormente. Isso porque se refere a um texto formulado a partir da participação do autor no cenário em que ele mesmo representa. Não se trata, portanto, de uma apuração jornalística, com participação intencional para a finalidade da escrita especificamente e, tampouco, um relato testemunhal ou bibliográfico, pois, ainda que tenha vivenciado a situação, o autor não faz parte das polícias nem da comunidade que vive nas favelas. Também não se trata de uma linguagem científica. Embora realize uma análise político-social daquele contexto, o autor descreve as situações em que prioriza as personagens e suas histórias para, a partir delas, demonstrar as problemáticas referentes ao tráfico e à fragilidade policial. A leitura do texto integral permite concluir que o autor é o sujeito que vivenciou a situação, contudo o foco não está na sua história particular, embora, inevitavelmente, a apresente. O que ele demonstra, a partir do texto, foram situações vivenciadas durante um período em que esteve inserido no sistema político brasileiro.

A narrativa acerca dos 500 dias em que ocupou cargos na Secretaria da Segurança Pública do Rio de Janeiro ocorre a partir de 14 capítulos, além da apresentação, uma introdução e um posfácio. O texto não segue necessariamente uma ordem cronológica dos acontecimentos já que o autor opta por narrá-los à medida que os fatos se correlacionam. Por outro lado, há um fio condutor que mantém a linearidade, indicando, por exemplo, ao início do texto, a campanha e a eleição do então governador Anthony Garotinho, o convite para que Luiz Eduardo Soares

---

<sup>18</sup> Traduzido por mim, do original: “La inexorable necesidad humana de narrar la experiencia para hacerla inteligible ha desarrollado un auténtico tesoro”.

ocupasse o cargo de subsecretário, os desafios enfrentados e, nessa última etapa, a descrição sobre sua exoneração.

*Meu casaco de general* é instigante e inquietante. Parece-me uma leitura urgente para a compreensão em torno da violência policial e da tirania do tráfico, a partir do que ocorre nas favelas do Rio de Janeiro e do que frequentemente ganha notoriedade por meio do jornalismo cotidiano, porém, normalmente, com outro foco, já que as notícias são mais rápidas e apresentam os fatos de maneira simplista. Embora apresente o contexto que marca o início deste século, o romance-reportagem pode ser lido, considerando vários aspectos, como se tratasse do momento atual, o que é, na realidade, uma grande lástima, uma vez que isso indica que os problemas da violência que acometiam o país no século passado continuam em voga.

Luiz Eduardo Soares realizou estudos sobre como poderia melhorar o cenário das polícias e da violência no Rio de Janeiro a partir de uma perspectiva mais voltada ao uso da inteligência em vez da força. Aliou-se, em 1998, ao então candidato a governador do RJ, Anthony Garotinho, e publicou, no mesmo ano, pela editora Hamas, um livro a respeito dos projetos, *Criminalidade e violência no Estado do Rio de Janeiro*, obra que foi utilizada como parte do material da campanha daquele que seria eleito governador de um dos mais prestigiados Estados do Brasil. O professor foi convidado para assumir uma nova subsecretaria que faria parte da Secretaria de Segurança, seria a denominada subsecretaria de Pesquisa e Cidadania. Posteriormente, também exerceu a função de coordenador de Segurança, Justiça e Cidadania, em um novo formato de união das secretarias, proposto pelo governador. Em *Meu casaco de general*, o próprio Luiz Eduardo esclarece sobre o que a obra se trata:

É a descrição da política que formulamos e começamos a implementar. É, acima de tudo, uma defesa das razões que justificam meu otimismo. A história deste livro começou muito antes do ponto em que inicio o relato. Tem suas origens nos anos 70 quando abandonei a crença de que a violência seria um recurso legítimo para impor a justiça e a liberdade; quando passei a vê-la como uma peste que contamina e degrada tudo o que produz. Salvo nos casos excepcionais de legítima defesa, individual ou coletiva, a violência passou a significar, para mim, a face intolerável e injustificável dos poderes. (SOARES, 2000, p. 49).

A partir desse excerto, é possível identificar a preocupação do autor do texto a respeito da violência, e a sua opinião está em consonância com o que afirmo anteriormente nesta pesquisa: a violência perpassa por relações de dominação, que estão atreladas ao poder. Mais do que isso, Soares reitera a ilegitimidade do uso da crueldade como justificativa para qualquer que seja a finalidade, a menos que necessária, em última instância.

A problemática destacada pelo autor perpassa toda a narrativa, visto que todos os relatos que dizem respeito à violência têm a face do poder inserido. *Meu casaco de general*, além de demonstrar as situações que dizem respeito à soberania do Estado, apresenta e atribui voz aos sujeitos acometidos pela violência, explorando o contexto no qual estão inseridos. Nesse caso, na maioria das vezes, trata-se de moradores das favelas que sofrem em um histórico de agressões e mortes. Muitas das pessoas a quem se dirigem as ações de crueldade são criminosas, procuradas pela polícia e que, por vezes, acabam morrendo, por exemplo, na troca de tiroteios com policiais, os quais também acabam sendo mortos. Dentre as vítimas, compostas também de sujeitos inocentes, há inúmeras famílias que perdem pessoas com uma frequência assustadora. Por outro lado, há sempre aqueles que defendem a morte de criminosos, justificando uma dita limpeza social.

Diante desse cenário, Soares (2000, p. 130) afirma em sua obra que a conjunção “mas” jamais deveria ser utilizada para justificar um assassinato: “alguém foi assassinado, *mas...*”, e acrescenta “tragédias são tragédias. Não se explicam, nem se justificam. O que se explica e justifica é a dinâmica da criminalidade, cientificamente examinada ao longo do tempo, no mapa do cruzamento estatístico de variáveis diversas”. A argumentação segue explorando a ideia de que não se pode mensurar estatisticamente a violência como algo comum, sendo que a rotina de tragédias é normalmente vista através de números e que a postura que se espera é que seres humanos possam ser considerados, justamente, em sua subjetividade humana, o que exige uma resposta dos órgãos públicos em vez da minimização da importância que se atribui aos ocorridos.

Já nas primeiras páginas de seu livro, Soares descreve os momentos em que foi às comunidades mais pobres do Rio de Janeiro para ouvir o que os moradores tinham a dizer em relação ao cotidiano violento que enfrentavam, e relata um desses episódios:

Um homem jovem, alto e forte ergueu-se e pediu licença para narrar a noite que representava a síntese de sua vida, como líder comunitário e testemunha da violência: depois da sequência de infâmias e mortes que contemplara impotente, buscou refúgio na associação de moradores; prostrado, derrotado pelo desespero, abatido sob a repetição das atrocidades policiais, consciente de que a cidade amanhecia mais uma vez para sua rotina, indiferente ao teatro de horrores experimentado nas comunidades, abraçou-se ao companheiro que se sentara ao seu lado, em silêncio, cúmplice na impotência e no desespero e, juntos, choraram. A quem recorrer? Com que instrumentos resistir? Contar com que mecanismos? De que instituições? Como ser ouvido? Como merecer atenção e exigir que o poder público controlasse sua máquina de morte, tortura e humilhação? O relato trazia o eco distante da impotência, nas lágrimas que evocavam a dor inscrita na memória. O depoimento compartilhava conosco a tragédia das arbitrariedades policiais, alimentadas por uma política de



segurança criminosa, em contexto de insulamento político e desamparo. (SOARES, 2000, p. 40).

A soberania da relação de dominação está evidente nesse excerto. A situação de vulnerabilidade das pessoas que enfrentam tragédias diárias e não têm a quem recorrer – porque as autoridades que as acolheriam são as mesmas que cometem a violência – invisibiliza os sujeitos que, por sua vez, ganham voz por meio de narrativas como essa. Algumas personagens que relatam suas histórias ganham nome, outras não (suponho que as identidades ocultadas são assim postas para preservar os interlocutores). Entretanto, a sensibilidade com que o autor descreve os indivíduos e os seus temores é bastante evidente, o que torna o discurso empático em relação a essas pessoas, provocando, também no leitor, esse senso de empatia. A utilização de frases interrogativas expressa as dúvidas, a falta de esperança e, por fim, a perplexidade diante da impotência dos indivíduos em relação ao que vivenciam cotidianamente em termos de violência e vulnerabilidade. Esses questionamentos instigantes apresentam toda a humanidade, frágil, de quem precisa lidar com a falta de perspectiva e o desespero de sua condição.

Embora a obra relate os acontecimentos partindo de questões políticas e seja escrita por estudioso que não é jornalista, a linguagem utilizada está em acordo com aquela que se encontra no jornalismo literário. O modo como as cenas, os sujeitos e os locais são descritos, com riqueza de detalhes, evidencia isso. O emprego dessa forma de escrita sensibiliza os leitores, permitindo uma experiência de leitura que vai além do conhecimento de fatos, mas, sobretudo, instiga à reflexão. No trecho apresentado, já é possível perceber essas questões, que aparecem também em tantas outras passagens do texto, intercaladas com partes mais técnicas, como a explicação dos cargos políticos ocupados no governo, por exemplo. Outro exemplo dessa riqueza de descrições, nós o encontramos, por exemplo, no momento em que Soares expõe uma visita na comunidade Jacarezinho. Ele escreve:

Havia mais de duzentas pessoas numa larga sala escura e rústica. A temperatura era amena e a atmosfera, tensa e vibrante. Havia muita ansiedade no ar e uma expectativa positiva, que se traduzia no carinho da recepção. Afinal, não é incomum receber a visita de autoridades em épocas não eleitorais. (SOARES, 2000, p. 37).

Além da nítida crítica aos políticos que visitam as favelas apenas em situações específicas, buscando votos, há, nesse fragmento, uma descrição que vai do geral, indicando o número de pessoas presentes, como requer um texto informativo, mas ultrapassa o âmbito

informativo para demonstrar o clima do local e os sentimentos dos participantes. Isso não faria parte de uma notícia mais ligeira sobre o mesmo tema, já que o jornalismo cotidiano tem como pilar a objetividade na escrita, enquanto os relatos que utilizam do aporte literário permitem esse tipo de constatação, o que leva o leitor a compreender de forma mais abrangente as ideias a serem transmitidas. É também notável a preocupação com a descrição das personagens centrais, como quando Soares (2000, p. 64) apresenta outros dois subsecretários: “talvez tivessem dez anos mais que eu; um deles era magro e muito alto, de expressão severa e crispada; o outro era baixo, magro, de expressão triste e serena. Não falavam muito”. À medida que a descrição detalhada acerca das personagens é realizada, é possibilitada ao leitor a criação de uma imagem mental que as personifica, ampliando os horizontes de entendimento do texto.

O fragmento sobre a descrição das personagens também traz outro aspecto interessante, a utilização de si mesmo como ponto de referência: “dez anos mais que eu”, o que demonstra que o narrador não pode ser dissociado da persona do autor do texto, uma vez que se trata de quem esteve presente na grande parte das situações que relata e aborda. Temos esse posicionamento ao longo de toda a obra, outro exemplo pode ser lido em: “a verdade é que ninguém acredita que o drama da violência no Rio de Janeiro tenha jeito. Ou quase ninguém. Eu participo dessa minoria obstinadamente otimista” (SOARES, 2000, p. 42). O posicionamento é evidente, as opiniões são postas de maneira aberta e abrangente, sem espaço para dúvidas a respeito das ideias da persona que narra.

Ainda considerando a linguagem utilizada nesta obra, destaco a estratégia utilizada por Soares para prender a atenção do leitor durante o desenrolar do texto. Ao finalizar cada capítulo, o autor instiga para o que vai ser relatado no próximo. Vemos isso em: “uma vez enfrentados os três meses de teste, iniciariamos a implantação do projeto em todo o Estado, ampliando rapidamente a quantidade de policiais submetidos à requalificação. *Não havia tempo a perder*” (SOARES, 2000, p. 103). Outro exemplo: “Saí otimista. *Talvez otimista demais*” (SOARES, 2000, p. 152); e também: “a autoridade recomposta do secretário se tornara uma arma pronta a disparar. *Eu era o alvo*”. As frases que destaquei em itálico estão em sua forma normal no texto original, mas o conteúdo leva ao entendimento do que mencionei anteriormente, através de frases que, a meu ver, soam de modo dramático, é gerado um suspense acerca do conteúdo que vai ter continuidade nos próximos capítulos da obra. A dramaticidade, além de ratificar a presença da literalidade no modo de narrar, incita para a continuidade da leitura.

Uma vez apresentados os temas e o modo como se desenvolve a construção narrativa em *Meu casaco de general*, irei debater as questões norteadoras propostas nesta pesquisa a

partir de alguns temas centrais abordados por Soares. Optei por essa divisão temática, pois, para além de extenso, o livro apresenta uma impressionante riqueza de detalhes, uns engendrados com os outros. Assim, inicialmente, abordo a representação das polícias na obra, bem como o entendimento repassado a respeito dos Direitos Humanos. Na sequência, trato dos relatos acerca da violência no Rio de Janeiro e também das pessoas excluídas socialmente, que são representadas na narrativa, levando-se em conta as relações de poder evidenciadas a partir dessas aproximações. Posteriormente, discuto os projetos que o próprio autor do livro construiu enquanto subsecretário de segurança daquele Estado e, em meio a esses assuntos, trago algumas questões relacionadas ao modo como a mídia tradicional abordou os aspectos tratados no romance-reportagem.

#### **4.1.1 O sistema policial e os Direitos Humanos**

A violência atrelada às relações entre as polícias militar e civil, as comunidades que vivem nas favelas, a tirania do tráfico e o engajamento político – ou a falta dele – são as principais questões delineadas por Luiz Eduardo Soares ao longo de sua narração. Suas pesquisas a respeito do tema levam à defesa da ideia sobre a necessidade de uma reforma nas polícias, do desenvolvimento de projetos que diminuam a problemática da violência e a tese de que, antes mesmo da polícia, o Estado é que se indispõe com a inovação. A realidade policial é abordada amplamente ao longo do texto que apresenta um panorama sob duas vertentes: existe uma polícia corrupta, que se vale da violência sem escrúpulos, que amedronta e comete crimes brutais, mas existem também aqueles profissionais que almejam por formação, por mudanças, que sofrem pelas ações amorais e antiéticas de seus colegas e que são desvalorizados social e economicamente. Acerca dessa questão policial, Soares revela:

O submundo da corrupção policial tem suas regras. É preciso conhecê-las para combater a corrupção, a brutalidade e o crime nas polícias. Antes de mais nada, é preciso ter sempre presente que há muita gente descente nas polícias. Entre esses, há os que se revoltam com o que veem seus colegas corruptos fazerem e há os que acabam se acostumando aos que veem, encontrando explicações para justificar quase tudo. Há também aquela turma de boa índole, que se deixa levar pelo movimento dominante na corporação a sua volta. E há, finalmente, os criminosos, mesmo estes diferenciando-se bastante, de acordo com uma série de variáveis. (SOARES, 2000, p. 33).

É interessante perceber que, na obra, sempre há o contraponto no que é dito, e isso fica evidente no trecho apresentado. Mesmo que o autor critique de maneira veemente a corrupção que circunda a corporação, também abre espaço para interpretações a respeito da diversidade

que caracteriza a polícia, buscando a não generalização. O autor não sobrepõe a culpa dos problemas que circundam esse meio especificamente sobre quem está na linha de frente, os policiais. O que faz é analisar o modo como as academias de polícia formam, mesmo com dificuldade, esses profissionais, enquanto poderiam focar em preparar policiais que fossem, também, gestores de políticas públicas de segurança. Para Soares, essa prática formativa seria a ideal para a melhoria do desempenho policial. Essa preocupação está bastante atrelada com a ideia de respeito aos Direitos Humanos, visto que, a partir de uma formação mais voltada às percepções humanísticas, seria possível modificar o modo como o sistema se desenvolvia na época da escrita do livro.

Soares revela que há regras do crime na polícia e que, dentre elas, destaca-se a racionalidade de uma economia política especial. A esse respeito o autor destaca: “Quem não compreender esse ponto não será capaz de decifrar, por exemplo, os motivos pelos quais apenas em momentos específicos eclodem manifestações simultâneas nas favelas contra violência policial” (SOARES, 2000, p. 34). O cientista explica que criminosos, população favelada e policiais compreendem sinais políticos à distância, e mudanças que, aparentemente, são sutis na cúpula da segurança pública, por exemplo, ou no comando das delegacias e dos batalhões, podem ser bases de indução à modificação de comportamento de diversos dos atores que se confrontam. Essa perspectiva anunciada pelo autor demonstra que toda a questão da segurança e, por consequência, da violência, perpassa, necessariamente, pelas escolhas políticas. Sendo assim, o que se representa por meio da obra é que todo o contexto conflituoso se relaciona com algo que está mais além das guerras entre policiais e traficantes, associando-se aos líderes do Estado. Todavia, para além disso, existe uma outra questão fundamental, as negociações entre os envolvidos. Nas palavras do autor:

O universo dos confrontos policiais nas favelas é um mercado clandestino, regulado pelo custo do “desvio de conduta”. Explico: os preços da vida e da liberdade são inflacionados quando fica menos arriscado, para o policial, matar e negociar a liberdade, isto é, quando caem os custos dos chamados “desvios de conduta”. É fácil entender: se um policial tem a arma apontada para a cabeça de um traficante, de um suposto traficante ou de um inocente qualquer e pode apertar o gatilho sem que isso lhe traga grandes problemas, por que não o faria? Para não matar e até para devolver o infeliz à liberdade, a tendência é que o policial corrupto exija mais e mais. Ora, a elevação de preços no mercado ilegal da vida e da liberdade perturba a ordem anterior, desestabilizando padrões de relações e estruturas de micropoder local. Os efeitos são: as reações dos marginais aos aumentos “abusivos” dos preços do “acerto”; as reações duras dos policiais, que têm de se impor para fazer valer sua disposição de renegociar os “contratos firmados”; e as revoltas populares, lideradas por aqueles que sabem que as mortes, mesmo vitimando traficantes, não são acidentes nem êxitos policiais, mas extermínio. Portanto, tanto faz se os traficantes estão ou não estão comandando as manifestações. Não está aí o problema. Não é essa a questão, ao contrário do que

pensa o senso comum e do que pensam ou fingem pensar as autoridades. (SOARES, 2000, p. 34).

Aqui temos uma mostra do modo como a obra desvela uma realidade relativizada todos os dias por quem não busca compreender o que realmente acontece nessas comunidades, comemorando, quando vê no noticiário, que mais um “bandido” foi morto, enquanto tantos outros estão financiando a corrupção policial. Nesse sentido, Soares (2000, p. 238) descreve relatos como: “morreu mais um traficante no morro; a polícia conseguiu fazer seu trabalho e livrar a sociedade de outro vagabundo perigoso”. Ocorre que, de qualquer forma injustificável, muitas dessas vezes, nem são os traficantes ou outros criminosos que morrem, mas pessoas vitimizadas por quem detém o poder naquele momento e, na busca pela sobrevivência, são assassinadas, não porque praticaram crimes, mas porque não se renderam às exigências da polícia ou dos traficantes.

Elmir Jorge Schneider (2016) é policial rodoviário federal e desenvolveu um estudo na área dos Direitos Humanos que vai ao encontro do que está representado na obra de Soares. Schneider aponta problemas relacionados com a violência policial, a partir de um controle do Estado, em que é mantida uma estrutura de poder e de exploração. Para o autor, que buscou as origens da atividade policial no Brasil, foi criada e reforçada, ao longo dos anos, uma imagem da polícia relacionada à brutalidade, à violência, à arbitrariedade e à corrupção. Citando Teresa Pires do Rio Caldeira (2000), o pesquisador apresenta a ideia de que o abuso de poder e a tortura, por exemplo, são práticas policiais enraizadas na cultura brasileira e que nem sempre foram ilegais, além de, muitas vezes, contarem com o apoio da própria população. “Com a intensificação da violência no período do regime militar no Brasil, as ações da polícia podem ser vistas como um total desrespeito aos direitos humanos” (SCHNEIDER, 2016, p. 47). No entanto, o autor aponta que, com o término do regime militar, inicia um novo ciclo em que há uma busca pela garantia dos direitos individuais e coletivos, especialmente após a Constituição Federal de 1988. “Apesar de ter diminuído, entretanto, a violência policial não desapareceu após a Constituição Federal de 1988, e a repressão continua sendo usada como forma de controle social”, salienta Schneider (2006, p. 53), que apresenta também a sequência de fatos históricos envolvendo a instituição como quando, ao final do século passado, na passagem para o Estado democrático de Direito, a polícia, que no período ditatorial tinha como prioridade defender os interesses do governo, passa à necessidade da compreensão de que os indivíduos não são apenas inimigos em potencial, mas sim, humanos com direitos. Todavia, embora a nova política de governo orientasse que a atuação policial se baseasse na legalidade e no respeito aos

Direitos Humanos, “verificou-se uma polícia acostumada a atuar matando, e que de repente se via impedida de fazer isso, acaba cruzando os braços e joga toda a responsabilidade no governo” (SCHNEIDER, 2016, p. 51), ideia que corrobora aquilo que Soares desenvolveu no romance-reportagem, apontando as inúmeras divergências entre o policiamento e o Estado.

Segundo o texto de Soares, existem duas maneiras de combater a corrupção policial. Uma seria um confronto aberto, ou seja, um projeto transparente para verificar os problemas nas polícias, o que poderia efetivamente gerar resultados. O outro modo, diz respeito ao enfrentamento mais utilizado pelos governantes: “uma aliança com os maus policiais, na tentativa de cooptá-los e submetê-los a um direcionamento construtivo”. Conforme Soares (2000, p. 461), essa segunda alternativa nunca funcionou, pois “aliar-se a certos grupos não significa fazer política, mas tornar-se cúmplice do crime organizado”. O relato dessas questões por alguém que esteve dentro de um sistema de governo é bastante instigante, visto que demonstra as artimanhas dos caminhos mais fáceis geralmente escolhidos pelos políticos para minimizar os problemas que se tornam sempre maiores. Posteriormente, abordo como os projetos que poderiam ser eficazes na resolução desses conflitos e da corrupção acabam sendo barrados pelos mesmos motivos, evidenciando que o processo de dominação se estabelece por quem detém o poder.

Embora relate de forma bastante transparente os esquemas de suborno que envolvem as polícias e o tráfico, o autor produz não apenas as denúncias que representam a parte suja existente nas corporações, mas também uma análise bastante humanizada do contexto vivenciado por muitos desses profissionais. Vemos isso em: “quando espancam negros e pobres, agridem suas próprias imagens, refletidas no espelho da pobreza” (SOARES, 2000, p. 397). Isso não supõe que haja justificativa para seus feitos violentos e corruptos, mas que, de alguma maneira, se o fazem, para eles, existe um porquê. E esse porquê é explorado para além de uma simples justificativa, mas a partir de uma contextualização da realidade social de muitos dos policiais que também já foram, ou continuam sendo, vítimas de algum tipo de dominação. Vemos, claramente, a face do poder que circula.

Recordo, aqui, que, durante o processo de mapeamento dos romances-reportagens, classifiquei a obra de Soares também a partir dos tipos de violência ali representados, sendo eles: a física, a psicológica, a vingativa, a reativa, a compensatória e por circunstância. Considerando esse contexto, posso afirmar que a violência policial muitas vezes perpassa pela tipologia denominada compensatória, ou seja, para compensar uma impotência diante do mundo ou de suas realidades, os indivíduos agem violentamente, com o intuito, justamente,

de exercer domínio sobre o outro, reafirmando sua condição de poder. Todavia, os bons policiais são destacados em diversos momentos da obra, como ocorre na seguinte passagem:

O extraordinário é que, provavelmente, nesse mesmo momento, algum soldado arrisca a vida para cumprir seu dever, honrando a farda que veste, apesar do salário baixo, apesar da imagem deteriorada de sua corporação, a despeito da vergonha que os companheiros corruptos lhe causam e da baixa estima, que lhe cava um buraco na alma e dói mais que a miséria, como uma vez me confessou, emocionado, um sargento de coração generoso e espírito nobre. (SOARES, 2000, p. 35).

Há, em realidade, um drama vivenciado pelos policiais, que recebem pouco pelo trabalho realizado – e, na época da escrita do livro, muito menos –, além de, em lugares como o Rio de Janeiro, em geral, morarem longe do trabalho e ainda precisarem esconder sua identidade profissional, conforme explica o autor, porque isso pode lhes custar a vida. “Humilhados, negligenciados, condenados a um cotidiano muitas vezes modestíssimo, algumas vezes miserável, os policiais só são lembrados quando faltam, quando erram” (SOARES, 2000, p. 121), e isso representa cada vez mais cobrança e pressão.

Cabe também ressaltar o modo como o romance-reportagem descreve o quanto a população deveria se importar com esses temas policiais e, por fim, que envolvem a segurança pública:

O fato é que, por conta dessas contradições e pela magnitude do descontrole, polícia é um tema que interessa a todos, a menos que você tenha mais de quarenta anos, seja branco e rico, e não disfarce sua origem de classe. Mesmo assim, você certamente terá parentes e amigos mais jovens ou será sensível aos dramas que o cercam com uma frequência assustadora. Pensando bem, mesmo rico e branco, ou melhor, por conta desses atributos, é melhor você se preocupar também, porque a competência policial é decisiva para desmontar as quadrilhas de sequestradores, assim como o controle sobre a corporação é necessário para evitar que policiais participem de sequestros. Portanto, sem exceções: polícia é um tema de interesse geral. (SOARES, 2000, p. 35).

Com esse excerto, observamos também a importância que o autor atribui à diferença de classes e raças nas comunidades onde a ação policial se faz presente. Conforme se apreende da essência desse texto, a vivência de uma pessoa, em uma posição mais privilegiada que outra dentro da sociedade, está em conformidade com as suas inquietações ou sobre como pensa a respeito de determinado assunto. Nessa perspectiva, pessoas negras, pobres, habitantes das favelas provavelmente estariam mais preocupadas com o tema das polícias do que homens brancos e bem-sucedidos que, por sua vez, emitem mais opiniões sobre o modo como eliminar os bandidos da sociedade.

Essa dualidade de pensamentos e formas de agir em relação à violência leva o autor a discorrer, ao longo da obra, sobre a questão dos Direitos Humanos. Para Marilena Chauí (2018, p. 34) direito se diferencia de uma necessidade ou carência, que diz respeito a algo específico, podendo ser conflitantes e perpassarem por particularidades de grupos e de classes. Para a filósofa, um direito não é particular ou específico, mas é “geral e universal, válido para todos os indivíduos, grupos e classes sociais”. Ainda conforme a autora: “Por exemplo, a carência de água e de comida manifesta algo mais profundo: o direito à vida. A carência de moradia ou de transporte também manifesta algo mais profundo: o direito a boas condições de vida”. Segundo ela, o que se opõe ao direito são os privilégios.

Ao contrário do que pode ser o senso comum, *Meu casaco de general* apresenta as perspectivas eficazes de atrelar os Direitos Humanos ao combate à violência. Isso não quer dizer que o texto defenda criminosos, pelo contrário, apresenta maneiras de puni-los sem a utilização da crueldade e prova, através de exemplos práticos, que é possível inclusive prevenir o crime por meio de projetos que envolvam essa ideologia. Soares (2000, p. 118) escreve: “A mensagem que desejávamos transmitir era simples: a polícia tem de falar os dois idiomas, fazendo-os compatíveis entre si. O idioma dos Direitos Humanos e o idioma profissional, da técnica policial. Com um só, não se sobrevive”. A pesquisa de Schneider (2016) menciona esse mesmo aspecto, destacando que o tema dos Direitos Humanos é complexo e é preciso cuidar para que os valores não sejam invertidos, ou seja, a justiça deve ser cumprida, não se pode agir com impunidade, mas também é preciso agir dentro da legalidade, com o intuito de proteger a sociedade e, acrescento aqui, não com o foco de gerar ainda mais violência.

Reiterar essa ideia através da narrativa conota o quanto o tema dos Direitos Humanos é percebido de maneira simplória por aqueles que não conhecem a sua essência, isso porque o antropólogo precisa explicar que a polícia, ao ser mais humana, não vai deixar de cumprir o seu papel, os criminosos não sairão impunes, é preciso, entretanto, unir humanidade à deontologia, e isso é ressaltado em diversos momentos ao longo da obra. Schneider (2016), em sua pesquisa, aborda o tema enfatizando que muitas foram as mudanças positivas durante o processo de evolução das polícias, mas acrescentando que ainda há muito a ser desenvolvido. Segundo ele, a melhoria no nível de escolaridade e de intelectualidade dos policiais elevou a qualidade dos serviços oferecidos pelos profissionais, que antigamente eram treinados basicamente a partir da utilização da força e do poder coercitivo. O autor inclusive cita a obra de Soares em seu texto, destacando que é necessário o desenvolvimento de projetos que possam trazer melhorias, retomando a confiança nas polícias.



Schneider (2016) também conduz à reflexão sobre a ideia de que o militarismo pode ser um sistema eficiente para proteger territorialmente a nação, mas que a função do policiamento possui uma dimensão diferente, que diz respeito à proteção e à segurança das pessoas. O pesquisador destaca que a polícia tem aperfeiçoado o desempenho das operações a partir de regras mais democráticas e que, de forma gradual, vai ficando mais próxima da preservação da ordem pública e enfrentamento do crime. Assim, segundo o autor, aos poucos, a atuação policial se encaminha para um trabalho com mais respeito aos direitos de todos, isso a partir de qualificação dos profissionais e também do desenvolvimento de projetos, ideias que corroboram o que foi amplamente representado no livro de Luiz Eduardo Soares.

Um dos projetos nesse sentido foi o Mutirão pela Paz, desenvolvido em uma comunidade do Rio de Janeiro. Em 15 dias, centenas de pessoas vivenciaram experiências como transporte a custo reduzido, confecção de carteiras de identidade e trabalho, atendimento jurídico e odontológico, participação em cursos profissionalizantes, práticas culturais e esportivas e cadastro em bancos de recrutamento de empregados. “Desde que o projeto se implantou até o dia em que saí do governo, em 17 de março de 2000, não houve nem um crime sequer na favela que, nos anos anteriores, aterrorizava Laranjeiras” (SOARES, 2000, p. 279). Com esse exemplo, o autor demonstra uma face dos Direitos Humanos pouco conhecida, mas que é, na realidade, a mais óbvia: que todo o ser humano possua o que é básico para a sobrevivência. Ele prova, através do projeto, e revela, pela obra, que é possível minimizar a violência com práticas como essas. “O mutirão associava polícia nas favelas à paz, não à guerra, e ligava a paz a investimentos sociais, não apenas à presença policial” (SOARES, 2000, p. 280). Todavia, o autor demonstra, também, a dificuldade consistida na manutenção dessas mesmas ideias já que, apesar do êxito, duraram poucos meses e ficam restritas a uma única comunidade. “Verificamos que era impossível sustentar tantos serviços, tantas iniciativas, sem uma estrutura administrativa permanente, ainda que desburocratizada e leve” (SOARES, 2000, p. 280); seria preciso também, conforme o relato, que todas as secretarias tivessem o projeto como prioridade, o que, em geral, por interesses políticos, era algo bastante improvável de ocorrer. A demonstração acerca das fragilidades internas no âmbito político é uma das contribuições relevantes desse texto, haja vista que a narrativa permite a avaliação da violência também sob esse viés, não apenas mostrando a criminalidade ou a corrupção policial como estopins da violência, mas a própria falta de estrutura do Estado – ou, por vezes, da vontade de alguns dos governantes.

Outro modelo da eficácia na promoção da humanização, explorado por Soares (2000), diz respeito a um projeto que foi concretizado em fevereiro de 1999, com a fundação do Centro

de Referência contra a Discriminação das Minorias Sexuais. A necessidade desse projeto surge a partir de denúncias de crimes contra homossexuais, cometidos por policiais, ou, então, o modo como tratam as pessoas nas próprias delegacias, quando vão denunciar algo. Um homossexual, ao denunciar que foi vítima do golpe “boa noite cinderela”, recebeu, por exemplo, o seguinte tratamento da corporação: “Quer dizer que a boneca foi sacaneada?” (SOARES, 2000, p. 153).

Representantes das entidades atuantes em favor de grupos excluídos socialmente, como gays, lésbicas e travestis, debateram, juntamente com o subsecretário e representantes de outras entidades como Viva Rio, os principais problemas enfrentados e as possíveis soluções. Depois disso, foi desenvolvida, no centro de referência, uma formação para que policiais civis e militares pudessem compreender e ressignificar a questão humana e democrática envolvendo esses sujeitos. Com trabalho voluntário, esse projeto, assim como outros, não onerou nada para o Estado. “Começava ali um processo comovente de derrubada de tabus” (SOARES, 2000, p. 167). A partir das visitas aos batalhões, representantes das minorias sociais passaram a ver os policiais com outros olhos, não mais a partir do medo e, por sua vez, a polícia revelou-se mais humana e atenta ao sofrimento alheio. Embora os valores subjetivos imbuídos em cada um dependessem de aspectos culturais e ideológicos para serem modificados, Luiz Eduardo Soares deixa claro que o principal consiste na ação, e isso está explícito em sua escrita:

De todo modo, mesmo que nenhuma subjetividade policial jamais se sensibilizasse com os dramas humanos das minorias e jamais incorporasse o significado do respeito verdadeiro às diferenças, mesmo assim, o que importava e o que importa, o que era e é decisivo, e, de qualquer maneira, o que se insere na alçada do gestor de políticas públicas, na alçada de um subsecretário de Segurança, é a mudança de comportamento, porque é isso que as pessoas sentem na pele e é isso que faz diferença na prática imediata. (SOARES, 2000, p. 168).

Dentre os temas abordados na formação, estava a intervenção contra os espancamentos de homossexuais realizados por lutadores de jiu-jítsu. As polícias foram mobilizadas, os donos das academias convocados para a campanha de respeito às diferenças, trazendo à tona os verdadeiros princípios das artes marciais, e os principais problemas foram expostos aos policiais, para que eles se apresentassem como figuras protetoras e não hostis. O resultado mais impactante, conforme relata Soares, foi durante o carnaval, em que praticamente não houve violência homofóbica, e isso se deve a união de todas as classes envolvidas.

Representar essa questão por meio da obra é mais do que simplesmente demonstrar que existem minorias sexuais que sofrem violência e que foi necessária uma formação para diminuir a incidência. O texto, abordando esse tema, é capaz de conduzir o leitor a refletir sobre como

os diferentes grupos da sociedade são atingidos diariamente por uma violência sem escrúpulos e muitas dessas vezes sem nenhum apoio, sem ter a quem recorrer, embora se trate de questões que poderiam ser minimizadas com simples projetos e boa vontade. Dar visibilidade a esses problemas propicia que se veja a questão dos Direitos Humanos de maneira inovadora já que, em geral, essa ideia costuma ser associada à proteção de criminosos. O exemplo apresentado faz refletir que unir as polícias à prática dos Direitos Humanos contribui para a proteção das vítimas, em primeira instância.

Para não deixar dúvidas acerca da intencionalidade de priorizar os Direitos Humanos, o autor apresenta argumentos que vão ao encontro da importância da punição daqueles que precisam ser punidos. Enfatiza que a legítima defesa é compatível com os Direitos Humanos assim como a função coercitiva, quando legal e legítima. “Se o profissional da segurança pública for bem treinado na aplicação do gradiente do uso da força, agirá em conformidade com a lei e os direitos humanos, e cumprirá com competência sua missão” (SOARES, 2000, p. 116), essa ideia, repassada às corporações nos treinamentos, segundo o antropólogo, soou como chocante e surpreendente para a maior parte dos policiais. Conforme o autor:

Defendíamos os direitos humanos, mas queríamos enfrentar o crime onde quer que ele estivesse. Não haveria santuários vedados à presença policial, entregues ao domínio do tráfico. A polícia entraria onde fosse necessário. Afinal, por que só os bairros nobres mereceriam policiamento? Todas as comunidades precisam da polícia e têm direito a ela. Os policiais, por sua vez, têm de respeitar os cidadãos, qualquer que seja sua cor, idade, gênero, área de residência ou classe social. (SOARES, 2000, p. 71).

Dispor dessa informação nas páginas do romance-reportagem soa como algo bastante revelador. Se às polícias, que vivem nesse contexto, pareceu surpreendente a possibilidade de agir a partir de outras técnicas que não as habitualmente utilizadas, através da força, mas, assim mesmo, combater o tráfico, posso supor que a informação chega de modo novo também para os cidadãos civis. Esses elementos expressos na obra são discutidos por Schneider (2016, p. 178) quando explica que “a modernização do sistema de segurança pública deve funcionar com o comprometimento dos seus agentes como principais defensores dos Direitos Humanos, atuando dentro da lei e da técnica” e, também, com um treinamento emocional e técnico a fim de agir com “transparência, moral e ética, disseminando uma verdadeira cultura de cidadania e educação” (p. 179). Acontece que essa perspectiva é pouco ou quase nada abordada pela mídia cotidiana e nem todas as pessoas buscam se informar por outros meios. Mais adiante, apresento alguns exemplos a respeito da mediação da violência pelos veículos tradicionais. Schneider

(2016) aborda essa temática afirmando, justamente, que a mídia costuma generalizar os episódios violentos no Brasil e, assim, muitas vezes, a imagem da própria polícia é distorcida.

Ao expor a maneira como as instituições policiais costumam agir diante das situações críticas de violência, também a problemática envolvendo as relações políticas e, inclusive, as distorções acerca da ideia central dos Direitos Humanos, Soares retoma e apresenta um panorama que, embora tenha sido parte daquele contexto, ainda é uma realidade. Isso porque, em sua pesquisa, Schneider (2016) apresenta uma análise muito semelhante à perspectiva prática relatada pelo antropólogo em seu romance-reportagem, afirmando que uma atmosfera aterrorizante, violência por violência, acarreta mais vítimas, o que ocorre quando os detentores do poder, responsáveis pela segurança pública, se posicionam favoráveis a conflitos armados.

Como é notável, quando se trata de Direitos Humanos, que é para todos, aqueles que menos obtêm esse direito ou a quem mais é questionado são as minorias sociais. Diante disso, e considerando a vasta perspectiva a esse respeito explorada no romance-reportagem em questão, abordo, no item a seguir, o modo como esses indivíduos são representados na obra.

#### **4.1.2 Excluídos e vulneráveis diante das relações de poder**

*Meu casaco de general* apresenta inúmeras histórias de sujeitos injustiçados por estarem inseridos em um determinado espaço ou por pertencerem a diferentes grupos étnicos. Essa representação vai ao encontro do que discute Chauí (2018, p. 43), quando aponta que “na sociedade brasileira as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece”, e que as diferenças são, sempre, transformadas em desigualdades, reforçando certa relação de poder. “O outro jamais é reconhecido como sujeito, tanto no sentido ético quanto no sentido político, jamais é reconhecido como subjetividade nem como alteridade e muito menos como cidadão” (CHAUÍ, 2018, p. 43).

Um desses casos, bastante explorado na obra, que mostra “as dores de ser minoria”, frase que se tornou manchete de um jornal da época<sup>19</sup>, diz respeito aos imigrantes angolanos, que, ao chegarem ao Rio de Janeiro, passaram por uma série de investigações e humilhações, sem que houvesse qualquer indício de que teriam cometido algum delito. O texto de Soares apresenta, além das histórias de vida dos sujeitos, reflexões importantes sobre como temas referentes à vulnerabilidade e discriminação são ignoradas no cotidiano de quem não as vivencia. Conforme o autor:

---

<sup>19</sup> Citada por Soares (2000), a manchete é do jornal **O Globo**, publicada em 12 de fevereiro de 2000.

Quem não mora em favela experimenta a angústia da insegurança e o medo da violência. Quem vive lá sente pavor e desespero. Só quem vive nas comunidades, nos morros, nos bairros populares dominados pelo tráfico e episodicamente invadidos pela polícia sabe do que é que se está falando quando se diz *risco*. Apesar de vir estudando o problema há mais de dez anos, só me dei conta de quão distante e fraca era minha percepção quando comecei a visitar as favelas com muita frequência, no início de 1999, e a ter acesso a depoimentos coletivos; no trabalho de pesquisador, dificilmente surgem essas oportunidades grupais e quase ritualizadas. (SOARES, 2000, p. 36).

O excerto demonstra a dicotomia entre angústia, insegurança e medo em comparação a pavor e desespero. O que está relatado é justamente a diferença que, mais uma vez, perpassa pela desigualdade social. Schneider (2016) apresenta um levantamento a respeito do modo como essas comunidades foram constituídas, historicamente, e sobre o porquê de a criminalidade muitas vezes ser parte daqueles espaços. Ele explica que o Brasil “inicia sua colonização de forma a causar um profundo sentimento de dominação” e que faz isso “com tamanha segregação e crueldade, num sentimento que persiste até hoje, sobretudo contra a população pobre, a violência é apenas uma consequência desse passado trágico” (SCHNEIDER, 2016, p. 19). Essa afirmativa introduz um resgate acerca da escravatura no país, haja vista que, após a abolição, inicia um considerado novo problema social: os escravos. Esses, que até então eram explorados, foram simplesmente dispensados para iniciar uma vida com as mínimas condições para seu sustento. Alguns permaneceram nas propriedades, trabalhando com direito a pouco ou quase nada, e outros, mesmo livres, ficaram com poucas alternativas, pois seguiram sendo a camada excluída e perseguida, com o rótulo de marginalidade. Nas palavras do pesquisador:

Com a tão sonhada liberdade, o negro deixou a fazenda e os engenhos e deslocou-se para os aglomerados urbanos, obrigando-se a ocupar espaços periféricos, nos quais havia dificuldades de sobrevivência pela sua miserabilidade, além da falta de qualificação para o trabalho urbano. (SCHNEIDER, 2016, p. 29).

O autor cita José Geraldo Vinci de Moraes (1994), o qual afirma que os negros foram expulsos para os morros pela elite carioca a fim de promover a “civilização” do centro daquela que era a capital do país. Esses fatos evidenciam a história de discriminação no Brasil, perpetuada até hoje. Com o fim da escravatura, muda-se a forma de trabalho, no entanto, a pobreza, a falta de instrução, de oportunidades e o abandono social, de fato, levaram algumas daquelas pessoas a buscarem alternativas de sobrevivência fora do que determina a lei. Segundo Schneider (2016, p. 67), “com tamanha desigualdade de renda no Brasil, é possível entender a indignação e a revolta que tomam conta das pessoas de baixa renda, que acabam não tendo

acesso às condições básicas de sobrevivência”. O autor acrescenta: “Esta situação de extrema pobreza muitas vezes abre caminhos para o ingresso ao mundo do crime” (2016, p. 67). Assim, de acordo com Schneider, a violência brasileira hoje ainda pode ser relacionada às causas e aos efeitos da formação do país bem como à discriminação dos sujeitos.

O trecho de *Meu casaco de general* também revela muito sobre a empatia ou a falta dela. Isso porque, conforme descreve o autor, quem não vivencia aquele cotidiano não pode entender em sua completude o que significa, por exemplo, “risco” para aquelas comunidades. Por mais que se busque compreender aquela realidade, sem estar lá de maneira efetiva, presenciando e ouvindo os relatos, a ideia a respeito do que ocorre é apenas generalizante. Se considerarmos o histórico de nosso país e se pensarmos que a grande maioria da população se informa prioritariamente através do rápido noticiário formulado pelo jornalismo cotidiano e que pouquíssimos já estiveram próximos a essa realidade para conhecê-la, como poderemos esperar que haja um senso de empatia por parte da população que faz parte das classes mais privilegiadas?

Tratar de empatia, no contexto brasileiro, considerando as ideias do senso comum acerca da população que vive nas favelas e a realidade do tráfico, é algo demasiado complexo. Se todos possuem as mesmas condições, por que alguns dispõem de trabalhos normais e conseguem melhorar a sua situação de vida? Por que o tráfico é tido como “solução” para muitas daquelas pessoas? Por que é, muitas vezes, naturalmente, uma alternativa? Responder a esses questionamentos é bastante difícil, talvez as respostas sejam inalcançáveis para nós, pesquisadores, que não vivenciamos nada parecido. Todavia, a obra de Soares expõe alguns ensaios com relação a essas respostas, principalmente a partir dos relatos de sujeitos.

Uma dessas histórias é a de Marcio Amaro de Oliveira, que era traficante e que teve sua vida revelada em um documentário produzido por João Moreira Salles. O documentarista buscava dar uma devolutiva para as comunidades em que frequentava para realizar suas produções fílmicas, para além de somente valer-se das histórias para suas obras. Assim, após lançar o filme, esteve por outras vezes na comunidade para desenvolver atividades como aulas de história e arte e foi quando percebeu o potencial de Marcio e o incentivou a abandonar o tráfico e a escrever um livro sobre sua vida, oferecendo-lhe salário para isso. Após um longo período de transição, Marcio aceitou a proposta, deixou o tráfico e começou sua nova vida. João, por sua vez, foi chantageado, rechaçado pelo governo, pela mídia e pela população, que não aceitava o fato de que ele estaria auxiliando um ex-traficante.

Soares (2000, p. 449) apresenta uma reportagem desenvolvida pelo *O Globo* sob o título “Cineasta financia livro de traficante para tirá-lo do crime”. Junto a uma entrevista de João, com o subtítulo “Um artista na linha de fogo”, estavam fotos, uma em que aparecia um outro traficante, apontando uma metralhadora, e, na outra, Marcio, com olhar desafiador. É inevitável que qualquer periódico escolha o foco a atribuir a cada situação a ser contada, mas, o modo como expõe, muitas vezes, pode induzir a determinadas interpretações, positivas ou negativas, diante do fato. Conforme a percepção do autor do romance-reportagem, nessa matéria apresentada no *O Globo*,

O documentarista era o coadjuvante; Marcio, o protagonista. Moço culto e refinado se encanta por bandido glamourizado – parecia este o sentido da saga. Em bom português: deslumbramento ingênuo do rapaz mimado e rico pelo traficante feroz com discurso social. Perdia-se uma bela oportunidade de colocar em circulação ideias polêmicas porém sérias e relevantes. (SOARES, 2000, p. 450).

Em *Meu casaco de general*, há muitos momentos em que se enfatiza a importância da imprensa na divulgação dos acontecimentos e na contribuição para a formação da memória social. No entanto, há também muitas críticas, por vezes, subliminares, críticas essas que vão ao encontro das que mencionei anteriormente ao efetivar um debate sobre as funções do jornalismo. Se duas versões estão nas mãos de um jornalista, cabe a ele apurar ao máximo tudo o que possui de informações e formular o objeto de divulgação sem induzir a uma interpretação errônea ou simplória do que está sendo exposto. Vemos o contrário sendo apresentado nesse caso, pois o texto e as imagens foram postos de modo a conduzir os leitores a discordarem da atitude do documentarista, demonstrando um posicionamento bastante explícito em contrariedade ao ex-traficante.

Marcio Amaro de Oliveira não quis voltar ao mundo do tráfico e, conforme o relato de Soares (2000, p. 453), “deixou o morro de Santa Marta em março de 1999, sem ter onde cair morto. Não mantinha nenhuma articulação com traficantes. Estava sozinho”. O texto do antropólogo humaniza a figura de Marcio assim como induz a refletir sobre tantas outras histórias semelhantes. Mais uma vez, voltando ao âmbito social, de compreensão da realidade alheia, é possível remeter aos que seguem ativos na conjuntura do tráfico. Com dinheiro, poder e respeito da comunidade que os cerca, observando exemplos como o de Marcio, que abandonou a criminalidade e acabou sendo lançado a uma situação de miséria, como outros traficantes poderiam seguir o mesmo percurso? Quais são as reais possibilidades de Marcio, que muito foi exposto midiaticamente, conquistar um trabalho comum? Esses questionamentos,

não realizados pela mídia tradicional, são possíveis através da leitura de um texto pertencente ao jornalismo literário, precisamente pela sua capacidade de apresentar o maior número possível de detalhes e versões das realidades, e, embora deixe a objetividade completamente de lado, vale-se justamente da subjetividade para instigar o senso crítico.

O exemplo que Soares aborda e as reflexões que podemos realizar a partir disso estão em consonância com o que Schneider (2016) revela em sua pesquisa, quando destaca que é essencial e, ao mesmo tempo, difícil tratar a respeito de integração urbana sem considerar o crescimento das cidades e a globalização, uma vez que as pessoas não se reconhecem mais em sociedade, mas sim de maneira individualista: “Talvez o que nos falte é não só pensar em construir muros para nos proteger da sociedade, mas assim derrubar os muros da desigualdade, aprendendo a conviver em sociedade” (SCHNEIDER, 2016, p. 61). O autor ainda reforça a ideia de que a população brasileira se acostumou a tolerar o que é intolerável e desumano, e a tratar a violência como algo corriqueiro, assim como também banaliza as diferenças sociais e o que é decorrente disso.

É importante compreender que as condições das pessoas que fazem parte dos grupos socialmente excluídos não justificam a violência. Entretanto, entender o contexto histórico e atual dessa população nos possibilita também visualizar de uma maneira diferenciada o modo como as relações de violência e de poder se estabelecem na sociedade e como são percebidas pela população em geral. Diante disso, e com o intuito de ampliar essas percepções, exploro, no item a seguir, as formas de violência expressas na obra de Soares.

#### **4.1.3 A terrível e típica constituição da violência**

Também com viés reflexivo, *Meu casaco de general* apresenta muitas histórias comoventes de pessoas que experimentaram as mais diversas faces da crueldade. Expus, no mapeamento, juntamente com os tipos de violência representados na obra, também as formas de dominação evidenciadas nessa representação, sendo que todos eles aparecem: econômico, coercitivo, político e simbólico. A fim de demonstrar como essas relações são expressas na obra, selecionei algumas das histórias relatadas pelo autor, conforme segue:

Tragédias desfiaram-se, uma a uma, com toda a crueza de sua brutalidade original. “No dia tal, do mês tal, na frente da minha casa, diante de mim, meu filho, desarmado e inocente, foi morto pela polícia a sangue frio...” “No dia tal, meu sobrinho foi torturado, humilhado e assassinado por policiais conhecidos por extorquir trabalhadores e por plantar flagrantes para receber os benefícios da premiação faroeste”. “No dia tal, meu irmão e minha irmã foram mortos por policiais, diante de mim e de meus pais, que nunca mais se recuperaram...”. (SOARES, 2000, p. 38).



Esses são trechos de alguns depoimentos descritos pelo autor após uma visita a uma das favelas onde ele buscava desenvolver os diálogos para compreender as realidades. Segundo Soares, tratavam-se de testemunhos que vão além da força humana, pela sua terrível carga de verdade. Ainda que resumidos em pequenas frases, já se percebe claramente a presença de, pelo menos, dois tipos de violência: a física, já que faz referência à tortura e à morte; e a psicológica, uma vez que é sobressaliente o fato de as crueldades serem cometidas diante de familiares. Além disso, a própria palavra “tortura” já indica que a violência está além daquela que é física.

A leitura desses excertos de relatos também evidencia a dominação que se estabelece de maneira simbólica, visto que o poder da instituição policial é estabelecido enquanto convenção comum àquele contexto, e a coercitiva, uma vez que se utilizam recursos como a força física e armas. Quando o senso comum afirma que o bandido não tem nada a perder, podemos observar, a partir do exposto no livro, que há famílias que perdem, quando são acometidas pela brutal tortura de presenciar o assassinato de um filho, um pai, sobrinho, ou quem quer que seja, que lhes é próximo.

Soares denuncia e demonstra, através de seu texto, o modo como muitas pessoas são mortas sem sequer existir a certeza de seu envolvimento com a criminalidade e, a partir disso, como os policiais articulam a elaboração de falsas provas para justificar os crimes. Quando isso ocorre, não é incomum surgirem manifestações das comunidades, que normalmente geram novos conflitos, novas mortes e, novamente, uma abordagem midiática que oculta parte dos fatos.

Uma dessas histórias aconteceu na favela do Pereirão, em que policiais mataram o líder do tráfico local, Claudio Passos da Rocha, junto com outros dois, sendo um deles André Luiz de Oliveira Perpétuo, de 21 anos, conhecido pela comunidade como honesto e trabalhador, também por seu histórico como ex-soldado do exército. “Os policiais, como de hábito em situações como esta, deixaram uma arma ao lado de seu corpo, para sustentar a tese de que ele estaria armado e resistira à voz de prisão” (SOARES, 2000, p. 68), e segue afirmando que o enredo seria ainda pior:

Portuguesinho soube que policiais estavam achacando moradores, na entrada da favela e decidiu tratar diretamente do assunto com eles, dado que tinham um acordo que lhe custava caro: ele pagava determinada importância à polícia, que retribuía fazendo vista grossa ao funcionamento da “boca” – de venda de drogas – e comprometendo-se a não achacar os moradores da comunidade. O traficante foi tomar satisfação, já que havia denúncias de que o pacto estaria sendo rompido. Obrigou André Luiz, que nada tinha a ver com os bandidos da polícia ou do tráfico, a dar-lhe uma carona em sua moto. Foi recebido a bala. Com Portuguesinho, morreram um sócio seu e o rapaz inocente que o transportava. A comunidade viu a execução. A

comoção foi geral. A família de André desesperou-se. A mãe ficou em estado de choque durante vários dias. De seu gabinete, o coronel secretário prestou a seguinte declaração à imprensa: “Menos um sequestrador no Rio. Foi um presente de Natal para muita gente” (JB, 29 de dezembro, 1998). (SOARES, 2000, p. 68).

A partir desse trecho, é evidente a presença de diversos tipos de violência, a física, por obviedade; a psicológica, quando lemos que “policiais estavam achacando moradores” e, além disso, ao observarmos a violência psicológica cometida com toda a comunidade que presenciou o crime de perto; além da vingativa, já que as mortes ocorreram por acordos que foram quebrados; a compensatória, se pensarmos subliminarmente nos comportamentos violentos que são desenvolvidos para demonstrar o poder de dominação sobre o outro; e também aquela por circunstância, considerando que os policiais poderiam temer ser assassinados e estavam, em sua interpretação, exercendo sua função. Ainda para categorizar o que lemos nesse trecho, temos a dominação coercitiva, a política e a simbólica, principalmente. Observo, também, que está evidente o ciclo da troca de posicionamento de poderes, já que em “o traficante foi tomar satisfação” se observa uma inversão de quem detêm a dominação naquele momento, considerando a força policial em contraponto à do tráfico.

Para além dessas classificações, importa especialmente o que é dito por meio dessa narração e a crítica suscitada a partir dela. Não somente um traficante e seu sócio morreram, o que já seria bastante questionável, mas um inocente foi assassinado junto. As pessoas da comunidade e as famílias viram tudo acontecer. Não havia motivos evidentes para o assassinato, não se tratou de legítima defesa. Além disso, fica clara a dominação política quando, de dentro de um gabinete, em plena segurança, um secretário, em sua posição de gestor, afirma que o assassinato se trata de um presente, de algo bom, o que é noticiado midiaticamente para a população em geral, construindo o imaginário social a partir da ideia de que é bom que se realize a execução de quem estaria atrapalhando o bem comum. Com a exposição detalhada desses fatos através do romance-reportagem de Soares, compreendemos de maneira mais ampla realidades difundidas ligeiramente por outros meios e pelo entendimento comum da população.

Esse exemplo corrobora o que expõe Schneider (2016) a respeito da grande diversidade de violência criminal cometida no país, que acontece sob diferentes formas, dependendo, inclusive, do espaço territorial dentro do país. Segundo o autor, cada região necessita identificar as suas peculiaridades para enfrentar a violência e, assim, não é possível generalizar as ações policiais ou as políticas públicas de enfrentamento à criminalidade. Essa ideia é fundamental quando pensamos, por exemplo, na diversificação do *corpus* desta pesquisa. A obra de Soares, analisada aqui, embora muitas vezes retrate de um modo amplo o contexto brasileiro, especifica

o espaço do Rio de Janeiro, com um tipo de violência que é bastante característica daquele espaço.

De acordo com Schneider (2016), ao considerar a violência urbana no Brasil, é preciso levar em conta dois tipos de conflitos: um, causado pela sociedade contra a sociedade, sem a participação do Estado, e outro, quando o conflito se estabelece entre a sociedade e o Estado, com intervenção das instituições policiais a fim de manter a ordem social. Ainda conforme o autor, a sociedade e o Estado são palco de conflitos oriundos da imensa heterogeneidade de interesses individuais e gerais.

Esses aspectos perpassam grande parte da obra de Soares. É possível observar isso, de maneira bastante clara, a partir da representação da violência reativa, que é aquela que acontece com o intuito de defender a vida, a liberdade, a dignidade ou a propriedade. A presença desse tipo de violência é bastante explícita quando Soares discorre acerca das manifestações das comunidades a respeito de pessoas que foram acometidas por algo que, para eles, foi injusto. Assim, manifestações que poderiam ser pacíficas, algumas vezes, tornam-se violentas – e ganham notoriedade quando assim o é –, mas o objetivo é, na realidade, a defesa de um espaço, mesmo que tampouco seja justificada. Uma dessas manifestações se deu na comunidade da Mangueira, após a morte de um garoto de 14 anos, pela polícia civil. Na voz do narrador, “Alex dos Santos, desarmado, fora executado por policiais civis, ao lado de casa. O menino era mais um na contabilidade mórbida que acumulava cadáveres havia décadas” (SOARES, 2000, p. 238). As informações alertavam que a manifestação teria cunho violento, com queima de automóveis, por exemplo. Assim, um batalhão de choque da Polícia Militar moveu-se ao local preparado para o confronto. Nesse relato, está a violência reativa pelas duas faces: de um lado, a população desenvolvendo atos criminosos para defender seu espaço e suas ideias e, de outro, a polícia, preparada para realizar ações coercitivas com a finalidade de trazer de volta a pacificidade.

Semelhante ao caso citado, e no mesmo período desse, houve outra situação violenta: “Um menino de quinze anos foi morto por um policial. Dessa vez, professor, um policial militar. Aparentemente houve um confronto, o menino estava armado e era traficante” (SOARES, 2000, p. 245). Diante de uma situação como essa, poderíamos categorizar a violência novamente como reativa, ou seja, o policial buscou defender a sociedade e a ele mesmo de uma pessoa que seria, naquele momento, uma ameaça. No entanto, não é possível identificar onde está a verdade, pois os relatos da comunidade davam conta de que se tratava de um garoto comum, bom aluno, que nunca havia se envolvido com drogas. Alguns desfechos não estão esclarecidos no livro e, nesses dois casos mencionados, não há como saber quem eram, de fato, os culpados.

Assim como a violência cometida contra pobres, homossexuais, adolescentes e contra a própria polícia é relatada nas páginas de *Meu casaco de general*, também a violência contra a mulher, de modo específico, é destacada na obra. Isso ocorre a partir de relatos subjetivos, como aqueles em que se conta sobre as mães que choram a morte de seus filhos, por exemplo, denotando a violência psicológica e, sobretudo, a dominação simbólica, já que, nesses casos, a dominação coercitiva é ligada diretamente à vítima, enquanto o poder simbólico da instituição policial é o que amedronta os familiares.

A violência contra a mulher também é representada em sua forma direta, durante a narrativa, quando Soares narra que três homens armados estupraram três mulheres, por quase três horas. As vítimas estavam dentro da Escola Municipal Mestre Valentim, em uma zona suburbana do Rio de Janeiro, passando a madrugada em uma fila para poder matricular os filhos no educandário. Segundo o relato, duas outras mulheres, mais velhas, foram obrigadas a se despir e a observar a agressão. Soares descreve que o chefe da Polícia Civil prometeu prender os criminosos imediatamente, mas não cumpriu. “A brutalidade covarde mobilizou nossos sentimentos de revolta e frustração. Os sentimentos de todos nós, nas polícias, na secretaria, no governo, na sociedade” (SOARES, 2000, p. 422).

O antropólogo elucida que, embora terrível, o fato não era típico, pois o mais comum era que, na maior parte dos casos, as mulheres tenham sido vitimadas por seus maridos, ex-maridos, amantes, namorados ou outros homens conhecidos. O autor apresenta também algumas reflexões sobre o tema, informando a respeito de programas desenvolvidos para atendimento especializado para a mulher, no entanto, segundo ele, “os avanços não acontecem porque o tema é tão marginalizado quanto as mulheres e não costuma ter lugar entre as prioridades da agenda pública dos governos, das secretarias de segurança e das polícias” (SOARES, 2000, p. 424).

A dominação, através do poder, está em tudo, até mesmo em um simples ato de fala, conforme discuti anteriormente. Todavia, é notório que, quando as minorias sociais são acometidas pela violência, as relações de dominação são mais concretas. Há sempre a defesa do outro lado, uma justificativa, um modo de exercer o poder e diminuir ainda mais aqueles que já são socialmente excluídos e/ou marginalizados. Conforme o autor:

Há, de fato, dois Brasis, bem debaixo dos nossos narizes, vivendo em dimensões ou universos inteiramente distintos, nem sempre intercomunicáveis. A maior diferença entre eles é que a legalidade democrática só tem plena validade para os que habitam o mundo privilegiado das classes superiores [...]. Os “de baixo” são frequentemente

invisíveis para os de cima, salvo quando eles metem medo, produzem incômodo ou passam a representar alguma ameaça, imaginária ou real. (SOARES, 2000, p. 41).

A crítica realizada nesse excerto está em foco também em outros diversos momentos da narrativa. Há classes privilegiadas no país e são essas as que menos sofrem os efeitos da violência, porque os “de baixo”, além de vivenciarem em maior medida situações de crueldade, poucas vezes têm direito à justiça assim como têm os demais. Esse fragmento também comprova como o poder pode circular, já que, quando vistas como ameaça, as consideradas minorias acabam assumindo um papel de domínio. Uma vez que isso ocorre, acaba sendo uma estratégia, isso quer dizer, a partir de um reconhecimento negativo, provocando medo, são reconhecidos. Esse fenômeno é explorado no romance-reportagem:

A fome que leva ao crime é a fome de alguém ser visto, reconhecido e respeitado, e não a fome propriamente dita. Em outras palavras, mais grave que a miséria é a exclusão social. A fome física pode conduzir ao desespero e até a atos extremos, mas dificilmente leva uma pessoa à imersão no mundo do crime (quando este não se apresenta como um modo alternativo de vida, mas um modo de lançar-se à morte precoce e violenta), a não ser com a mediação da revolta, que, associada à falta de perspectivas de identificação positiva, transforma-se em ódio duplo, contra si próprio (vazio de valor) e contra o mundo. (SOARES, 2000, p. 158-159).

O autor não justifica os crimes pela fome, ao contrário, os equipara, desvendando que tanto como a miséria agride as minorias sociais, a invisibilidade constrói um contexto de ódio e revolta que se transforma em criminalidade. Assim, a maneira como o tráfico seduz os jovens a fazerem parte desse universo é representada de modo muito explícito na narrativa, indicando que, dessa forma, essa juventude marginalizada acaba, através de recursos simbólicos, como a imposição do respeito pelo medo, por exemplo, percebendo que pode ser vista.

É só pelo medo que essa garotada perdida, sem rumo e sem esperança, anulada pela indiferença generalizada, consegue a migalha reconfortante de nossa atenção. Através da imposição do medo, os meninos tornam-se visíveis, ganham corpo e opacidade social. (SOARES, 2000, p. 159).

O autor acrescenta que a indiferença ou o olhar de desconforto destinado a esses meninos transmitem uma mensagem cruel e violenta: “ele não é nada, não vale nada, não merece ocupar um minuto da atenção e da preocupação das pessoas que passam [...] morrem todo o dia um pouco, vítimas dos pequenos assassinatos simbólicos cotidianos de que somos cúmplices” (SOARES, 2000, p. 159). Esses adolescentes, grande parte das vezes, oriundos de

famílias desestruturadas ou já com alguma ligação com a criminalidade, carentes de reconhecimento e de oportunidades e, sobretudo, invisíveis diante da sociedade, não se sentem pertencentes ao mundo dos que detêm mais privilégios. E assim o poder se inverte, ou seja, essas pessoas passam a dominar pelo medo, uma vez que veem nessa imposição a forma de serem reconhecidas. Diz respeito, segundo Soares (2000, p. 161), “à reiteração do velho jogo fálico em que o poder aparece encarnado na arma e é representado pela violência”.

A representação dessa realidade, por meio da obra, denota a importância do debate social e da reflexão em torno da violência, não somente enquanto um fenômeno, mas, principalmente, na tentativa de compreender o contexto que é precedido dela. Soares (2000, p. 252) destaca que, com a mesma firmeza com que se combate a violência policial, é necessário repudiar e combater a violência nas comunidades, pois “ambas as formas de violência são inaceitáveis”. Não se trata, portanto, de minimizar a importância dos crimes ou deixar impunes os que cometem a violência, por considerar seu contexto, mas, sim, de criticamente pensar que existe um modo de vida mais complexo do que aquele comumente divulgado.

A partir dessas ponderações, entendo que, dentre os poderes econômico, coercitivo, político e simbólico, o último é o mais disputado e, inclusive, o que causa mais terror. Se a dominação parte majoritariamente do desejo, mesmo que inconsciente, de ser visto, é a partir desse aspecto que o poder se constitui. Nesse contexto de confrontos entre polícias e comunidades das favelas, mediado pelos gestores políticos, vemos que todas as formas de dominação estão correlacionadas, no entanto, é a simbologia da corporação policial que amedronta a população daquele espaço, assim como é a simbologia da tirania do tráfico que amedronta a sociedade em geral e os bons policiais que tomam a linha de frente. Isso se representa de maneira clara na obra quando o autor destaca o depoimento de uma pessoa em outra de suas visitas para ouvir a comunidade das favelas. Segundo o antropólogo, era a teoria da violência criada por aquele depoente e que traduziria bem o pensamento dos demais presentes:

Em suas palavras, disse que a comunidade é submetida, no cotidiano, a duas formas de opressão: a tirania do tráfico e o despotismo da polícia. Ambos são temidos, causam horror e repugnância, mas o segundo é considerado mais grave, porque não segue nenhuma regra, nenhum código de conduta que permita a elaboração de estratégias de sobrevivência eficientes. O pior poder coator, o poder mais bárbaro, aquele que infunde o terror mais extremo, é o poder imprevisível, sobre cujos procedimentos, reações e intervenções não é possível formular nenhuma antecipação racional. (SOARES, 2000, p. 39).

A narrativa dá conta de que, na disputa pelo poder simbólico, a força policial é que sai na frente, o que é evidente, uma vez que detém o poder coercitivo institucionalizado, ou seja, pode intervir, pois essa é sua responsabilidade. Ao compreender a realidade do crime enquanto a busca efetiva por reconhecimento e poder, o autor do texto, enquanto subsecretário de segurança do RJ, desenvolveu projetos com o intuito de, dentre outros objetivos, gerar melhor formação aos policiais e diminuir as incidências da violência como um todo. Algumas dessas iniciativas, aliadas ao ideal de Direitos Humanos, são descritas no próximo item.

#### **4.1.4 Na contramão de interesses, os projetos**

Um dos projetos criados pelo autor do texto buscava utilizar os desejos dos sujeitos das comunidades para implantar algo voltado para o bem. Sua ideia, retratada na narrativa, era atribuir-lhes o poder para recrutarem jovens favelados para o policiamento de suas respectivas comunidades, através de campanhas que atraíssem as minorias, dando-lhes formação, símbolos do poder e prestígio, armamento, mas legalizado e, claro, um emprego. Isso, na visão do autor do livro e criador do projeto, substituiria as vantagens ofertadas pelo tráfico. Ainda conforme seu relato, “é ilusão pensar que a meninada é muito bem paga pelos traficantes” e também é ingênuo acreditar que eles não têm ideia dos riscos que enfrentam, pois “sabem que estão condenados a morrer cedo, o que realimenta suas disposições destrutivas e autodestrutivas” (SOARES, 2000, p. 292). A partir dessa ideia, seriam criadas condições para que as instituições e o Estado pudessem “competir com o tráfico pelo imaginário, pelos sonhos e desejos, pela identidade e pelo bolso dos jovens pobres da periferia e das favelas” (SOARES, 2000, p. 293). A narrativa segue explicando que não haveria grandes riscos para esses novos policiais, já que, antes da implantação do batalhão comunitário, os traficantes da área deveriam ser presos ou desalojados e, também, porque seriam grandes batalhões, dificultando ações criminosas nas áreas. Segundo o autor, após ouvir inúmeras histórias, entendeu que o projeto seria viável porque muitas das pessoas realmente sonhavam com uma mudança de vida, estruturando-a fora da tirania do tráfico. “Alguém opta por se tornar um bandido aos onze anos?”, questiona Soares (2000, p. 295).

Esse projeto começou a ser implantado, no entanto, assim como outros, enfrentou algumas resistências. Dentre as inúmeras ideias apresentadas por Soares ao longo da obra, no fim das contas, o foco comum era diminuir a violência e a criminalidade, fazendo cumprir as leis e os Direitos Humanos, mas isso a partir de um contexto com mais policiais, mais bem preparados e qualificados, trabalhando com condições dignas. Assim, os projetos visavam, em maior medida, a resolver os problemas de segurança, especialmente nas comunidades

faveladas, livrando-as do despotismo da polícia e livrando a sociedade da tirania dos traficantes. Conforme mencionei, o autor apresenta, durante o texto, os diversos empecilhos para colocar em prática os projetos, na maioria das vezes, barrados por interesses políticos internos que valoram mais o egocentrismo do que ideais comunitários, como fica evidente em diferentes momentos, quando Soares vai relatando as exonerações, as trocas de cargos importantes, a nomeação de pessoas contrárias às suas ideias na segurança, até mesmo as trapaças e falsidade entre os pares, tudo isso, na maioria das vezes, por motivos pequenos, envolvendo vaidades ou interesses de cunho mais pessoal.

O autor destaca uma das primeiras reuniões com a equipe da secretaria em que solicitou um horário na agenda do então Secretário de Segurança, General José Siqueira, a fim de pôr em debate e, efetivamente, em prática, os projetos anunciados durante a campanha, quando recebeu o seguinte retorno:

Todo mundo me traz um projeto diferente para a Polícia Civil, Luiz Eduardo. O que não faltam são projetos. Vamos deixar os projetos e fazer o que podemos fazer. Carlos Alberto, anota aí: procura umas delegacias que estejam precisando de uma reforma. Vamos pintar e melhorar umas duas ou três. E veja se não estão necessitando de uns computadores. (SOARES, 2000, p. 76).

A descrição a respeito do descaso do gestor da Segurança em relação aos projetos de melhorias pode ser vista como um resumo do que ocorre na política brasileira há tanto tempo. Realiza-se aquilo que é mais aparente, para ganhar notoriedade, e se engavetam os planos que poderiam contribuir para a evolução do país. O autor realiza a sua análise a respeito desse episódio:

A solução tradicional, dos investimentos fragmentários, era inteiramente irracional: em seis meses a pintura encarde, os computadores reduzem-se a máquinas de escrever, escoadouro de café, cinza e poeira, ou se empilham nos almoxarifados inúteis. Nada muda. A instituição não é sequer tocada. Nenhum policial tem de alterar seus hábitos. Ninguém aprende coisa alguma. A relação da população com a polícia não se altera. O medo, o descrédito, o afastamento permanecem os mesmos. O dinheiro é jogado fora e o ciclo tem início novamente. Distribuir migalhas é uma forma cômoda e perversa de abandonar. (SOARES, 2000, p. 77).

Com essa narrativa explícita de reflexão acerca do pouco que se faz para a efetiva melhoria daquilo que é necessário em termos de segurança, o autor não apenas denuncia um sistema como conduz à crítica a respeito dos mais diversos projetos, não somente esse em questão, tampouco se referindo apenas ao Rio de Janeiro. A análise desenvolvida pelo



antropólogo é aplicável a qualquer cidade brasileira, pois o que se recebe dos governos, em termos de atitude, é muito pouco ou quase nada, haja vista todos os problemas sociais que assolam o país ao longo de décadas e que não recebem nenhuma solução. Assim, embora trate do problema da violência em um Estado brasileiro, a obra permite que se realizem questionamentos e que sejam feitas associações que superam aquele espaço geográfico específico, ou seja, são realizadas discussões que, ao final, englobam os problemas do país, de maneira geral.

Além do modo como os projetos por vezes são barrados, a informação mais correta e precisa nem sempre é disponibilizada à população. Soares destaca muitas das suas relações com a mídia durante o período em que esteve à frente da subsecretaria de Segurança, pois, conforme relata no texto, apostava em uma gestão transparente e que pautasse a imprensa com clareza. No entanto, demonstra como as relações de poder também estão diretamente ligadas a essa questão, confirmando a dimensão de dominação simbólica oriunda da mídia. Primeiro, porque uma vez lançadas as notícias, cada veículo as explora da forma que considera conveniente, abordando mais enfaticamente um ou outro aspecto de cada situação, fato que ele exemplifica através das manchetes e trechos dos jornais. O que é legítimo, já que conquistamos a liberdade de imprensa e que não é possível dissociar a subjetividade dos jornalistas e de cada linha editorial. Todavia, essa abertura permite também que, em algumas das ocasiões, esses noticiários ganhem um foco particular, buscando induzir os leitores a alguma ideia ou interpretação, conforme já exemplifiquei anteriormente.

Para além disso, o texto de Soares demonstra a fragilidade da informação midiática quando expõe que esses dados são filtrados e significados antes mesmo de chegarem aos jornalistas. O autor (2000, p. 69) expõe que, em um domingo, 03 de janeiro, a equipe vivenciou o primeiro teste a respeito dos limites da autonomia nas relações com a mídia. “Garotinho anunciara a decisão de centralizar a comunicação do governo. Todos os contatos com a mídia deveriam passar pela Secretaria de Comunicação”, e acrescenta na sequência: “talvez todo o governante sonhe com o *Pravda*, uma imprensa domesticada e controlada pela censura e pela cristalização dos mecanismos de captação e divulgação das notícias” (SOARES, 2000, p. 70). Embora, posteriormente, Luiz Eduardo Soares, enquanto subsecretário, tenha tido liberdade, a partir da confiança do governador, para manter contato direto com os jornalistas e falar livremente, esse episódio narrado em *Meu casaco de general* salienta o quanto tudo o que a mídia apresenta trata-se de uma versão, bastante específica, de uma verdade.

Outro ponto que denota essa mesma conclusão é um episódio narrado por Soares, lembrando que precisou, enquanto ocupante do cargo de subsecretário, sair do país por um

período, pois estava ganhando mais notoriedade midiática do que o então secretário, coronel Josias Quintal, e isso, segundo o entendimento dos gestores, estaria diminuindo a autoridade do aludido secretário diante dos demais. Nesse sentido, observa-se que a informação é, em certa medida, confeccionada por quem detém o poder e vemos, nesses relatos, a atuação do poder simbólico expressa de modo muito claro. É notável a dominação política em relação à mídia, a dominação midiática em relação ao que divulga e de que maneira o faz e, por fim, a construção das verdades compostas a partir dessas relações e disputas de poder.

Após a análise desses pontos específicos, depreendo que *Meu casaco de general* trata-se de uma obra que representa, de maneira consistente e detalhada, diversas faces da violência no Rio de Janeiro e o faz conduzindo à interpretação sobre como esse fenômeno acontece no Brasil, de uma maneira geral. A partir das relações de poder que envolvem a política, as polícias, os traficantes, a comunidade moradora das favelas e a população como um todo, o romance-reportagem de Soares provoca reflexão, sobretudo, associada ao sentimento de aversão ao modo como a violência se sobressai no território brasileiro, que por muitas vezes ignora as possíveis soluções em detrimento de objetivos esvaziados de sentido social.

Estão representadas, na obra, claramente, as violências de cunho físico, psicológico, vingativo, reativo, compensatório e por circunstância. Além disso, os poderes econômico, coercitivo, político e simbólico estão diretamente atrelados à violência cometida, em grande medida, contra os excluídos socialmente, que são verdadeiramente representados ao longo da narrativa, já que recebem identidade e ganham voz, o que muitas vezes é omitido pela mídia tradicional do cotidiano.

João Freire Filho (2004) aborda esse tema a partir da ideia de “sub-representação”. Segundo o autor, as minorias sociais são, historicamente, expostas de maneira distorcida pelos meios de comunicação. O estudioso ressalta também a existência de uma singularidade cultural de grupos oprimidos ou marginalizados, singularidade essa que, na grande maioria dos casos, é ocultada em detrimento de estereótipos que são reforçados sobre negros, mulheres, homossexuais e pobres. Parece-me que Soares, ao longo da obra, busca representar grande parte dos grupos minoritários que sofrem pelas relações de dominação, ou seja, que são acometidos pela violência a partir da sua condição social, econômica ou simbólica. Entretanto, como observamos, há muitos momentos em que os poderes são invertidos, o que é, inclusive, uma forma de fuga ou de sobrevivência.

A violência é pauta diária da imprensa. Nesse sentido, Soares (2000, p. 132) afirma: “para a mídia, não há alternativa: a rotina dos dramas e o permanente interesse popular obrigam

a manutenção do foco sobre a criminalidade e a violência”, e questiona: “como culpar a mídia por focalizar a violência se as tragédias retratadas são reais?” (SOARES, 2000, p. 133). Não cabe à mídia ocultar os dramas vivenciados pela população ou a problemática da crueldade, que acomete especialmente as minorias sociais, todavia, seria possível buscar retratar as situações a partir de um viés mais humanitário.

Retomo as três premissas abordadas por Ijuim (2007), quando trata a respeito da necessidade de as narrativas com viés informativo humanizarem, através do que se divulga. Segundo suas ideias, normalmente, a mídia relativiza e, quando deveria explorar mais os acontecimentos, em vez de questionar os porquês, apenas informa. Além disso, normalmente, ignora a complexidade dos fenômenos, que deveriam ser observados com mais comprometimento social. Por fim, o autor lembra a necessidade de reconhecer o outro, já que os estereótipos levam à discriminação, e tratar as pessoas respeitando sua identidade tornaria a narrativa mais humana. A partir disso, concluo que, em *Meu casaco de general*, Luiz Eduardo Soares consegue abarcar de forma satisfatória esses três pontos. Ainda que apresente inúmeras problemáticas sociais, envolvendo, para além da violência, a vulnerabilidade social, a corrupção e a falta de ética, vale-se também de muitas análises que vão conduzindo o leitor a entender os motivos e, inclusive, deixa espaço para outros questionamentos, como: quais são os desafios diários enfrentados pelos indivíduos vulneráveis, ou, por aqueles pertencentes aos mais distintos grupos étnicos e sociais? Quem são, de fato, os gestores públicos que nos representam? Quais são os veículos de comunicação em que devemos confiar? De que maneira poderíamos, enquanto brasileiros, conhecer mais essas realidades e contribuir para melhorias?

Os episódios que narra são explorados em sua complexidade, inclusive com abordagem particular e relatos de sujeitos que enfrentam as situações descritas, o que conduz à interpretação de que há respeito às individualidades ali representadas. Partindo dessas ideias, entendo que o romance-reportagem em questão contribui para a ideia de que o jornalismo literário pode representar a violência e as minorias sociais com foco na humanização.

#### 4.2 A REPRESENTAÇÃO DA VIOLÊNCIA EM *O MASSACRE*<sup>20</sup>

O episódio que ficou conhecido mundialmente como “o massacre” é o tema central da obra de Eric Nepomuceno, intitulada dessa mesma maneira, acrescida por: Eldorado do Carajás: uma história de impunidade. Um dos grupos que mais sofre as relações violentas e de poder a

<sup>20</sup> Parte deste subcapítulo está publicado na *Nueva Revista del Pacífico*. n. 74. 2021. ISSN: 0716-6346. ISSN (e): 0719-5176. Autoria de Laísa Veroneze Bisol; Lizandro Carlos Calegari; Xosé Antonio Neira Cruz.

partir do que é representado nos romances-reportagens brasileiros premiados deste século diz respeito ao dos trabalhadores rurais e, muitas dessas vezes, especificamente, os trabalhadores rurais sem terra.

No Brasil, esse é mais um tema de vasta discussão e divergência de pensamentos: de um lado, grandes fazendeiros que possuem terras pouco aproveitadas, de outro, trabalhadores sem terra que buscam um espaço para trabalharem e sobreviverem. Porém, o contexto não é tão simples como pode sugerir um primeiro momento, ao considerar que o próprio MST, por muitas vezes, se divide por questões éticas e ideológicas. Os mais diversos lados dessa história são abordados por Nepomuceno (2007) a partir de uma vasta pesquisa que incluiu documentos, entrevistas e uma detalhada apuração que levou três anos para ser concluída em forma de romance-reportagem.

Nepomuceno é natural de São Paulo, nasceu em 1948 e começou a trabalhar como jornalista em 1965. Atuou no *Jornal da Tarde* e na revista *Veja*, também foi correspondente internacional. Ele realizou a cobertura jornalística dos golpes de estado na Argentina e no Uruguai, e das guerras civis em El Salvador, Guatemala e Nicarágua. O narrador, que aparece de maneira bastante veemente na pessoa do autor do texto, descreve o caminho de pesquisa para a escrita de *O massacre*:

Trabalhei neste livro entre fevereiro de 2004 e junho de 2007. Entrevistei 32 pessoas, algumas delas várias vezes, em São Paulo, Rio de Janeiro, em Brasília, Belém do Pará, Marabá, Eldorado do Carajás e Parauapebas. Essas conversas resultaram em cerca de 54 horas de gravações, além de três cadernetas repletas de anotações. Li, da primeira à última, as quase mil páginas que integram os dois inquéritos – o da Polícia Militar e o da Polícia Civil – que investigaram o caso. Perdi a conta do número de documentos acadêmicos, análises, ensaios e material de imprensa que consultei. Em 2005 viajei ao Pará, percorri acampamentos do MST e visitei assentamentos rurais da região de Marabá, passando por Eldorado do Carajás, Curionópolis e Parauapebas. Conversei longamente com advogados, promotores e assistentes de acusação que participaram dos julgamentos dos policiais militares. Conversei com políticos paraenses, alguns deles bastante próximos ao ex-governador Almir Gabriel. Ouvi, de veteranos jornalistas, histórias sobre o poder político no Pará. E, claro, fiz prolongadas entrevistas com várias testemunhas do massacre – os sobreviventes. (NEPOMUCENO, 2007, p. 15).

O percurso de apuração descrito pelo autor do romance-reportagem não apenas indica o processo para chegar ao texto final, como conduz à ideia de que a obra em questão não dá vazão à superficialidade, ao contrário, os anos de investigação, nos mais diferentes meios de informação, originaram um livro que abarca a profundidade do que ocorreu no dia 17 de abril de 1996.

*O massacre* foi publicado, em 2007, pela Editora Planeta e foi condecorado, em 2008, como o segundo melhor livro na categoria “Reportagem” do Prêmio Jabuti. Em 2019, ele foi atualizado e publicado pela Editora Record. A primeira edição, analisada neste estudo, possui 214 páginas divididas em cinco capítulos. Além da linguagem escrita, a obra apresenta fotografias muito expressivas registradas por Sebastião Salgado. São imagens em preto e branco que compõem a narrativa auxiliando a contar a história retratada. Essas cores são características do livro, que possui um apelo estético bastante interessante, pois, além da composição fotográfica, o início dos capítulos é marcado por páginas em cor preta. Essas composições de cores frias ajudam o leitor a imergir no contexto apresentado, já que a violência, a morte e a impunidade são representadas de maneira veemente.

Conforme a categorização proposta por Edvaldo Pereira Lima (2004), entendo que *O massacre* se trata de um romance-reportagem “Depoimento”, visto que reconstitui os fatos a partir de pessoas que participaram ou testemunharam o que aconteceu; e, também, de “Denúncia”, uma vez que possui cunho investigativo, com foco nas injustiças sociais. O livro inicia com uma introdução, em que o autor apresenta os caminhos de investigação e justifica a necessidade de abordagem do tema.

O primeiro capítulo apresenta dados acerca do espaço territorial do Estado do Pará, onde a tragédia ocorreu, expõe, também, as estatísticas da violência naquele lugar, especialmente no que concerne à questão rural, fazendo ainda um paralelo com a situação brasileira como um todo, o que permite estabelecer comparativos e aproximações entre a realidade daquele local e do restante do país. Além disso, as informações são postas de maneira a contextualizar a situação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a corrupção das instituições policiais e políticas.

O capítulo dois é destinado à apresentação da Vila 17 de Abril, uma cidadezinha que fica a cerca de 100 quilômetros de Marabá e a aproximadamente 15 quilômetros de Eldorado do Carajás, onde ocorreu o massacre. O local, cujo nome faz referência à tragédia ocorrida em 1996, é habitado por assentados e, dentre eles, um grupo de moradores que guardam sequelas do episódio ocorrido próximo àquele espaço. Nesse capítulo, são apresentadas as histórias de algumas dessas pessoas, os depoimentos de alguns desses sujeitos e, juntamente com isso, também o resgate acerca da injustiça a que foram acometidos aqueles que, além de terem sido vítimas da violência policial praticada em 1996, não receberam o apoio e os auxílios a que tinham direito nos anos posteriores.

O terceiro capítulo da obra se propõe a contar sobre o tratamento dado aos mortos no massacre, a humilhação sofrida pelos Trabalhadores Sem Terra e as conclusões jurídicas iniciais que marcaram o começo de um histórico de impunidade dos responsáveis pelos crimes.

Já no capítulo quatro, Nepomuceno narra os detalhes do dia da tragédia, além de abordar a articulação dos Trabalhadores Sem Terra que se deslocaram até Eldorado do Carajás como forma de protesto e bloquearam a Curva do S, onde tudo ocorreu. O que impulsionou a ação dos homens, mulheres, jovens, idosos e crianças foram as reivindicações do MST e promessas do governo Federal. A principal reclamação dizia respeito à desapropriação de 40 mil hectares de terras da fazenda Macaxeira, consideradas ociosas. A marcha, que já durava uma semana, tinha como destino final Belém, a capital do Estado, a quase 900 km de onde saíam. Com pessoas já debilitadas, os manifestantes pediram um ônibus para levar uma comissão a Belém, além de comida e remédios e, com o tardar da resposta, saquearam um caminhão carregado de alimentos e bloquearam a estrada pedindo mais comida.

O quinto e último capítulo também é voltado para a questão da impunidade. O autor explica o processo judicial que inocentou todos os policiais que atuaram no dia 17 de abril de 1996 e penalizou apenas dois responsáveis que, até a publicação do livro, respondiam em liberdade. São eles o coronel Marcio Colares Pantoja – diretor direto da operação –, e seu subordinado, o major José Maria Pereira Oliveira.

Toda a narrativa é desenvolvida a partir de muitos dados, sejam eles numéricos ou decorrentes de pesquisa documental e entrevistas. Isso tudo aliado às percepções do autor e a partir de uma descrição que utiliza a linguagem literária, com exposição de detalhes e reconstrução humanizada dos acontecimentos. Esse aspecto pode ser observado, por exemplo, quando Nepomuceno visita e descreve a Vila 17 de Abril, onde vivem os sobreviventes do massacre:

O caminho da vila é feito de pequenas elevações, quase colinas, onde campos verdes, parecendo pastos de gado escasso, surgem salpicados por troncos negros, erguidos contra o nada: são os restos de antigas castanheiras, que pontilham toda a paisagem da região com suas formas esguias, escuras e abandonadas. Há muitos troncos robustos, todos vítimas do fogo. Também ali, outrora, muito antes da chegada dos atuais moradores, havia um enorme bosque de castanheiras, um castanhal sem fim. (NEPOMUCENO, 2007, p. 63).

A caracterização do espaço conduz o leitor a se inserir nesse contexto através da visualização do ambiente, já que o autor não apenas menciona superficialmente como é aquele lugar, mas descreve, de maneira pormenorizada, a cenografia que o compõe. Assim como a ambientação da pequena localidade, outros momentos são descritos de modo a conduzir o leitor a imaginar a situação enfrentada pelos envolvidos, inclusive a narração referente à realidade dos sujeitos acometidos pelo massacre.

É possível observar um desses exemplos no trecho em que Nepomuceno (2007, p. 69) descreve a vivência de João Rodrigues, que tinha 21 anos quando levou um tiro no peito, em razão do ocorrido na Curva do S. “A bala nunca foi retirada. Quando vai trabalhar no lote que a família ganhou no assentamento, o esforço faz com que o braço fique dormente, enquanto o peito começa a doer. Vive tomando, todo dia, pesados anti-inflamatórios”. Ao atribuir identidade ao sujeito através do seu nome e, principalmente, ao citar sua realidade em consonância com a de sua família e trabalho, o autor apresenta uma narrativa permeada pela sensibilidade, que é capaz de despertar o senso de empatia, considerando que, para além de um número determinado de mortos e feridos, existem indivíduos que ainda enfrentam lutas diárias pelo que ocorreu no dia do massacre.

A representação pormenorizada e munida de uma evidente aproximação com os indivíduos envolvidos, juntamente com a busca por resgatar e resguardar a memória dos acontecimentos, é evidenciada através das narrativas de jornalismo literário e está presente também na obra de Nepomuceno. O autor deixa isso claro nas primeiras páginas de seu texto:

Este livro, enfim, não foi escrito com o objetivo de fazer revelações drásticas: trata apenas de reconstruir uma tragédia. Mais do que poder *revelar*, quer *recordar* – soprar as brasas da memória para impedir que se tornem cinzas mortas. Ele foi escrito para lembrar que esta história pertence a um passado que permanece, intacto, no presente de outros milhares de brasileiros que vivem a esperança cotidiana de conquistar o seu pequeno universo particular – um pequeno pedaço de terra. (NEPOMUCENO, 2007, p. 19, grifos do autor).

Essa percepção demonstra um dos grandes objetivos do romance-reportagem, que é justamente trazer presente um fato que, depois de alguns anos, poderia ter caído no esquecimento da sociedade, considerando que a mídia tradicional cotidiana tem como prioridade as notícias inéditas e imediatas obedecendo, assim, aos critérios de noticiabilidade. No entanto, para aqueles que ainda vivenciam as dores de suas perdas ou dos ferimentos físicos, o acontecimento segue bastante presente na memória.

Ademais, o excerto apresentado introduz duas questões bastante pertinentes que foram abordadas de maneira acurada durante a narrativa: a situação do Estado do Pará dentro do contexto brasileiro e, também, o cenário envolvendo os trabalhadores rurais que buscam terras para trabalhar e prover o sustento de suas famílias.

No Brasil, a chamada Amazônia Legal é fracionada em duas partes, a Ocidental, que compõe os Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, e a Oriental, composta pelos Estados do Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso. Segundo relata Nepomuceno

(2007, p. 56), “a Amazônia brasileira é terra de ninguém, de muitos projetos ociosos e palavras ao léu, de omissões abjetas e criminosas”. O autor segue afirmando que o que se pode visualizar no interior do Pará são cemitérios a céu aberto, troncos espalhados entre pastos vazios, capinzais e “palitos negros que se levantam como testemunhas caladas de um drama que não merece atenção de ninguém”.

Para se ter uma ideia do contexto que envolve aquele Estado, o narrador conta sobre sua experiência em um hotel em que se hospedou, na cidade de Marabá. Conforme a descrição, na porta do quarto havia um quadro de avisos, comum nos hotéis do mundo todo, com orientações gerais aos hóspedes, mas com uma advertência que chamou sua atenção, em especial: o hotel advertia não se responsabilizar por objetos de valor deixados no quarto, como joias, dinheiro, cartões, eletrônicos, além de “armas e munições – assim, no plural. Quer dizer: *armas e munições* podem ser consideradas objetos rotineiros na bagagem de turistas e viajantes” (NEPOMUCENO, 2007, p. 37, grifos do autor). Mais uma vez, destaco a forma como a figura do autor e a do narrador do texto estão imbricadas quando se trata de romance-reportagem, já que as descrições dos espaços e acontecimentos vêm revestidas pelas percepções individuais, nesse caso, inclusive com a ênfase marcada pela formatação itálica das palavras.

Para além dessas impressões particulares que caracterizam o gênero textual e propõem uma nova forma de recepção e leitura, é importante notar o quanto a violência ou a proteção, oriunda a partir do contexto violento, são postos de maneira quase naturalizada naquele território que tem 1 milhão e 260 mil quilômetros quadrados e onde a maioria das disputas se dão justamente por terra. Conforme descreve o jornalista, essa extensão equivale a mais do que o dobro do tamanho da França ou, em outra comparação, somente o Estado do Pará é maior do que a soma da Itália, Espanha e Alemanha. O Pará ocupa 16% do Brasil e possuía, à época da escrita do livro, 6,6 milhões de habitantes, sendo que hoje ultrapassa a marca dos 8 milhões. “Quer dizer: sobra terra. E, ainda assim, conflitos acirrados, violência, crime e impunidade são sinônimos, ou quase, quando se trata dessa imensidão (NEPOMUCENO, 2007, p. 24).

A questão é que, naquele Estado, existem grandes fazendeiros que detêm uma vastidão de espaço, enquanto outros reivindicam por trabalho, já que muitas terras de propriedade privada estão ociosas, e grande parte delas possui registros questionáveis, pois existem terras registradas, inclusive, em nome de pessoas que sequer existem legalmente. É, portanto, conforme descrito na obra, um lugar permeado por disputas, com titulação de terras não suficientemente clara e com a riqueza nas mãos de poucos enquanto uma parte da população vive na linha da miséria.



O Pará é também o espaço onde se localiza a gigante Vale do Rio Doce, uma das maiores empresas de mineração do mundo. De acordo com Nepomuceno (2007, p. 24), “tamanho é a força e tanto peso tem a Vale no Pará, desde seus tempos de empresa estatal, que é comum ouvir que nada – absolutamente nada – do que acontece de importante no Estado é alheio a ela”. A ênfase da expressão “absolutamente nada” pode conotar inclusive a ideia de que a própria multinacional teria conhecimento a respeito de todos os meandros que envolvem as disputas e demais problemáticas locais.

A violência no contexto paraense envolve, sobretudo, uma questão de dominação e poder. Um exemplo disso é citado pelo autor quando relata o caso de um ex-prefeito da cidade de Marabá, Osvaldo Mutran. Conhecido como Vavá, foi nomeado prefeito no tempo da ditadura, sem ter obtido votos. Nepomuceno (2007, p. 31), conta: “a fama veio depois de ter matado um fiscal da Receita Federal que não concordou em deixá-lo passar por uma barreira de controle com gado sem registro”, e, ainda, “em 2002, Vavá deu um tiro na cabeça de um menino que brincava na frente da sua casa em Marabá”. O político e empresário chegou a ser preso e depois foi inocentado. Em 2005, conforme relata o autor, aguardava por um novo julgamento, em liberdade. Com esse relato, é possível perceber de forma clara por que a impunidade é abordada de modo tão saliente na obra analisada. É como se aqueles que detêm o poder econômico e social estivessem também acima de qualquer lei, quando considerado o abismo entre a riqueza e a miséria daquele Estado.

Esse aspecto também é perceptível ao observarmos outro dado alarmante apresentado pelo autor, a partir de um comparatismo do ser humano com animais:

Pelo Brasil afora, é mais perigoso matar um boi do que um homem. Os matadores de gado costumam ser perseguidos, apanhados e punidos. Os de homens continuam impunes. Entre 1985 e 2005, a cada cinco dias alguém foi morto por um pistoleiro contratado por algum fazendeiro em algum lugar do Brasil. Nesses vinte anos, 1.400 mortos. Uma vez mais, o campeão dos assassinatos – e da impunidade – é o Pará. (NEPOMUCENO, 2007, p. 37).

Corroborando esse argumento, a narrativa também apresenta um fato bastante chocante naquele Estado: a prática do trabalho escravo, que chega a ser um fato comum e que ocorre em menores proporções também em outros espaços nacionais. Porém, de acordo com o exposto por Nepomuceno, nenhum outro Estado brasileiro possui tantos casos de trabalho escravo como no Pará e em “nenhum outro lugar do mapa do país se somam tantas mortes por causa de terra” (2007, p. 25). Diante disso, a obra recorda a história oficial do Brasil que aponta que a escravidão foi abolida em 13 de maio de 1888, o penúltimo país a tomar essa medida em todo

o mundo, sendo Marrocos o último. Porém, “alguns dos grandes latifundiários e os que se instalaram à margem da lei nas terras do Pará, em todo caso, não levam muito a sério a história e suas datas. Há sempre braços disponíveis buscando um meio de sobreviver” (NEPOMUCENO, 2007, p. 25). No final de 2006, segundo a apuração feita pelo jornalista, 238 empregadores mantinham pessoas trabalhando em regime de escravidão em 13 Estados brasileiros.

O que ocorre, em especial no Pará, é um sistema em que um intermediário dos proprietários das fazendas, nomeado de “gato”, contrata os indivíduos, retém seus documentos, quando possuem, e os leva até a fazenda. Nesses locais, dão-lhes ferramentas de trabalho, comida, roupas e um lugar para dormir, todavia isso tem um custo. Nem todos recebem salário, mas, quando recebem, nunca é suficiente para pagar a dívida que só cresce, de modo que o trabalhador se torna refém do patrão. Conforme expõe Nepomuceno,

Quem conhece a armadilha trata de evitá-la. Há também os que se organizam, reivindicam, ocupam terras ociosas. É contra eles que se desata a fúria dos grandes proprietários, legais ou ilegais, de imensas parcelas de terra do Pará. Mas a cada semana continuam chegando braços famintos, e muitos deles deslizam para a armadilha. [...] Muitos tentaram antes a sorte nos garimpos, vagando de déu em déu à procura da salvação dourada. Acabaram de mãos e vida vazias, atraídos pela promessa vã de trabalho nas fazendas e nos empreendimentos agrícolas e pecuários da região. Eles são parte da rede de mananciais que fornece braços ao regime da servidão mais absoluta, e também de vidas que, depois de muito perambular, acabam se unindo aos movimentos que reivindicam terra, principalmente ao mais organizado deles, o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. (NEPOMUCENO, 2007, p. 26-27).

Com esse relato, podemos compreender como o MST vai aumentando, ao passo em que também as dificuldades e as injustiças sociais crescem para essa população. Ainda a respeito do trabalho escravo, Nepomuceno cita como exemplo a fazenda Peruano, uma referência em modernidade e tecnologia avançada que, em 2003, foi obrigada a libertar 54 pessoas que viviam em regime de escravidão, dentre elas, crianças que trabalhavam sem nenhuma proteção e empregados sem direito nem mesmo à água potável, já que bebiam nos córregos contaminados por diversos tipos de pesticidas e inseticidas. “Não se trata – vale reiterar – de um exemplo solitário e isolado. São muitos os grandes empresários e muitas as famílias que agem dessa forma” (NEPOMUCENO, 2007, p. 32).

Já a respeito das mortes por causa de terra, o autor revela um estudo que indicou que, entre as décadas de 1980 e 1990, 578 pessoas foram mortas em disputas. “A lista dos ameaçados

em todo o Brasil é conhecida e sofre mudanças pontuais: só se sai dela morto” (2007, p. 38). Os números, no entanto, devem ser ainda maiores do que qualquer pesquisa:

Não existem estatísticas totalmente confiáveis da consequência desse turbilhão de desmandos, dessa violência em que alguns proprietários eternamente envolvidos com a Justiça são capazes de desatar e promover. O mais espantoso, em todo caso, é que não se pode confiar totalmente nas cifras, porque existem indícios concretos de que na verdade o número de vítimas costuma ser *superior* aos que sugerem nessas estatísticas. (NEPOMUCENO, 2007, p. 32).

O escritor ainda faz outra ressalva: “convém recordar que há leis sobre porte de arma no país onde se localiza o Pará. Mas, da mesma forma que a história não é levada em conta quando se trata da abolição da escravatura, as leis sobre posse, uso e porte de armas são olímpicamente ignoradas por lá” (2007, p. 36).

Conforme o exposto até aqui, é possível perceber a maneira como a violência, as relações de poder e as questões relacionadas aos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no contexto paraense, ganham destaque através da obra *O massacre*. A partir da compreensão acerca dos aspectos apresentados, reitero a pertinência do aprofundamento desses elementos através da análise que segue, com o intuito de verificar como o romance-reportagem em questão atua frente às questões expostas tendo em vista o relato humanizado dos acontecimentos. Sendo assim, a seguir, apresento as percepções em torno do contexto de violência e do dia do massacre propriamente dito, abranjo reflexões atreladas às imagens presentes no livro e, no mesmo viés sob o qual o romance-reportagem foi escrito, descrevo também as percepções sobre a representação da impunidade diante dos fatos relatados.

#### **4.2.1 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**

O Movimento Sem Terra está presente em 24 dos 26 Estados brasileiros, tendo representatividade nas cinco regiões do país. Segundo informações oriundas do site oficial do MST<sup>21</sup>, cerca de 350 mil famílias conquistaram terras através dessa organização e, mesmo depois de assentadas, permanecem no movimento, uma vez que a conquista de terra é somente um dos passos para a realização da Reforma Agrária, grande objetivo do MST.

O Brasil tem uma das maiores concentrações de terras do mundo. “Concentração e improdutividade possuem raízes históricas, que remontam ao início da ocupação portuguesa neste território no século 16” (MST, 2020, n.p.). Esse fator, em conjunto com a monocultura de exportação e a escravidão e, ainda, o modo como o país foi ocupado pelos portugueses, gerou

---

<sup>21</sup> O site do MST pode ser acessado em: <https://mst.org.br/>.

uma raiz marcada pela desigualdade social que perdura até a atualidade. No período da abolição do tráfico de escravos, em 1850, a Lei de Terras consolida a concentração fundiária e ali se origina, conforme exposto pelo MST, a “prática trivial do latifúndio brasileiro: a grilagem de terras – ou a apropriação de terras devolutas através de documentação forjada – que regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural e formalizou as bases para a desigualdade social e territorial”.

Uma das principais formas para destravar o desenvolvimento econômico e social nos países capitalistas é a democratização do acesso a terra, sendo a reforma agrária uma das principais políticas. No entanto, no Brasil, as transformações políticas para a consolidação do capitalismo não foram suficientes para afrontar a concentração de terras e, ao longo dos séculos, estabeleceram-se lutas e resistências contra a exploração, cativo de terra, expropriação e expulsão de trabalhadores. “A resistência camponesa se manifesta em diversas ações e, nessa marcha, participa do processo de transformação da sociedade” (MST, 2020, n.p.). Desde a década 1920, foram organizadas formas de luta pela terra e reforma agrária em diferentes regiões do país, sempre marcadas por conflitos. No período da ditadura, o modelo agrário se tornou ainda mais excludente, já que a modernização agrícola passou a ser seletiva, excluindo a pequena agricultura. “O regime militar foi duplamente cruel e violento com os camponeses” (MST, 2020, n.p.), pois como toda a população brasileira, os camponeses foram privados de direitos de expressão e manifestação e, nesse contexto, o êxodo rural foi impulsionado, assim como a exportação e o uso de veneno na produção.

Conforme Roseli Salette Caldart (2001), apesar das polêmicas existentes entre os estudiosos da questão agrária no Brasil, em razão dos avanços e dos retrocessos da luta pela Reforma Agrária e do papel político desempenhado pelo MST, há um fato social e histórico que é quase consenso entre analistas, independentemente de serem motivados por questões conservadoras ou de estarem preocupados com o avanço do desenvolvimento social. Trata-se, nas palavras da autora (2001, p. 211), de que há, no Brasil, hoje, “um novo sujeito social que participa ativamente da luta de classes, com sua identidade e seu nome próprio: Sem Terra”. Caldart explica que Sem Terra é mais do que “sem-terra”, porque vai além de uma categoria social de pessoas que não têm terra, e diz respeito a um nome que “revela uma identidade, uma herança trazida e que já pode ser deixada aos seus descendentes, e que tem a ver com uma memória histórica, e uma cultura de luta e de contestação social”.

O MST surgiu no final da década de 1970 a partir da expulsão de camponeses e expropriação de diversos trabalhadores rurais. Para ter uma base da dimensão da quantidade de

peessoas com a necessidade de busca pela melhoria de vida e por trabalho, Morissawa (2001) afirma que somente com a construção da Hidrelétrica Binacional de Itaipu, no Estado do Paraná, entre os anos de 1975 e 1977, cerca de 12 mil famílias ficaram sem terra e também sem ter onde morar. As lutas do MST são marcadas por conquistas – já que inúmeras famílias conseguem se estabelecer em assentamentos e tirar dali o seu sustento –, mas também são assinaladas por conflitos e dualidades.

Segundo consta no portal do MST, os latifúndios que são utilizados para assentamentos, em geral, possuem pouca infraestrutura, como saneamento, energia elétrica e acesso ao lazer e à cultura. Sendo assim, as famílias assentadas continuam organizadas em novas lutas a fim de conquistarem esses direitos, são formados núcleos que discutem as necessidades daquela população, em nível regional, estadual e nacional e, nas assembleias dos acampamentos, todas as pessoas têm direito a voto.

Entretanto, apesar de toda a organização e efetividade positiva do movimento, há também uma parcela desse grupo que se desvia dos ideais propostos pelo MST. O programa de reforma agrária do Governo Federal concede terras consideradas improdutivas para que os camponeses possam produzir alimentos, porém algumas delas são vendidas ilegalmente. Segundo divulgado na imprensa nacional, em alguns desses assentamentos, funcionam empreendimentos como parques aquáticos e pista de motocross. A realidade da venda de terras é exposta na obra de Nepomuceno que explica que os assentados acabavam, em um clima de solidariedade, acolhendo agregados das famílias que não conheciam os projetos do MST, mas tinham esperança de consolidar um futuro. Contudo, quando chegavam, não encontravam terra para trabalhar, apenas hospedagem, porque as terras recebidas não eram o bastante para o trabalho e sustento de todos. Nepomuceno (2007, p. 85) explica: “muitos dos que chegaram depois, atraídos pela família e pela imagem de terras fartas e férteis, acabaram indo buscar trabalho nas fazendas da região”, dessa maneira, “rapidamente, transformaram-se em alvo predileto dos que pretendiam fazer do assentamento 17 de Abril um fracasso irremediável”.

A situação levava a uma compreensão generalizada de que “ser um sem-terra, em Eldorado, era sinônimo de desocupado, invasor, marginal” (NEPOMUCENO, 2007, p. 99). Esses rótulos, muitas vezes atribuídos de maneira injusta, uma vez que inúmeras pessoas que fazem parte do movimento buscam no trabalho com a terra o sustento de suas famílias, ganham força a partir da atitude de alguns dos sujeitos, o que é representado no romance-reportagem:

A partir do final daquele ano [1997], começou – no princípio, um tanto tímido; depois, com maior voracidade – o comércio de lotes. Ou seja: vários dos assentados originais

venderam seus lotes, apesar dessa venda ser absolutamente ilegal, a familiares de outros pioneiros que tinham vindo na trilha do sonho da terra. Quem comprou e se instalou – e também os que venderam – repete a mesma explicação: na verdade, o que foi negociado foi o *direito* à terra. Ou seja: os que, por terem participado da longa luta de reivindicação, receberam terras expropriadas vendem seus direitos sobre elas, e não propriamente as terras. [...] O MST quis impedir a todo custo a implantação desse comércio de terras e não conseguiu. Da mesma forma, não conseguiu impedir a ação dos atravessadores da produção dos assentados, que compravam os produtos para depois vendê-los nos municípios vizinhos com boa margem de lucro. Também não implantou, como estava planejado, o sistema de plena cooperativa para produzir e vender. Aliás, passados mais de dez anos, a comercialização continua sendo um dos problemas do 17 de Abril. (NEPOMUCENO, 2007, p. 86-87).

Os motivos para a venda ilegal seriam, conforme relato expresso na obra, a falta de apoio técnico, de infraestrutura, de financiamento, de máquinas, de facilidade para venda da produção e até falta de organização. Uma das grandes problemáticas dizia respeito justamente à tensão entre os pioneiros e os recém-chegados, incluindo, por vezes, pessoas de municípios vizinhos que iam à vila em busca de provocação:

Os veteranos não gostam de tocar no assunto, e há inclusive os que se dedicam a desmentir os fatos. Mas a verdade é que naqueles dois primeiros anos houve no assentamento vários episódios graves de violência, e pelo menos cinco assassinatos. Parentes de assentados, os agregados, disputavam a posse da terra, numa trágica reprodução dos conflitos entre grandes proprietários e trabalhadores rurais à procura de áreas para viver. Um agricultor foi morto, depois outro, numa ameaça em espiral de vinganças familiares. (NEPOMUCENO, 2007, p. 85).

A partir do que se observa no excerto reproduzido, existe um contexto de violência entre esses indivíduos que se refere não somente a uma disputa de poderes entre grandes fazendeiros e integrantes do movimento, mas também entre os próprios sujeitos que fazem parte do mesmo grupo, já que existem diferentes maneiras de pensar e de vivenciar os ideais propostos pelo MST. No assentamento 17 de Abril, representado no romance-reportagem, foram desenvolvidos planejamentos e projetos que o tornaram, por volta de 2000, uma referência de assentamento, em que cada família possuía seu lote, casa de alvenaria, serviços essenciais como água, luz, posto de saúde, além de acesso a crédito para agricultura.

Apesar da melhoria das condições dentro do próprio assentamento, existem outros diversos grupos ligados ao MST, no Brasil, que não possuem as condições mais básicas para a sobrevivência. O histórico de violência e de disputas de terra e de poder já é parte inerente da vida dos integrantes do movimento. Essas questões são expostas no item subsequente desta pesquisa.

#### 4.2.2 Crueldade e dominação no contexto agrário

No romance-reportagem *O massacre*, Nepomuceno (2007, p. 38) declara: “A lista dos ameaçados em todo o Brasil é conhecida e sofre mudanças pontuais: só se sai dela morto. Em seguida, outro nome entra para mantê-la da mesma forma”. À exceção de crimes denominados pelo autor como “mais sonoros”, ou seja, com o assassinato de pessoas públicas e respaldo midiático, pouca ou nenhuma providência é tomada diante de um cenário de injustiça, corrupção e violência que permanece, muitas vezes, no silenciamento, dadas as relações de poder.

A obra representa a violência fazendo relações com o que ocorre em todo o Brasil, mas com foco no Estado do Pará, que se consolidou, conforme o jornalista, como o principal gerador de mortes, uma vez que as disputas e as listas de inimigos têm papel central naquele lugar. “Entre 1994 e 2004, pelo menos 173 pessoas foram assassinadas, outras 501 viveram sob permanente ameaça de morte, e houve pelo menos 837 conflitos violentos entre pistoleiros a serviço dos latifundiários e agricultores” (NEPOMUCENO, 2007, p. 58). O autor (2007, p. 35) também relata que “em todo o país, entre 1985 e 2005 foram abertos pelo menos 1.024 processos judiciais por mortes no meio rural brasileiro, sempre em disputas pela posse da terra. Cinquenta por ano, em média: um por semana, ou quase”. Essas realidades estão em consonância com o que observei na realização do mapeamento dos romances-reportagens brasileiros premiados, uma vez que a violência contra trabalhadores rurais, incluindo os Sem Terra e camponeses, é a segunda forma de crueldade mais representada nas obras. Ademais, no mapeamento, também ficou claro que um dos grupos mais representados enquanto causadores da violência, majoritariamente, trata-se da instituição policial. Os aspectos mencionados podem ser observados no romance-reportagem em questão:

Em 1996, a participação do Pará no total de trabalhadores rurais assassinados no país alcançou o auge: 72%. Isso se deveu principalmente ao que aconteceu por volta das cinco da tarde na quarta-feira, 17 de abril, quando 155 policiais militares abriram fogo contra 2.500 trabalhadores sem-terra que haviam bloqueado uma estrada nos arredores de Eldorado de Carajás. Quando cessou a metralha, havia 19 mortos e 69 feridos (três deles morreram tempos depois, em consequência dos tiros). (NEPOMUCENO, 2007, p. 58).

O autor da obra esclarece que o ocorrido na data do massacre não se trata apenas de uma postura violenta por parte dos profissionais da linha de frente da polícia, mas de um contexto que envolvia os seus superiores, o próprio Estado e, por fim, os grandes fazendeiros e seus interesses com relação à manutenção de terras. O jornalista (2007, p. 17) argumenta:

Estou convencido, além do mais, de quem são os responsáveis políticos por todas essas mortes. E de que a atuação da Polícia Militar, em especial da tropa sediada em Parauapebas, que agiu com sanha desmedida, foi a trágica consequência de uma tradição que se espalha, muito além do Pará, por todo o interior deste país. Ou seja: as forças da ordem servindo, acima de tudo e em primeiro lugar, a interesses privados. Quem disparou, mutilou e trucidou lavradores sem terra? Soldados, cabos, sargentos e oficiais de uma força policial frequentemente corrompida, bastante mal paga, totalmente despreparada, acostumada muitas vezes a atuar a troco de tostões na defesa dos interesses de fazendeiros, grileiros, ocupantes ilegais de terra, pequenos comerciantes. Quem ordenou que essa força policial, com tantas características fartamente conhecidas, desobstruísse, ao preço que fosse, uma estrada bloqueada pelos sem-terra? O governo estadual, integrado por representantes de um sistema que há décadas é dominado, com nuances sazonais, pelos mesmos grupos e pelos mesmos interesses no estado do Pará.

Conforme o exposto, fica nítida a relação da violência representada na narrativa com os poderes. Estão claras, a dominação pelo poder coercitivo, considerando que se utiliza da força física e armada, pelo poder político, já que o recurso da autoridade implica uma ação que, nesse caso, também se interliga com o poder econômico, uma vez que grandes fazendeiros se posicionam contra o movimento. Esses mesmos fazendeiros inclusive solicitam às autoridades medidas efetivas tendo em vista que os manifestantes bloqueavam a rodovia. Embora os integrantes do MST também dispusessem da violência em alguns momentos, a desproporcionalidade das ações fica evidente a partir das diferenças de poder.

Por exemplo, no dia do massacre, conforme relata Nepomuceno (2007), segundo os militantes, do lado do MST, havia três revólveres, uma garrucha, foices, facões, enxadas e garrafas explosivas, sendo que nenhuma delas chegou a ser lançada contra a Polícia Militar. No entanto, no inquérito policial pós-conflito, a PM entregou, como sendo armas do MST, dez revólveres de calibre 38, três de calibre 32, uma garrucha, uma outra de fabricação caseira, e 17 espingardas que, segundo líderes do movimento, jamais estiveram sob sua posse. Independentemente da discussão sobre qual dos dois grupos têm a verdade com relação ao exposto, de alguma maneira, fica claro, com o resultado do episódio do confronto e com o histórico de violência contra esses indivíduos, que o lado mais fraco diz respeito aos integrantes do MST. Conforme Nepomuceno (2007, p. 49), “no cruzamento dos destinos daqueles que querem terra para trabalhar e dos que a querem para a exploração desenfreada, perde sempre a parte mais fraca”.

José Moura Gonçalves Filho (1998) discorre acerca das diferenças sociais que promovem a sujeição de uns perante outros, o que evidencia a relação de poder a que me referi anteriormente. Segundo o pesquisador, a humilhação social passa por um mecanismo de determinações econômicas inconscientes, um fenômeno que é tanto psicológico quanto



político. Filho (1998, p. 42) explica que essa humilhação é uma modalidade de angústia que precede da desigualdade de classes: “a angústia que os pobres conhecem bem e que, dentre eles, inscreve-se no núcleo de sua submissão”, sofrendo o impacto de maus tratos psicológicos a partir da mensagem de que são inferiores. “Para os pobres, a humilhação ou é uma realidade em ato ou é frequentemente sentida como uma realidade iminente, sempre a espreitar-lhes, onde quer que estejam, com quem quer que estejam”. O autor acrescenta: “o sentimento de não possuírem direitos, de parecerem desprezíveis e repugnantes, torna-se-lhes compulsivo: movem-se e falam, quando falam, como seres que ninguém vê”.

A afirmativa de Filho (1998) instiga a refletir o que abordei anteriormente sobre como o MST é comumente observado por parte da população, uma vez que os pequenos fragmentos do que se conhece a respeito de suas lutas, normalmente, se baseiam em imagens e narrativas das manifestações, de conflitos e de contextos violentos, contudo, no entrelaçamento dos poderes, é concebível pensar que existe um lado mais fraco que busca por direitos enquanto é visualizado de maneira distorcida. Isso se evidencia no romance-reportagem quando a narrativa apresenta os preparativos para o ataque na Curva do S, indicando que as instruções aos policiais eram indiscutíveis: “aquela seria uma ação exemplar, capaz de desfazer a força demonstrada pelo MST e, ao mesmo tempo, convencer aquela multidão que não valia a pena medir-se frente a frente com o poder e a ordem, ou seja, os fazendeiros, os comerciantes, a Vale do Rio Doce” (NEPOMUCENO, 2007, p. 145).

O autor (2007, p. 18) esclarece que o MST se refere a um movimento social de forte atuação, em que os integrantes possuem as mesmas origens: “a miséria, o trabalho em garimpo, todos desenraizados, vivendo a vida de nômade atrás da sobrevivência, atraídos pelas migalhas da esperança: conseguir uma terra”. Enquanto o senso comum estabelece que não é lícito que esses sujeitos queiram apropriarem-se de terras que não são deles, há um universo pouco divulgado que diz respeito aos grandes latifundiários que se apropriaram de terras, por longas gerações, sendo muitas obtidas de maneira ilegal e, outras tantas, tidas como ociosas.

O modo como os integrantes do MST foram humilhados no dia do massacre é descrito pelo jornalista de maneira detalhada, com atribuição não somente da identidade, mas também dos sentimentos que circundavam as pessoas que presenciaram aquele instante. Uma dessas descrições pode ser observada a seguir:

No meio do caos, um homem avançou, gesticulando muito, contra os policiais militares. Foi tombado por um soldado, que o golpeou na cabeça com um cassetete. No chão, foi chutado por outros soldados. E, tombado, ao tentar se erguer, levou três tiros – um na cabeça, outro debaixo do braço, um terceiro na linha da cintura. Esse

homem chamava-se Amâncio Rodrigues dos Santos, tinha 42 anos e era surdo. Certamente, não ouviu nem os pedidos de Oziel Alves Pereira para que os sem-terra resistissem à ação da polícia militar, nem as ordens dos soldados mandando todos correr. Foi a primeira vítima. (NEPOMUCENO, 2007, p. 155).

O autor explica que, a partir da primeira vítima, o que ocorreu, durante aproximadamente 40 minutos, foi um massacre violento com alvos determinados, tendo em vista que não havia outra explicação para o porquê de, em meio a tantos envolvidos, contando com mulheres e crianças, somente homens terem sido mortos. O que aconteceu com Amâncio demonstra a prática de um ato que não é somente violento e humilhante, mas cruel, evidenciando o quanto não havia nenhuma sensibilidade por parte daqueles que estavam dispostos a executarem o plano para aquela tarde. Assim como esse, muitos outros trechos do livro apresentam os indivíduos e o modo como foram agredidos ou mortos no dia 17 de abril de 1996, sempre acrescidos de seus nomes e de análises acerca do que sofreram.

Esse modo de narrar se difere bastante do que vemos na mídia tradicional, em que, normalmente, assassinatos ou tragédias são expostos de forma genérica, apontando o número de vítimas e não abrangendo seus sentimentos. Aquelas mídias que tentam fazer isso, muitas vezes, acabam explorando um viés sensacionalista, mais voltado à exposição das emoções alheias em busca de audiência do que, necessariamente, abarcando uma crítica social. A inferência que faço com relação a isso se relaciona ao que expus anteriormente a respeito da ligação dos conglomerados de comunicação com grandes organizações, o que leva os profissionais a suprirem interesses, corroborando, assim, um pensamento coletivo unificado a respeito de determinadas questões.

Tendo em vista a imbricação entre os poderes que se unem para o estabelecimento da crueldade, cabe retomar os tipos de violência que identifiquei representadas na obra *O massacre*, sendo elas: física, psicológica, vingativa, compensatória e intencional.

A violência física fica evidenciada no trecho exposto anteriormente e se reafirma ao observarmos a quantia de mortos e feridos oriundos do confronto representado no romance-reportagem. A psicológica pode atuar também como consequência da primeira, ao observarmos o seguinte trecho de Nepomuceno (2007, p. 18): “Quem morreu, foi ferido, ficou mutilado – no corpo e na alma – para sempre”. Ao falar sobre o sofrimento da “alma”, é possível compreender que as marcas da violência ultrapassam as dores físicas. Uma das formas de demonstrar esses aspectos, na obra, é a partir da narrativa das histórias pessoais de sobreviventes. Ao atribuir nome a um sem-terra, informando o modo como ele mesmo conta a sua história, o autor do

romance-reportagem não somente humaniza a classe desses trabalhadores rurais, como demonstra de modo muito profundo como a violência interage com esses indivíduos.

Uma das histórias mencionadas é a de Inácio Pereira, de 56 anos, na época. O manifestante foi considerado como morto pelos policiais e foi atirado em uma caminhonete que carregava 18 cadáveres. Dentre os corpos, estava o de seu filho Raimundo. Nepomuceno (2007, p. 108) demonstra como a violência psicológica fez parte desse episódio atrelada à física:

Derrubado por policiais no meio do tumulto de tiros, gritos, bombas e pancadas, foi pisoteado, chutado um sem-fim de vezes e ficou no chão feito morto, em silêncio, sem se mexer. [...] Agarrado pelos braços, foi arrastado pelo chão e jogado em cima de cadáveres na caçamba da caminhonete. O corpo morto do filho estava embaixo. Não se tocaram. Em cima dele foi atirado outro homem – supostamente, outro corpo morto. Inácio continuou num silêncio de pavor e ouviu que, em cima dele, o homem gemia e dizia coisas sem sentido. A cabeça desse homem pendeu sobre o pescoço de Inácio, que não conseguia entender o que ele sussurrava entre os gemidos.

Embora, naquele momento, Inácio não soubesse que seu filho morto estava dividindo o mesmo espaço, pouco tempo depois, a informação chegou e ficou registrada na memória, ampliando sua dor, que é representada através do livro. O autor também expõe que já à noite os 19 mortos foram levados para o Instituto Médico Legal (IML) há mais ou menos 140 quilômetros de distância.

Nepomuceno expõe os atos violentos daquela ocasião de maneira bastante detalhada, a partir de toda a sua pesquisa e das entrevistas com os envolvidos, e também demonstra as suas percepções, conforme exposto a seguir:

Cheguei à convicção de que o que aconteceu na tarde da quarta-feira, dia 17 de abril de 1996, no trecho da rodovia PA-150 – a principal do sudeste do Pará e uma das principais do estado – conhecido como Curva do S, a escassos quilômetros de Eldorado do Carajás, foi uma das mais frias e emblemáticas matanças da história contemporânea do país. Ninguém deveria sequer se atrever a usar palavras como “confronto”, “incidente” ou “choque” para descrever o que aconteceu na Curva do S. Aquilo foi uma carnificina brutal, um massacre que permanece impune. [...] Tenho plena convicção de que ao menos dez das 19 pessoas que caíram no dia 17 de abril de 1996 foram mortas a sangue-frio, quando já se encontravam submetidas pela Polícia Militar ou tinham sido feridas e não puderam fugir. As fotos que ilustram os laudos periciais dos cadáveres são um primor de barbárie: corpos mutilados, cabeças destroçadas. Foi como se não bastasse disparar contra alguém desarmado: era preciso mais. Era preciso desafojar uma fúria descontrolada e estabelecer de uma vez e para sempre qual era a punição que iriam além da morte. (NEPOMUCENO, 2007, p. 16).

Esse trecho demonstra o quanto cada tipo de violência fez parte da situação representada, ficando evidenciadas a violência física e, principalmente, a intencional, uma vez

que o autor faz menção ao ocorrido como algo que vai além de um confronto ou incidente, deixando a ideia notória de que as mortes e ferimentos causados naquele dia fizeram parte da motivação de indivíduos que agiram de modo violento de maneira consciente.

A violência tipificada como “vingativa” também está representada na obra. Essa forma de crueldade diz respeito à realização de atos violentos como uma tentativa de retribuir um sofrimento, a partir de uma punição. Esse conceito é aplicável ao contexto exposto, tendo em vista que segmentos sociais como os grandes fazendeiros e, talvez por consequência, o próprio poder público, são confrontados com as reivindicações dos integrantes do MST. Também não se pode dizer que uma parcela desse grupo não atue de modo violento, o que gera um sentimento de violência justificável por parte daqueles que detêm o poder.

Nepomuceno (2007, p. 34) descreve que é praticamente impossível indicar um número exato a respeito da quantia de pessoas mortas no Brasil anualmente por reclamarem terra e incomodarem indivíduos poderosos. Segundo ele, “essa enxurrada de números chega a marear, mas cada cifra, cada estatística, torna-se essencial para uma visão aproximada do grau de brutalidade e devastação registrado no Pará”. O autor explica que aqueles que incomodam os poderosos estão em uma lista, e fazem parte dela líderes do Movimento, ativistas e até mesmo religiosos que expõem seu pensamento em defesa dos menos favorecidos. Existem, então, aqueles que são contratados para realizarem as execuções e, a partir disso, define-se uma tabela de preços para as mortes. Um político, por exemplo, pode custar bem caro. Há também indícios da existência de consórcios com uma reserva para pagar pistoleiros para matar lideranças incômodas:

Esses consórcios seriam integrados por fazendeiros, exploradores ilegais de madeira, usurpadores de terras públicas. Existiriam também as milícias, grupos que trabalham como segurança de grandes fazendas e empresas, formadas por policiais militares ou ex-integrantes da PM. E, finalmente, as empresas de segurança – encobertas por véus de legalidade, com registro formal. (NEPOMUCENO, 2007, p. 41).

O autor destaca que uma dessas empresas de segurança possuía como um dos donos o Secretário de Segurança do Pará, na época. Era, também, a empresa responsável por assegurar a Companhia Vale do Rio Doce. Apesar dessas informações adicionais, que podem ou não se tratar de coincidências, segundo enfatiza o jornalista, importa observarmos que a questão da vingança está muito presente nas justificativas para a violência e são muitos os grupos envolvidos em possíveis planos de extinguir aqueles que incomodam os detentores do poder. Perceber essas questões nos instiga a retomar o pensamento de Ginzburg (2013) a respeito dos

questionamentos acerca da violência como não justificável. Ainda na perspectiva desse autor, retomo a ideia abordada anteriormente sobre o quanto a violência já está naturalizada no Brasil. Esse aspecto também está presente no romance-reportagem analisado:

Nas duas pontas – quem mandou, quem executou –, a dramática reedição de um hábito enraizado no que há de pior das tradições brasileiras: a justiça feita pelas próprias mãos, a mando e na defesa dos interesses de determinados grupos e, às margens da Justiça. A imposição absoluta da lei e da ordem – *determinada* lei, jamais escrita, e *determinada* ordem, cujos limites e parâmetros ninguém, a não ser os que as impõem, conhece. A inexistência, enfim, de uma linha clara que separe o que é público do que é privado: recorre-se à força policial como quem recorre a uma milícia particular. (NEPOMUCENO, 2007, p. 18, grifos do autor).

A problemática levantada na narrativa diz respeito a uma mistura de poderes, uma vez que as lideranças políticas e as forças policiais deveriam estar, por obviedade, a serviço de toda a população, no entanto acabam, por vezes, sendo vencidos pela pressão daqueles que, por interesses particulares, detêm não somente o domínio com relação aos seus bens, mas, muitas vezes, para modificar realidades que prejudicam os seus projetos particulares. Chauí (2018, p. 39) trata a respeito de uma “imagem unificada da violência”. Descreve que “chacina, massacre, vandalismo, guerra civil tácita, indistinção entre polícia e crime e desordem pretendem ser o lugar onde a violência se situa e se realiza”. Sendo assim, a estudiosa explica que a limitação da sociedade civil e a debilidade das instituições políticas são postas como impotentes na coibição da violência. “O conjunto dessas imagens indica a divisão entre dois grupos: de um lado, estão os grupos dos *portadores* de violência, e, de outro, os grupos dos *impotentes* para combatê-la” (CHAUI, 2018, p. 39, grifos da autora).

Ao refletir sobre esse aspecto da impotência no combate a ações de crueldade, é oportuno fazer a associação com a violência compensatória que diz respeito àquela em que, para compensar uma debilidade diante do mundo ou de ocasiões específicas, os sujeitos cometem a violência, não porque querem, de fato, causar sofrimento, mas a fim de exercerem domínio sobre outras pessoas. Essa definição está em consonância com a ideia de que aqueles que estão na linha de frente, cumprindo ordens, podem também ser postos como vítimas diante de outros contextos da vida. Isso está representado no livro *O massacre*, por exemplo, a partir do depoimento de Raimundo Gouvêa. O assentado era, na época do relato, um dos dirigentes do MST procurados na região, já que seu nome constava na lista dos fazendeiros entregue à Polícia Militar, pois indicava as lideranças perigosas do Movimento. Ele conta, em depoimento, que muitas vezes queria voltar para casa levando comida para os filhos, mas isso não era possível; por vezes, ganhava cestas básicas com alimentos estragados e lembra a

humilhação: “‘O pior’, diz ele, ‘é que os que nos maltratavam eram pobres que nem a gente, desgraçados que nem a gente, humilhados que nem nós, e ainda assim humilhavam a gente’” (NEPOMUCENO, 2007, p. 99). A partir do exposto, compreendo que não somente a violência como também a vulnerabilidade diante das relações de poder são estruturais no país, reiterando a ideia de que os poderes se invertem, em determinados momentos, mas que, sobretudo, há classes que sempre serão marginalizadas diante dessa violência, sofrendo as consequências da crueldade em maior ou menor grau.

No item a seguir desta pesquisa, desenvolvo reflexões a respeito da maneira como a violência exposta na obra de Nepomuceno, a partir daqueles que sofrem em razão de sua vulnerabilidade, é abordada sob um viés que causa impacto a partir da humanização dos sujeitos.

#### **4.2.3 A voz e a imagem dos acometidos pela violência**

Na obra *O massacre*, estão expostos os dados da violência no Pará, com foco na situação dos menos favorecidos e, principalmente, no relato acerca dos integrantes do MST e do dia em que foram acometidos por uma ação que matou e deixou feridos diversas pessoas. Contudo, para além dos dados estatísticos e da exposição de informações sobre referido episódio violento, o autor da obra apresenta suas reflexões sobre o que viu no assentamento visitado e, também, a respeito das pesquisas e entrevistas realizadas, o que corrobora a crítica promovida pelo livro, que resgata e resguarda essas memórias propiciando que os leitores façam suas próprias análises.

Essas reflexões estão unidas a outros aspectos que compõem uma narrativa voltada à humanização: fotografias que evidenciam alguns sentimentos de maneira imagética e a descrição de falas das pessoas que sofreram de algum modo com o massacre. As imagens em preto e branco, produzidas por Sebastião Salgado, ajudam a contar a história de uma maneira tocante. Isso porque a fotografia assume um importante papel de registro, contribuindo não apenas para a constituição da memória imagética, mas inclusive atuando como registro que pode auxiliar em investigações, sejam elas policiais, científicas ou antropológicas.

Carlos Abreu Sojo (1998) entende que a fotografia é uma parte essencial da mensagem jornalística e que, nas fotos de opinião, quando o fotógrafo assume um posicionamento diante daquilo que quer transmitir, os objetos, pessoas e situações são focados de modo que um ponto de vista particular seja emitido, diferentemente de outras fotos em que se quer simplesmente registrar algo que ocorre naquele determinado instante. O autor também afirma que uma foto pode desempenhar ambas as funções, informativa e opinativa, em uma única imagem,

reconstruindo episódios, com dados complementares. Entendo que, embora uma imagem possua apenas cunho informativo, o fotógrafo efetua escolhas referentes, por exemplo, ao ângulo de captação, ao foco, enfim, ao fragmento de realidade que vai abranger e, por isso, mesmo um registro fotográfico refere-se a um recorte da verdade.

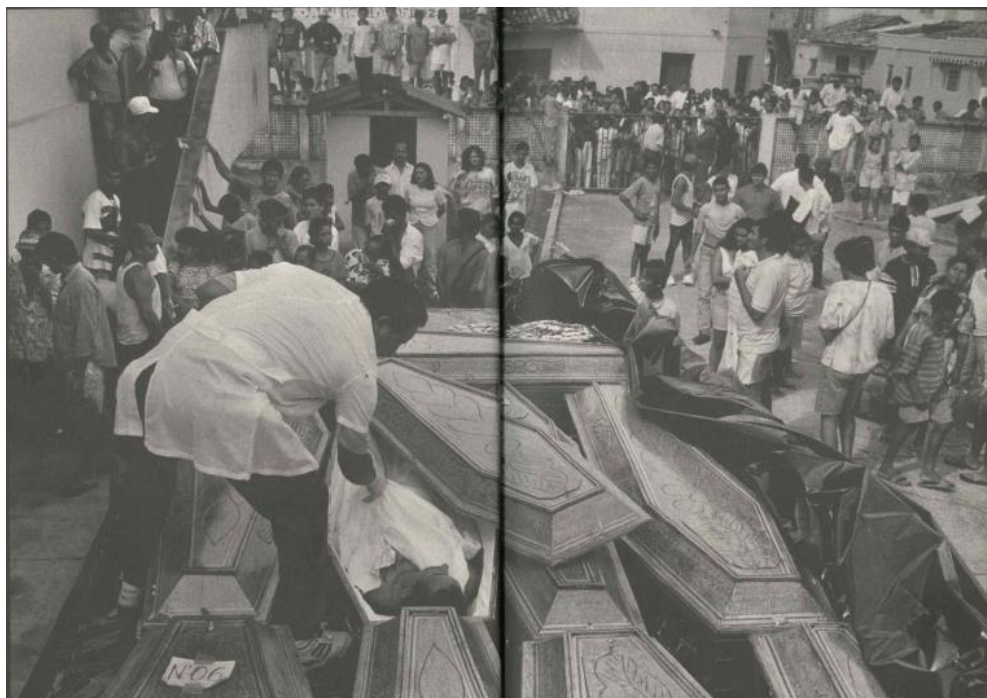
Dito isso, é importante destacar o papel que essas imagens possuem na construção de sentido. Sojo (1998, p. 29) afirma que importa o impacto da imagem e a sua importância informativa. “Assim como acontece com as mensagens escritas, na imagem fotográfica também estão indissolavelmente unidas a informação e a opinião. Não obstante, em algumas ocasiões o emissor busca informar antes de opinar ou vive e versa”, e acrescenta: “no primeiro caso, em teoria, a imagem deve ser o mais documental possível e, como consequência, a opinião presente nela deverá ser implícita”<sup>22</sup>. Para além da fotografia de opinião, o autor apresenta a ideia de que é possível desenvolver uma fotografia interpretativa e, citando Eurídice Castillo (1987), explica que, nessa modalidade, a imagem expressa uma intencionalidade comunicativa que não apenas mostra o sujeito da informação, mas passa a refletir as suas ações, os seus gestos, o modo de interagir com outros dentro da informação. O elemento fundamental, nesse caso, é a contextualização da mensagem, que vai atribuir sentido às imagens.

Sendo assim, acredito que as imagens apresentadas em *O massacre* dizem respeito a fotografias interpretativas que unem informação e opinião, com o objetivo de propiciar reflexão acerca do contexto apresentado. Trata-se também de fotos documentais, uma vez que resguardam a memória. A primeira foto da obra (2007, p. 12-13) é exposta antes de iniciar a narrativa e tem como legenda “Preparação do transporte dos corpos, em frente da morgue de Marabá. Pará, abril de 1996”.

---

<sup>22</sup> Traduzido por mim, do original: “Tal como ocurre con los mensajes escritos, en la imagen fotográfica también están indisolublemente unidas la información y la opinión. No obstante, en ocasiones el emisor busca informar antes que opinar o viceversa. En el primer caso, en teoría, la imagen debe ser lo más documental posible y, en consecuencia, la opinión presente en ella habrá de ser implícita”.

Imagem 1 – Preparação do transporte dos corpos



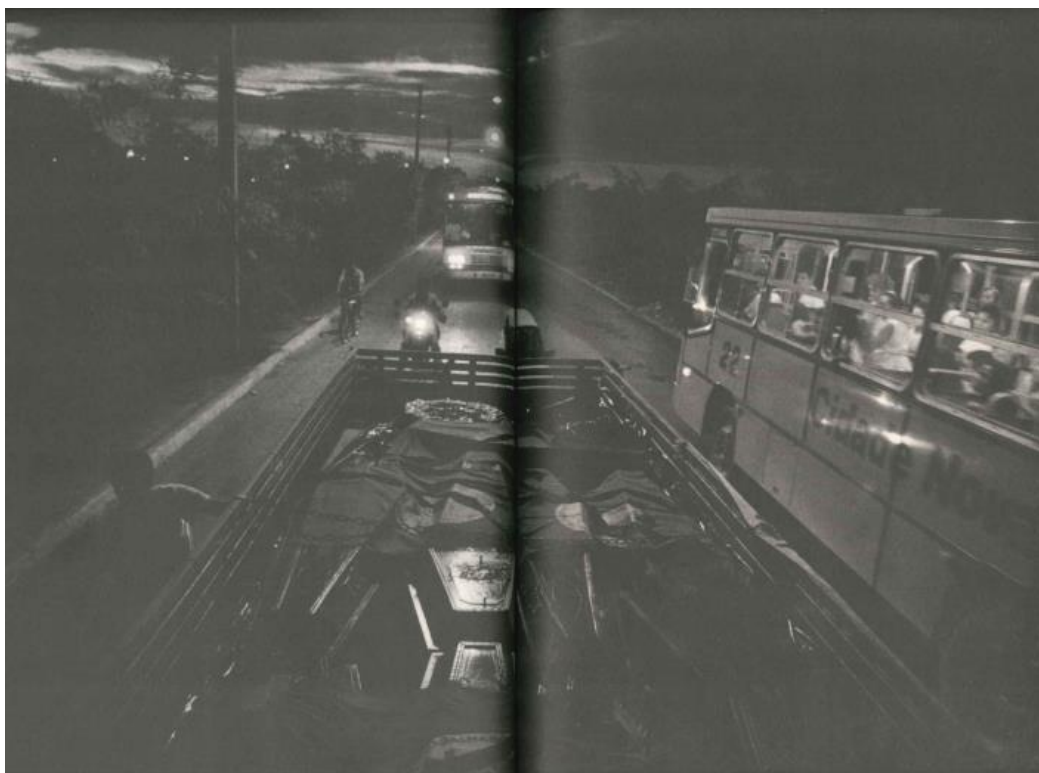
Fonte: Nepomuceno (2007).

Conforme podemos observar, a imagem abrange um aglomerado de pessoas em torno de um furgão com caixões sobrepostos. A estética em preto e branco já revela a tristeza da cena, obviamente mais expressiva através dos rostos infelizes e da preparação de um dos corpos que é feita ali mesmo, diante de todos, o que não destoa do restante do contexto desse pós-conflito, já que, conforme explica Nepomuceno (2007), as próprias autópsias foram feitas, sem a devida atenção, por peritos estaduais vinculados à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará. Em um primeiro momento, um desses peritos chegou a afirmar que seria impossível dizer como as vítimas haviam sido mortas ou encontrar indícios de uma execução sumária.

Outra imagem marcante da obra (2007, p. 60-61) mostra os olhares curiosos de pessoas que testemunharam o transporte dos corpos e também algumas pessoas que acompanharam o trajeto, em bicicletas. Conforme aponta a legenda, trata-se do momento em que foi realizado o “transporte dos caixões com os corpos dos sem-terra assassinados. Rodovia entre Marabá e Curinópolis e Parauapebas. Pará, abril de 1996”.



Imagem 2 – Transporte dos caixões

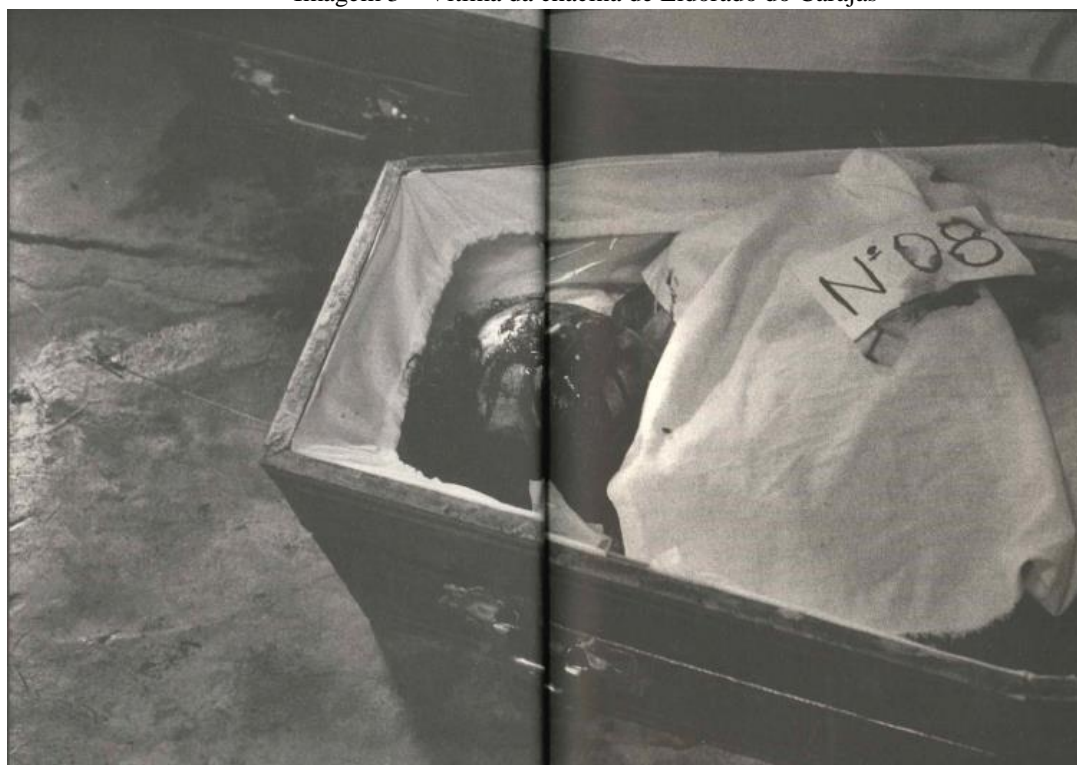


Fonte: Nepomuceno (2007).

Segundo o autor de *O massacre*, as perícias foram concluídas rapidamente e mandaram fechar os caixões, porém, dois dias após, o perito em medicina legal e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Nelson Massini, foi enviado pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados para fazer um acompanhamento. O Ministro da Justiça Nelson Jobin entrevistou contatando o governador Almir Gabriel para que o perito pudesse trabalhar. Mesmo com os corpos já em estado de putrefação, foi possível identificar o massacre, imobilização das vítimas e execução sumária: tiros na cabeça, no pescoço, no peito, no abdômen, golpes de arma branca – mutilações, pauladas no crânio, uma vítima tinha, inclusive, o coração atravessado por uma lâmina.

Diversos mortos não foram identificados em um primeiro instante, por falta de documentos. Somente dias depois, com os corpos de volta ao local de origem, os parentes e amigos esclareceram suas identidades. Assim como a ideia de numeral está representada na primeira imagem, através do número 6, aparece com mais evidência em uma outra foto (p. 22-23), que tem como legenda: “Vítima da chacina de Eldorado do Carajás. Pará, abril de 1996”.

Imagem 3 – Vítima da chacina de Eldorado do Carajás



Fonte: Nepomuceno (2007).

Os números em cima das vítimas servem como identificação, ou seja, as pessoas foram friamente assassinadas em um confronto, como se não tivessem uma história, uma família, uma vida, um nome, e seguem assim, com os corpos postos de maneira empilhada, em um lugar sem estrutura, e caracterizadas a partir de um numeral. Percebe-se, a partir da imagem, que a violência está presente de maneira psicológica e simbólica também para as pessoas próximas a esses sujeitos identificados por números, que são afetadas por uma situação de dor e perda, provocada por outros. O que é representado fotograficamente corrobora o relato de Nepomuceno a respeito do que ocorreu logo após o episódio na Curva do S: havia informações desconstruídas sobre o número de mortos, que poderia ser muito maior do que as autoridades afirmaram e, sendo assim, grupos de pessoas começaram a procurar cadáveres ou sobreviventes que pudessem estar perdidos pelas redondezas. “Falava-se de crianças mortas e enterradas em segredo, comentava-se sobre crianças perdidas pela mata das vizinhanças” (NEPOMUCENO, 2007, p. 78) e, ainda: “homens, mulheres e crianças zanzavam, em desespero, procurando parentes e amigos, tentando localizar mais feridos, vivendo o temor de encontrar mais mortos. Mães gritavam nomes de filhos, mulheres gritavam nomes de maridos” (NEPOMUCENO, 2007, p. 107).

A dor dessas buscas se relaciona à negação da identidade dos sujeitos numerados nos caixões. As imagens promovem a criticidade porque chocam, mostram uma versão da realidade capaz de proporcionar reflexão em torno da falta de sensibilidade dos envolvidos, diante da dor daqueles que haviam perdido seus entes. Em outras imagens, aparecem os familiares carregando os caixões dispostos um ao lado do outro no salão paroquial da cidade, o qual se encontrava lotado por pessoas que se despediam das vítimas. Sem apresentar legenda, a fotografia a seguir (2007, p. 105) revela, por si só, que as pessoas que vivenciaram aquela situação são seres humanos, com sentimentos e dores por suas perdas, o que ultrapassaria qualquer interesse por trás de tais atos de crueldade.

Imagem 4 – Familiares lamentando seus mortos



Fonte: Nepomuceno (2007).

A narrativa do romance-reportagem, escrito anos depois, atribui identidade e personificação àqueles que ainda carregavam marcas do ocorrido, conforme é possível verificar nos trechos a seguir:

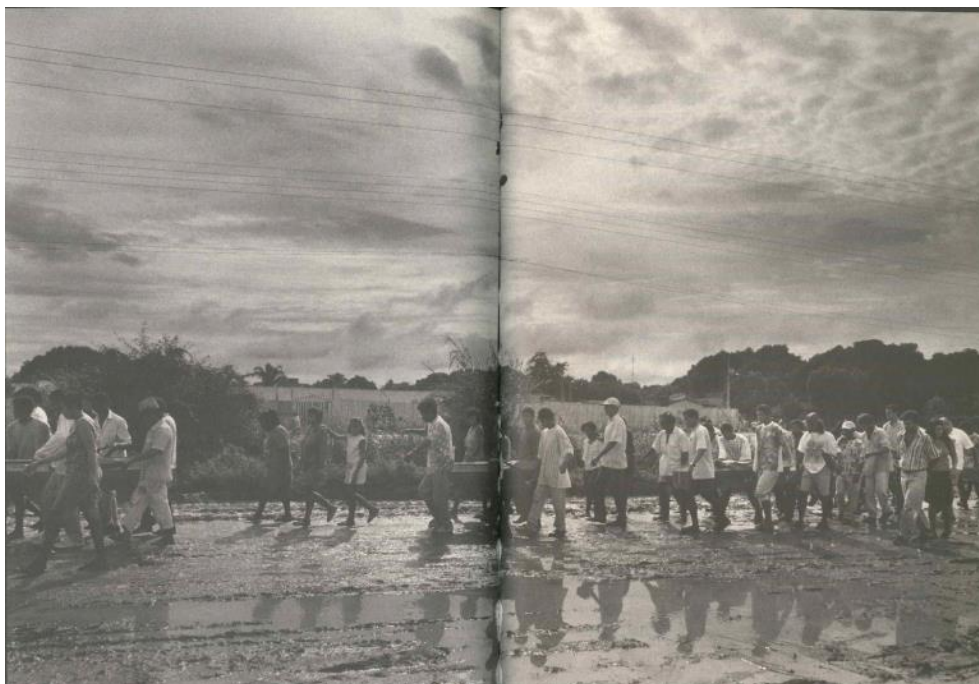
Josimar Pereira de Freitas tinha 29 anos no dia do massacre. Um tiro atravessou sua perna direita, um palmo abaixo do joelho. O osso foi estilhaçado. A perna jamais parou de doer. Com isso, ele mal consegue trabalhar na lavoura. Quando fica horas em pé, vêm as câimbras. Passou a receber a pensão de um salário-mínimo e meio do governo do Pará no ano de 2000. (NEPOMUCENO, 2007, p. 69).

Domingos da Conceição, o “Garoto”, tinha 15 anos na tarde do horror. Levou mais de dez tiros, a maioria nas pernas. Sofreu deformações na bacia e nos ombros. Teve fratura exposta na perna direita, foi operado 11 vezes. A perna ficou três centímetros mais curta que a outra, e dói sem parar. Passados dez anos daquele abril de 1996, continuava esperando pelas botas ortopédicas prometidas pelo governo do estado para poder caminhar sem tanta dor. (NEPOMUCENO, 2007, p. 69).

Rubenita Justiniano da Silva, no dia do massacre, tinha 26 anos. Levou um tiro na boca, teve a mandíbula fraturada, a língua rasgada, perdeu seis dentes, e a bala ficou para sempre alojada em sua garganta. Até 2003, continuava na Vila 17 de Abril. Depois, mudou-se com a mãe e uma irmã menor para uma ilha vizinha a Belém. Com a frequência das rotinas cruéis, sem aviso, o pescoço desanda a latejar, o local ferido inflama, os olhos ficam avermelhados, a visão enevoada. (NEPOMUCENO, 2007, p. 69-70).

Assim como nesses excertos, em outros momentos, o autor atribui visibilidade às histórias e às identidades das pessoas que vivenciaram a tarde conflituosa na Curva do S. Ao contar de maneira detalhada essas realidades, o jornalista não apenas informa sobre dor, sofrimento, injustiça e diferentes tipos de violência que seguiram se perpetuando, como, principalmente, confere humanidade às pessoas que estavam ali e que comumente são identificadas a partir de números. Percebo, a partir das vivências observadas e representadas no romance-reportagem que, além de serem vítimas de um episódio específico, trata-se de sujeitos que são minorias também em sua história de vida, marcada pela hierarquia de poder. A pobreza é um fator que pode atuar no sentido de intensificar a dor física e psicológica. Essa questão também aparece imagetivamente na obra (2007, p. 184-185), em uma foto que mostra as pessoas carregando, a pé e em fila, os caixões de seus mortos, em um lugar de chão batido, com barro, poças d’água, alguns casebres ao fundo. Os indivíduos representados na fotografia usam roupas simples, chinelos e, sobretudo, marcas de sofrimento. A legenda “Funeral das vítimas do Eldorado do Carajás. Curionópolis. Pará, abril de 1996” acompanha a imagem.

Imagem 5 – Funeral das vítimas do Eldorado do Carajás



Fonte: Nepomuceno (2007).

Conforme esclarece Sojo (1998), citando Mariano Cebrián (1992), a fotografia documental é o testemunho de uma realidade, de uma situação. Ela propicia realismo e credibilidade e recupera sua atualidade ainda que tenha se passado muito tempo, assim sendo, é mais do que documento, é informação. Nessa mesma linha, o estudioso acrescenta que essa informação faz parte de debates sociais e é carregada por conotações subjetivas, cumprindo uma função interpretativa. Segundo Sojo (1998), algumas publicações utilizam essa expressão como forma de fazer uma denúncia.

A partir dessas ideias, entendo que imagem e narrativa se unem na obra de Nepomuceno em um movimento que ultrapassa o mérito da denúncia e foca, principalmente, no debate e na reflexão. As fotos de Sebastião Salgado expostas no romance-reportagem são carregadas por conotações subjetivas, uma vez que cabem muitas interpretações a partir de sua observação, que vão desde o sofrimento dos familiares e a não identificação dos sujeitos até a condição social dos indivíduos. Esse discurso imagético une-se ao narrativo, que busca, justamente, atribuir identidade e voz às vítimas<sup>23</sup>, ao passo que também promove muitos questionamentos a partir da leitura.

---

<sup>23</sup> Em alguns momentos do texto, o autor da obra reproduz as falas das vítimas, assim como foram ditas. Já em outros, as vivências são contadas a partir da voz e/ou das percepções do narrador.

No próximo item desta pesquisa, abordo o modo como algumas situações se desenrolaram após o massacre e o enterro das vítimas, corroborando a ênfase do autor da obra que se refere a todo o ocorrido como sendo uma história de impunidade.

#### **4.2.4 As sequelas da impunidade**

Um dos aspectos que Nepomuceno (2007) mais enfatiza em sua obra é a questão da impunidade. Essa ideia se relaciona não apenas aos que participaram direta ou indiretamente do dia do massacre, mas é apontada com relação a outros episódios ocorridos no contexto paraense e que também deixaram possíveis culpados impunes em razão de suas posições de poder.

A falta de justiça, contudo, não se refere apenas à penalização daqueles que cometem os atos que causam sofrimento, mas também ao não cumprimento de promessas feitas pelo Estado com relação aos direitos das vítimas do ocorrido na Curva do S. Conforme representado no romance-reportagem, anos após o massacre, muitas pessoas ainda sofriam, não apenas psicologicamente, mas também pelas sequelas oriundas de ferimentos físicos e novas doenças causadas pelo uso contínuo de antibióticos. Essa realidade está exposta na obra: "de todos os moradores, um grupo requer atenção especial: são os que guardam, até hoje, as sequelas do que sofreram em abril de 1996. Entre si, e também entre todos, são conhecidos como 'os mutilados'" (NEPOMUCENO, 2007, p. 66). O autor ainda acrescenta: "todos reconhecem o óbvio: pelo menos, estão vivos. Mas têm certeza que a história daquele horror não termina nos mortos" (2007, p. 67).

O autor narra situações como a de Antônio Alves de Oliveira, conhecido como "Índio", um dos assentados mais ativos na reivindicação de tratamento médico. "Ainda carrega balas pelo corpo e relata que na maioria das vezes em que foi atendido no hospital saía com remédio para vermes: 'A gente vai lá com bala no corpo e volta com vermífugo'" (NEPOMUCENO, 2007, p. 71). Já os responsáveis pela saúde pública do Pará afirmam justamente o oposto, relatando que deveriam apenas tratar das sequelas do massacre, enquanto acabam dando tratamento para tudo. A justiça havia determinado, no ano de 1999, que o Estado do Pará assumisse os custos com atendimento médico, tratamentos necessários, alimentação e medicamentos, além de pagar às vítimas uma pensão correspondente a um salário mínimo durante o período de convalescença. "Pois o governo do estado fez exatamente o que era de se esperar: recorreu, protelou, driblou e só em maio de 2000 começou a cumprir parte dessa determinação, limitando-se a pagar pensões e tratamento médico" (NEPOMUCENO, 2007, p. 68).

Além das promessas não cumpridas pelos órgãos responsáveis, o grupo dos “mutilados” teve que lidar com expectativas, muitas vezes frustradas, com relação a outros tipos de ajudas. Organizações sociais iam até o assentamento para pesquisar e entrevistar os moradores prometendo ajuda e propondo iniciativas, alguns afirmando coisas que não poderiam cumprir e outros explorando o drama alheio: “‘Vinha de tudo’, recorda um dos coordenadores do MST na região, ‘de anjos a urubus’” (NEPOMUCENO, 2007, p. 92).

Essas questões reforçam o quanto a violência ultrapassa os limites físicos e atingem simbolicamente os envolvidos, nas mais diversas esferas, uma vez que, mesmo passados vários anos dos acontecimentos, os indivíduos continuam sendo acometidos não somente com as sequelas dolorosas das feridas corporais, mas também com esperanças de conquistar a justiça que fica somente no âmbito das promessas. Percebo, mais uma vez, o quanto as relações de poder estão diretamente atreladas aos aspectos mencionados, tendo em vista que quem detém a superioridade de fala ou ação acaba decidindo a respeito da vida dos vitimados. Todavia, conforme já mencionei em outros momentos, as relações de poder percorrem os mais diferentes caminhos e, dentro do próprio assentamento, essa configuração é marcada e atua como esfera simbólica. Na medida em que algumas instituições buscam o assentamento para entrevistar ou ocupar-se das circunstâncias das vítimas, cria-se uma nova situação naquele espaço, sedimentando a ideia de que, segundo Nepomuceno (2007, p. 93), mais importante do que a vida dos sobreviventes é de fato terem sobrevivido e testemunhado o 17 de abril de 1996: “entre os que chegaram depois, a certeza de que, naquele assentamento, há duas categorias: os heróis e os outros. Com isso, não se fez outra coisa além de acentuar distâncias e remarcar diferenças”.

Além de todas as sequelas, expectativas e promessas não cumpridas, aliadas ao desconforto causado dentro do próprio assentamento, os integrantes do Movimento ainda precisam lidar com outra questão que é a impunidade com relação àqueles que de fato estiveram envolvidos no episódio da Curva do S, causando diretamente todas essas circunstâncias. A obra expõe que, dentre os 155 policiais envolvidos, apenas 55 foram ouvidos nas investigações, e não foram realizados, logo após o ocorrido, exames para detectar pólvora a fim de detectar quem tinha disparado, sendo que muito tempo antes da chegada da perícia os corpos já haviam sido removidos.

O autor da obra também relata a respeito do contexto dos julgamentos. O primeiro aconteceu em 1999, em Belém, uma vez que, em Marabá, dentre os 21 pré-selecionados para integrar o júri, 12 eram fazendeiros ou parentes dos proprietários das terras. Três, das cinco testemunhas de acusação, não compareceram ao julgamento. Nepomuceno (2007, p. 198) destaca: “a repórter Mariza Romão, depois de ameaçada, mudou-se para Brasília e não recebeu



do tribunal passagens para ir a Belém”; “José Luiz Melo e Rita Monteiro Lopes, que moravam na Curva do S e acompanharam todo o acontecimento, não receberam nem passagem, nem proteção policial. Ameaças, sim – muitas, e seguidas”. Esse trecho reforça que a impunidade é algo que deve ser atribuído não somente ao âmbito judiciário, mas, sobretudo, mais uma vez, a qualquer segmento que detenha o poder de guiar a história em conformidade de seus interesses. A ideia proposta pela defesa baseava-se, conforme descreve Nepomuceno (2007, p. 199), no seguinte: “já que era impossível comprovar a participação direta de cada réu, ninguém poderia ser incriminado”. Já a acusação alegava que o governador do Pará e seu secretário de Segurança Pública teriam responsabilidade política no massacre, e que a responsabilidade criminal seria da PM.

O juiz Ronaldo do Vale conduziu 27 sessões para o julgamento, e substanciando a ideia de diminuição de uma classe perante outra, referia-se às vítimas como “os elementos”. Foram apontadas diversas irregularidades durante o julgamento, como manifestações indevidas de jurados e perguntas contraditórias feitas pelo próprio juiz que, por fim, absolveu os três primeiros acusados – o coronel Pantoja, o major Oliveira e o capitão Raimundo Almandra Lameira –, por falta de provas. Com a repercussão negativa em toda a mídia, o julgamento foi suspenso e, em 2000, acabou sendo anulado. O juiz Ronaldo do Valle pediu para ser afastado do caso e, dos 18 magistrados da comarca de Belém, 17 não aceitaram conduzir o novo julgamento. A juíza que aceitou, Eva do Amaral Coelho, deixou claro que não temia o MST e, quando marcou o julgamento, estabeleceu que a principal prova da acusação fosse retirada do processo, tratava-se de um laudo que mostrava que os primeiros tiros foram disparados pela PM e não pelos sem-terra. A juíza acabou se afastando do caso após recursos. Um terceiro juiz, Roberto Moura, assumiu a questão, enquanto as testemunhas de acusação continuavam sendo ameaçadas sem nenhum tipo de proteção judicial.

Roberto Moura foi um juiz que conseguiu algo inédito: numa única sessão, julgou nada menos que 128 acusados. O promotor e seus assistentes tiveram exatamente um minuto e meio para apresentar provas da participação de cada um deles. No total, foram cinco sessões nas quais se julgou o destino de 144 policiais militares. Dois deles – e apenas dois, o Coronel Pantoja e o major Oliveira – foram condenados. Todos os outros, entre os quais estavam os assassinos de 19 sem-terra, foram declarados inocentes. Os condenados receberam o benefício de recorrer em liberdade. (NEPOMUCENO, 2007, p. 201).

O pedido de afastamento de um juiz após apontamentos de irregularidades na condução do caso, a negação dos magistrados em presidir o julgamento, a declaração da juíza indicando



não ter medo de enfrentar o MST e pedindo anulação de provas e, por fim, o julgamento inocentando a maioria dos envolvidos, conduzem à conotação que até mesmo o âmbito judiciário, ora é omissivo, ora assume o lado daqueles que detêm o poder.

O autor do romance-reportagem afirma com veemência a falta de justiça com relação ao que ocorreu na Curva do S em 17 de abril de 1996. A partir dos fatos apontados, torna-se perceptível a ideia de que os meandros envolvendo o MST vão além dos contextos de disputas por terra ou de tentativas de diminuir ainda mais sua classe. Trata-se, ao final, de uma questão ideológica. Esse entendimento está em conformidade com o que explica Caldart (2001), quando afirma que o Movimento se produz a partir de uma luta social, extrapolando seus interesses corporativos e projetando contornos novos para a vivência em sociedade. A autora (2001, p. 210) argumenta que “os sem-terra do MST estão sendo sujeitos de um movimento que acaba pondo em questão o modo de ser da sociedade capitalista atual e a cultura reproduzida e consolidada por ela” e acrescenta que não fazem isso por professarem ideias revolucionárias, mas por contestar uma ordem social a partir do conjunto de ocupações, acampamentos, assentamentos, marchas e educação, a partir da coletividade. Para Caldart (2001), são valores que se diferem por aqueles cultivados na sociedade hodierna, já que suas lutas perpassam por um processo de humanização, por representarem os direitos de indivíduos que colocam em cena a história do país. A estudiosa (2001, p. 213) destaca: “os Sem Terra se educam participando diretamente, e como sujeitos, das ações da luta pela terra e de outras lutas sociais que aos poucos foram integrando à agenda do MST. É esta participação que humaniza as pessoas”.

Em um cenário que compreende a supervalorização do poder econômico, fica nítida a percepção de que uma luta envolvendo coletividade, humanização e reestruturação social é impedida de ser levada adiante. Conforme expõe Nepomuceno (2007, p. 54), o Brasil é um país de “imensidões desertas de lei. Ou melhor, com leis manipuladas a bel-prazer de um sistema judiciário que comparece ágil em defesa de Carlos Medeiros e fantasmas semelhantes, e silencia diante de outros tantos”. O nome mencionado pelo autor do romance-reportagem é de um proprietário que detém de 11% das terras de todo o Pará e que nunca foi visto, nunca compareceu aos júris e foi inocentado de suspeita de fraude.

Essa premissa voltada ao silenciamento está demonstrada a partir de um excerto em que o jornalista revela a condição de um dos condenados pelo massacre – para cumprir pena em liberdade – no dia do ocorrido na Curva do S:

Tinha 49 anos de vida, 28 de Polícia Militar, e estava exausto. Todos os músculos de seu rosto tremiam, seus olhos tingidos de vermelho brilhavam, e ele respirava pela

boca, fazendo um ruído de fole. Seus lábios estavam cobertos por uma leve camada de espuma, o suor escorria por seu pescoço e empapava a gola de seu uniforme. Suas mãos se sacudiam em movimentos desarticulados. Os dedos estavam brancos, de tanta pressão sobre o cabo de um revólver Taurus calibre 38, de seis tiros. Havia cheiro de pólvora e pânico no ar, e, espalhados pelos corredores, 19 cadáveres e dezenas de feridos, sendo onze policiais, três deles atingidos por tiros disparados pelos sem-terra. Os mortos eram pobres, muito pobres. Todos homens. Entre os sem-terra feridos, sim, havia mulheres. Entre os mortos, não. Nenhuma mulher, nenhum policial. Pouco mais tarde, já dentro do ônibus que os levaria de volta a Marabá, o coronel Pantoja virou-se para seus comandados e falou, em voz alta e clara: “Ninguém sabe nada, ninguém viu nada. Todos calados”. (NEPOMUCENO, 2007, p. 106).

O autor do romance-reportagem descreve que o coronel negou ter dito essas palavras, embora houvesse testemunhas de sua fala, como o motorista do ônibus. Também relata que, em 2005, quando deixou o quartel onde estava preso, apenas declarou que foi um cumpridor de ordens. Independentemente de quem e quais culpas podem ser atribuídas aos envolvidos, é possível perceber o modo como a descrição de Nepomuceno pode conduzir o leitor por dois caminhos e, assim, promover reflexão: por um lado, trazendo à tona as marcas da impunidade e da soberania daqueles que detêm o poder; de outro, propiciando detalhes que permitem ao receptor ter um senso de empatia até mesmo com os responsáveis pelo ocorrido, uma vez que dizem respeito a pessoas com suas questões particulares e, talvez, principalmente, também subordinadas a outra esfera de domínio.

Nepomuceno (2007, p. 36) deixa claro como funcionam as esferas de poder no âmbito do Pará e no contexto de disparidade entre os que possuem bens financeiros e aqueles que mal conseguem condições básicas de sobrevivência: “Para impedir novas mortes, fez-se quase nada – se é que se poderia fazer alguma coisa concreta contra essa cadeia em que um elo leva a outro, e todos levam à impunidade”, e destaca: “a única lei que realmente funciona é a da força, da pistola, dos disparos vindos de algum lugar e dando sempre no alvo certo”.

Diante desse cenário, em que a violência é a resposta para todas as questões e em que a isenção de culpa impera entre aqueles que a cometem, o autor contextualiza alguns dos julgamentos e a maneira como o processo foi conduzido no âmbito judiciário com relação ao que ocorreu na Curva do S naquele mês de abril. O parecer final que foi inserido no julgamento dos policiais militares, em meio a outras conclusões, afirma:

*As mortes dos integrantes do MST não resultaram do confronto. A perícia técnica, robustecida pela prova testemunhal, autoriza a constatação de uma desmedida e injustificável execução sumária revelada por tiros de precisão, inclusive à queima roupa, por corpos retalhados a golpes de instrumentos constantes, inclusive com esmagamento de crânio e mutilações que evidenciam o animus necandi dos executores da ação criminosa. [...] Outros registros da violência não deixaram espaço para nenhuma dúvida em relação ao tal animus necandi – a vontade de matar – das*

tropas da Polícia Militar naquela tarde. (NEPOMUCENO, 2007, p. 111-112, grifos do autor).

O jornalista complementa que, das 19 pessoas que morreram, 13 eram dirigentes ou coordenadores do Movimento e 10 deles levaram mais de um tiro, em um total de 37 ferimentos de bala, sendo que mais da metade dos tiros teria atingido a cabeça, o pescoço, o peito ou o abdômen das vítimas. Nesse excerto, é cabível destacar a percepção do autor a respeito da violência sendo motivada também por “vontade de matar”, o que se associaria à percepção que apresentei anteriormente a respeito da violência por “sede de sangue”, que seria aquela mais comum em sociedades primitivas, atribuindo ao sujeito agressor a sensação de fortaleza diante de outros, configurando-se em uma ação de crueldade como uma afirmação de si mesmo. A representação feita por Nepomuceno se aproxima dessa ideia, uma vez que a quantidade de tiros e a forma como muitos ficaram dilacerados, ultrapassa o que poderia se chamar de “confronto”, porém não é possível afirmar se essa vontade partiria dos próprios agressores, para configurar sua potência diante dos demais, ou tendo como base o cumprimento de ordens, por isso, compreendi que o romance-reportagem em questão não deve ser caracterizado a partir dessa categorização.

Nepomuceno aponta que os inquéritos apresentam um linguajar burocrático para afirmar como foram mortos os Sem Terra e relata a história de Oziel Alves Pereira, de 17 anos, um dos dirigentes do MST mais procurados pelas milícias dos fazendeiros e também pela própria Polícia Militar. Considerado um perigoso, levou quatro tiros, um atravessando a cabeça de trás para frente, outro do lado direito de sua testa, que saiu pela nuca, um terceiro no pescoço e o último do lado direito do peito. “Contrariando os testemunhos de quem estava ao lado de Oziel no momento em que ele foi morto, e que asseguraram ter sido uma execução à queima-roupa, o laudo técnico diz que ‘os tiros possuem características de disparo à distância. Só não diz de qual distância’” (NEPOMUCENO, 2007, p. 115). Esse trecho exposto pelo jornalista demonstra o quanto os laudos e inquéritos acabaram utilizando linguagens e informações superficiais para descrever o ocorrido e, talvez, culpar menos pessoas, ou com menor intensidade, do que seria realmente necessário.

Com o estudo de *O massacre*, foi possível identificar, portanto, que a violência está representada na obra em suas diversas facetas, seja de cunho físico, psicológico, vingativo, compensatório ou intencional. Sendo assim, praticamente todos os tipos de violência estão representados no romance-reportagem de Nepomuceno, de forma que os trabalhadores rurais

sem terra que vivem no Pará têm uma trajetória marcada por diversas e constantes formas de crueldade.

Reitero, ainda, que a violência apresentada a partir da narrativa está intimamente relacionada à dominação pelos poderes coercitivo, simbólico e político, mas, mais do que isso, não é apenas a economia ou interesses privados que tornam o Pará uma terra sem cumprimento da lei, mas, sim, uma necessidade de inferiorizar hierarquicamente uma classe que busca por direitos não reconhecidos pela população e, com isso, é gerada a ideia de humilhação. José Moura Gonçalves Filho (2004, p. 27) salienta que sofrimentos políticos não se enfrentam apenas psicologicamente, embora inclua isso também. “A cura da humilhação social pede remédio por dois lados. Exige a participação no governo do trabalho e da cidade. Exige um trabalho interior, uma espécie de digestão, um trabalho que não é apenas pensar e não é solitário”.

Conforme foi possível identificar em *O massacre*, há um caminho muito longo para que o poder político se alie às buscas do Movimento. Embora alguns integrantes do MST também pratiquem ações violentas e muitos acabem desvirtuando os ideais para os quais o Movimento existe, em sua essência, trata-se de um coletivo que busca, por fim, a justiça, difícil de ser cumprida se os principais poderes do país não compreendem e não procuram compreender essas verdades. Nepomuceno (2007, p. 41-42) expõe:

A corrupção praticada por membros da Polícia Militar e Civil, do Poder Judiciário e de cartórios de registro de propriedades de terra é considerada fator que contribui, e muito, para a manutenção do estado de tensão permanente entre os que reivindicavam terras para trabalhar e os que se dedicam a defender seu direito de avançar, com sanha desmensurada, sobre vastas áreas públicas.

Esses aspectos indicam o que mencionei anteriormente, uma vez que a corrupção se alia ao poder, que promove a violência em nome de interesses que, em definitivo, não abrangem as minorias sociais. A vulnerabilidade e o sofrimento causado por essas contrariedades perpassam todo o romance-reportagem que promove a representatividade dos sujeitos. Ao longo da narrativa, eles deixam de ser números e passam a ter seus nomes e histórias contadas, o que contribui não somente para a constituição de um documento que revela pormenores do massacre ocorrido em 1996, mas, sobretudo, do drama enfrentado por uma classe brasileira que tem sua imagem comumente distorcida pela percepção popular.

### 4.3 A REPRESENTAÇÃO DA VIOLÊNCIA EM *COVA 312*

“Por isso, a ditadura precisa ser lembrada. Não para falar mais do mesmo, mas para que se possa avançar no levantamento dos casos e na luta pela abertura eficiente e efetiva de nossos arquivos”. Essa frase foi escrita por Daniela Arbex nas páginas finais de seu livro *Cova 312* (2015, p. 335) e, de maneira contrária, abre este capítulo para anunciar a forma de violência que é abordada nesta seção.

Quando realizei o mapeamento das obras premiadas no Jabuti, a partir dos anos 2000, buscava os romances-reportagens que representariam as violências que têm assolado o país quase de forma cotidiana, representando a contemporaneidade e, por isso, não me ative naquelas obras que tratavam do resgate histórico do período ditatorial brasileiro. Ainda que soubesse que foi um dos momentos mais cruéis da história do Brasil, entendia que, para este estudo, que visa a compreender como o jornalismo literário brasileiro aborda a questão da violência nos dias atuais, as obras não estariam totalmente interligadas a este contexto, por se tratar de uma violência que abrangeu, pode-se dizer, praticamente toda a população, em um determinado tempo.

Ocorre que se tornou impossível tratar a respeito da violência brasileira sem perpassar pelo truculento período ditatorial e, sobretudo, é preciso salientar que, embora a ditadura no Brasil tenha sido responsável por torturar cerca de 20 mil pessoas, cada uma delas possui uma trajetória única, marcada por suas lutas e dores advindas de um período que divide a história do país. São violências que seguem presentes na memória dos atingidos, mas muitas vezes silenciadas ou deturpadas, haja vista a fala do general Oswaldo Gomes, que foi representante das forças armadas na Comissão Especial do Ministério da Justiça sobre Mortos e Desaparecidos, e que, embora lamente as mortes ocorridos na época, afirmou em entrevista a Arbex (2005, p. 283-284): “um dia de violência no Brasil de hoje produz mais vítimas que os anos de repressão. O número de mortos, nestes 20 anos, revela que esta foi uma ditadura muito amena”, e acrescenta: “os militantes não queriam democracia, mas um regime ditatorial de esquerda. Nós salvamos o Brasil”.

Diante de pensamentos que minimizam as mazelas produzidas pela ditadura, da presença constante desse período na vida dos familiares que ainda lutam por justiça e das sequelas que marcam para sempre a história brasileira, essa violência é e sempre será atual, sendo necessário falar sobre ela. Conforme Arbex (2015, p. 335), “o luto permanente é sina dos que não conseguem encontrar consolo enquanto persiste a dúvida”. É por isso que a autora aborda as particularidades dessas histórias, trazendo à tona informações inéditas e reveladoras

sobre pessoas que vivenciaram as mais diversas formas de crueldade naquele período, com foco para a história do santa-mariense Milton Soares de Castro, preso político morto na ditadura.

Daniela Arbex é uma jornalista investigativa que se dedica à defesa dos direitos humanos. Com 46 anos, atuou por 23 como repórter especial do Jornal *Tribuna de Minas*, no Estado de Minas Gerais. Arbex é uma das jornalistas mais premiadas de sua geração, com mais de 20 prêmios em âmbito nacional e internacional, incluindo três prêmios Esso, que faz parte das maiores condecorações no âmbito da produção jornalística. A repórter também recebeu, em 2009, o reconhecimento de Melhor Investigação Jornalística da América Latina. Ela é autora do *best-seller Holocausto brasileiro*, que retrata as barbáries cometidas contra os pacientes do Hospital psiquiátrico Colônia, em Barbacena – Minas Gerais. Esse foi eleito melhor livro-reportagem em 2013 pela Associação Paulista de Críticos de Arte e foi condecorado em segundo lugar no prêmio Jabuti, em 2014. Também escreveu *Todo dia a mesma noite* (2018), livro que narra a história não contada da boate Kiss, retratando a história das vítimas de uma casa noturna que pegou fogo na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, em 27 de janeiro de 2013. A jornalista ainda lançou, em 2020, sua primeira biografia, abordando a história de Isabel Salomão de Campos, a menina mineira que, aos nove anos, via e ouvia coisas que não conseguia explicar.

Ao longo de sua premiada trajetória, Arbex publicou, em 2015, *Cova 312*, romance-reportagem cuja apuração iniciou muito antes, em meados de 2002. Suas investigações, que renderam diversas manchetes na *Tribuna de Minas*, foram sendo expandidas conforme novos fatos iam aparecendo e, com a visita à família do falecido militante Milton, em 2013, a jornalista terminou de reunir todas as informações sobre o caso e concluiu sua obra reveladora. *Cova 312*, publicada pela Geração Editorial, foi a vencedora do Prêmio Jabuti, em 2016, na categoria livro-reportagem.

A obra, com 342 páginas, narra o modo como as forças armadas mataram o militante político Milton Soares de Castro, forjaram seu suicídio e desapareceram com seu corpo. Arbex faz a reconstrução da história e não apenas revela a trajetória enfrentada pelo jovem como também descobre onde está a cova em que o corpo dele foi enterrado, a até então anônima cova 312, que dá nome ao romance-reportagem.

Além disso, Arbex apresenta outros episódios da época da ditadura militar brasileira, a partir das histórias de mais de 20 personagens que vivenciaram as lutas daquela época, dentre eles, conhecidos nomes da política nacional, como, por exemplo, o ex-ministro Fernando Pimentel, que também foi prefeito de Belo Horizonte e Governador de Minas Gerais. Na

apresentação do livro, o editor Luiz Fernando Imediato (2015) adianta que a história é narrada como um romance, misturando poesia e tragédia, a partir dos relatos de torturas, sofrimentos, resistência, mas também amores e efêmeras alegrias que logo se findavam.

*Cova 312* é composto por três partes, divididas em subcapítulos. Além da linguagem escrita, a obra traz imagens de diversos documentos que comprovam as informações apuradas, fotos de arquivo que permitem visualizar as personagens no tempo da ditadura e, também, a representação imagética de lugares atuais como a Penitenciária de Linhares e a própria cova de Milton.

Na primeira parte, Arbex apresenta sua experiência de ida até a cela 30, em Linhares, onde o militante foi encontrado morto em abril de 1967. Nessa mesma seção, a jornalista explica como a família de Milton soube a respeito de sua morte já antecipando alguns dos segredos que circundaram essa história por 35 anos de silenciamento. Ainda nessa primeira parte do romance-reportagem, Arbex explica como nasceu a investigação jornalística a respeito do referido fato.

A segunda parte da obra é voltada aos relatos sobre os diversos episódios que fizeram parte da história de lutas, resistências, torturas e mortes, que compõem a época da ditadura militar brasileira, que ocorreu oficialmente entre 1964 e 1985. Nessa etapa do romance-reportagem, a jornalista apresenta as histórias e inclusive alguns depoimentos de pessoas que vivenciaram as questões mencionadas, relatando, ainda, detalhes acerca da crueldade cometida por aqueles que estavam no poder.

Já a terceira e última parte de *Cova 312* expõe o modo como a autora encontrou o local onde Milton Soares de Castro estava sepultado e também traz o que Arbex nomeia de reviravolta da investigação jornalística, com a chegada de novos fatos e documentos que auxiliaram na continuidade da apuração. Por fim, a jornalista apresenta de forma bem-humorada como aprendeu a tomar (e também fazer) chimarrão, a bebida típica tomada no Rio Grande do Sul, quando visitou os irmãos do guerrilheiro, em 2013, na cidade de Porto Alegre. Ainda nesse capítulo, Arbex faz uma retomada das personagens principais cujas histórias de luta e tortura foram registradas ao longo da obra, informando sobre onde e como vivem atualmente.

Tendo como base a classificação feita por Lima (2004) acerca das diferentes formas de constituição de um romance-reportagem, denominado pelo pesquisador como “livro-reportagem”, concluo que *Cova 312* pode ser caracterizada como uma obra de “Denúncia”, pois possui cunho investigativo e foca em injustiças sociais, também apresenta as características de “Depoimento”, tendo em vista que reconstitui os fatos a partir de pessoas que testemunharam os acontecimentos. Também é possível que consideremos o livro como um “Ensaio”, já que a

narrativa é realizada em primeira pessoa e a autora apresenta discussões acerca das questões apresentadas.

A leitura e a análise do livro permitem reiterar a ideia de que, em se tratando de romance-reportagem, não é possível dissociar autor e narrador. Daniela Arbex conta detalhes de sua investigação, relata o modo como encontrou cada uma das histórias e destaca, em vários momentos, as suas impressões particulares acerca daquilo que narra. Isso é visível, por exemplo, em: “Eu acordava para mais um dia de trabalho na *Tribuna de Minas* naquela manhã de março de 2002. Ainda debutava na profissão que havia escolhido aos catorze anos, época em que fui despertada pela vontade de contar histórias de pessoas” (ARBEX, 2015, p. 89, grifo da autora). Um outro trecho que demonstra o envolvimento da narradora enquanto jornalista é aquele em que ela descreve os momentos que antecederam o encontro com a família de Milton, já ao final de sua investigação:

Havia uma expectativa enorme diante da proximidade do encontro que demoraria mais de uma década para acontecer. O avião decolou do Galeão, no Rio, próximo ao horário do almoço, naquele 5 de dezembro de 2013. A saída de Juiz de Fora, no entanto, ocorreu ainda na madrugada. Parecia quase inacreditável que a espera estava prestes a chegar ao fim. Foi um longo percurso até ali. Antes da aterrissagem em solo gaúcho, deu para avistar, das alturas, a cidade. [...] A chegada ao prédio verde foi anunciada pelo interfone, e o portão, liberado pelos moradores do apartamento de dois quartos que ficava no terceiro andar. Os degraus da escada foram vencidos com pressa. A porta se abriu antes de a campainha ser tocada. Na entrada, uma mulher miúda sorriu, abrindo os braços: “Tu trouxestes o Milton contigo”, disse, emocionada. O carinho da irmã do guerrilheiro do Caparaó desaparecido por mais de trinta anos me surpreendeu. Enlaçadas uma a outra, eu e Gessi choramos. Ainda com os olhos úmidos, ela pegou na minha mão, me convidando a entrar. (ARBEX, 2015, p. 333-334).

O relato exemplifica o que ocorre também em outros momentos da obra: a sensibilidade como a jornalista narra aos fatos, que ultrapassa o simples relato e mostra o seu envolvimento com o caso. A preocupação com a família de Milton, mas também o respeito à memória de todos os demais presos políticos, representados pelas histórias contadas na obra, são bastante evidentes. A autora reitera a missão principal de seu trabalho, que supera o ato de trazer à tona acontecimentos passados, mas se atém, principalmente, a humanizar aqueles ali expostos, a partir de um resgate histórico importante e necessário. Conforme explicita:

Foi percorrendo a história do guerrilheiro do Caparaó que eu pude seguir a trilha de tantos outros que, assim como ele, tiveram a Penitenciária de Linhares como destino. Conhecer os episódios de vida e de morte dos militantes políticos me deu a oportunidade de desvendar um Brasil que ainda teme os seus fantasmas e se acovarda



diante do peso da culpa. Os sobreviventes têm muito a ensinar: convivem com suas sequelas e enfrentam a herança da violência para seguir em frente, mesmo sendo difícil se livrar do tormento da perseguição. Fazer silêncio diante de uma nação que foi esfacelada pela violência no passado e continua reproduzindo os métodos de tortura e exclusão do período do arbítrio é compactuar com crimes dos quais podemos nos tornar vítimas. (ARBEX, 2015, p. 335-336).

A análise feita pela jornalista a respeito do período ditatorial brasileiro e o modo como as sequelas das barbáries ainda são presentes hoje em dia conduzem também à reflexão sobre o quanto ainda é preciso que o tema seja discutido nos dias atuais.

Milton, assim como outros presos políticos retratados no livro, tem sua identidade designada, por vezes, como “guerrilheiro do Caparaó”, conforme se pode perceber no excerto apresentado anteriormente. Diante disso, cabe destacar que a Guerrilha do Caparaó foi uma tentativa de combate ao regime militar brasileiro, capitaneada, principalmente, por ex-militares cassados, embora alguns civis, como Milton e o ex-bancário da Caixa Econômica Federal, Hermes Machado Neto, que deixou seu trabalho para lutar contra o regime, também tenham participado do ato.

A guerrilha foi planejada pelo Movimento Nacionalista Revolucionário, contando com o apoio de Cuba e de Leonel Brizola, um líder da esquerda brasileira e político nacionalista que foi governador do Estado do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, o único, na história brasileira, eleito pela população para governar dois Estados diferentes.

De acordo com o historiador Plínio Ferreira Guimarães (2005), a tentativa de implementar uma guerrilha na serra de Caparaó, Minas Gerais, foi frustrada ainda antes de o movimento poder entrar em ação, uma vez que os integrantes permaneceram no local por alguns meses realizando treinamentos e fazendo o reconhecimento do local, mas na sequência foram presos, em abril de 1967, pela Polícia Militar mineira sem que pudessem, de fato, colocar o plano em ação. Eram cerca de 20 pessoas, que já estavam muito debilitadas devido ao frio e à fome, algumas inclusive doentes ou mortas em razão da peste bubônica.

Arbex (2015, p. 55) representa isso em sua obra, quando afirma que as estratégias montadas no Caparó apresentavam diversas falhas, desde as condições do acampamento a pouca vigilância noturna. “Era impossível não questionar como aqueles homens famintos e suas poucas armas derrubariam o regime militar. Ninguém ousava falar sobre isso, mas a ideia da derrota torturava a cabeça de alguns”. Com a peste, a falta de armamento e, ainda, a prisão de dois desertores da guerrilha, os militantes perceberam que não teriam mais como reagir, e “o ideal de libertar o Brasil por meio da força havia sido sepultado”, ao menos naquele momento, conforme descreve Arbex (2015, p. 58).

Ao verificar o contexto exposto, percebo o quanto é nítida a discrepância entre os poderes, visto que os guerrilheiros, notadamente, não tinham condições para enfrentar o regime contra o qual queriam lutar. Conforme relatado na obra:

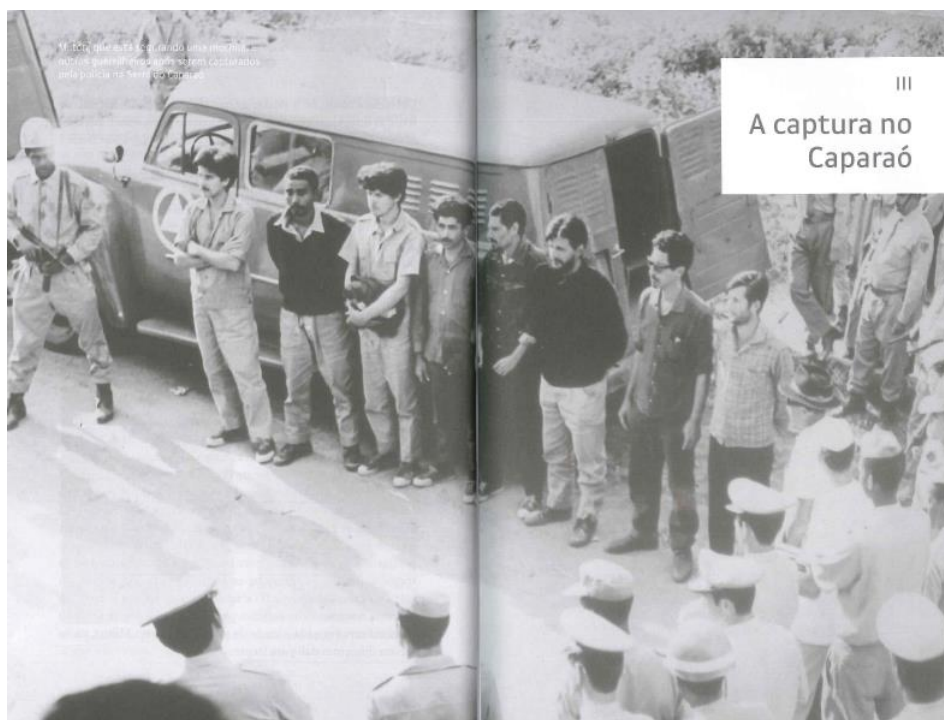
Passados quarenta e sete anos da prisão dos militantes, Araken, um dos participantes da guerrilha, rebate as críticas contra o grupo sobre a pacífica rendição, já que nenhum tiro foi trocado: “O gesto mais revolucionário era sobreviver e não deixar os caras nos matarem”.

A relação de poder expressa a partir desse fragmento se torna ainda mais evidente ao passo que a jornalista descreve que, chegando ao complexo penitenciário de Linhares sob forte esquema de segurança, os guerrilheiros eram tratados como estrangeiros em seu próprio país, sendo exibidos pelo exército como um troféu. Ao lermos no romance-reportagem que as fichas dos prisioneiros eram marcadas com o termo “perigoso”, a impressão é que, quase ironicamente, os poderes se invertem.

Essas questões são representadas também a partir de fotografias de arquivo. São imagens em preto e branco que, pela ausência de cores, não apenas indicam o tempo antigo em que foram registradas, mas, sobretudo, denotam as cores que, sem dúvidas, se relacionam ao período trágico da história brasileira. Retomo as categorizações de Sojo (1998) a respeito das fotografias para indicar que as imagens presentes na obra de Arbex, retiradas de diversos arquivos históricos, são (1) de cunho informativo, já que existem muitas fotos de documentos, (2) de viés documental, uma vez que unem informação e resgate de memórias e, também, (3) interpretativo, tendo em vista que algumas imagens, como as do presídio, foram capturadas especialmente para o trabalho jornalístico em questão, a partir de um ponto de vista.

A imagem a seguir, do Arquivo Público do Estado de São Paulo, é identificada pela legenda: “Milton, que está segurando uma mochila, e outros guerrilheiros após serem capturados pela polícia na Serra do Caparaó” (2015, p. 42-43).

Imagem 6 – A captura no Caparaó



Fonte: Arbex (2015).

As seguintes imagens, extraídas do mesmo arquivo, são identificadas por Arbex (2015, p. 56-57) da seguinte maneira: “Sem terem trocado nem um tiro com a polícia, militantes se entregam no Caparaó”. A autora explica que, nas fotos em destaque, estão Milton Soares de Castro e o comandante da guerrilha, Amadeu Felipe da Luz Ferreira.

Imagem 7 – Guerrilheiros se entregam



Sem terem trocado nem um tiro com a polícia, militantes se entregam no Caparaó. Milton, na página ao lado, é o primeiro da direita para a esquerda. Na detalhe, Milton Soares de Castro e o comandante da guerrilha, Amadeu Felipe da Luz Ferreira, após a rendição.

Fonte: Arbex (2015).

Assim como exposto na narrativa escrita, a imagética mostra de forma evidente a relação do poder, especialmente o coercitivo, em que os militares se utilizam de sua posição autoritária atribuída pelo Estado, e podemos ver, claramente, aqueles que são postos em uma situação mais vulnerável.

Joan Fontcuberta (1997, p. 56) explica que tanto a nossa noção de real como a essência da nossa identidade individual dependem da memória e que a fotografia contribui para essa reconstrução. “A fotografia, então, é uma atividade fundamental para nos definirmos, ela abre um duplo caminho de ascetismo rumo à autoafirmação e ao conhecimento”<sup>24</sup>. Diante disso, é possível inferir a importância de um arquivo de imagens que representam visualmente um período tão importante da história de um país, haja vista que conhecer essa memória por meio desse recurso, corroborando a visão do autor, é também uma forma de afirmar e reconhecer esses acontecimentos.

Cabe destacar que a ditadura civil-militar brasileira iniciou em 1964, a partir do golpe de Estado capitaneado pelo Exército, e se estendeu até o ano de 1985. Antes disso, o país já estava acometido por uma instabilidade política, oriunda de uma democracia fragilizada e dos resquícios do período do Estado Novo (1937-1945), que já foi caracterizado por práticas violentas.

A obra de Arbex desmembra os detalhes desse período caracterizado por autoritarismo e pelas guerras diárias. Toda a narrativa é marcada pela forte presença da linguagem literária; o livro é, exatamente como informado na apresentação, escrito como se fosse um romance. Essas particularidades, em certas situações, oportunizam um tom de leveza, por abranger as trajetórias da própria autora na busca por informações e pela explanação de momentos de descontração entre as personagens da história. Porém, ao mesmo tempo, em outras tantas ocasiões, essa forma de narrativa, com características literárias, possibilita uma imersão na memória desse trágico período da história do Brasil de modo extremamente realista. Isso quer dizer, é um livro que provoca verdadeiros incômodos, levando a sentimentos de empatia pelo dor do outro e a reflexões bastante profundas.

A literalidade na obra de Arbex pode ser percebida já nas primeiras páginas, quando a autora relata a sua visita na Penitenciária de Linhares:

---

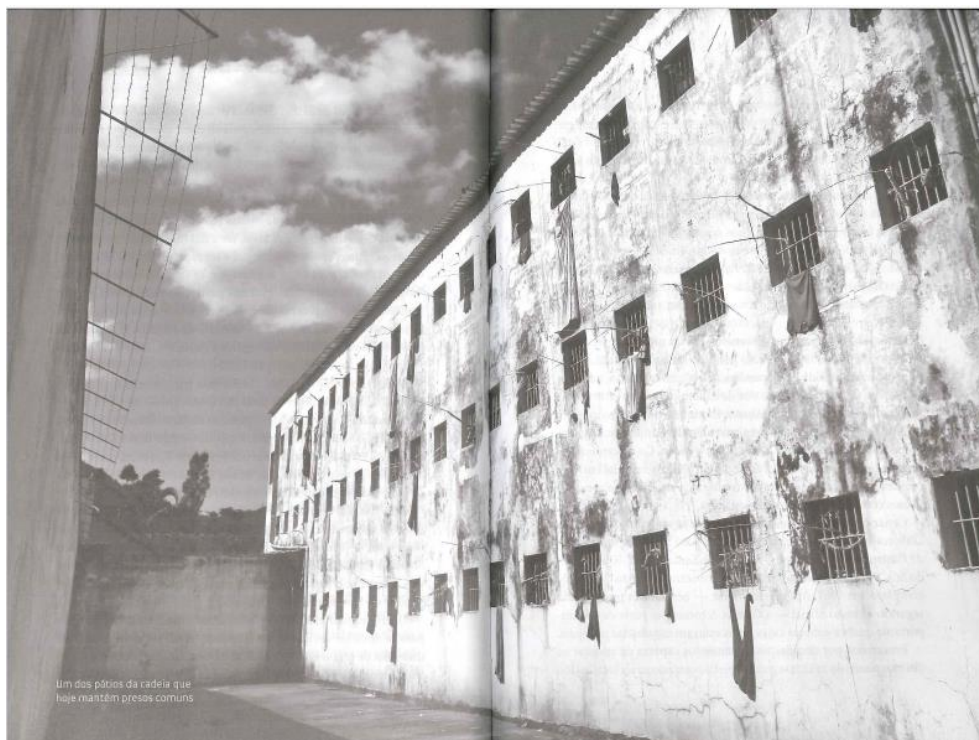
<sup>24</sup> Traduzido por mim, do original: “La fotografía, pues, es una actividad fundamental para definirmos que abre una doble vía de ascesis hacia la autoafirmación y el conocimiento”. (FONTCUBERTA, Juan, 1997, p. 56).

Quando o carro deixou para trás a poeira preta do asfalto, o silêncio tomou conta dos passageiros. O veículo seguiu pela estrada vicinal, único caminho de acesso à área de segurança. Apesar de situado na zona urbana, o terreno continuava isolado do resto da cidade, lugar onde o portão bege de ferro era o ponto final. No instante em que o motor do automóvel foi desligado, um funcionário uniformizado anotou a placa e retornou ao complexo. O barulho do ferrolho contra a portinhola de aço aumentava a tensão. Só dez minutos depois é que veio a ordem para entrar. Lá dentro, uma mulher com uma metralhadora e cara de poucos amigos mandou descer. [...] Dentro da área reservada, a primeira coisa que vi foi uma muralha protegida por cerca elétrica, além de caixas d'água industriais espalhadas pelo terreno de aspecto rural. [...]. Às 9h33, quando meus pés tocaram o piso de ladrilho hidráulico nas cores branca, preta e cinza, comecei a percorrer um capítulo de dor que o país ainda desconhecia. (ARBEX, 2015, p. 21-23).

A riqueza na descrição dos detalhes nos leva a praticamente enxergar o local descrito pela repórter, que utiliza dessa mesma estratégia narrativa ao longo da obra, quando descreve aspectos importantes acerca do modo como os prisioneiros eram tratados no lugar descrito anteriormente. Essas pormenorizações permitem que o leitor não apenas visualize aquilo que a jornalista representa a partir de sua obra como, também, instigam a continuidade da leitura, já que prende a atenção pela construção que levará, por fim, a desvendar os mistérios, aproximando-se do modo como são escritos aqueles romances que têm como enredo uma investigação policial.

Essas descrições são representadas também imagetivamente em *Cova 312*. As páginas 26 e 27 exibem uma foto, registrada por Fernando Priamo, que tem como legenda: “um dos pátios da cadeia que hoje mantém presos comuns”. Embora na atual conjuntura brasileira o complexo mantenha presos aqueles que cometem crimes diversos, ao considerar que, a princípio, não existem mais prisões de cunho político e ideológico, ver essa imagem propicia ao receptor a sensação de conhecer mais de perto o local onde tantos estiveram por longos e tortuosos anos.

Imagem 8 – Pátio de Linhares



Fonte: Arbex (2015).

A imagem registrada pelo mesmo fotógrafo, dessa vez dentro do complexo prisional, torna ainda mais real o discurso que é exposto no livro. A legenda da foto, “Imagem da galeria A na Penitenciária de Linhares onde ficaram os guerrilheiros do Caparaó” (2015, p. 72-73), que abre a seção “Um segredo de trinta e cinco anos”, instiga o leitor a saber mais a respeito do tema e, ao mesmo tempo, pode causar certo desconforto ao permitir que se imagine todas as barbáries que aconteceram naquele local.

Imagem 9 – Interior do presídio de Linhares



Fonte: Arbex (2015).

Partindo do exposto até aqui, desenvolvo este capítulo em três subseções, sendo a primeira voltada a analisar o romance-reportagem a partir das narrativas sobre tortura, com as histórias de diferentes pessoas que vivenciaram esses episódios de crueldade, para, a partir disso, contextualizar de maneira mais abrangente os acontecimentos daquela época. A segunda é voltada às interpretações sobre o modo como o guerrilheiro Milton Soares de Castro e sua trajetória são representados na obra. Por fim, a terceira seção aborda de forma particular o modo como as mulheres foram representadas no romance-reportagem de Arbex, tendo em vista que essas histórias ganham grande notoriedade a partir da narrativa da autora.

#### 4.3.1 As dores da tortura

Na busca por reunir o maior número possível de informações sobre o período ditatorial que vitimou Milton, assim como outros tantos militantes, Daniela Arbex contactou diversas pessoas que vivenciaram aquele contexto. Nesta seção, abordo alguns dos relatos transmitidos pela jornalista no romance-reportagem, a fim de compreendermos de maneira mais ampla as relações de poder e os tipos de violência cometidos na época.

A jornalista explica que, inicialmente, os entrevistados tinham resistência ao contar as histórias, o que se deve muito pela dificuldade que as vítimas da violência têm em trazer presente esses acontecimentos de forma verbalizada. Janaina Teles (2011) explica que a história

e a memória, apesar de serem de esferas distintas, se entrecruzam compartilhando a preocupação que diz respeito à elaboração do passado. A memória, segundo a autora, é sempre uma visão do passado, porém mediada pelo presente. Teles defende que, nas últimas décadas, a ideia de testemunha está sendo validada de uma nova maneira, aliando a memória a um mandato ético. “Sobreviventes vêm conquistando o direito de expressar a memória da dor e o testemunho tem sido o que mais se aproxima da experiência vivida” (TELES, 2011, p. 18-19).

A mesma autora destaca que no Brasil, e também em outros lugares, muitos sobreviventes não testemunharam, mas com certeza não esqueceram as traumáticas experiências advindas da tortura e da prisão. A historiadora também afirma que muitos sobreviventes relatam suas memórias para pequenos círculos de convivência, demonstrando o quanto essas memórias são presentes, sendo elas reprimidas ou não. Nas palavras de Teles (2011, p. 42-43): “A importância do testemunho reside nas suas implicações simbólicas e políticas, seja como documento e objeto de analistas, como expressão artística ou presença em processos judiciais”, ou seja, é preciso que se conheça esse passado cruel, no entanto, “há no Brasil uma enorme dificuldade de expressar e elaborar publicamente as memórias das experiências extremas da história recente e suas diversas modalidades” (TELES, 2011, p. 43). Também segundo a pesquisadora, é de grande importância buscar as possibilidades de realizar o testemunho da esfera pública, isto é, construindo maneiras de compartilhar de forma coletiva as experiências passadas.

A estratégia utilizada por Arbex foi sugerir aos militantes que tivessem conversas informais e, somente ao se sentirem à vontade, abordariam o assunto. Um dos entrevistados foi o professor do Departamento de Geografia da UFJF, Antônio Rezende Guedes, que, segundo consta na narrativa, vivia com dois gansos, um rádio antigo e muitos livros. Conversaram sobre assuntos casuais, como astronomia, o que aconteceu também em um segundo encontro, embora nesse Antônio tenha contado um pouco acerca de sua participação na política. Porém, em um determinado domingo, Antônio telefonou para a jornalista e, antes de dizer qualquer outra coisa, revelou:

– Eu vi soldados da ordem estuprarem minha namorada. Este regime de abuso e autoridade desgraçou uma geração inteira. Muitos de nossos companheiros enlouqueceram. Tive a vida esfaçalhada e sinto que estou marginalizado até hoje – disse, chorando. (ARBEX, 2015, p. 100).



Quando chegou de um interrogatório na época de sua prisão, em 1969, o professor estava com um tímpano perfurado e um dente quebrado. O relato apresentado pelo entrevistado demonstra os mais diferentes tipos de violência sofridos no tempo das torturas. A começar pela crueldade cometida com a mulher, que foi violentada primeiramente de forma física e, por consequência, psicologicamente. Mais adiante, neste capítulo, abordo mais especificamente a respeito da representação das mulheres nessa obra. O que fica evidenciado, também, nesse excerto, é o quanto a crueldade era desenvolvida a partir da violência psicológica, com foco na humilhação do sujeito, pois não bastavam os castigos físicos atribuídos ao prisioneiro como era preciso que sua mente fosse atingida de maneira impiedosa. Observo, então, a forte relação de poder que ultrapassa a dominação coercitiva, mas é, sobretudo, simbólica, tendo em vista que os militares da época faziam uso de sua posição para livremente causar sofrimento.

Diante do conhecimento de fatos como o mencionado, a Penitenciária de Linhares era vista pelos militantes como um órgão de repressão. Especialmente após a morte de Milton, ir para o local ou estar lá representava medo. Conforme explica Arbex (2015, p. 109), “a ideia de que novas vítimas pudessem surgir não se confirmou durante os mais de dez anos em que o complexo foi usado pela ditadura”, todavia acrescenta que “a rotina duríssima do cárcere mineiro impregnou a memória de quem sentiu na pele o isolamento e os efeitos da opressão”.

Um dos exemplos que personifica essa constatação é o do militante Rogério de Campos Teixeira, que chegou algemado em Linhares junto com outros seis companheiros. Rogério era estudante de física da UFRJ e chegou quase irreconhecível na prisão: magro, com a cabeça raspada, de aparência envelhecida e bastante debilitado após ter sido submetido a interrogatórios. Debilitado porque, na época da ditadura, interrogar significava mais do que apenas responder a perguntas, simbolizava, também, agressões e torturas.

Quando Rogério ingressou na penitenciária e sua cela foi trancada, “restara uma cama, uma mesinha improvisada sobre um caixote de madeira esquecido no cubículo e o pesado casaco xadrez costurado pelo tio alfaiate. Rogério estava lá. Seus pensamentos não” (ARBEX, 2015, p. 111). Os detalhes sobre os entrevistados, apontando o modo como eram alocados e fazendo referência às suas famílias, evidencia a forma como que o romance-reportagem humaniza as personagens ali representadas, demonstrando que, embora muitos tenham vivenciado situações semelhantes, cada um possuía suas particularidades, suas histórias e trajetórias.

Rogério de Campos Teixeira e um amigo, Antônio Rezende Guedes, se interessaram por política ainda muito jovens, mas, a partir do golpe militar, aquilo que estava mais no campo ideológico tomou viés de enfrentamento. Os amigos que, de forma ousada, pichavam paredes

pela cidade com referências contrárias à ditadura tinham pretensões para o futuro que iam além das ações políticas. Conforme relata Arbex (2015, p. 114), “apaixonados por gastronomia, eles desejavam se tornar cientistas famosos e um dia, quem sabe, ganhar um Nobel”. Sonhavam em ir para a Universidade de Amizade entre os Povos Patrice Lumumba, em Moscou, e chegaram a ganhar uma bolsa de estudos, mas não puderam ir por não possuírem meios de pagar a viagem. Em 1968, os companheiros produziram um jornal, da forma artesanal como era possível à época. e, durante a distribuição, numa madrugada, um dos militantes que participava do processo deixou cair sua carteira com identificação e, em pouco tempo, todo o grupo foi preso.

Na referida ação, Rogério acabou sendo solto já que sua defesa usou uma brecha que permitiu sua liberdade, no entanto, após participar de outras ações voltadas ao combate à ditadura, o militante foi preso, em uma madrugada, em casa. Ao chegar no 12º Regimento de Infantaria, em Belo Horizonte, onde foi prestar depoimento, respondeu afirmativamente com a cabeça ao ser questionado se era Rogério:

Foi surpreendido com um tapa no rosto que quase o derrubou. Sua perna bambeou, embora tentasse não demonstrar que o pânico o invadia. Já dentro do quartel, ele recebeu a ordem para se despir. Atacado, não conseguia identificar todos os seus algozes. Tentava apenas proteger o rosto, numa atitude involuntária de autodefesa. Depois de tapas na cara, levou socos e chutes pelo corpo. Não havia experimentado humilhação como aquela. Por nunca ter sido de briga, ele só conhecia as causadas por rixas de moleque na rua. A descida naquele submundo marcou o início da sua vida adulta. “Seu filho da puta, segura esse fio.” Rogério sentiu a musculatura contrair. O corpo tremeu por dentro com a corrente elétrica. Primeiro tomou choque no rosto, nas mãos, depois nas pernas. Aquilo queimava. Os militares debochavam. Não conseguia manter as mãos segurando o fio. Continuou apanhando até perder a noção do tempo. Ao final da sessão, foi levado para uma cela, de onde só foi retirado horas depois. Recuperou suas roupas, mas sua dignidade havia sido atingida. Ainda viu passar, pelo corredor do regimento, um homem nu todo ensanguentado. Era José Adão Pinto, militante da Corrente, que havia sido empalado por um cabo de vassoura. Ainda perturbado por toda a violência que viu e sentiu, Rogério foi colocado em um camburão. (ARBEX, 2015, p. 11).

A jornalista ainda relata que, ao chegar ao presídio, após um dia sem comer, a porta de ferro foi aberta somente para avisar que o prisioneiro nunca poderia olhar para a janelinha sem ser solicitado. “A alma doía mais do que o corpo espancado. [...] Tomado pela exaustão, ele se deitou sobre o assoalho de tacos. O frio intenso não deixava o sono chegar. Encolheu-se e abraçou as pernas. Adormeceu na posição fetal” (ARBEX, 2015, p. 119). Além das evidentes violências física e psicológica, torna-se clara também a presença da crueldade feita de forma intencional, uma vez que os exemplos citados denotam um tratamento que vai muito além de

um objetivo político de obter informações, haja vista a aplicação da violência, que era feita com naturalidade por aqueles que a praticavam em prol dessa finalidade.

Assim como a história de Rogério, outras são representadas a partir do romance-reportagem, como a de Marco Antônio Azevedo Meyer, um militante que foi torturado diversas vezes, inclusive no pau de arara, uma das mais cruéis formas de castigo praticadas na época da ditadura. Em outras ocasiões, teve os braços e as pernas amarrados em uma barra de ferro por vingança. Conforme expõe a jornalista (2015, p. 131-132):

De cabeça para baixo e a trinta centímetros do chão, o universitário sentiu o sangue pressionar o crânio. Naquela posição, ainda consegui ouvir a música que havia acabado de estourar nas paradas de sucesso e que tocava a todo volume em uma festa perto dali. [...] Marco Antônio recebeu choques nas solas dos pés, na boca e nas mãos. – Tá gostando? Vou botar a puta da sua mãe no pau de arara – ameaçou o capitão. – Minha mãe é puta coisa nenhuma – gritou Marco Antônio, quase sem forças. – Ah, não? Ela está dizendo aos quatro ventos que você apanha aqui e que o major Lacerda bebe. Você é o filho da puta sim – provocava o militar. Desesperado e com queimaduras principalmente nos dedos da mão, Marco Antônio implorou: – Oh, moço, pelo amor de Deus, não faz isso comigo. – Moço, o caralho! Doutor! Você tem que me chamar de doutor. Foi a última coisa que ouviu. Desfalecido, foi levado para a solitária onde passou quarenta e dois dias. Pensou em cortar os pulsos. Não tinha a intenção de se matar, mas, quem sabe, com sangue pelo corpo, ele pudesse ser poupado da rotina de maus-tratos? Essa, aliás, era uma das estratégias usadas pelos militantes quando a tortura se tornava insuportável. (ARBEX, 2015, p. 132).

O fragmento representa a nitidez das relações de dominação presentes na ditadura e no modo como os interrogatórios eram efetivados. Os poderes coercitivo, simbólico e político sempre estão em evidência, enquanto há alguém que sofre tortura por seus atos de reivindicação por democracia ou por ter pensamentos contrários ao regime. O desespero enfrentado por essas pessoas é demonstrado na obra de modo que conduz o leitor a compreender melhor esse período histórico, ao passo que também se compadece com as vítimas, pois a elas são atribuídas identidade e descrição dos seus sentimentos, angústias e dores. Ao observarmos o relato acerca da música que Marco Antônio escutava enquanto era torturado, é possível que nos aproximemos ainda mais da cena descrita, o que propicia a reflexão diante do exposto, já que o número de pessoas torturadas na ditadura brasileira deixa de ser apenas um dado estatístico e passa a ser a individualidade da dor de cada um que passou por aquele sofrimento.

Arbex (2015) expõe que o caso citado anteriormente tratava-se de uma violência feita por vingança. Isso acontecia por diversos motivos, o mais óbvio diz respeito ao fato de os militantes serem contrários à política vigente à época, mas também passavam por sessões de tortura, por exemplo, aqueles que não respondiam a questionamentos, que ocultavam o

paradeiro de companheiros, que tentavam fugir do presídio e, também, quem praticava a violência, em algum nível, contra os que detinham o poder na maior parte do tempo.

Essa violência por vingança fica nítida em um outro momento representado no romance-reportagem. Alguns militantes foragidos dormiam em uma casa que foi cercada por 14 policiais quando, de madrugada, iniciou um tiroteio. Murilo Pinto da Silva, um dos militantes, estava armado e reagiu, o que demonstra, mais uma vez, como os poderes podem ser invertidos, ainda que em diferentes graus.

– Mataram o Cecildes, mataram o Cecildes – gritou um policial, desesperado, com as mãos sobre a cabeça, referindo-se ao subinspetor da civil, Cecildes Moreira de Faria [...]. – Não pode ser! O Cecildes tem oito filhos – disse um colega de farda sem acreditar no que ouvira. [...] Em meio a um tumulto, um policial anunciou: – Vamos fuzilar todos eles! Agora! (ARBEX, 2015, p. 147).

Com esse fragmento, observo que a violência, durante o período ditatorial, era tida como algo natural, assim como em uma guerra e, por isso, a violência por circunstância também é visível na obra, a considerar todo o contexto da ditadura civil-militar. Assim como muitos manifestantes eram cruelmente violentados, alguns dos policiais também perderam suas vidas, deixando, como no exemplo exposto, dor e sofrimento às famílias. A partir do fato de também causarem esses sentimentos e traumas aos demais, evidenciando um estado praticamente de guerra, é possível que pensemos que alguns dos militares também cumpriam as suas funções por medo de seus superiores, o que revela que as atrocidades cometidas no tempo da ditadura perpassam, sempre, por relações de dominação e poder. Os militantes encontrados na madrugada foram recebidos, na prisão, com chutes e socos, conforme relatou Arbex (2015). Murilo, que passou o dia sendo interrogado, chegou à cela, à noite, com o rosto deformado.

Outro exemplo de exaustão diante dos interrogatórios é exposto pela jornalista, que relata as diversas estratégias utilizadas pelos militares para ampliar a dor durante os episódios de tortura:

Numa manhã, Pedro Paulo Bretas disse a Ângelo, irmão de Murilo, que não suportava mais as atrocidades que estavam sendo cometidas na Vila Militar. Os militares insistiam em arrancar dele informações sobre um aparelho alugado para cuidar dos feridos em combate, embora não houvesse um imóvel com essa finalidade. Os representantes da força não acreditavam, achavam que Bretas estava fazendo jogo duro. Com diversos ferimentos nas costas, ele foi surpreendido com a chegada de um pacote de sal. Dois militares pegaram com as mãos um punhado no saco e jogaram sobre as feridas abertas no estudante. Bretas quase desmaiou de tanta dor. (ARBEX, 2015, p. 151).

Ao ouvir o relato do companheiro a respeito das inúmeras sessões de tortura, Ângelo Pezzutti sugeriu ao amigo que, no próximo interrogatório, mencionasse o seu nome como sendo alguém que teria informações sobre o referido imóvel para que, assim, Bretas pudesse ser poupado da violência por um tempo, enquanto Ângelo assumia o lugar dele.

Bolhas de sangue já haviam se formado nas regiões atingidas, mas seus algozes desejavam arrancar dele a confissão. Também queriam ouvi-lo implorar por sua vida. Ângelo não gritou como eles queriam, mas se jogou contra a janela de vidro da sala, caindo ensanguentado no pátio. Perdeu os sentidos e foi levado ao hospital militar. Com cacos pelo corpo, tomou dezenas de pontos nas costas e nos braços. Apesar de muito ferido, sentia-se aliviado por estar livre da tortura. (ARBEX, 2015, p. 152).

Assim como o excerto anterior, a obra expõe outros relatos de presos políticos que apanhavam tanto, “a ponto de considerar a morte bem-vinda” (ARBEX, 2015, p. 215), o que demonstra o nível de crueldade praticada naquele período, apresentada por meio desse livro de jornalismo literário.

O irrefutável contexto de dominação, a partir dos poderes coercitivo, político e simbólico, assim como a caracterização da violência intencional, são aspectos presentes na narrativa quando se recorda a respeito de uma aula de tortura ministrada pelos militares. Ângelo e outros presos foram surpreendidos por policiais armados com metralhadoras, exigindo que os acompanhassem. Os relatos indicam que os presos se assustaram ao entrarem em um salão com cerca de cem homens fardados que lotavam o espaço, enquanto eram ordenados a se despirem:

– Hoje vamos ensinar aos senhores alguns métodos de interrogatório que têm funcionado bem na missão de combate aos crimes cometidos contra o país por terroristas – disse o tenente segurando nas mãos uma vareta semelhante às usadas em salas de aula por professores. (ARBEX, 2015, p. 153).

A predominância do poder coercitivo é marcada no texto a partir da presença de inúmeras autoridades policiais em um mesmo auditório, em especial, ao observarmos o poder detido por aqueles que estavam expondo a “aula de tortura”. A autora descreve o momento em que um tenente chamado Ailton determinou que ligassem um projetor para que fossem reproduzidos slides com desenhos de tortura. Os jovens presidiários estavam ali para auxiliar na exposição, ao vivo, que visava a reproduzir as técnicas projetadas nas imagens. Entre palmatórias, pau de arara e outras formas de tortura, a plateia se mantinha sentada, observando os acontecimentos. A clara representação da violência intencional, que foi praticada por

motivos ainda mais frívolos do que os de costume, é retratada por Arbex a partir do relato de seus entrevistados:

Descalço, Murilo foi colocado sobre duas latinhas abertas que feriram as solas dos seus pés. Maurício continuou a receber choques, tantos, que chegou a cair próximo à mesa reservada para oficiais. Muitos riram. [...] Nilo, por sua vez, foi obrigado a apoiar uma das pernas sobre uma cadeira. Deveria equilibrar um catálogo telefônico em cada braço enquanto era atingido por socos no estômago. – Segura isso aí. Se deixar cair, vai levar mais porrada. O militante tinha certeza de que jamais seria o mesmo após aquele episódio. Acuando como um animal numa caçada, ele teve confiscada a sua humanidade. Estava de novo no circo. Não naquele mágico da sua infância, mas em um no qual era exibido como uma fera por domadores sem escrúpulos. [...] De vez em quando, o som de risadas cortava o desconcertante silêncio que pairava no ar. As cenas de barbárie, porém, foram tão perturbadoras que, durante a sessão, um sargento não aguentou ficar na sala. Outro vomitou. (ARBEX, 2015, p. 154).

As cenas descritas pela autora permitem que o leitor percorra um caminho que envolve comoção e, quase inevitavelmente, repúdio e inconformismo diante das atrocidades cometidas pelos policiais que usavam os presos como elementos de demonstração da violência. Na medida em que humaniza, por mencionar as identidades, sentimentos e reações das vítimas, Arbex também demonstra o quanto elas eram desumanizadas diante da relação dominante a que eram expostas durante aquele período. Os risos da plateia denotam o quanto a violência era tida, naquele cenário, como um espetáculo, algo que, para a maioria dos envolvidos, era não apenas naturalizada como também produto de prazer, contentamento diante da dor e da humilhação alheia, o que traduz o quanto a violência de cunho psicológico foi uma das mais utilizadas – e até mesmo valorizadas – durante o período ditatorial.

Sobre essa mesma cena do auditório, a jornalista descreve a recordação acerca da fala do tenente, em suas orientações ministradas enquanto os presos eram utilizados como objetos de demonstração:

– Olha, cuidado que o cara que está levando coque às vezes finge que desmaiou. Às vezes, ele faz assim com o pescoço para trás, ó, mas é mentira. Aí você dá uns choques nele para ver se ele desmaiou mesmo – orientava Ailton. (ARBEX, 2015, p. 154).

A falta de empatia e de sensibilidade com a dor do outro é um aspecto facilmente verificável no trecho que apresentei acima, que demonstra, ainda, o modo como a crueldade era realizada sem qualquer limite, haja vista a necessidade de praticar – e ensinar a prática –, de

fazer alguém sofrer até a sua última condição. A voz da narradora também expõe uma análise diante do ocorrido:

Era fim de 1969. Transferidos para a cadeia mineira, as cobaias humanas da Vila Militar estavam profundamente marcadas pelo episódio sombrio a que foram submetidos na Guanabara. Cada um tentava digerir à sua maneira o que havia se passado no dia em que foram usados como experimentos de laboratório perante cem militares. Jamais conseguiriam superar a humilhação do momento em que suas vidas e sonhos quase foram destruídos em nome de um único propósito: o aniquilamento do ser humano. (ARBEX, 2015, p. 155).

Enquanto realiza a interpretação dos relatos que ouviu, Arbex instiga o leitor a pensar sobre a falta de humanidade que circundava aquele período e, ao mesmo tempo, indica a importância de resguardar essas memórias para que, hoje, possamos compreender as histórias de violência física e psicológica vivenciada pelos presos políticos, militantes a favor da democracia.

A partir desse viés, é oportuno dedicar um olhar atento ao modo como o poder político se estabelece como fator de grande destaque em todo esse processo de autoritarismo. Isso fica evidente na obra quando Arbex (2015, p. 155) explica que uma das “cobaias humanas” era Ângelo, que era acadêmico de Medicina da UFMG e estava determinado a não permitir que o trauma sofrido naquele dia “sufocasse o dever político de revelar o que foi chamado de institucionalização da tortura”. Como mentor da denúncia, o preso político redigiu um documento que era mantido em diferentes celas até que fosse concluído. Nele constavam informações detalhadas a respeito das formas de tortura impostas, desde os tipos de violência, aos métodos empregados e os nomes dos agentes. Um trecho do documento é descrito na obra:

A tortura no Brasil está sendo utilizada em larga escala. Já é quase uma instituição de dentro da repressão política. Tem sua própria cultura, seus valores, seu aprendizado, sua linguagem própria. [...] Mas como acabar com a tortura sem acabar com a própria repressão política? A tortura é hoje a sua mola principal. (ARBEX, 2015, p. 155).

A carta, com 28 páginas, ainda traz: “a violência extravasa as simples fases do interrogatório do suspeito e penetra todas as etapas e procedimentos de repressão política. Basta olhar a forma como são conduzidas as diligências para as efetivações das prisões”, e acrescenta: “são verdadeiros massacres” (ARBEX, 2015, p. 156). O documento escrito e assinado por muitos dos presidiários indica a clareza com que os militantes enxergavam que toda a tortura por que passavam, além de desumana, tinha objetivo, sobretudo, político.

Apesar de todo o cuidado para guardar o documento em segurança, os escritos acabaram sendo apreendidos. Ainda que o original tenha sido extraviado, Ângelo e os companheiros redigiram um novo documento e conseguiram que ele saísse da prisão, embora não se saiba de que maneira. Segundo Arbex (2015), o Brasil tentou ignorar a denúncia intitulada “Documento de Linhares”, que teve grande repercussão fora do país, principalmente nos Estados Unidos, onde foi divulgado.

Até hoje não se sabe quem foi o responsável por retirar de Linhares uma das mais enfáticas denúncias contra a arbitrariedade do regime. Suspeita-se que tenha sido Theofredo Pinto da Silva, pai de Ângelo, o que nunca foi confirmado. Se a pessoa responsável pela saída do documento permanece no anonimato quarenta e cinco anos depois, o seu gesto não. A coragem de alguém ainda sem rosto permitiu tirar da invisibilidade os anos de escuridão impostos pela ditadura. Há barbáries, porém, que nunca foram contadas e que ainda serão conhecidas. (ARBEX, 2015, p. 15-159).

Com o objetivo de fazer emergir essas histórias e torná-las conhecidas para que possam fazer parte da memória social, a jornalista narrou os episódios descritos neste capítulo e ainda outros que possibilitam as mais diversas formas de reflexão e discussão. O enredo que se destacou como o fio condutor da narrativa de Arbex, no entanto, se trata do percurso para descobrir o que aconteceu com o guerrilheiro Milton Soares de Castro, que teve sua cova ocultada por muitos anos. No próximo item, realizo as ponderações a respeito dessa abordagem.

#### **4.3.2 A morte de Milton Soares de Castro**

Milton Soares de Castro, o guerrilheiro do Caparaó, é natural do município de Santa Maria – Rio Grande do Sul, onde cresceu com os irmãos e a mãe benzedeira. Daniela Arbex (2015, p. 39) contextualiza as vivências familiares de Milton, explicando as condições difíceis em que viviam:

Como dinheiro era raridade, os filhos da benzedeira começaram a trabalhar na meninice para conseguir uns trocados. Edelson abria buracos na terra vermelha até desaparecer lá dentro. Milton, mais velho, com dez anos, já pintava escolas para outras crianças estudarem. Alto demais, ele recebeu dos colegas o apelido de Monstrão, no tempo em que *bullying* não seria nada além de um palavrão estrangeiro. Apesar das dificuldades, o período de escassez da família só começou em 1946, depois da morte do marido de nona Universina, o brigadiano Marcício Palmeira de Castro. Policial militar de Santa Maria, o homem, que fazia caixão de cortesia para o enterro de amigos, morreu de tifo em 21 de maio, quando Edelson tinha apenas quatro anos de vida. Servidor da pátria que tanto amava, foi sepultado sem glórias, deixando mulher e dez filhos.



A narrativa da jornalista segue com a exposição acerca da casa onde a família residia, as rotinas de alimentação, convivência, trabalho e, inclusive, violência. Essas informações levam o leitor na direção de compreender de forma íntima a história de Milton, permitindo que se crie uma simpatia pela personagem e o desejo de saber mais sobre os acontecimentos que seguiram na vida dessa família. Esses aspectos já levam à compreensão de que as memórias de Milton, assim como as das outras pessoas que foram dizimadas pela ditadura, ultrapassam a ideia de índices numéricos com relação às mortes e episódios de tortura, evidenciando o lado mais humano da existência desses sujeitos.

Outro momento da narrativa em que esses fatores são demonstrados é quando Arbex (2015, p. 49) conta sobre uma missão política que Milton participou, no Uruguai, e relata que o militante teria se apaixonado pela uruguaia Beatriz, estudante da Escola Nacional de Belas Artes, sendo um amor platônico já que ela se relacionava com um de seus colegas. O militante “passava os dias cantarolando o recém-lançado *hit* de Roberto Carlos, fazendo troça da própria situação. ‘Estou mando loucamente/ a namoradinha de um amigo meu’, repetia, arrancando risada dos companheiros de movimento”.

Todos esses detalhes acerca dos cotidianos da personagem, que denotam uma vida normal, são apresentados em consonância com sua história de luta política. A jornalista explica que Milton sempre se interessou por política e era inquieto diante das poucas oportunidades para as camadas populares do Brasil. Milton, que convenceu seu irmão Edelson a lutar contra o regime, já discutia as questões relativas à igualdade social quando chegaram as primeiras notícias sobre o golpe militar. “Após o contato com a esquerda de Porto Alegre, deixou de ser um observador da realidade para assumir a militância contra as formas de repressão” (ARBEX, 2015, p. 46). Com a ditadura implantada no país, o militante político se aproximou do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) a fim de participar de missões que tinham como intuito desarticular o governo militar. Ele “acreditava, sinceramente, que o seu esforço de integrar a guerrilha, deixando para trás a mãe benzedeira e a numerosa família, salvaria o Brasil dos canhões” (ARBEX, 2015, p. 51).

Conforme exposto no romance-reportagem, o guerrilheiro foi o único civil que se manteve no grupo de 13 que permaneceu em Caparó quando ainda restavam poucas chances de seguir adiante com a guerrilha. Ele também havia sido o primeiro a chegar ao local, embora fosse o menos preparado na opinião dos demais combatentes, em sua maioria, ex-militares. “Não desistiu nem quando as forças lhe faltaram ou mesmo quando as câimbras contraíram seus músculos congelados por um frio que ele jamais sentira, apesar de gaúcho ser entendido no assunto” (ARBEX, 2015, p. 58).

O guerrilheiro foi preso, junto com os companheiros, no dia 1º de abril de 1967, quando foram encaminhados à Penitenciária Estadual de Linhares, em Minas Gerais. Ele dividia cela com um camundongo, para quem dava pequenos farelos de pão. Segundo a narradora, o intruso teria sido a primeira visita de Milton naquela cela que era inferior a seis metros quadrados em que mal cabia uma pessoa, ainda mais considerando que ele media 1,80 metros. Ao fazer essas referências e associar a imagem do rato como uma “companhia” e “visita” ao presidiário, Arbex expõe as condições precárias a que os indivíduos que eram contra o regime eram submetidos.

No mesmo mês de sua prisão, Milton teria tido uma discussão com um major e, após esse episódio, foi recolhido para uma cela isolada. No dia seguinte, apareceu morto. O guerrilheiro do Caparó morreu pouco tempo antes de completar 27 anos, no dia 28 de abril de 1967. A versão divulgada foi que o militante teria cometido suicídio, por enforcamento. O laudo oficial confirmou essa versão, mas o corpo de Milton ficou desaparecido por 35 anos, quando Arbex começou a investigar o caso e publicou uma reportagem no jornal *Tribuna de Minas*, onde trabalhava, contestando a versão oficial sobre a morte de sua personagem.

Os fatos mencionados levam à percepção que, além da crueldade em forma de incontestável violência, outra marca da ditadura é o silenciamento. Jeanne Marie Gagnebin (2006) aborda essa questão com relação à ditadura alemã, quando afirma que os nazistas tinham o desejo de acabar com os rastros das atrocidades cometidas, a partir do desaparecimento dos corpos, como forma de negação dos assassinatos, ao mesmo tempo em que anulavam a credibilidade daqueles que sobreviveram. Gabriela Weber Itaquy e Edson Luiz André de Sousa (2018, p. 125) também citam essa perspectiva da autora, fazendo uma relação com o contexto do Brasil: “podemos dizer que a ditadura brasileira seguiu tal estratégia nazista ao sumir com os arquivos, matar e desaparecer com os corpos. Dessa forma, apagou os rastros e delegou o silenciamento”.

Gagnebin (2006, p. 47) afirma que lutar contra o esquecimento e contra a repetição do horror, que continua sendo reproduzido, é uma tarefa política. “Trabalho de luto que nos deve ajudar, nós, os vivos, a nos lembrarmos dos mortos para melhor viver hoje. Assim, a preocupação com a verdade do passado se completa na exigência de um presente que, também, possa ser verdadeiro”. Essa ideia é expressa por Arbex em seu romance-reportagem, considerando que sua busca tem esse mesmo viés: honrar a memória, não deixar que acontecimentos como os da morte de Milton caiam no esquecimento.

As questões relativas às atrocidades eram postas de maneira naturalizada no contexto ditatorial. Sensibilidade com relação à dor alheia não era algo que pudesse existir naquele

mundo. Isso fica claro a partir de muitos pontos da obra de Arbex. Um deles é quando a jornalista conta o modo como Edelson, o irmão de Milton, que também estava preso, ficou sabendo da morte de seu familiar. O militante teria ouvido algumas informações a partir de uma emissora de rádio que um dos militares estava ouvindo, próximo de sua cela:

“E atenção. Um comunista preso na Serra do Caparaó foi encontrado morto nesta manhã, na Penitenciária Regional de Linhares. Ele estava preso há pouco mais de vinte dias, quando um bando de subversivos foi capturado pela polícia no monte e encaminhado para Juiz de Fora, em Minas Gerais... A hipótese é de suicídio”. (ARBEX, 2015, p. 36).

A narradora explica que Edelson ficou arrepiado, mas tentou se acalmar, pois o Milton que conhecia jamais tiraria a própria vida, lembrando que ambos já estavam acostumados a lidar com adversidades desde pequenos. Porém, uma hora depois de ouvir a notícia, e instigado sobre quem seria a pessoa que cometera suicídio, Edelson foi chamado por um sargento. “O que ele estava prestes a sofrer era infinitamente mais forte que as perfurações feitas em seu corpo pelo prego estrategicamente colocado na ponta do bastão de madeira usada contra o militante. Dessa vez, até a alma se curvaria” (ARBEX, 2015, p. 37). Esse trecho expresso no romance-reportagem traz à tona o quanto a violência psicológica pode ser ainda mais dolorosa que aquela cometida de maneira física, tendo em vista que a notícia da morte do irmão foi posta acima de qualquer sofrimento sentido em momentos de tortura.

Após receber a notícia, o militante ainda contestou: “– Isso não foi suicídio, senhor. Assassinararam o meu irmão’ – gritou o preso” (ARBEX, 2015, p. 37). Apesar dessa certeza, não havia formas de, naquele período, qualquer pessoa conseguir provar uma versão diferente daquela que os militares anunciavam como verdadeira, especialmente em se tratando de um preso político. Conforme Myriam Castro (1991, p. 58), existem mecanismos pelos quais “se exerce o autoritarismo na prisão e a sua materialização está nas formas de dominação que fazem parte do entremeado de relações sociais entre os agentes institucionais e a população carcerária”. Cabe pensarmos, a partir dessa constatação, que, em um contexto prisional de cárcere por motivos políticos e ideológicos, o autoritarismo e a possibilidade de espaço para expressar-se, por conseguinte, é nula.

Apesar do exposto, as vozes que foram silenciadas na ditadura acabaram sendo ouvidas por alguns sujeitos com o passar dos anos. Arbex (2015) remonta os acontecimentos que levaram à morte de Milton e expõe os maiores detalhes possíveis a respeito do que teria acontecido com o guerrilheiro. Segundo a jornalista, as acusações contra Milton eram a respeito

de transporte de armas, participação no jornal *Panfleto* e também suspeita na participação na morte do sargento Manoel Raimundo Soares. A vítima teria sido encontrada no rio Jacuí, em Porto Alegre, em 1966, com os pés e as mãos amarradas. As evidências apontavam para as forças de repressão, ou seja, os militares, mas, em uma tentativa de contra-atacar, o DOPS sugeriu que o crime fosse investigado tendo como alvo o ex-sargento Araken Vaz Galvão, um dos melhores amigos de Manoel. Para transformá-lo em suspeito do assassinato, os militares utilizaram um depoimento de Edelson a respeito de um contato mantido entre ele, o irmão Milton e Araken em frente ao mesmo local em que Manoel foi preso. No suposto encontro, Araken teria mencionado a morte do sargento Manoel Soares dias antes de o corpo ser encontrado. Edelson e Araken negavam que a conversa teria ocorrido, e as fracassadas tentativas que incriminar o ex-sargento desapareceu dos autos.

Como Milton não poderia saber absolutamente nada sobre um encontro que nunca aconteceu, pouco contribuiu para o inquérito do Rio Grande do Sul. Formado na turma de 1948 da Escola Preparatória de Porto Alegre, o capitão Job, mais tarde secretário de Segurança do Rio Grande do Sul, voltou para casa sem ter acrescentado nada de substancial à investigação da qual estava encarregado. A presença do militar em Linhares havia mexido com Milton. Há tanto tempo longe de casa, o operário reconheceu naquele incômodo homem os traços de um longínquo Rio Grande do Sul. Em terra “estrangeira”, um sotaque ou qualquer outro sinal que remeta ao ninho aguça a saudade. Milton voltou cabisbaixo para a cela. Além do depoimento inesperado, soube que seria levado naquele mesmo dia para um interrogatório no Quartel General da 4ª Região Militar de Juiz de Fora. Foi tomado por uma angústia, pois seria confrontado em um depoimento para o qual ele não se sentia preparado. (ARBEX, 2015, p. 77).

É possível notar o modo como a autora da obra utiliza os detalhes para humanizar a experiência vivenciada pelo guerrilheiro. Ao fazer as relações com o seu sotaque e expor aquilo que possivelmente Milton teria sentido ao ser interrogado e informado sobre um novo momento de interrogatório, a narrativa do romance-reportagem conduz o leitor a um roteiro muito semelhante àqueles utilizados em um romance literário, em que a narradora sabe o que se passa na vida íntima de sua personagem. Com essas descrições, os leitores são aproximados do sujeito que, nesse caso, é a representação de alguém que muito provavelmente tenha de fato vivenciado esses sentimentos. Arbex (2015, p. 79) também pormenoriza o momento em que Milton foi tirado da cela e levado para a nova sessão de depoimento:

Já passava das 22 horas quando o silêncio da noite em Linhares foi perturbado por um barulho. Não eram os tradicionais tiros para o alto disparados de madrugada durante o plantão de soldados que sentiam prazer em amedrontar os presos na cadeia com a ajuda de bombas e de cachorros treinados. O som vinha de dentro da Galeria A. De repente, a trava da cela foi aberta. Na porta, estava a Polícia do Exército. – Levanta.

Vamos levá-lo. Milton, que havia dormido acreditando no adiamento do seu segundo interrogatório, acordou sobressaltado. Foi obrigado a levantar às pressas, sem tempo de organizar as ideias. Na saída, levou seus amores no pensamento e ouviu de dentro do cárcere a voz de um amigo que ele não conseguiu identificar. “Vai companheiro, coragem!”. A voz era de Amadeu Felipe da Luz. O vizinho de cela do operário viu quando o amigo foi retirado de Linhares. Com o coração descompassado, Milton entrou na viatura que o levaria a um encontro decisivo, embora ainda não soubesse disso. Naquele horário, a cidade já dormia. Ele tentou prestar atenção no trajeto, mas a ansiedade o dominava.

Embora a violência intencional ocorresse de maneira praticamente corriqueira no período ditatorial e tenha sido representada de forma constante na obra da jornalista, no excerto apresentado, é possível mais uma vez ter a dimensão do modo como a intencionalidade fazia parte das forças de repressão, tendo em vista que é mencionado o prazer que os policiais sentiam em produzir medo aos detentos, prazer que pode ser atrelado também ao episódio em que os militares utilizaram os presos como alvo de uma aula de tortura, sob risos. Além disso, a violência por circunstância é evidenciada a partir do trecho descrito, já que, munidos de seu poder coercitivo, político e simbólico, os militares escolhiam aproveitar quaisquer situações para causar sofrimento.

A caracterização da cena de forma circunstanciada, por exemplo, com as expressões “a trava da cela foi aberta” e “a cidade já dormia”, é capaz de situar completamente o leitor a respeito da ambientação em que a ansiedade do presidiário tinha palco. A própria constatação da ansiedade da personagem, assim como a menção aos seus amores e pensamentos, faz com que seja significativa a compreensão a respeito do que dezenas de pessoas experienciaram na época.

Quando Milton chegou à 4ª Divisão de Infantaria, onde seria interrogado, estavam presentes alguns militares e, dentre eles, Ralph Grunewald Filho, um major já famoso pela sua rispidez. Ele questionou o depoente sobre a pretensão dos guerrilheiros em matar militares em tom de sarcasmo: “Mostra sua coragem agora” (ARBEX, 2015, p. 79). Milton permaneceu calado a fim de não ceder à provocação, assim como disse que não sabia nada a respeito da origem das armas. “– Não se lembra? Então nós vamos ajudar sua memória. Temos métodos perfeitos – ironizou o major” (ARBEX, 2015, p. 80). O militar se referia às formas de tortura tradicionalmente utilizadas nos interrogatórios. “De repente, Milton ficou ‘cego’. Uma forte luz foi acesa na direção de seu rosto. O refletor acendia e apagava, continuamente, deixando o guerrilheiro ainda mais nervoso” (ARBEX, 2015, p. 81). A autora relata que o presidiário já apresentava bastante cansaço e seguia afirmando que não detinha informações quando, já passando das 2h da manhã, ouviu o major dizer que precisariam de reforço.

Já na manhã no dia 28 de abril, os soldados começaram a visita nas celas e pararam em frente à 30, porém não viram ninguém:

– Milton, favor se apresentar. Não houve resposta. – Milton, apresente-se, insistiram. Mais uma vez, não houve resposta. A porta de ferro foi aberta. A cama do militante estava desarrumada. E no chão de tacos havia apenas um par de sapatos. Uma parede de cimento separava o cômodo com menos de seis metros quadrados da privada turca. [...] Quarenta e cinco minutos depois, o primeiro tenente voltou para a galeria, onde anexou um papel na porta da cela 30. “LACRADO EM 28 DE ABRIL DE 1967, ÀS 9H15. ASS: BARBOZA”. Já estava de saída, quando foi interpelado pelos presos políticos. – Cadê o Milton? – Está morto. – Morto como? – questionou Amadeu. – Suicídio. Ele se enforcou com o lençol. (ARBEX, 2015, p. 85, grifo da autora).

Um dos presos políticos da época, chamado Gregório, concedeu uma entrevista para Daniela Arbex, falando a respeito do episódio. A jornalista descreveu no romance-reportagem o seu relato (2015, p. 97):

– Nós ficamos sabendo que teria havido um confronto entre ele e um major da 4ª região Militar. Milton teria reagido aos ataques morais do oficial. [...] – Milton foi retirado da cela dentro de um lençol, como um embrulho. O que ninguém sabe é se ele morreu na cela ou se foi colocado dentro dela morto. Ele estava sendo pressionado pelo exército para entregar os outros companheiros.

A informação sobre o enforcamento com o lençol muito provavelmente tenha sido mais uma explicação forjada de mortes que ocorreram durante o período ditatorial brasileiro. Um outro exemplo disso, conhecido mundialmente, foi a morte do jornalista Vladimir Herzog, que compareceu espontaneamente ao DOI-CODI, em 1975, para um interrogatório em que negou pertencer ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). O jornalista foi encontrado morto em um porão do exército com uma tira de pano no pescoço, simulando seu enforcamento. A foto do suposto enforcamento mostra, inclusive, os pés do prisioneiro tocando o chão, o que impossibilitaria a morte por aquele motivo. A aproximação das histórias evidencia a estratégia utilizada pelo governo militar da época em ocultar as torturas e assassinatos, atribuindo às mortes o caráter de suicídio.

Ações como as apresentadas partem de relações de poder em que se torna mais conveniente negar os acontecimentos. Hannah Arendt (2005, p. 320) explica que a totalidade dos fatos não é repercutida na realidade:

A atitude política diante dos fatos deve, com efeito, trilhar a estreita senda que se situa entre o perigo de tomá-los como resultados de algum desenvolvimento necessário que os homens não poderiam impedir e sobre os quais, portanto, eles nada podem fazer, e o risco de negá-los, de tentar maquirar sua eliminação do mundo.

É evidente, portanto, que memórias da ditadura militar brasileira foram por muito tempo silenciadas a fim de que estruturas políticas e de poder permanecessem intactas. Arbex cita a obra *Brasil: nunca mais* para indicar o dado a respeito dos mais de 400 casos de desaparecimento e morte de presos políticos no país. Esse aspecto acerca do silenciamento também é perceptível no romance-reportagem em um trecho no qual a jornalista retoma o acontecimento relacionado à divulgação da morte de Milton:

A notícia do suicídio de Milton Soares de Castro havia corrido o país naquele 1967. Mas ao contrário da mobilização provocada pelo assassinato do ex-sargento Manoel Raimundo Soares, em Porto Alegre, a morte do militante gaúcho não teve repercussões políticas. Passada a confusão dos primeiros dias, tudo foi cuidadosamente silenciado, inclusive para a família do operário que estava no Rio Grande do Sul, muito distante do epicentro dos fatos. (ARBEX, 2015, p. 109).

A partir do relato, unido a outros já expostos na obra, como a carta confiscada e extraviada, em que os presidiários contavam sobre as torturas que sofriam, é indubitável o esforço para que os acontecimentos daquele período ficassem no esquecimento. Isso se reforça ao considerarmos que a própria cova de Milton – e talvez de outros tantos – tenha sido ocultada por longos anos.

Walter Benjamin, ao relatar sobre os encadeamentos da história acerca de vítimas que são deixadas no esquecimento, lança uma ideia a partir do quadro *Angelus Novus*, de Paul Klee, um pintor suíço. Benjamin (1994, p. 226) descreve a imagem nos seguintes termos:

Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso.

As dicotomias entre liberdade e prisão conotam a ideia de que o anjo representa, a partir do seu olhar, as vítimas da história, já que a figura percebe as ruínas que circundam os acontecimentos enquanto as atrocidades se justificam em nome de um dito progresso.

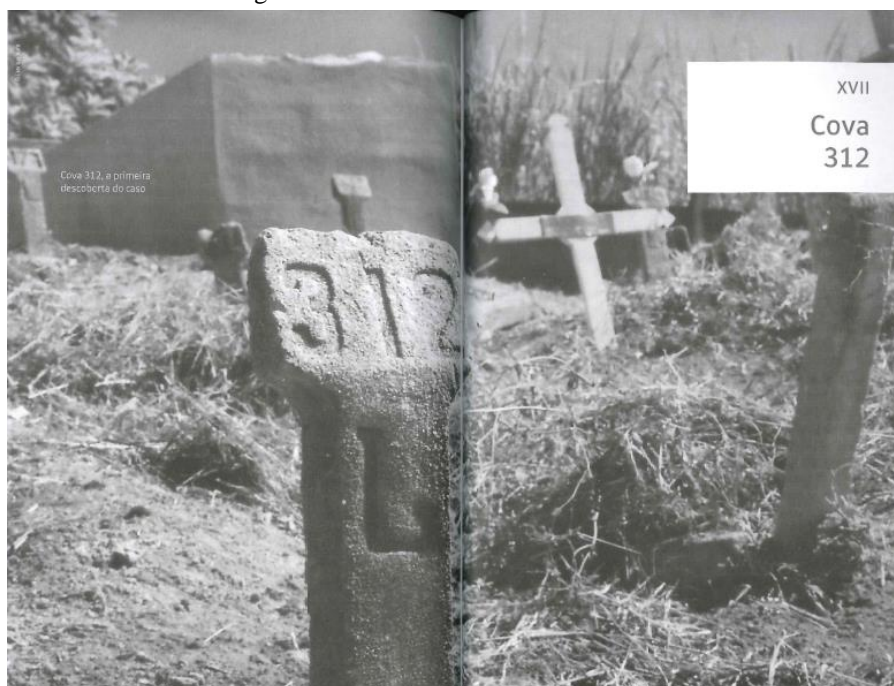
Carlos Artur Gallo (2011) também apresenta a perspectiva de Benjamin em sua pesquisa, porém aponta a existência de caminhos que são percorridos atualmente para o enfrentamento de questões relacionadas ao esquecimento. Diante dessa perspectiva, o autor cita o jurista Kai Ambos (2009) para apresentar a ideia da justiça de transição, que diz respeito a um método de reestabelecer a reconciliação de uma sociedade que passou por experiências traumáticas, na busca por efetivar a justiça e responsabilizar aqueles que violaram os direitos dos indivíduos. Além disso, essa justiça de transição visa à garantia de que aqueles que sofreram a violência em períodos autoritários sejam reconhecidos como vítimas pelo Estado e, ademais, que as histórias ocultadas ou adulteradas possam ser resgatadas.

Compreendo que a obra *Cova 312* corrobora a ideia exposta por Gallo, tendo em vista que percorre um trajeto buscando trazer à tona não apenas os acontecimentos de uma época obscura no país, mas, sobretudo, a identidade e a humanidade de suas vítimas e de seu círculo familiar. Isso se concretiza de forma ainda mais expressa nos capítulos finais, “Cova 312” e “Reviravolta na investigação jornalística”, quando a autora explica os caminhos para localizar o túmulo do guerrilheiro do Caparaó e as investigações acerca do modo como ele morreu.

Sem nenhum registro sobre o corpo de Milton Soares de Castro e com a informação oficial de um inacreditável suicídio, a família do militante levou 35 anos para ter acesso a alguns detalhes sobre o parente morto. Daniela Arbex (2015) conta que, após dois meses peregrinando em busca de pistas que pudessem levá-la a encontrar o túmulo do militante, resolveu fazer uma tentativa no lugar que seria, segundo descreve, demasiado óbvio para esconder um corpo, o Cemitério Municipal de Juiz de Fora. Ao verificar os registros antigos, a jornalista localizou a informação de que Milton estava naquele cemitério, em uma cova rasa, numerada 312. “Milton estava entre os esquecidos. Chegar até lá foi quase uma escalada. Quando vi a cruz de pedra com o número 312, fiquei mexida. ‘Então é aqui que colocaram seu corpo...’, pensei, como se conversasse com ele” (ARBEX, 2015, p. 272). Ao narrar essa experiência, a autora se coloca como parte da história contada no romance-reportagem, uma vez que relata o sentimento que a acometeu no instante em que sua busca foi desvendada, revelando empatia com relação à vítima, por meio da expressão de seu pensamento. A família do guerrilheiro optou por não realizar a exumação do corpo a fim de evitar mais sofrimento.



Imagem 10 – Cova onde Milton foi enterrado



Fonte: Arbex (2015, p. 264-265).

Seis anos após a descoberta e as publicações das reportagens no jornal *Tribuna de Minas*, a jornalista teve a ideia de ampliar a investigação e reescrever a história em formato de livro. A foto do corpo de Milton (a seguir) abre o capítulo que narra a respeito dos percursos para encontrar as informações que ainda inquietavam a jornalista: o anseio de desvendar o passado conhecendo a causa da morte do guerrilheiro. Essa e as demais imagens, referentes ao suposto enforcamento, foram obtidas por Arbex nos arquivos do inquérito policial da morte de Milton.

Imagem 11 – Corpo e enforcamento de Milton



Fonte: Arbex (2015, p. 290-310).

O romance-reportagem apresenta a versão oficial do suicídio presente no inquérito da época e, inclusive, as fotos da cela e do enforcamento. A jornalista também expõe as entrevistas que realizou com outros militantes da época e algumas autoridades, as buscas foram feitas em arquivos como o da Polícia Civil, da Auditoria Militar de Juiz de Fora e no do Público Mineiro. Entre alguns desencontros de informações, a autora descobriu que os médicos citados no inquérito como aqueles que receberam Milton no pronto-socorro não estavam trabalhando no dia do ocorrido.

A jornalista ainda entrevistou médicos legistas e ex-perito da Polícia Civil mostrando o inquérito sobre o caso e as fotos do guerrilheiro morto, profissionais que indicaram diversos elementos que impossibilitariam se tratar de um suicídio por enforcamento. Uma dessas entrevistas foi com o policial federal Marcelo Baeta, neto do já falecido médico civil José Guadalupe Baeta Neves, que foi um dos três que assinaram a necropsia de Milton. Baeta contou que, apesar de ser ainda muito pequeno quando tudo ocorreu, lembrava de ouvir o pai contar a respeito de quando o avô foi retirado às pressas de casa, numa madrugada, por uma ocorrência no quartel. “O fato de Guadalupe ter sido acordado pode significar que ele saiu de casa de madrugada, o que indicaria a morte de Milton durante o interrogatório”, expõe Arbex (2015, p. 317), que também descreve uma cena em que um oficial pressionou Guadalupe a modificar o laudo da morte do guerrilheiro:

– O senhor escreveu, no atestado de óbito, asfixia por enforcamento. – As lesões que ele apresentava eram compatíveis com asfixia por enforcamento. – O senhor não deixou claro que foi suicídio. – O que eu vi, eu atestei. Eu fui até onde pode ir a medicina. O médico não faz reconstituição criminal, apenas o atestado da causa *mortis*. – Já houve precedentes, doutor, o senhor sabe disso. Não vai colaborar com o exército brasileiro? – Não posso mudar o laudo que emiti. (ARBEX, 2015, p. 316-317).

A reconstrução do diálogo, feita pela autora, provavelmente a partir dos relatos do neto de Guadalupe, outra vez confere a perspectiva de que muitos dos fatos ocorridos no período ditatorial foram manipulados a fim de que fossem compreendidos conforme os detentores do poder gostariam que ocorresse. Ademais, o trecho mostra outros indícios de que o suicídio poderia não ter ocorrido, haja vista a insistência para que o laudo indicasse tal circunstância.

Na contramão dessas suposições, o responsável pelo interrogatório de Milton na noite de 27 de abril de 1967, major Ralph Grunewald Filho, sempre sustentou a ideia de suicídio, conforme apontou Arbex em seu romance-reportagem, citando uma entrevista feita com o militar, não por ela, mas publicada no livro *A Guerrilha de Caparaó*, de Gilson Rebello.

“Olha, pra falar a verdade, eu acho que sou realmente culpado pela morte de Milton, porque fiz com que ele perdesse completamente o controle emocional com a pressão psicológica que sofreu durante o interrogatório a que foi submetido e cometesse suicídio. [...] Eu não matei ninguém nesse processo, nem nos outros que dirigi, porque, se realmente quisesse dar fim a algum comunista, ele simplesmente desapareceria. Não ficaria nenhuma prova. Milton suicidou-se e quem duvida é só ver os três inquéritos policial, administrativo e militar instaurados. Eles queriam insinuar que o cano onde o preso se enforcou era muito baixo, mas tenho absoluta certeza de que o baque que ele levou justificaria qualquer gesto”. (ARBEX, 2015, p. 317-318).

O relato do major demonstra o quanto a dominação por meio do poder político é latente nos contextos que se referem aos interrogatórios e ao modo como um grupo elabora suas percepções a respeito de outro. Os sujeitos postos como hierarquicamente inferiores, por possuírem ideais diferentes dos vigentes à época, eram e seguem sendo humilhados na narrativa daqueles que detêm ou detinham o poder.

Em posse dos três inquéritos citados pelo militar, Arbex já estava fazendo as análises, comparações e entrevistas que indicaram o que ela chama de “furos” da documentação. A autora entrevistou os dois peritos criminais que assinaram o laudo de Milton. Orlando José Lopes Júnior, que compareceu ao encontro com a jornalista, mas afirmou não recordar do caso, e Luzmar Valentim de Gouvêa, que confirmou a versão do enforcamento, conforme constava no laudo assinado por ele. No entanto, o médico indicou ser improvável que tenha ocorrido suicídio. O entrevistado de Arbex analisou as fotos do inquérito para chegar a algumas conclusões já que, por ter realizado milhares de perícias ao longo de sua profissão, precisaria recordar do caso por meio das imagens. Ele deixa claro que o laudo está correto porque enforcamento e suicídio tratam-se de coisas diferentes. Ao ser questionado pela jornalista sobre a possibilidade de um homem de mais ou menos 1,75m se enforcar sentado a um 1,20m do chão, usando 30 cm de pano, o médico legista respondeu: “Eu não concluiria como suicídio [...]. Como suicídio, nunca! A não ser que eu tivesse ido lá ao local, tivesse examinado o local e visto se houve muita lesão nas pernas dele. Porque aqui o perito não falou que houve lesões nos pés nem nada” (ARBEX, 2015, p. 325).

As descobertas da autora do romance-reportagem constituíram a sua obra que se caracteriza como uma referência para a memória do período representado, mas também constitui um importante documento revelador de um passado que estava mascarado por ocultamentos e esquecimentos. Diante dessa perspectiva, retomo outro aspecto da ditadura que ainda é muito silenciado, diz respeito às mulheres que vivenciaram muito sofrimento na luta contra o regime militar. Daniela Arbex (2015) apresenta diversos exemplos de mulheres que

fizeram parte dessa construção histórica e, por isso, no próximo item deste capítulo, apresento o estudo acerca dessa questão.

### 4.3.3 As mulheres da ditadura

No decorrer da obra *Cova 312*, Daniela Arbex traz à tona a representação de muitas mulheres que vivenciavam o período ditatorial brasileiro. Nem todas participaram ativamente de algum movimento de luta contra o regime, no entanto existem diversas figuras femininas que cumpriram papéis extremamente importantes, para além da linha de frente da militância, considerando que muitas atuavam como suporte para a manutenção das necessidades familiares, inclusive dos presidiários.

À exceção de uma história, as mulheres em destaque na narrativa não são postas em um capítulo com exclusividade, sendo que suas trajetórias são contadas em consonância com os relatos a respeito das guerrilhas, torturas e prisão, que já descrevi anteriormente. Contudo, entendi que seria relevante fragmentar a análise sobre o tema neste subcapítulo, tendo em vista o grande destaque atribuído a essas mulheres quando são citadas no romance-reportagem de Arbex.

Cabe retomar que, no mapeamento em que apresentei os aspectos relacionados aos romances-reportagens brasileiros da contemporaneidade, foi possível observar que a maioria dos autores de literatura, no Brasil, são homens, e o mesmo ocorre quando a categoria é o jornalismo literário. Conforme os dados que expus anteriormente, dentre as 18 obras mapeadas, apenas três são escritas por mulheres, sendo duas de autoria de Daniela Arbex, e o outro romance-reportagem, da autora Taís Morais, foi escrito em parceria com um autor homem, Eumano Silva.

Também como resultado do mapeamento, relembro o dado a respeito da falta de representatividade feminina dentre as narrativas que ilustram a violência brasileira, ainda que a crueldade cometida contra a mulher tenha números alarmantes no país. Apesar disso, a maioria dos romances-reportagens não evidencia esse fato, sendo que existem três obras que remetem ao sofrimento das mulheres, mas em situações bastante específicas: duas delas, *Eny e o grande bordel brasileiro* e *Conversas de cafetinas*, retratam um certo nível de violência no contexto de prostituição, embora evidenciem, sobretudo, o empoderamento feminino nessa representação; e a outra, *Viúvas da terra*, demonstra o sofrimento de mulheres a partir da perda de seus maridos assassinados.

Isso posto, compreendo que o olhar de Arbex voltado às mulheres que vivenciaram o período ditatorial pode estar relacionado ao fato de ela mesma ser uma autora mulher. Esse

aspecto vai ao encontro da informação de Dalcastagnè (2005), quando revela que a representação de personagens femininas é muito mais significativa quando uma obra é escrita por uma mulher.

Efetuada essas reflexões, cito alguns excertos em que a jornalista atribui protagonismo às figuras femininas em sua obra. No começo do romance-reportagem, antes mesmo de aprofundar as questões voltadas para o período ditatorial, Arbex (2015) apresenta a família de Milton e Edelson indicando Gessi – irmã dos militantes que foi até a prisão para consolar Edelson, na morte de Milton –, e a mãe Universina. As fotos delas são postas no livro, identificadas como pertencentes a um “arquivo pessoal” e estão reproduzidas a seguir.

Imagem 12 – Mãe e irmã de Milton



Fonte: Arbex (2015, p. 38-40).

Universina, que era benzedeira, é retratada na narrativa como uma mulher forte que zelava profundamente pelo bem-estar de sua família. Teve 10 filhos do primeiro casamento com o brigadiano Marcílio, incluindo Milton e Edelson, e mais cinco do segundo, no entanto, conforme relata Arbex (2015, p. 41), “ao contrário do primeiro marido, o policial militar levou para dentro de casa a violência e a sanha de abusar sexualmente das enteadas”. Esse pequeno trecho é munido de um significado vasto, porque é possível perceber mais uma forma de violência representada na obra, dessa vez, voltada às mulheres de uma família as quais eram obrigadas a se submeter às ordens de alguém em quem, supostamente, poderiam confiar.

A jornalista conta que, quando Universina conseguiu se desvencilhar daquele relacionamento, reuniu novamente os filhos, já que muitos haviam se espalhado em outras casas

para se livrarem do padrasto. “Não se importava em comer o pão que o diabo amassou, desde que estivesse junto dos quinze que saíram dela” (ARBEX, 2015, p. 41). Essas descrições a respeito da mãe mostram a força da mulher que, além de dar à luz diversos filhos, trabalhar vendendo pão e se dedicar à família, sofreu violência e posteriormente ainda buscou todos para unir a família.

Ainda a respeito da trajetória das mulheres da família Soares de Castro, Arbex destina páginas de sua narrativa para tratar sobre Gessi, a irmã dos guerrilheiros. Ela teria sido a última pessoa com quem Milton esteve antes de ir para Caparaó.

A mulher de olhos verdes que já havia sido *miss* também era bonita por dentro. Oferecia sempre uma palavra boa e, de quebra, era ótima quituteira, como a mãe. Também seguiu a sina da benzedeira. Infeliz no casamento, ela foi pai e mãe, criando sozinha dois filhos com a ajuda de uma máquina de costura. Para sustentar suas crias, trabalhava noite e dia ouvindo a agulha furar os tecidos para passar a linha nos vestidos que confeccionava. – Mano, pare com essas ideias de igualdade. A mãe já te disse: “tu vai ser esmagado como um verme”. Milton sempre contemporizava, e Gessi prosseguia: – Queria tanto que tu tivesses uma namorada, uma família. Se tivesses alguém, tu não botarias tudo para o brejo. O grande sempre pisa no pequeno, e contra a força não há resistência. (ARBEX, 2015, p. 64).

A partir do excerto, observo que a narradora coloca em evidência uma saga que, ao representar a mãe e a irmã dos guerrilheiros, mostra também um perfil feminino que tem a sina de vivenciar um casamento infeliz e, posteriormente, lutar sozinhas para o sustento dos seus filhos. Apesar de iniciar tratando a respeito da beleza física de Gessi, o que segue em profundidade é a beleza “por dentro”. Assim, a força e o sofrimento caminham juntos, quase romantizados em uma descrição que revela justamente o oposto dos adjetivos relacionados à fragilidade, historicamente atribuídos às mulheres.

No entanto, apesar de experienciarem casamentos cujos desfechos eram dolorosos, os pensamentos tradicionais relativos à importância da constituição familiar ainda fazem parte do discurso das mulheres, conforme expôs Arbex no trecho apresentado anteriormente. Gessi, que fez menção ao pensamento da mãe, tentava convencer Milton a substituir a vida de lutas pela busca de uma família. Isso pode se estabelecer justamente pelo senso de proteção dessas mulheres, acostumadas a lutar pelo provimento do básico aos seus filhos.

Também importa, no fragmento em que a irmã tenta convencer Milton a mudar de ideia, o entendimento de Gessi a respeito das relações de dominação, quando enfatiza que a ordem natural é o grande se sobrepor ao pequeno, indicando as questões hierárquicas com ênfase para a frase “contra a força não há resistência”, que basicamente resume os porquês de as lutas das

pessoas militantes no período de ditadura terem sido muitas vezes enfraquecidas pelo discurso político do militarismo e, posteriormente, apagadas.

Em *Cova 312*, também há referência a uma noite em que, enquanto estava em meio às suas costuras, Gessi recebeu a visita do irmão, que lhe deu um abraço, sem contar para onde iria, mas entregou a ela um bilhete e uma foto pequena com informações que poderiam auxiliar caso precisasse manter algum contato. Gessi, que depois relatou nunca ter tido coragem de abrir o bilhete, lamentando por não ter sabido o que estava escrito, na ocasião do recebimento, “apertou o papel contra o peito e pensou em dona Universina” (ARBEX, 2015, p. 64). Essa referência ao pensamento da mãe demonstra quase uma solidariedade entre as mulheres da família que se compreendem mutuamente. Além disso, salienta novamente o sentimento materno, uma vez que a recordação imediata foi acerca da preocupação da mãe.

Assim como a mãe de Milton e Edelson, outras inúmeras mães sofreram as incertezas do período da ditadura. Arbex (2015, p. 75) descreve que, desde a prisão de Milton, a dona Universina “reportava-se quase que diariamente aos militares do III Exército, na capital, em busca de informações do filho. Tinha ouvido falar que ele havia sido levado para uma cidadezinha do Brasil cujo nome não sabia pronunciar”. Além da violência física e psicológica sofrida pelo marido, a mãe, que representa tantas outras, acabava, ainda que indiretamente, sofrendo as violências da ditadura, por não ter acesso à mínima informação a respeito de um filho preso.

Outro momento da obra que representa essas relações entre mãe e filhos diz respeito ao episódio em que a jornalista descreve um confronto, com possibilidade de morte, em que um dos guerrilheiros, Nilo, pensou em sua mãe, chamada Filomena. “Naquele momento, se lembrou do rosto sofrido da mãe, uma professora primária que viveu anos a fio num casamento sem amor” (ARBEX, 2015, p. 148). Além de mais uma vez representar a ideia de casamentos infelizes aos quais as mulheres eram destinadas, a jornalista ainda relata que a última vez que Nilo viu a mãe havia sido no Natal, em um simples momento de confraternização. “Sem recursos, não havia mesa farta, somente poucos docinhos feitos pela mãe para não deixar aquele 24 de dezembro de 1968 passar em branco. A lembrança de Dona Mena deu mais coragem ao rapaz” (ARBEX, 2015, p. 148). Aqui, mais uma vez, temos a demonstração das tradições que permeavam a vida das mulheres: mães amorosas, com casamentos sofridos e fazendo tudo pensando em seus filhos.

A violência psicológica assolou inúmeras mulheres naquele período, muitas anônimas, mas que acabavam fazendo parte dos horrores da ditadura, mesmo sem envolvimento diretos. Arbex (2015) conta a história de Érica Meyer, que morava no Rio de Janeiro e recebeu em sua

casa o sobrinho Marco Antônio, que estava sendo procurado pela força militar. A tia tinha 60 anos e foi capturada no lugar do sobrinho, presa por 35 dias acusada de ser cúmplice do militante, além de ter sido considerada suspeita de espionagem. Arbex (2015, p. 131) conta que Érica não compreendia como os “representantes da ordem pudessem subverter os princípios básicos do direito individual para ameaçar pessoas, ainda mais alguém que não havia participado de nenhuma ação contra o governo”. A jornalista acrescenta que a mulher jamais superou a humilhação que sofreu no DOPS, “quando foi obrigada a ficar nua na presença de vários estranhos. Sentiu-se maculada. Tinha sido moralmente violada” (ARBEX, 2015, p. 131).

Com esse relato, é possível observar a história de mais uma mulher que, embora não tenha escolhido combater diretamente as ideias ditatoriais, questionava a postura política da época, uma vez que percebia como inconcebível a ideia de o governo produzir atos de humilhação e crueldade contra seres humanos. As injustiças daquele período também ganham espaço nesse trecho do livro, uma vez que é se representa um aumento de acusações com relação a uma pessoa que tinha pouco ou quase nenhum envolvimento com as ações dos militantes. Embora não fique claro se Érica tenha sofrido algum outro tipo de tortura física, é notável a violência psicológica sofrida pela senhora, em uma relação hierárquica de dominação que é simbólica, coercitiva e política ao mesmo tempo.

Quanto ao Marco Antônio, posteriormente, também foi capturado e sofreu várias formas de tortura por parte dos militares para que ele denunciasse os nomes dos demais militantes. “Em setembro de 1969, teve os braços e as pernas amarrados em uma barra de ferro por simples vingança” (ARBEX, 2015, p. 131). Sua mãe também foi representada em *Cova 312*, quando a jornalista conta que, inconformada ao ver o estado físico do filho, Maria Luiza de Azevedo Meyer “procurou a esposa do comandante que presidia o inquérito para pedir clemência”. A partir desse apelo e “penalizada diante da viúva que criou praticamente sozinha os dez filhos, a mulher do oficial tentou interceder junto ao marido, mas o efeito foi contrário. O estudante foi duramente perseguido” (ARBEX, 2015, p. 131). Além da infeliz retaliação com o militante, percebo nesse fragmento a ideia de empatia entre as mulheres, quase como se as iguais pudessem compreender a dor da outra de uma forma mais sensibilizada. Além disso, temos mais uma mãe, com diversos filhos, clamando pela vida de um dos seus.

As mães, tias e irmãs preocupadas e com passado sofrido foram, na maioria das vezes, ocultadas pela história e esquecidas do imaginário coletivo, no entanto, tiveram um papel fundamental naquele período, justamente por manter o máximo de dignidade possível para as suas famílias e, ainda que sem o combate direto, atuarem como bases de resistência contra os



horrores da ditadura. Ana Maria Colling (2015, p. 380) afirma que, no Brasil, existem “inúmeros exemplos da coragem e determinação das mães na libertação de seus filhos e filhas prisioneiros. Na defesa da vida de sua prole, as mães tornaram-se militantes aguerridas que desconhecem limites”. A autora ainda ressalta que, por isso, elas eram inclusive temidas pelas forças repressivas.

Arbex (2015) corrobora essa ideia ao salientar que as mães dos presos políticos tiveram papel fundamental para impedir o assassinato de muitos, pois tinham importante função de combater as torturas e as violações cometidas, buscando formas de sensibilizar as forças da ordem. “Embora não fizesse parte do movimento político contra o regime, se viu obrigada a lutar. Precisava resistir a seu modo”, cita Arbex (2015, p. 164), ao se referir a Ângela, uma figura importante na mobilização das famílias que tiveram pessoas desaparecidas.

Além das mães, também estão representadas na narrativa de Arbex aquelas mulheres que, inconformadas com a situação do país, atuavam nas missões contra o governo. Essas eram ainda mais odiadas por aqueles que detinham o poder. Colling (2015) evidencia que, para a ditadura militar brasileira, as mulheres militantes não eram somente opositoras ao regime, mas também uma figura subversiva diante dos valores estabelecidos, já que não cabia à mulher o papel de pensar e participar da política. Sendo assim, a mulher que assumia uma militância política nos partidos de oposição à ditadura “cometia dois pecados aos olhos da repressão: de se insurgir contra a política golpista, fazendo-lhe oposição e de desconsiderar o lugar destinado à mulher, rompendo os padrões sociais estabelecidos para os dois sexos” (COLLING, 2015, p. 378).

Algumas dessas figuras femininas que dispensavam a possibilidade de se calar para incluírem-se no padrão foram representadas na obra de Arbex. A autora relata, por exemplo, uma ação em que os militantes, em uma forma de protesto, orquestraram um assalto a banco:

Testemunhas disseram que um integrante do assalto se destacou dos demais. As descrições feitas para a polícia eram sobre a única mulher do grupo. Segundo as vítimas do banco Mercantil, ela usava peruca loira, um vestido verde fino que se agitava ao ser tocado pelo vento, além de botas. Tratava-se da estudante Maria José Carvalho Nahas, da Escola de Medicina da UFMG. Apesar de ter cabelos pretos lisos e nunca ter usado disfarces nas ações, apenas uma discreta saia com estampa *pie de poule*, a guerrilheira aguçou o imaginário popular. Décadas mais tarde, Maria José ficou conhecida como a Loira da Metralhadora. (ARBEX, 2015, p. 144-145).

Os aspectos citados pela historiadora no sentido de fuga aos padrões ficam claros nesse fragmento, pois demonstra uma situação fora do que seria comum para uma mulher que, além de ser estudante de medicina, em uma época em que os estudos e as profissões de mais prestígio

eram aspectos destinados aos homens, também se tornou militante, participando de um assalto a banco, em uma ação muito mais política do que com objetivo econômico.

Outra referência a Maria José, também conhecida como Zezé, é exposta no mesmo confronto em que Nilo se lembrava da mãe Filomena. Nesse trecho, a autora descreve que a militante, sob a mira dos policiais, recordava do poema de Carlos Drummond de Andrade, “Morte do Leiteiro”, que trata acerca das desigualdades da sociedade brasileira. Arbex (2015, p. 149) descreve alguns versos da obra do poeta e analisa a situação: “Recorria à poesia de Drummond para tentar manter a sanidade”. A jornalista esforça-se para demonstrar que a sensibilidade, a partir da arte, fazia parte da vida dos guerrilheiros, indicando que, mesmo em um momento conflituoso, as referências literárias poderiam ser aliadas a um determinado nível de alívio. Isso também ocorre em outros momentos da obra, quando a narração enfatiza poesias, músicas e outras expressões que acompanhavam os militantes, e que eram muitas vezes fortemente reprimidas na ditadura, assim como os livros que os presos políticos escondiam para poder ler e, assim, ter contato com expressões artísticas.

Apesar da poeticidade, as dores da ditadura chegavam para todos, e talvez de forma ainda mais humilhante para as mulheres. Maria Amélia de Almeida Teles (2014, p. 14) salienta que mulheres foram torturadas, assim como homens, mas sendo aquelas alvo sistemático de violência sexual. “A prática de estupros e abortamentos forçados foi corriqueira, nas sessões de tortura, quando se tratou de repressão política violenta contra as militantes de esquerda”. A pesquisadora explica que tanto homens quanto mulheres eram obrigados a se despir na frente de torturadores; caso não o fizessem, tinham suas roupas arrancadas e rasgadas. “Em muitos casos, foram colocados fios elétricos na vagina e no ânus. Houve mulheres estupradas. Outras sofreram abortamento forçado devido a chutes na barriga [...]”.

Para além das agressões físicas, havia a humilhação feminina por simples questões de gênero. Conforme explica a historiadora Colling (2015, p. 380), “os militares ao tratarem a mulher política, de imediato, tentam a sua desqualificação como sujeito autônomo. Sua caracterização dá-se como apêndice dos homens, incapaz de decisão política”, e acrescenta que, “para a repressão, a mulher não tem capacidade de decidir pela sua entrada no mundo político; quando ela ali aparece é porque foi colocada por um homem” e, por isso, sua filiação a partidos de esquerda não teria importância política já que era necessário identificar a figura de um marido ou pai, por exemplo. Essas questões mostram que, para além de sofrerem ações de crueldade por militarem contra um regime do qual discordavam, as figuras femininas também precisavam lidar com o rebaixamento pelo seu gênero.

As torturas cometidas contra as mulheres estão também representadas no romance-reportagem. Maria José foi vítima de uma delas, e sua amiga e companheira de luta, Carmela, descreveu o que viu. Arbex descreveu o relato:

[...] Se passaram vários dias sem que um sinal mais preciso pudesse me orientar. Quem lá estaria? Soube depois pela carcereira que a companheira Maria José Nahas tinha sido empurrada para aquele inferno. Surda era chamado aquele cubículo onde os ruídos eram apenas de ratos e baratas, envolvido por teias e aranha que levemente teciam suas vidas. O espaço da surda era de um metro a 1,80m, onde a prisioneira para sobreviver, teria que estar sempre em posição horizontal, numa cama de cimento tendo no fundo uma fossa. (ARBEX, 2015, p. 186).

Ao perceber a aparente fragilidade de Zezé, um guarda novo de Linhares comentou com um veterano: “– Tenho uma pena dessas meninas presas aqui. Elas devem estar assustadas. – Assustadas? Essas mulheres têm mais coragem que os homens – respondeu Veiga [...]” (ARBEX, 2015, p. 192). Ao fazer uma relação entre o percurso percorrido por Maria José até então, participando de ações contra o governo, fuga e a situação na chamada “surda” e o comentário feito pelo guarda, é notável a busca por manter a estereotipação da mulher enquanto frágil, assustada e fraca, argumento rebatido pelo outro guarda, porém, não sem deixar de comparar aos homens, ainda evidenciando como algo que seria fora do comum.

Essa estereotipação fica clara também em outro momento da narrativa, em que Zezé se encontra com um preso comum que era conhecido de sua família:

Já falei com esse pessoal aqui que você é de uma família distinta e não está envolvida nessa bagunça política. Apenas foi usada por esses baderneiros, já que meninas como você não se metem nessas coisas. A jovem sorriu pensando em quanto aquele homem estava enganado sobre ela. De nada adiantaria contra-argumentar. (ARBEX, 2015, p. 192).

Ele era um matador de aluguel e, quando foi solto, visitou a mãe de Zezé, orgulhando-se por ter dado bons conselhos à “menina”. Apesar das impressões a respeito da fragilidade ou até mesmo da incapacidade feminina diante de questões políticas e sociais, Carmela e Maria José chegaram a ser conhecidas como duas das guerrilheiras mais perigosas do período. Arbex (2015, p. 190) também retrata momentos da trajetória particular de Maria José, que, “avessa a convenções, a noiva de vinte e três anos se casou de vestido de *laise* na cor lilás”, quebrando, mais uma vez, os padrões esperados.

Há, no livro de Arbex, um subcapítulo intitulado “A mulher que enfrentou o regime”, que trata a respeito da história de Ângela Pezzuti, que teve dois sobrinhos e a irmã presos pelo regime militar.

Quarta-feira, 6 horas da manhã, centro de Belo Horizonte. O despertador tocou naquele 19 de novembro de 1969, acordando Ângela Pezzuti, trinta e seis anos, para mais um dia de via-crúcis: visitar, a quase 300 quilômetros dali, os filhos que não gestou. Mesmo sem carregá-los no ventre, sentia-se mãe de Ângelo e Murilo. Ângela dedicou parte de sua vida aos cuidados com os filhos de Carmela, sua irmã, que também havia aderido à resistência contra a ditadura. Desde que os rapazes foram presos pela primeira vez, em janeiro daquele ano, ela passou a zelar incansavelmente pela sobrevivência dos sobrinhos e da própria irmã nas diversas vezes em que ela esteve presa. Não fosse sua luta na localização e na vigilância dos parentes no cárcere, eles certamente teriam sucumbido a toda a violência a que foram expostos. (ARBEX, 2015, p. 163).

Com esse excerto, fica claro o protagonismo inerente a cada uma das mulheres, uma que atuou na luta contra o regime e aquela que também aderiu à luta fazendo o papel de resguardar a família e manter as bases necessárias para a sobrevivência de todos. Esse aspecto fica ainda mais sobressaliente quando a jornalista relata que Ângela e Carmela se encontraram em uma visita aos presos políticos em Linhares e a irmã contou que fugiria do país para evitar a sua quarta prisão: “– Mas Carmela, você vai deixar seus filhos presos em Linhares? – Ângela, cada um tem uma missão na vida. Sou uma revolucionária. Deixo meus filhos com você. A sua missão é com os meus filhos” (ARBEX, 2015, p. 165). Com esse diálogo, que também evidenciou que se trataria da última vez que Carmela iria ver os filhos, é notável a ideia de missão de cada uma das mulheres, que igualmente contribuíram para as lutas da época. Ainda sobre Carmela, Arbex (2015) retoma brevemente um acontecimento, em que ela teria participado de uma reunião com a então militante Dilma Rousseff, que mais tarde foi eleita como a primeira, e única, presidenta, mulher, no Brasil.

Ângela, por mais de uma vez, ficou sem saber sobre o paradeiro de sua irmã e de seus sobrinhos, Ângelo e Murilo. Nessas ocasiões, ela foi protagonista em buscar as autoridades e tentar localizar a sua família, mobilizando outras pessoas a fazerem o mesmo. A autora relata que, em uma dada ocasião, em que todos sumiram de novo, Ângela partia todas as sextas de Belo Horizonte ao Rio de Janeiro em busca de notícias. Ela chegou a ir pessoalmente à casa do coronel Ari Pereira de Carvalho, que havia lhe dado autorização para visitar os sobrinhos na Vila Militar, onde haviam afirmado que eles estavam reclusos: “– O que você está fazendo aqui? – perguntou, constrangido pelo fato de estar sem camisa e sem o uniforme que o tornava

mais poderoso que os outros mortais” (ARBEX, 2015, p. 176). Essa passagem denota fortemente a necessidade das autoridades da época em manter o seu posicionamento de poder.

Ao retornar para a história de Carmela, a autora expõe que, um mês após a sua fuga, a militante foi capturada no Rio de Janeiro e, com isso, submetida a inúmeras sessões de espancamento na unidade policial do Exército. Ao chegar a Linhares, “a exuberância de sua personalidade e o permanente brilho nos olhos haviam desaparecido. Era uma morta-viva. Estava suja, alquebrada, aparentando bem mais do que os seus quarenta e quatro anos” (ARBEX, 2015, p. 13). A jornalista conta que, para homenagear Carmela, os presos políticos começaram a cantar e a galeria feminina respondeu, se unindo à canção, que era justamente a forma de comunicação entre homens e mulheres no presídio. Ao analisar esse episódio exposto pela autora, considero importante inferir que a diferenciação de gênero, no sentido de rebaixar as mulheres como se estivessem em condições inferiores, era muito menor entre os militantes, homens e mulheres, que possuíam ideais semelhantes.

Diante disso, apesar de ter separado um subcapítulo específico para tratar das particularidades das mulheres no período da Ditadura, por compreender que as figuras femininas merecem destaque em razão de seu protagonismo e do modo como são silenciadas, entendo também que a luta política estabelecida naquele tempo era algo que unia os gêneros, pois estava além de questões como essas.

Em um dos momentos do romance-reportagem, Arbex (2015) conta que as prisioneiras mulheres foram transferidas da “Galeria das meninas”, em Linhares, sem nenhum aviso aos que ficaram, e muitos dos presos permaneceram por um longo período de tempo sem saber onde estavam pessoas que eram suas companheiras de luta, esposas, noivas e amigas, causando também a separação do grupo. A jornalista narra que havia um jardim que era muito preservado pelas mulheres, que presenteavam os presos com flores em algumas visitas, e então os presidiários tentaram conservá-lo com muito cuidado para preservar a ideia de manter as mulheres por perto de alguma maneira. Os soldados, no entanto, destruíram diversas vezes o jardim, e os presos sempre plantavam novamente até que, por fim, o exército resolveu colocar cimento no pátio, terminando de vez com o jardim. Apesar disso, as plantas resistiam e brotavam nos espaços improváveis, no entremeio do concreto danificado, por exemplo. Dali surgiu uma touceira de sempre-vivas que, mais tarde, também foi arrancada e jogada ao solo para que os presidiários pudessem testemunhar sua morte.

Ninguém desistiu de replantar as sementes. Para cada touceira derrubada, surgia outra no presídio político. O renascer das sempre-vivas alimentava a esperança em um período de desertificação humana. Em nenhum outro momento, o país conheceu tanta dor. (ARBEX, 2015, p. 237).

Essa dor é representada de maneira bastante enfática em *Cova 312*, de Arbex, que parece conseguir captar o sofrimento dos envolvidos até onde o entendimento de alguém que não vivenciou situações semelhantes pode alcançar. Ao verificar o empenho da autora da obra em revelar as atrocidades cometidas no período ditatorial brasileiro, a partir dos mais diferentes vieses, e também buscar a cova onde Milton foi enterrado, movendo ainda esforços no sentido de comprovar a injustiça na condução da versão oficial sobre a morte por suicídio, entendo que Arbex se colocou como uma testemunha dos acontecimentos, tomando para si a necessidade de narrar o insuportável, buscando humanizar os sujeitos desumanizados pelos horrores da crueldade ditatorial. A percepção que apresento está embasada também no que afirma Gagnebin (2006, p. 57):

Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por sua causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história.

Assim, *Cova 312* mostra as faces que vão além da violência física, psicológica, vingativa, por circunstância e intencional e da dominação que perpassa pelos poderes coercitivo, político e simbólico. A autora transforma o que era número em histórias particulares, reais, de pessoas que tinham as suas vidas e, em muitos casos, as deixaram de lado por um ideal maior já que “a perda da própria liberdade era o preço a pagar por manter livres as ideias” (ARBEX, 2015, p. 111).

## **5 NOTAS DE FECHAMENTO: LITERATURA E JORNALISMO EM CONFLUÊNCIA PARA O RELATO HUMANIZADO**

As questões sociais recebem um novo sentido a partir dos fatos narrados. Os problemas do mundo não são resolvidos, a impunidade ainda impera, e existem muitos sujeitos que não conseguem perceber a crueldade cotidiana que permeia as nações. Todavia, quando os temas são expostos por meio da linguagem, dependendo do modo como são abordados, podem contribuir com a reflexão, ampliando o senso de empatia e de humanidade.

Compreender a sociedade é um grande passo para a mudança de realidades, especialmente quando tratamos da violência e, ainda mais especificamente, do cenário violento vivenciado pelo Brasil. Uma das maneiras de chegar a essas compreensões, é a partir de narrativas que se propõem a representar os fragmentos da realidade, instigando o senso crítico e reflexivo. Diante disso, manifestações artísticas, sejam elas ficcionais ou não-ficcionais, têm cumprido a importante função de contar a história e os cotidianos do país, assumindo o papel social de representar uma dada realidade para ressignificá-la. Ao unir as funções da literatura com as do jornalismo, que apresento no início deste estudo, chegamos a um pertinente tipo de gênero que demonstrou ser eficaz na interpretação das realidades e sua transposição por meio da narrativa. O jornalismo literário, que une as especificidades da literariedade (linguagem, detalhamento, estética, etc.), com a missão de informar, é capaz de proporcionar novas experiências críticas sobre os acontecimentos que marcaram a vida dos sujeitos.

Com os estudos bibliográficos a respeito do tema desta tese, em consonância com o resultado do mapeamento das obras premiadas no Prêmio Jabuti a partir do ano 2000 e com as análises dos romances-reportagens, foi possível ter a compreensão de quem são os sujeitos acometidos pela violência no Brasil, representados a partir dessas obras. Destaco, dentre os aspectos já abordados anteriormente, que os indivíduos vulneráveis diante das relações de poder, seja por pertencerem a grupos social e culturalmente excluídos da sociedade, ou por buscarem direitos que são fundamentais a qualquer ser humano, são aqueles que mais sofrem com as ações de crueldade praticadas por quem detém o domínio na maior parte do tempo, tendo em vista que os poderes podem ser invertidos. Embora esse lugar de poder possa ser invertido, em alguns momentos, como é o caso de quando os policiais são vítimas da violência enquanto realizam o seu trabalho, por exemplo, na maior parte do tempo, o que se vê é uma violência institucionalizada que parte de interesses políticos e privados. As violências física, psicológica, compensatória, por circunstância, vingativa e intencional aparecem como fatores praticamente inerentes às camadas sociais que são postas como um entrave para a realização

desses interesses. Considerando aquilo que foi representado a partir das obras investigadas, é como se fosse mais simplificada a resolução dos assuntos com a eliminação do problema de maneira violenta.

As forças policiais, que são as responsáveis pela maioria das ações violentas representadas nos romances-reportagens, também podem assumir, por vezes, lugar de vítimas com relação às instituições superiores a elas. Independentemente disso, o que se observa é que as atrocidades são cometidas a partir de relações de poder que advém da dominação com viés econômico, coercitivo, político ou simbólico, ou seja, as diferenças são cada vez mais acentuadas enquanto a violência impera.

Nessa direção, Marilena Chaui (2018) versa sobre o mito da não violência brasileira. A estudiosa explica que esse mito foi construído historicamente no país, tendo em vista que, enquanto nas três Américas, buscou-se combater o colonialismo com revoluções, no Brasil, bastou a proclamação de algumas palavras pelo herdeiro da coroa para que o povo acreditasse em uma pacífica liberdade. Chaui analisa esse cenário apontando que a narrativa histórica oculta que a transformação de colônia em império e, depois, de império em república, se deu a partir de golpes de Estado, além de silenciar as revoltas e rebeliões que circundaram a história política brasileira. Segundo sua percepção, “a narração política da ‘história feita sem sangue’ opera como alicerce para construção mítica da sociedade brasileira como a boa sociedade, una, indivisa, pacífica e ordeira”, erigindo a “imagem de um povo generoso, alegre, sensual, solidário, que desconhece o racismo, o machismo, a homofobia” e, ainda, “que respeita as diferenças étnicas, religiosas e políticas, que vive sem preconceitos porque não discrimina as pessoas por sua etnia nem por sua classe social nem por suas escolhas sexuais, religiosas ou profissionais”. A autora acrescenta que “a harmonia entre a casa-grande e a senzala afirma que somos um povo essencialmente não violento” (CHAUI, 2018, p. 37).

Isso não quer dizer que no Brasil não exista verdadeiramente a generosidade, a alegria, a tolerância, a empatia e, por fim, a paz. Nada pode ser extremo a ponto de apagar totalmente as características positivas que também existem em solo nacional. Entretanto, olhar para esse mito e perceber que muitos dos fatos são maquiados por discursos superficiais, que ainda insistem em diminuir a importância da desigualdade histórica que existe no país, é fundamental para compreensão acerca da necessidade de modificar realidades sociais e culturais que continuam fazendo inúmeras vítimas diariamente. O mito da violência ainda permanece, conforme Chaui (2018, p. 38), porque, a partir dele, “admite-se a existência factual da violência e pode-se, ao mesmo tempo, fabricar explicações para denegá-la no instante mesmo em que é



admitida”. Assim, é como se determinadas ações de crueldade pudessem ser justificáveis, contrariando aquilo que os críticos abordam a respeito das motivações para a constituição da violência.

As premissas da autora nos levam a relacionar um aspecto que permeou as três obras analisadas nesta tese: a impunidade. Em *Meu casaco de general* (2000), *O massacre* (2007) e *Cova 312* (2015), foram descritos episódios violentos que envolveram grupos social e culturalmente excluídos da sociedade e cujos agressores não foram devidamente punidos. A violência entre as polícias e os traficantes e moradores das favelas, as disputas sangrentas envolvendo os indivíduos do Movimento Sem Terra e os fatos ocultados pela ditadura militar brasileira fazem parte do contexto do país, sendo pouco questionados porque já se trata de questões *normalizadas*. É como se governantes e a sociedade civil e militar estivessem adaptados e, por isso, quase passivos diante dos acontecimentos.

A inversão de perspectivas faz com que a responsabilidade da violência seja destinada àquelas pessoas que são enfraquecidas diante das instituições dominantes. Para Chauí (2018, p. 39, grifos da autora), a debilidade das instituições políticas e a fraqueza da sociedade civil indicam “a divisão entre dois grupos: de um lado, estão os grupos *portadores* de violência, e de outro, os grupos *impotentes* para combatê-la”, assegurando a manutenção daquele mesmo mito. “O mecanismo da exclusão produz a diferença entre um “nós-brasileiros-não-violentos e um eles-não-brasileiros-violentos. ‘Eles’ (vândalos, desordeiros, bandidos) não fazem parte dos ‘nós’, estão excluídos da gente brasileira” (CHAUI, 2018, p. 39-40). Assim, ainda segundo a estudiosa, existe uma distinção entre o essencial e o acidental, de forma que a violência fica estabelecida enquanto pertencente ao campo da delinquência e da criminalidade, determinando quem podem ser os agentes violentos e legitimando “a ação policial contra a população pobre, os sem-terra, os negros, os indígenas, as crianças sem infância, os moradores de rua, os favelados”. A autora conclui que o assassinato, em casos como esses, “é considerado normal e natural, uma vez que se trata de proteger o ‘nós’ contra o ‘eles’”.

A perspectiva da filósofa está alinhada com o que discuti ao longo desta escrita, considerando que as relações de dominação por meio dos poderes acabam normalizando ações de crueldade, tendo em vista que grupos considerados como minorias sociais, por sua posição inferiorizada diante dos demais, quase sempre são acometidos pela violência de forma generalizada. Chauí (2018, p. 41, grifo da autora) afirma que “a sociedade brasileira não percebe que as próprias explicações oferecidas são violentas porque está cega para o lugar efetivo de produção da violência, isto é, *a estrutura da sociedade brasileira*”, que segue evidenciando as diferenças econômicas, sociais, culturais e políticas, além das questões de intolerância e dos

preconceitos. Na percepção da autora, as diferenças, que são sempre transformadas em desigualdades, evidenciam a relação entre mandar e obedecer.

Todos esses pontos são reforçados de maneira contundente nos três romances-reportagens discutidos, visto que as obras abordam sem receios a maneira como um indivíduo pode ser menosprezado diante de outro que, normalmente, representa uma instituição munida de poder e, por isso, passível de dominá-lo. Retomando o entendimento de Auerbach (1971), o posicionamento dos escritores diante da realidade e o modo como essas pessoas interpretam as situações, questionando e buscando as verdades dos acontecimentos, são fatores determinantes para a representação por meio de narrativas. Dito isso, entendo que o posicionamento dos autores/narradores indica a possibilidade de representar de maneira eficaz as realidades que acometem à nação e, diante disso, é irrefutável que os escritores das obras em questão assumam esse papel.

Luiz Eduardo Soares, Eric Nepomuceno e Daniela Arbex se posicionam veementemente em suas narrativas, apresentando os fatos, os dados, as entrevistas e as pesquisas diante dos acontecimentos, mas, além disso, analisando as situações e fazendo críticas pertinentes ao sistema que engendra a violência brasileira. Esse posicionamento não apenas refuta a ideia de conformismo diante das injustas relações de dominação e de violência, como também promove um caráter de enfrentamento diante dessas realidades. Isso ocorre porque, além da apuração completa acerca dos acontecimentos, há, nas narrativas, uma forte ponderação sobre o modo como os culpados pelas tragédias não são responsabilizados pelos atos que cometeram, decaindo, quase sempre, as culpas sobre os mais fragilizados.

As instituições que detêm o poder e que deveriam atuar como agentes que promovem a confiança e a segurança de todas as pessoas são, muitas vezes, corrompidas, despreparadas ou ineficazes. A partir dessas percepções, caberia propor um estudo futuro que aprofundasse a questão das diferenças do modo de narrar a violência na mídia tradicional e em grandes reportagens. Muitas das reflexões possíveis a partir dessas obras ocorrem, justamente, considerando o posicionamento daquelas pessoas que as escrevem. Já no jornalismo cotidiano, existe uma busca pelo distanciamento do narrador com relação aos fatos, embora, mais recentemente, alguns veículos de comunicação estejam incluindo percepções opinativas ao noticiário. Será que, em vez de mascarar uma falha objetividade que muitas vezes obedece a instituições dominantes, a mídia tradicional não poderia assumir seu posicionamento de forma clara e aberta diante da sociedade? Não se trata de direcionar pensamentos ou monopolizar algumas informações em detrimento de outras, pois a premissa básica do jornalismo é dar voz

a todos os envolvidos; porém, assumir um papel de enfrentamento das injustiças sociais de maneira mais enfática e aproximada poderia, talvez, indicar um caminho profícuo na promoção da criticidade. Afinal, narrativas que denunciam, que “tiram do lugar” e, muitas vezes, incomodam, são capazes de gerar novas compreensões sobre a humanidade, ideias muitas vezes ocultadas pela própria história.

Conforme já relatado, a representação da violência em *Meu casaco de general* revela, principalmente, as relações entre a tirania do tráfico e a corrupção das polícias no Rio de Janeiro; em *O massacre*, vemos o contexto do Pará e das disputas por territórios que afetam, principalmente, os trabalhadores rurais sem terra; no livro *Cova 312*, o foco está nas atrocidades cometidas durante o período ditatorial brasileiro, tendo como cenário principal o Estado de Minas Gerais. Esses romances-reportagens representam situações diferentes de violência, tanto contextual como geograficamente. São inúmeras as personagens entrevistadas que relatam o sofrimento oriundo das ações de crueldade, cada uma delas em seu espaço, em suas lutas. Todavia, ainda que representem lugares, situações e sujeitos específicos, a violência e as relações de dominação expostas nas obras podem ser compreendidas de maneira semelhante quando considerado o cenário brasileiro, já que todos os Estados da nação vivenciam, em algum nível, episódios semelhantes aos apresentados.

Já se passaram 21 anos desde a publicação da obra de Soares, 14 desde o livro de Nepomuceno e 6 desde o romance-reportagem de Arbex. No entanto, problemas como os citados nas narrativas persistem no país, e o foco segue sendo o mesmo. Soares, em publicação recente na revista *Piauí*, escreveu que a Constituição Federal Brasileira, de 1988, apesar de ter consagrado a transição democrática, “não foi capaz de extinguir as disputas no processo de acomodação das elites, nem de imunizar o país contra o autoritarismo persistente, inscrito nas relações econômicas, sociais e culturais” (SOARES, 2020, n.p.). O autor ainda afirma que não houve um enfrentamento das desigualdades buscando a equidade, prevalecendo um legado de escravidão e racismo estrutural. Segundo Soares, “a expressão mais nítida da contradição entre a equidade almejada na Constituição e a iniquidade substantiva são as operações policiais em favelas cariocas e o domínio miliciano”. A partir disso, o antropólogo apresenta outra reflexão pertinente: “quando imperam o ódio e o descrédito com relação às instituições, que tipo de líder será eleito pelos cidadãos? Naturalmente, o que souber representar o sentimento dominante, que melhor o personificar”.

Nepomuceno, quando republicou *O massacre*, em 2019, escreveu um prefácio para fazer um panorama atualizando a situação descrita no livro de 2007 sob o título “o tempo passou, mas nem tanto”. O jornalista inicia sua introdução lamentando a morte de alguns de

seus entrevistados em 2005, quando esteve em Eldorado do Carajás para escrever o livro e lamentou também a impunidade dos envolvidos no episódio do massacre, sendo que alguns morreram antes mesmo de serem levados à justiça e dois policiais militares que comandaram a ação foram presos, 16 anos após o ocorrido na Curva do S, mas um deles conseguiu, depois de algumas negativas, cumprir a pena em regime de prisão domiciliar. Nepomuceno ressalta que o mais inquietante é que pouca coisa mudou desde que o massacre ocorreu, em 1996. O autor conta sobre outras ações realizadas contra o MST, uma delas, em 2017, quando nove homens e uma mulher que estavam acampados na fazenda Santa Lúcia foram mortos de maneira brutal por 29 policiais civis e militares, incluindo, entre eles, dois delegados e um coronel da PM. Segundo o relato do autor, havia entre 25 e 28 pessoas no local, ou seja, menos do que a quantidade de policiais. A maioria se escondeu na mata, e os que não conseguiram, morreram. Nepomuceno (2019) questiona: “confronto?”. E acrescenta a informação de que a Secretaria de Segurança Pública afirmou que foram apreendidas 11 armas no acampamento, apesar de nenhum policial ter sido ferido.

O autor (2019, n.p.) apresenta ainda outros exemplos e reitera que esses fatos retratam “uma realidade que permanece imutável, condenada ao silêncio omissivo da opinião pública e ao descaso das autoridades responsáveis pela questão agrária”. Escreve ainda que “desde aquele agora longínquo 17 de abril de 1996 não houve nenhum avanço significativo na reforma agrária, e na disputa pela terra”, sendo que se continua “a matar desbragadamente pelo país afora”. Nepomuceno expõe que “também não mudou a tenebrosa frequência com que se mata no Pará, que continua liderando a lista macabra de assassinatos”, embora “o número e a diabólica frequência dessas mortes” tenham aumentado em outros Estados brasileiros, como Rondônia e Mato Grosso do Sul.

A obra de Arbex, que reitera o quanto a trajetória de torturas e a identidade de sujeitos acometidos por essas práticas foram e continuam sendo silenciadas historicamente no país, instiga a compreensão sobre a problemática do desconhecimento da população acerca de muitas das atrocidades realizadas na ditadura militar brasileira. A negação do período de autoritarismo fere a democracia e, infelizmente, também é aspecto atual, visto que, em março de 2021, o então presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, ganhou na justiça o direito de *celebrar* o golpe de 1964, referindo-se à ocasião como “dia da liberdade” e parabenizando os militares da época pelas ações desenvolvidas.

Dito isso, é perceptível que, apesar de terem se passado décadas da publicação dos romances-reportagens analisados nesta pesquisa, e outras mais desde que os fatos representados

ocorreram, as problemáticas da violência, da falta de incentivo governamental para projetos que mudem as realidades, do rebaixamento de seres humanos e da anulação do sofrimento, continuam evidentes no país. Tomo por empréstimo o questionamento que Soares faz em seu artigo publicado em 2020: “por que chegamos a esse ponto?”. E ele responde:

Porque nunca estivemos em outro ponto. Ou melhor, estivemos e estamos em outros pontos, mas a violência policial contra negros e pobres nunca foi afetada pelo dinamismo da sociedade, e esse contraste ilumina seu significado escandaloso e intempestivo. O ponto refratário à mudança permanece plantado no coração do Brasil: é a estaca que fere de morte qualquer ensaio democrático, o baluarte da abjeção, o símbolo da barbárie, a cena primitiva do racismo atávico que deveria nos encher de vergonha. O Brasil moveu-se, o eixo jurídico-político deslocou-se, a economia sofreu transformações, o campo religioso alterou-se, as culturas recriaram-se, conquistas sociais relevantes foram alcançadas, expectativas elevaram-se e frustraram-se, mas a porta de casa da família negra ainda tomba sob os pés do Estado, e seus filhos continuam a ser mortos aos milhares como presas abatidas. (SOARES, 2020, n.p.).

As ponderações do cientista político expõem uma realidade severa e preocupante, visto que o ciclo da dominação é histórico, e o poder permanece em posse daqueles que pouco buscam discutir essas questões. Existem, contudo, grupos sociais e algumas poucas autoridades políticas que constantemente procuram realizar medidas para promover a não violência. Entretanto, até mesmo essas iniciativas esbarram em críticas movidas por interesses particulares. É habitual que se mencionem frases como as que Soares reproduz de maneira crítica (2000, p. 65) em *Meu casaco de General*: “Esse pessoal dos direitos humanos defende bandido”, “Vagabundo só entende a linguagem da força”. De maneira semelhante à ideia do autor, que mostra o quanto é distorcida a imagem acerca dos Direitos Humanos e também daqueles que sofrem ações de crueldade, Chaui elucida que a violência está interiorizada tão fortemente nas desigualdades que passa a ser considerada normal. A autora (201, p. 48), nesse sentido, alega: “a existência dos sem-terra, dos sem-teto, dos desempregados é atribuída à ignorância, à preguiça e à incompetência dos ‘miseráveis’”. Assim, os sujeitos que são socialmente excluídos da sociedade são cotidianamente alvo da violência psicológica proveniente de um julgamento sem base e conhecimento. Chaui (2018, p. 48) acrescenta que “a sociedade brasileira está longe da concretização de direitos, pois está polarizada entre as carências das camadas populares e os privilégios das camadas dominantes e dirigentes”, o que comprova aquilo que foi perceptível a partir da representação feita por meio dos romances-reportagens analisados.

Se o jornalismo literário brasileiro da contemporaneidade demonstrou agir com enfrentamento diante das crueldades cometidas contra sujeitos específicos da sociedade,

podemos nos questionar em que medida essas obras poderiam atuar no sentido de promover, na prática, modificações sociais. Essa questão se une a outra que deve ser recorrente no meio acadêmico: como as nossas pesquisas podem atuar no sentido de promover alterações efetivas no meio em que vivemos? São perguntas demasiado complexas que podem ser base para um novo estudo, no entanto, poderíamos avaliar de que maneira o compilado de todos esses dados, críticas e análises pode ser divulgado para que tenha um amplo acesso e, com isso, comece a modificar pensamentos e, por consequência, atitudes.

Encontramos, diante disso, outro desafio que diz respeito ao interesse da população em buscar informação de profundidade. Laurentino Gomes, autor de diversos romances-reportagens de grande importância para o resgate histórico do país, escreveu o prefácio de *Cova 312* e afirmou que, “nos últimos anos, poucas atividades humanas tiveram a sua morte anunciada de forma tão enfática e frequente do que o jornalismo” (GOMES, 2015, p. 13). A premissa do autor conduz à ideia de que as novas tecnologias digitais poderiam tornar irrelevantes o jornalismo em jornais, revistas, rádios, livros-reportagens e outros, colocando-os como se fossem “reliquias inúteis do passado”, pois, no ambiente conectado pelas redes sociais, qualquer pessoa que tenha um celular pode produzir conteúdo, de forma instantânea e torná-lo acessível a todos. Diante disso, ele questiona: “quem precisaria de repórteres e editores profissionais?” e segue com a hipótese de que, “nesse novo e admirável mundo movido a entretenimento e mensagens audiovisuais, o velho e bom leitor também estaria desaparecendo” (GOMES, 2015, p. 13). O jornalista destaca ainda que, em consonância ao senso comum, hoje em dia, as pessoas, especialmente os jovens, às leituras longas preferem informações curtas, de rápido consumo e sem sofrimento, para que não lhes sejam exigidos muito tempo e concentração. Porém, ao voltar-se para a obra de Arbex, Gomes (2015, p. 14) anuncia: “o livro que você tem em mãos, caro leitor, desmente esses e vários outros mitos”. Ele enfatiza que, por meio da referida narrativa, é possível dizer que “a boa reportagem continua viva, atraente e transformadora como sempre”.

A percepção de Laurentino Gomes sobre o romance-reportagem de Arbex certamente pode ser aplicável às demais obras que estudei ao longo desta investigação. Em tempos em que o imediatismo, especialmente por meio da tecnologia, é dominante, poderia se dizer que narrativas mais aprofundadas como as de grandes reportagens estariam em desuso. Sendo assim, talvez fosse o caso de darmos um “passo atrás”, enquanto sociedade, para refletirmos a respeito da importância de buscarmos o aprofundamento em temas que influenciam na vida social. Alguns veículos de comunicação tradicionais já ensaiam esse “retorno”, apresentando

conteúdos mais aprofundados e problematizadores, usando os recursos digitais como aliados na propagação da informação aprofundada, já que é possível difundir informações, de forma multimídia, unindo textos, vídeos, imagens, infográficos e animações, por exemplo. É necessário, todavia, que cada vez mais o jornalismo cotidiano, por meio das tecnologias, utilize-se das técnicas em prol do bem social e, por que não, valendo-se de algumas premissas emprestadas do jornalismo literário, especialmente quando tratamos sobre aprofundamento narrativo e atribuição de identidade aos sujeitos.

Partindo dessas ideias, reitero uma das principais funções observadas com a análise dos romances-reportagens da contemporaneidade: os números deixam de ser estatísticas, ganham nome, família, voz e memória. São vítimas de atrocidades, de injustiças históricas e sociais, submetidas à dominação de instituições públicas ou privadas que atendem a interesses particulares, pessoas que passam por uma vida de silenciamento e omissão e, por meio desse tipo de narrativa, ganham representatividade. Posto isso, retomo um dos questionamentos centrais desta tese: “a partir da confluência da linguagem literária com a informação jornalística, é possível promover um relato humanizado?”. Ficou claro, durante o processo de investigação, que, quando a narrativa jornalística e a literária se unem para representar determinadas realidades, elas cumprem, juntas, essa função. Além de atribuir identidade e voz aos sujeitos, o texto crítico oriundo das obras incita a possibilidade de que os leitores mudem a sua percepção sobre o mundo, despertando o anseio pela transformação do contexto social e político, com vistas à minimização de injustiças e desumanização.

Ao retomar as ideias de Ijuim (2017), já citadas nesta pesquisa, observo que o jornalismo literário brasileiro contemporâneo, dentro do recorte estabelecido neste estudo, cumpre um papel na busca por humanizar. Isso porque, diferentemente do que pode ocorrer em outros meios, essas narrativas não caricaturizam os seres humanos, levando à discussão da problemática sem apontar as pessoas como sendo meras peças de um fenômeno social, mas, sim, discutindo a respeito das causas e dos contextos que as circundam. Ademais, ao escrever com viés no enfrentamento da violência, os autores não ignoram a complexidade dos acontecimentos, pelo contrário, eles parecem comprometer-se com valores universais, buscando além de uma audiência leitora, uma identificação com o sujeito que lê. Nessa mesma linha, e ainda tendo como base as propostas para um discurso humanizador instigadas por Ijuim, os romances-reportagens mostram um reconhecimento do outro, indicando o abismo existente entre as classes, mas com o foco em dissolver os pensamentos discriminatórios e preconceituosos. Esse reconhecimento se estabelece, não por meio de suposições ou pesquisas rasas, mas a partir de apurações aprofundadas, tendo como referências documentos oficiais,

depoimentos e, sobretudo, a vivência junto aos envolvidos nas situações apresentadas, já que os escritores vão até os locais, conversam com os sujeitos, interagem com as suas culturas, vivem um pouco de suas histórias. Com tudo isso, os estereótipos são desfeitos e o ser humano ganha visibilidade.

Embora o fenômeno da violência seja tido como entronizado no cenário do país, causando inclusive senso de normalidade, os romances-reportagens brasileiros analisados nesta pesquisa vão na contramão dessa perspectiva, pois criticam, denunciam, expõem, contextualizam e mostram que não existe nada de normal em submeter seres humanos a situações de crueldade, especialmente se a dominação se der em razão das suas condições sociais, culturais, econômicas, raciais, de gênero, etc. Com isso, episódios importantes da história do Brasil, que eram conhecidos apenas superficialmente, são tratados com detalhamento. Poderia ser mais cômodo ignorá-los, mas, ao contrário disso, o jornalismo literário retoma as questões para causar desconforto, com o objetivo de mobilizar, mudar pensamentos, comportamentos e, até mesmo, corrigir a história. Dessa forma, as narrativas que unem jornalismo e literatura têm papel humanizador.

Seja no âmbito acadêmico, na literatura, no jornalismo ou em outras formas de narrativa, qualquer das escritas pode servir para edificar, fazer refletir, trazer novos pensamentos, possibilitando que sejamos mais humanos e possamos, também nós, promover esse sendo de humanidade. Como me escreveu Daniela Arbex, em uma dedicatória em um de seus livros: “Que nossas canetas possam acordar um país”.



## 5.1 CONCLUSIONES: LITERATURA Y PERIODISMO EN CONFLUENCIA PARA EL RELATO HUMANIZADO

Los problemas sociales reciben un nuevo significado de los hechos narrados. Los problemas del mundo no se resuelven, aún reina la impunidad y hay muchos individuos que no pueden percibir la crueldad diaria que impregna a las naciones. Sin embargo, cuando los temas se exponen a través del lenguaje, dependiendo de cómo se aborden, pueden contribuir a la reflexión, ampliando el sentido de empatía y humanidad.

Comprender la sociedad es un gran paso hacia el cambio de realidades, especialmente en lo que se refiere a la violencia y, más específicamente, al escenario violento que vive Brasil. Una de las formas de llegar a estos entendimientos es a partir de narrativas que proponen representar los fragmentos de la realidad, instigando el sentido crítico y reflexivo. Por lo tanto, las manifestaciones artísticas, sean ficticias o no ficticias, han cumplido la importante función de contar la historia y la vida cotidiana del país, asumiendo el papel social de representar una realidad determinada para darle un nuevo significado al unir las funciones de la literatura con el periodismo, que presento al inicio de este estudio, llegamos a un género pertinente que ha demostrado ser efectivo en la interpretación de las realidades y su transposición a través de la narrativa. El periodismo literario, que une las especificidades del formato (lenguaje, detalle, estética, etc.), con la misión de informar, es capaz de brindar nuevas experiencias críticas sobre los hechos que marcaron la vida de los sujetos.

Con los estudios bibliográficos sobre el tema de esta tesis, en línea con el resultado del mapeo de las obras premiadas en el Premio Jabuti desde el año 2000 en adelante y con el análisis de las novelas-reportajes, se pudo entender quiénes son los sujetos afectados por la violencia en Brasil, representados a partir de estas obras. Destaco, entre los aspectos ya comentados anteriormente, que los individuos vulnerables ante las relaciones de poder, ya sea por pertenecer a grupos social y culturalmente excluidos de la sociedad, o porque buscan derechos que son fundamentales para cualquier ser humano, son los que sufren la mayoría de las acciones crueles practicadas por quienes tienen el dominio la mayor parte del tiempo, considerando que los poderes pueden revertirse. Si bien este lugar de poder puede invertirse, en ocasiones, como ocurre cuando los policías son víctimas de violencia en el desempeño de su labor, por ejemplo, la mayoría de las veces, lo que se ve es una violencia institucionalizada que deja de intereses políticos y privados. La violencia física, psicológica, compensatoria, circunstancial, reivindicativa e intencional aparecen como factores prácticamente inherentes a los estratos sociales que se consideran un obstáculo para la realización de estos intereses. Considerando lo

representado de las obras investigadas, es como si la resolución de los problemas se simplificara más con la eliminación del problema de manera violenta.

Las fuerzas policiales, que son responsables de la mayoría de las acciones violentas representadas en las novelas-reportajes, también pueden en ocasiones ocupar el lugar de las víctimas en relación con las instituciones superiores a ellas. Independientemente, lo que se observa es que las atrocidades se cometen desde relaciones de poder que provienen de una dominación con sesgo económico, coercitivo, político o simbólico, es decir, las diferencias se acentúan cada vez más mientras impera la violencia.

En esta dirección, Marilena Chaui (2018) aborda el mito de la no violencia brasileña. El erudito explica que este mito se construyó históricamente en el país, considerando que, mientras en las tres Américas se intentó combatir el colonialismo con revoluciones, en Brasil bastaba con la proclamación de unas palabras por parte del heredero de la corona, que la gente crea en una libertad pacífica. Chaui analiza este escenario señalando que la narrativa histórica esconde que la transformación de colonia a imperio y, posteriormente, de imperio a república, se dio a través de golpes de Estado, además de silenciar las revueltas y rebeliones que rodearon la historia política brasileña. Según su percepción, "la narración política de la 'historia hecha sin sangre' opera como fundamento de la construcción mítica de la sociedad brasileña como una buena sociedad, una, indivisa, pacífica y ordenada", construyendo la "imagen de un generoso, alegre, gente sensual, solidaria, que ignora el racismo, el sexismo, la homofobia "y además" respeta las diferencias étnicas, religiosas y políticas, vive sin prejuicios porque no discrimina a las personas por su etnia o clase social o sus elecciones sexuales, religiosas o profesionales" . El autor agrega que "la armonía entre la casa principal y el cuartel de esclavos afirma que somos un pueblo esencialmente no violento" (CHAUI, 2018, p. 37)<sup>25</sup>.

Esto no quiere decir que en Brasil no haya verdadera generosidad, alegría, tolerancia, empatía y, finalmente, paz. Nada puede ser extremo hasta el punto de borrar por completo las características positivas que también existen en suelo nacional. Sin embargo, mirar este mito y darse cuenta de que muchos de los hechos están conformados por discursos superficiales, que aún insisten en reducir la importancia de la desigualdad histórica que existe en el país, es fundamental para comprender la necesidad de cambiar las realidades sociales y culturales que las atraviesan y que continúan haciendo innumerables víctimas a diario. El mito de la violencia aún permanece, según Chaui (2018, p. 38), porque, a partir de él, "se admite la existencia fáctica de la violencia y se puede, al mismo tiempo, fabricar explicaciones para negarla

---

<sup>25</sup> Del original en portugués, las referencias citadas en este texto final fueron traducidas, por mí, al español.

instantáneamente en las que es admitido”. Así, es como si determinadas acciones de crueldad pudieran justificarse, contrariamente a lo que abordan los críticos sobre las motivaciones para la constitución de la violencia.

Las premisas de la autora nos llevan a relatar un aspecto que impregnó los tres trabajos analizados en esta tesis: la impunidad. *Meu Casaco de General* (2000), *O Massacre* (2007) y *Cova 312* (2015) se describieron episodios violentos que involucraron a grupos social y culturalmente excluidos de la sociedad y cuyos agresores no fueron debidamente sancionados. La violencia entre policías, narcotraficantes y favelas, sangrientas disputas que involucran a personas del Movimiento Sin Terra y los hechos ocultos por la dictadura militar brasileña son parte del contexto del país y son poco cuestionados porque ya son temas normalizados. Es como si los funcionarios de gobierno y la sociedad civil y militar estuvieran adaptados y, por tanto, casi pasivos ante los acontecimientos.

La inversión de perspectivas hace que la responsabilidad de la violencia recaiga en aquellas personas debilitadas por las instituciones dominantes. Para Chauí (2018, p. 39, énfasis agregado por la autora), la debilidad de las instituciones políticas y la debilidad de la sociedad civil indican “la división entre dos grupos: por un lado, hay grupos con violencia, y por otro, grupos impotentes para combatirlo”, asegurando el mantenimiento de ese mismo mito. “El mecanismo de exclusión produce la diferencia entre un “nosotros-brasileños no violentos y un ellos-brasileños no violentos. 'Ellos' (vándalos, alborotadores, bandidos) no son parte del 'nosotros', están excluidos del pueblo brasileño” (CHAUI, 2018, p. 39-40). Así, según la estudiosa, se distingue entre lo esencial y lo accidental, de manera que se establece la violencia como perteneciente al campo de la delincuencia y la criminalidad, determinando quiénes pueden ser los agentes violentos y legitimando “la acción policial contra la población los pobres”, los sin tierra, los negros, los indígenas, los niños sin infancia, los sin techo, los habitantes de los barrios marginales”. Chauí concluye que el asesinato, en casos como estos, “se considera normal y natural, ya que se trata de proteger a 'nosotros' de 'ellos'”.

La perspectiva de la filósofa está en línea con lo que he comentado a lo largo de este escrito, considerando que las relaciones de dominación a través de los poderes terminan por normalizar las acciones de crueldad, considerando que los grupos considerados como minorías sociales, por su posición inferior en relación a los demás, casi siempre se ven afectados por la violencia de forma generalizada. Chauí (2018, p. 41, énfasis agregado) afirma que “la sociedad brasileña no se da cuenta de que las explicaciones ofrecidas son violentas porque está ciega al lugar efectivo de producción de la violencia, es decir, la estructura de la sociedad brasileña”, que continúa para resaltar las diferencias económicas, sociales, culturales y políticas, además

de cuestiones de intolerancia y prejuicio. En la percepción de la autora, las diferencias, que siempre se transforman en desigualdades, muestran la relación entre ordenar y obedecer.

Todos estos puntos se ven fuertemente reforzados en las tres novelas-reportajes comentadas, ya que las obras abordan sin miedo la forma en que un individuo puede ser despreciado frente a otro que, normalmente, representa una institución con poder y, por lo tanto, susceptible de dominarlo. Volviendo a la comprensión de Auerbach (1971), la posición de los escritores en relación con la realidad y la forma en que estas personas interpretan las situaciones, cuestionando y buscando las verdades de los hechos, son factores determinantes para la representación a través de las narrativas. Dicho esto, entiendo que la posición de los autores/narradores indica la posibilidad de representar efectivamente las realidades que afectan a la nación y, a la luz de esto, es irrefutable que los escritores de las obras en cuestión asuman este rol.

Luiz Eduardo Soares, Eric Nepomuceno y Daniela Arbex se posicionan con vehemencia en sus narrativas, presentando los hechos, datos, entrevistas e investigaciones a la luz de los hechos, pero, además, analizando las situaciones y haciendo críticas relevantes al sistema que genera violencia brasileña. Esta posición no solo refuta la idea de conformismo frente a relaciones injustas de dominación y violencia, sino que también promueve un carácter de confrontación frente a estas realidades. Esto se debe a que, además de la investigación completa de los hechos, hay en las narrativas una fuerte consideración sobre la forma en que los responsables de las tragedias no son responsabilizados por los hechos que cometieron, cayendo, casi siempre, la culpa a los más frágiles.

Las instituciones que tienen el poder y que deberían actuar como agentes que promueven la confianza y la seguridad de todas las personas a menudo están corruptas, no están preparadas o son ineficaces. A partir de estas percepciones, sería conveniente proponer un estudio futuro que profundizara en el tema de las diferencias en la forma de narrar la violencia en los medios tradicionales y en los grandes reportajes. Muchas de las posibles reflexiones de estas obras ocurren, precisamente, considerando la posición de quienes las escriben. En el periodismo cotidiano, en cambio, se busca la distancia entre el narrador y los hechos, aunque, más recientemente, algunos medios están incorporando percepciones obstinadas de la noticia. ¿Podría ser que, en lugar de enmascarar una objetividad defectuosa que a menudo obedece a las instituciones dominantes, los medios tradicionales no podrían asumir su posición clara y abiertamente en la sociedad? No se trata de dirigir pensamientos o acaparar una información a costa de otras, ya que la premisa básica del periodismo es dar voz a todos los involucrados; sin

embargo, asumir un papel en la confrontación de las injusticias sociales de una manera más enfática y aproximada podría quizás indicar un camino fructífero en la promoción de la criticidad. Después de todo, las narrativas que denuncian, que “lo sacan de lugar” y muchas veces molestan, son capaces de generar nuevas comprensiones sobre la humanidad, ideas que muchas veces quedan ocultas por la historia misma.

Como ya se informó, la representación de la violencia en *Meu Casaco de General* revela, sobre todo, la relación entre la tiranía del narcotráfico y la corrupción policial en Río de Janeiro; en *O massacre*, vemos el contexto de Pará y las disputas por territorios que afectan principalmente a los campesinos sin tierra; en el libro *Cova 312*, la atención se centra en las atrocidades cometidas durante el período dictatorial brasileño, con el Estado de Minas Gerais como escenario principal. Estos informes novedosos representan diferentes situaciones de violencia, tanto contextualmente como geográficamente. Son innumerables los personajes entrevistados que relatan el sufrimiento derivado de las acciones de crueldad, cada uno de ellos en su espacio, en sus luchas. Sin embargo, si bien representan lugares, situaciones y sujetos específicos, la violencia y las relaciones de dominación expuestas en las obras pueden entenderse de manera similar al considerar el escenario brasileño, ya que todos los estados de la nación experimentan, en algún nivel, episodios similares al presentado.

Han pasado 21 años desde la publicación de la obra de Soares, 14 desde el libro de Nepomuceno y 6 desde la novela-reportaje de Arbex. Sin embargo, problemas como los mencionados en las narrativas persisten en el país y el enfoque sigue siendo lo mismo. Soares, en una publicación reciente de la revista *Piauí*, escribió que la Constitución Federal brasileña de 1988, a pesar de haber consagrado la transición democrática, “no logró extinguir las disputas en el proceso de reasentamiento de las élites, ni inmunizar al país contra el autoritarismo persistente, inscrita en las relaciones económicas, sociales y culturales” (SOARES, 2020, n.p). El autor también afirma que no hubo enfrentamiento de desigualdades en busca de equidad, prevaleciendo un legado de esclavitud y racismo estructural. Según Soares, “la expresión más clara de la contradicción entre la equidad buscada en la Constitución y la inequidad sustantiva son las operaciones policiales en los barrios marginales de Río de Janeiro y el dominio de las milicias”. En base a esto, el antropólogo presenta otra reflexión pertinente: “cuando prevalezca el odio y el descrédito hacia las instituciones, ¿qué tipo de líder será elegido por la ciudadanía? Naturalmente, lo que sabes representar el sentimiento dominante, que mejor personificarlo”.

Nepomuceno, cuando volvió a publicar *O massacre*, en 2019, escribió un prefacio para hacer un repaso actualizando la situación descrita en el libro de 2007 bajo el título “Ha pasado el tiempo, pero no tanto”. El periodista comienza su presentación lamentando la muerte de

algunos de sus entrevistados en 2005, cuando se encontraba en Eldorado de Carajás para escribir el libro y también lamentó la impunidad de los involucrados en el masacre, algunos de los cuales murieron incluso antes de ser llevados ante la justicia y dos policías militares que comandaban la acción fueron detenidos, 16 años después de lo ocurrido en Curva do S, pero uno de ellos logró, tras algunas negaciones, cumplir su condena bajo arresto domiciliario. Nepomuceno señala que lo más inquietante es que poco ha cambiado desde lo masacre de 1996. El autor relata otras acciones emprendidas contra el MST, una de ellas en 2017, cuando nueve hombres y una mujer acampaban en la finca Santa Lúcia, fueron brutalmente asesinados por 29 policías civiles y militares, entre ellos, dos delegados y un coronel de la Policía Militar. Según el relato del autor, había entre 25 y 28 personas en el lugar, es decir, menos que el número de policías. La mayoría se escondió en el bosque y los que no pudieron, murieron. Nepomuceno (2019) pregunta: “¿confrontación?”. Y agrega la información de que la Secretaría de Seguridad Pública manifestó que en el campamento se incautaron 11 armas, a pesar de que ningún policía resultó herido.

El autor (2019, n.p.) presenta otros ejemplos y reitera que estos hechos retratan “una realidad que permanece inalterada, condenada al silencio silencioso de la opinión pública y al descuido de las autoridades responsables del tema agrario”. También escribe que “desde ese ahora lejano 17 de abril de 1996 no ha habido avances significativos en la reforma agraria, y en la disputa por la tierra”, y que la gente sigue “matando imprudentemente en todo el país”. Nepomuceno argumenta que “también no cambió la aterradora frecuencia con que se asesina en el Pará, que sigue liderando la lista macabra de asesinatos”, aunque “la cantidad y diabólica frecuencia de estas muertes” tengan aumentado en otros estados brasileños, como Rondônia y Mato Grosso do Sul.

El trabajo de Arbex, que reitera cómo la trayectoria de la tortura y la identidad de los sujetos afectados por estas prácticas han sido y sigue siendo históricamente silenciadas en el país, instiga a la comprensión del problema del desconocimiento de la población sobre muchas de las atrocidades cometidas, en la dictadura militar brasileña. La negación del período de autoritarismo hiere a la democracia y, lamentablemente, también es un aspecto actual, ya que, en marzo del año 2021, el actual presidente de Brasil, Jair Bolsonaro, ganó en los tribunales el derecho a celebrar el golpe de 1964, refiriéndose a tomar la decisión; ocasión como un “día de la libertad” y felicitando a los militares en ese momento por las acciones que desarrollaron.

Dicho esto, se nota que, si bien han pasado décadas desde la publicación de las novelas-reportajes analizados en esta investigación, y más desde que ocurrieron los hechos

representados, los problemas de violencia, la falta de incentivo del gobierno para proyectos que cambien realidades, la degradación del ser humano y la anulación del sufrimiento siguen siendo evidentes en el país. Tomo prestada la pregunta que hace Soares en su artículo publicado en 2020: “¿Por qué hemos llegado a este punto?”. Y el responde:

Porque nunca hemos estado en ningún otro lugar. O más bien, hemos estado y estamos en otra parte, pero la violencia policial contra los negros y los pobres nunca se ha visto afectada por el dinamismo de la sociedad, y este contraste ilumina su escandalosa e inoportuna trascendencia. El punto refractario al cambio permanece plantado en el corazón de Brasil: es la estaca que corta a muerte cualquier ensayo democrático, el baluarte de la abyección, el símbolo de la barbarie, el escenario primitivo del racismo atávico que debe llenarnos de vergüenza. Brasil se ha movido, el eje jurídico-político se ha movido, la economía ha sufrido transformaciones, el campo religioso ha cambiado, se han recreado culturas, se han logrado logros sociales relevantes, se han elevado y frustrado expectativas, pero la puerta de la casa de la familia negra aún cae bajo los pies del Estado, y sus hijos siguen siendo asesinados a millares como presas sacrificadas. (SOARES, 2020, n.p.).

Las consideraciones del politólogo exponen una realidad severa y preocupante, ya que el ciclo de dominación es histórico y el poder permanece en manos de quienes poco hacen por discutir estos temas. Sin embargo, hay grupos sociales y algunas autoridades políticas que buscan constantemente realizar medidas para promover la no violencia. Sin embargo, incluso estas iniciativas tropiezan con críticas motivadas por intereses privados. Es común mencionar frases como las que Soares reproduce críticamente (2000, p. 65) en *Meu casaco de General*: “Estos defensores de los derechos humanos defienden a los criminales”; “Vagabundo solo entiende el lenguaje de la fuerza”. Similar a la idea del autor, que muestra cuán distorsionada es la imagen de los Derechos Humanos y también de quienes sufren la crueldad; Chauí aclara que la violencia está tan fuertemente interiorizada en las desigualdades que se considera normal. La autora (201, p. 48), en este sentido, afirma: "la existencia de los sin tierra, los sin techo, los desempleados se atribuye a la ignorancia, la pereza y la incompetencia de los 'miserables'". Así, los sujetos socialmente excluidos de la sociedad son blanco cotidiano de violencia psicológica resultante de un juicio sin fundamento ni conocimiento. Chauí (2018, p. 48) agrega que "la sociedad brasileña está lejos de realizar derechos, ya que está polarizada entre las necesidades de las capas populares y los privilegios de las capas dominantes y gobernantes", lo que prueba lo que se nota en la representación realizada a través de las novelas-reportajes analizados.

Si el periodismo literario brasileño contemporáneo ha demostrado actuar en confrontación ante las crueldades cometidas contra sujetos específicos de la sociedad, se puede preguntar hasta qué punto estos trabajos podrían actuar para promover, en la práctica, cambios

sociales. Esta pregunta se suma a otra que debe ser recurrente en el mundo académico: ¿Cómo pueden actuar nuestras investigaciones para promover cambios efectivos en el entorno en el que vivimos? Son cuestiones demasiado complejas que pueden ser la base de un nuevo estudio, sin embargo, podríamos valorar cómo se puede difundir la recopilación de todos estos datos, críticas y análisis para que tenga un amplio acceso y, con ello, empezar a modificar pensamientos y, en consecuencia, actitudes.

Ante esto, nos encontramos con otro desafío que concierne al interés de la población por buscar información en profundidad. Laurentino Gomes, autor de varias novelas-reportajes de gran importancia para el rescate histórico del país, redactó el prefacio de *Cova 312* y afirmó que, “en los últimos años, pocas actividades humanas tuvieron su muerte anunciada de manera tan enfática y frecuente como el periodismo” (GOMES, 2015, p.13). La premisa del autor lleva a la idea de que las nuevas tecnologías digitales podrían hacer irrelevante el periodismo en periódicos, revistas, radios, libros-reportajes y otros, ubicándolos como si fueran "reliquias inútiles del pasado", ya que, en el entorno conectado por redes sociales, cualquier persona con un teléfono celular puede producir contenido instantáneamente y hacerlo accesible para todos. Ante esto, pregunta: "¿quién necesitaría periodistas y editores profesionales?" y continúa con la hipótesis de que, “en este nuevo y admirable mundo alimentado por el entretenimiento y los mensajes audiovisuales, el buen viejo lector también estaría desapareciendo” (GOMES, 2015, p. 13). El periodista también señala que, en línea con el sentido común, hoy en día las personas, especialmente los jóvenes, prefieren leer informaciones cortas, rápidas de consumir y sin sufrimiento, para que no requieran mucho tiempo y concentración. Sin embargo, al volver a la obra de Arbex, Gomes (2015, p. 14) anuncia: “El libro que tienes en tus manos, querido lector, desmiente estos y varios otros mitos”. Destaca que, a través de la narrativa citada, se puede decir que “el buen reportaje sigue vivo, atractivo y transformador como siempre”.

La percepción de Laurentino Gomes sobre la novela-informe de Arbex ciertamente se puede aplicar a las otras obras que estudié a lo largo de esta investigación. En momentos en los que predomina la inmediatez, especialmente a través de la tecnología, se podría decir que estarían en desuso narrativas más profundas como los grandes reportajes. Así, quizás se trataba de dar un “paso atrás”, como sociedad, para reflexionar sobre la importancia de buscar profundizar en los temas que inciden en la vida social. Algunos vehículos de comunicación tradicionales ya están ensayando este "retorno", presentando contenidos más profundos y problematizantes, utilizando los recursos digitales como aliados en la propagación de información en profundidad, ya que es posible difundir información de forma multimedia,



uniendo textos, videos, imágenes, infografías y animaciones, por ejemplo. Es necesario, sin embargo, que el periodismo cotidiano, a través de las tecnologías, utilice cada vez más técnicas a favor del bien social y, por qué no, haciendo uso de algunas premisas tomadas del periodismo literario, especialmente cuando se trata de profundizar la narrativa y atribuir la identidad a los sujetos.

A partir de estas ideas, reitero una de las principales funciones que se observan con el análisis de las novelas-reportajes contemporáneas: los números ya no son estadísticas, ganan nombre, familia, voz y memoria. Son víctimas de atrocidades, injusticias históricas y sociales, sujetos al dominio de instituciones públicas o privadas que sirven a intereses privados, personas que pasan por una vida de silencio y omisión y, a través de este tipo de narrativas, ganan representación. Dicho esto, vuelvo a una de las cuestiones centrales de esta tesis: “desde la confluencia del lenguaje literario con la información periodística, ¿es posible impulsar un relato humanizado?”. Quedó claro, durante el proceso de investigación, que cuando las narrativas periodísticas y literarias se unen para representar ciertas realidades, cumplen esta función juntas. Además de atribuir identidad y voz a los sujetos, el texto crítico de las obras fomenta la posibilidad de que los lectores cambien su percepción del mundo, despertando el deseo de transformación del contexto social y político, con miras a minimizar la injusticia y la deshumanización.

Retomando las ideas de Ijuim (2017), ya mencionadas en esta investigación, observo que el periodismo literario brasileño contemporáneo, en el marco establecido en este estudio, juega un papel en la búsqueda de la humanización. Esto se debe a que, a diferencia de lo que puede ocurrir en otros medios, estas narrativas no caricaturizan al ser humano, lo que lleva a la discusión del problema sin señalar a las personas como meros fragmentos de un fenómeno social, sino discutir sobre las causas y contextos que las rodean. Además, al escribir con un sesgo en el enfrentamiento a la violencia, los autores no ignoran la complejidad de los hechos, por el contrario, parecen estar comprometidos con valores universales, buscando, además de un lector, una identificación con el sujeto que lee. En la misma línea, y aún a partir de las propuestas de un discurso humanizador instigado por Ijuim, las novelas-reportajes muestran un reconocimiento del otro, indicando el abismo existente entre clases, pero con un enfoque en disolver pensamientos discriminatorios y prejuiciosos. Este reconocimiento se establece, no a través de supuestos o investigaciones superficiales, sino a través de investigaciones en profundidad, teniendo como referencias documentos oficiales, testimonios y, sobre todo, la experiencia con los involucrados en las situaciones presentadas, a medida que los escritores van

a los lugares, ellos hablar con los sujetos, interactuar con sus culturas, vivir un poco de sus historias. Con todo esto se deshacen los estereotipos y el ser humano gana visibilidad.

Si bien el fenómeno de la violencia es visto como entronizado en el país, incluso provocando una sensación de normalidad, las novelas-reportajes brasileñas analizados en esta investigación van en contra de esta perspectiva, ya que critican, denuncian, exponen, contextualizan y muestran que no hay nada normal en someter a los seres humanos a situaciones de crueldad, especialmente si la dominación se debe a sus condiciones sociales, culturales, económicas, raciales, de género, etc. Con esto, se tratan en detalle episodios importantes de la historia de Brasil, que sólo se conocían superficialmente. Quizás sea más conveniente ignorarlos, pero, por el contrario, el periodismo literario toma preguntas que causan malestar, con el objetivo de movilizar, cambiar pensamientos, comportamientos e incluso corregir la historia. De esta forma, las narrativas que unen periodismo y literatura tienen un papel humanizador.

Ya sea en la academia, la literatura, el periodismo o otras formas de narrativa, cualquiera de los escritos puede servir para edificar, hacer reflexionar, aportar nuevos pensamientos, permitiéndonos ser más humanos y también podemos promover este ser de la humanidad. Como me escribió Daniela Arbex, en una dedicación en uno de sus libros: “que nuestras plumas despierten un país”.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. Posição do narrador no romance contemporâneo. In: ADORNO, Theodor. *Notas de literatura I*. Tradução: Jorge Almeida. São Paulo: Duas Cidades, 2003. p. 15-45.
- AMORIM, Carlos. *Assalto ao poder: o crime organizado*. Rio de Janeiro: Record, 2010. 532 p.
- ARAÚJO, Joel Zito. *A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira*. São Paulo: Editora Senac, 2000. 323 p.
- ARBEX, Daniela. *Cova 312*. São Paulo: Geração Editorial, 2015. 342 p.
- ARBEX, Daniela. *Holocausto brasileiro*. São Paulo: Geração Editorial, 2013. 255 p.
- ARENDT, Hannah. Entre o passado e o futuro. Tradução: Mauro W. Barbosa. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. 348 p.
- ARENDT, Hannah. *Da violência*. Tradução: Maria Drummond Trindade. Brasília: UNB, 1985. 67 p.
- ARISTÓTELES. *Arte poética: texto integral*. Tradução: Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2006. 150 p.
- AUERBACH, Erich. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. Tradução: George Bernard Sperber. São Paulo: Perspectiva, 1971. 688 p.
- BAKHTIN, Mikhail. Epos e romance: sobre a metodologia do estudo do romance. In: BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e estética: a teoria do romance*. 4. ed. Tradução: Aurora Bernardini et al. São Paulo: Unesp-Hucitec, 1998. p. 397-428.
- BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. 3. ed. Tradução: Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. 366 p.
- BARCELLOS, Caco. *Abusado: o dono do morro Dona Marta*. Rio de Janeiro: Record, 2003. 560 p.
- BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Tradução: Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2012. 448 p.
- BASTOS, Aguinaldo de; CABRAL, Alexandre Marques; REZENDE, Jonas. *Ontologia da violência: o enigma da crueldade*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. 264 p.
- BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. 3. ed. Tradução: José Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 2000. 272 p.

BENJAMIN, Walter. O narrador. Observações acerca da obra de Nicolau Leskov. In: BENJAMIN *et al.* *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1994. p. 197-221.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* Tradução: Sérgio Paulo Rouanet São Paulo: Brasiliense, 1994. 255 p.

BOURRIAUD, Nicolas. *Estética relacional*. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2009. 112 p.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 207-224, dez, 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142001000300016&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300016&lng=en&nrm=iso). Acesso em 21 ago. 2020.

CALEGARI, Lizandro Carlos. O cânone literário e as expressões de minorias: implicações e significações históricas. In: FOSTER, David William; CALEGARI, Lizandro Carlos; MARTINS, Ricardo André Ferreira (Orgs.). *Excluídos e marginalizados na literatura: uma estética dos oprimidos*. Santa Maria: Editora UFSM, 2013. p. 11-36.

CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. In: CANDIDO, Antonio. *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas Cidades, 2002. p. 77-92.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: T. A. Queiroz; Publifolha 2000. 182 p.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Duas Cidades, 1995. p. 235-563.

CARTAXO, Carlos. *A família Canuto e a luta camponesa na Amazônia*. Belém: EDUFPA/Livroarte, 1999. 384 p.

CASTRO, Myriam Mesquita Pugliese de. Ciranda do medo: controle e dominação no cotidiano da prisão. *Revista USP*, São Paulo, n. 9, p. 57-64, mar./maio, 1991.

CAVALCANTI, Klester. *O nome da morte*. São Paulo: Planeta, 2006. 246 p.

CAVALCANTI, Klester. *Viúvas da terra*. São Paulo: Planeta, 2004. 183 p.

CARVALHAL, Tania. O próprio e o alheio: Ensaio de literatura comparada. São Leopoldo: UNISINOS, 2003. 107 p.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. Tradução: Angela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2009. 288 p.

CHAUÍ, Marilena. *Sobre a violência*. Ericka Marie Itokazu; Luciana Chauí-Berlinck (org.). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. 317 p.

CHILLÓN, Albert. *Literatura y periodismo: una tradición de relaciones promiscuas*. Bellaterra: Universitat Autònoma de Barcelona. Servei de Publicacions, 1999. 470 p.

CÓDIGO de Ética dos Jornalistas Brasileiros. 2007. Disponível em: [http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo\\_de\\_etica\\_dos\\_jornalistas\\_brasileiros.pdf](http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf). Acesso em: 18 abr. 2018.

COLLING, Ana Maria. 50 anos da ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero. *Revista Opsi*. v. 15, n. 2, p. 370-383, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/Opsi/article/view/33836>. Acesso em 10 mar. 2021.

COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Tradução: Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 305 p.

COSSON, Rildo. *Fronteiras contaminadas: literatura como jornalismo e jornalismo como literatura no Brasil dos anos 1970*. Brasília: UNB, 2007. 278 p.

COSSON, Rildo. *Romance-reportagem: o gênero*. Brasília: UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001. 88 p.

COSTA, Ligia Militz da. *A poética de Aristóteles*. Mimese e verossimilhança. Ática: São Paulo, 2006. 80 p.

COSTA, Ligia Militz da. *Representação e teoria da literatura: dos gregos aos pós-modernos*. 2. ed. Cruz Alta: Unicruz, 2001. 87 p.

CRUZ, Adélcio Sousa. *Narrativas contemporâneas da violência: Fernando Bonassi, Paulo Lins e Ferréz*. 2009. 240 p. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

CUNHA, Luiz Cláudio. *Operação Condor: o sequestro dos uruguaios: uma reportagem dos tempos da ditadura*. Porto Alegre: L&PM Editores, 2008. 463 p.

DALCASTAGNÈ, Regina. A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 26. p. 13-71, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/2123>. Acesso em: 15 jun. 2018.

DALCASTAGNÈ, Regina. Vozes nas sombras: representação e legitimidade na narrativa contemporânea. In: DALCASTAGNÈ, Regina (Org.). *Ver e imaginar o outro: alteridade, desigualdade, violência na literatura brasileira contemporânea*. São Paulo: Editora Horizonte, 2008. p. 78-107.

DANTAS, Audálio. *As duas guerras de Vlado Herzog: da perseguição nazista na Europa à morte sob tortura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

ECO, Umberto. Sobre algumas funções da literatura. In: ECO, Umberto. *Sobre a literatura*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 9-21.

FEITOSA, Sara Alves. *Teledramaturgia de minissérie: modos de construção da imagem e memória nacional em JK*. 2012. 277 p. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

FISCHER, Ernerst. *A necessidade da arte*. Tradução: Leandro Konder. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara S. A., 1987. 254 p.

FONTANA, Mônica. Os limites entre fato e ficção: jornalismo literário em perspectiva. *Anais do Evento PG Letras 30 Anos*. v. 1, n. 1, p. 325-333, 2006. Disponível em: [http://soraianovaes.com/inovacaoesign/artigos\\_cientificos/Oslimitesentrefatoeficcao.pdf](http://soraianovaes.com/inovacaoesign/artigos_cientificos/Oslimitesentrefatoeficcao.pdf). Acesso em 27 jun. 2017.

FONTCUBERTA, Joan. *El beso de Judas*. Fotografía y verdad. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S.A, 1997. 132 p.

FÓRUM brasileiro de segurança pública. Um retrato da violência contra negros e negras no Brasil. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/11/infografico-consciencia-negra-FINAL.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. Tradução: Elisa Monteiro. Ditos e escritos II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. 402 p.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012. 431 p.

FREIRE FILHO, João. Mídia, estereótipo e representação das minorias. *Eco-Pós*, v. 7, n. 2, p. 45-71, 2004. Disponível em: [https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco\\_pos/article/view/1120](https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/1120). Acesso em 15 jul. 2019.

FREUD, Sigmund. Documento nº 2: resposta de Sigmund Freud à Albert Einstein. 1932. In: VENTURA, Deisy de Freitas Lima; SEITENFUS, Antônio Silva Ricardo. *Um diálogo entre Einsten e Freud: por que a guerra?* Santa Maria: Fadisma, 2005. p. 27-47. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05620.pdf>. Acesso em: 04 set. 2018.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006. 224 p.

GALLO, Carlos Artur. O continuum da história e a memória da repressão política no Brasil. *Historia*, Rio Grande, v. 2 n. 2, p. 53-63, 2011. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/6843/2489-6742-1-PB.pdf?sequence=1>. Acesso em 12 jan. 2021.

GINZBURG, Jaime. *Crítica em tempos de violência*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2012. 520 p.

GINZBURG, Jaime. *Literatura, violência e melancolia*. Campinas, SP: Autores Associados, 2013. 128 p.

GODOY, Marcelo. *A casa da vovó: Uma biografia do Doi-Codi (1969-1991), o Centro de Sequestro, Tortura e Morte da Ditadura Militar*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2014. 612 p.

GONÇALVES FILHO, José Moura. A invisibilidade pública (prefácio/ensaio). In: COSTA, Fernando Braga da. *Homens invisíveis*: relatos de uma humilhação social. São Paulo: Globo, 2004. p. 9-47.

GONÇALVES FILHO, José Moura. Humilhação social: um problema político em psicologia. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 9, n. 2, 1998, p. 11-67. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65641998000200002&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65641998000200002&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em 15 ago. 2020.

GOMES, Laurentino. Prefácio. In: ARBEX, Daniela. *Cova 312*. São Paulo: Geração Editorial, 2015. p. 13-16.

GUIMARÃES, Plínio Ferreira. A Guerrilha de Caparaó, o medo da população e as táticas adotadas pelas tropas de repressão ao movimento para conquistar a simpatia popular (1966-1967). In: Colóquio do Lahes. 1., 2005, Juiz de Fora. *Anais [...]*. Juiz de Fora: Laboratório de história econômica e social, 2005. Disponível em: <https://www.ufjf.br/lahes/files/2010/03/c1-a57.pdf>. Acesso em 20 jan. 2021.

GUTERMAN, Marcos. *Nazistas entre nós*: a trajetória dos oficiais de Hitler depois da guerra. São Paulo: Contexto, 2016. 192 p.

IJUIM, Jorge Kanehide. Humanização e desumanização no jornalismo: Algumas saídas. *Revista Comunicação Midiática*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 117-137, maio/ago. 2012. Disponível em: <http://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/comunicacaomidiatica/article/view/196>. Acesso em: 19 abr. 2018.

IJUIM, Jorge Kanehide. Por que humanizar o jornalismo (?). *Verso e Reverso*, São Leopoldo, v. 31, n. 78, p. 235-243, 2017. Disponível em: <http://revistas.unisinus.br/index.php/versoereverso/article/viewFile/ver.2017.31.78.07/6252>. Acesso em: 19 abr. 2018.

ITAQUY, Gabriela Weber; SOUSA, Edson Luiz André. Sobre(vivência) da violência: os rastros silenciados da ditadura civil-militar brasileira. *Revista Subjetividades*, Fortaleza, Ed. Especial: 121-133, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rmes/article/view/6442>. Acesso em 10 jul. 2020.

LIMA, Edvaldo Pereira. Jornalismo e literatura: aproximações, recuos e fusões. *Anuário Unesco: metodista de comunicação regional*, São Paulo, v. 13, n. 13, p. 145-159, jan./dez. 2009. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/AUM/article/view/2198>. Acesso em: 03 abr. 2018.

LIMA, Edvaldo Pereira. *O que é livro-reportagem*. São Paulo: Brasiliense, 1998. 70 p.

LIMA, Edvaldo Pereira. *Páginas ampliadas*: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. Campinas: Unicamp, 1995. 270 p.

LIMA, Edvaldo Pereira. *Páginas Ampliadas*: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. Barueri, SP: Manole, 2004. 371 p.

- LIMA, Luiz Costa. *História, literatura, ficção*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 440 p.
- LIMA, Luiz Costa. *Mímesis e modernidade: formas das sombras*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. 295 p.
- MACIEL, Alexandre Zarate. *Narradores do contemporâneo: jornalistas escritores e o livro-reportagem no Brasil*. 2018. 309 p. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.
- MAGGIO, Sérgio. *Conversas de cafetinas*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2009. 160 p.
- MARQUES DE MELO, José. *A opinião no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Vozes, 1985. 166 p.
- MEDINA, Cremilda. *Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978. 194 p.
- MELLO, Lucius de. *Eny e o grande bordel brasileiro*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. 292 p.
- MINISTÉRIO da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). Canais registram mais de 105 mil denúncias de violência contra mulher em 2020. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/marco/canais-registram-mais-de-105-mil-denuncias-de-violencia-contramulher-em-2020>. Acesso em 02 abr. 2021.
- MORAIS, Taís; SILVA Eumano. *Operação Araguaia: arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005. 656 p.
- MORISSAWA, MITSUE. *História da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001. 255 p.
- Morre aos 87 anos o advogado e militante dos Direitos Humanos João Pinaud. *Revista Consultor Jurídico*. 2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-abr-23/morre-joao-pinaud-advogado-militante-direitos-humanos>>. Acesso em: 28 jun. 2018.
- MST. Nossa história. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/hoje/>. Acesso em 10 jul. 2020.
- NEPOMUCENO, Eric. *O massacre: Eldorado dos Carajás: uma história de impunidade*. São Paulo: Planeta, 2007. 168 p.
- NEPOMUCENO, Eric. *O massacre: Eldorado dos Carajás: uma história de impunidade*. Record, 2019. 214 p.
- NEVEU, Erik. Revisiting Narrative Journalism as One of the Futures of Journalism. *Journalism Studies*: Taylor & Francis Online, País de Gales, v. 15, n. 5, p. 533-542, fev. 2014. Disponível em:



<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1461670X.2014.885683>. Acesso em: 16 mai. 2018.

NJAINÉ, Kathie. *Violência na mídia e seu impacto na vida dos adolescentes: reflexões propostas de prevenção sob ótica da saúde pública*. 2004. 134 p. Tese (Doutorado em Ciências) – Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/4407>. Acesso em: 04 set. 2018.

OLIVEIRA, Rejane Pivetta de. Lukács: mimese e implicações de leitura. In: BORDINI, Maria da Glória; SENSEVERINO, Antônio Marcos *et al.* (Orgs.). *Lukács e a literatura*. Porto Alegre: Edipucrs, 2003. p. 181-208.

PENA, Felipe. *Jornalismo literário*. São Paulo: Contexto, 2008. 139 p.

PLATÃO. *A República*. Tradução: Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 1997. 352 p.

PRÊMIO JABUTI. *Premiados por edição*. São Paulo. Disponível em: <https://www.premiojabuti.com.br/premiados-por-edicao>. Acesso em 18 jan. 2018.

RESENDE, Fernando. O jornalismo e a enunciação: perspectivas para um narrador-jornalista. *Revista Contracampo*, Rio de Janeiro, n. 12. p. 85-102, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17387>. Acesso em: 26 jun. 2017.

RICOEUR, Paul. Entre retórica e poética: Aristóteles. In: RICOEUR, Paul. *A metáfora viva*. Tradução: Dion Davi Macedo. São Paulo: Edições Loyola, 2000. p. 17-62.

RICOEUR, Paul. O entrecruzamento da história e da ficção. In: RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tradução: Claudia Berlinder. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

RITTER, Eduardo. New Journalism: o livre amor entre o jornalismo e a literatura. *Rizoma*, Santa Cruz do Sul, v. 1, n. 1, p. 56, jul. 2013. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/rizoma/article/viewFile/3459/2763>. Acesso em: 22 maio 2018.

SCHNEIDER, Elmir Jorge. *Direitos Humanos, atuação policial e violência*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2016. 200 p.

SCHNEIDER, Sabrina. *Ficções sujas: por uma poética do romance-reportagem*. 2013. 221 p. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2013.

SCHOLLHAMMER, Karl Erik. Breve mapeamento das relações entre violência e cultura no Brasil contemporâneo. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 29, p. 27-53, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/2074/1643>. Acesso em: 22 out. 2018.

SEGATTO, José Antônio. Cidadania de ficção. In: SEGATTO, José Antônio; BALDAN, Ude (Orgs.). *Sociedade e literatura no Brasil*. São Paulo: Unesp, 1999. p. 201-221.

SEGURIDAD, Justicia y Paz. Boletín Ranking de las 50 ciudades más violentas del mundo 2020. 20 de abril de 2020. Disponível em: <http://www.seguridadjusticiaypaz.org.mx/sala-de-prensa/1596-boletin-ranking-de-las-50-ciudades-ma-s-violentas-del-mundo-2020>. Acesso em 24 abr. 2021.

SOARES, Luiz Eduardo. Democracia despedaçada: A polícia contra o Estado – e como meu nome foi parar no dossiê do Ministério da Justiça. *Piauí*. São Paulo, set. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/democracia-despedacada/>. Acesso em 3 abr. 2021.

SOARES, Luiz Eduardo. *Meu casaco de general*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 475 p.

SODRÉ, Muniz. *O social irradiado: violência urbana, neogrotesco e mídia*. São Paulo, Cortez, 1992. 127 p.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. *Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística*. 4. ed. São Paulo: Summus, 1986. 144 p.

SOJO, Carlos Abreu. *Los géneros periodísticos fotográficos*. Barcelona: Editorial CIMS 97, S.L, 1998. 200 p.

TELES, Janaína de Almeida. *Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil*. 2011. 519 p. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-31012017-140247/publico/2011\\_JanainadeAlmeidaTeles\\_VCorr.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-31012017-140247/publico/2011_JanainadeAlmeidaTeles_VCorr.pdf). Acesso em 12 jan. 2021.

TELES, Maria Amélia de Almeida. O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar. *RIDH*: Bauru, v. 2, n. 2, p. 9-18, jun. 2014. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/viewFile/173/97>. Acesso em 10 mar. 2021.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Tradução: Wagner de Oliveira Brandão. Rev. da trad. Leonardo Avritzer. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 358 p.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo, porque as notícias são como são*. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005. 224 p.

VARELLA, Dráuzio. *Estação Carandiru*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 297 p.

VENTURA, Mauro. *O espetáculo mais triste da Terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 291 p.

VICCHIATTI, Carlos Alberto. *Jornalismo: comunicação, literatura e compromisso social*. São Paulo: Paulus, 2005. 115 p.

WELLEK, René; WARREN, Austin. *Teoria da literatura e metodologia dos estudos literários*. Tradução: Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 432 p.

WOLFE, Tom. *Radical e chique e o Novo Jornalismo*. Tradução: José Rubens Siqueira. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 248 p.

WOLTON, Dominique. *Pensar a comunicação*. Tradução: Zélia Leal Adghirni. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. 548 p.

ŽIŽEK, Slavoj. *Violência: seis reflexões laterais*. Tradução: Miguel Serras Pereira. São Paulo: Boitempo, 2014. 200 p.



## ANEXOS

### **Anexo 1 – Financiamentos e publicações decorrentes da tese**

Esta tese doutoral foi desenvolvida em cotutela entre a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Brasil, e a Universidade de Santiago de Compostela (USC), Espanha.

#### **A autora obteve os seguintes financiamentos:**

- 01-09-2019 até 29-02-2020. Bolsa do Programa de Demanda Social da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. (Processo nº: 88882.427965/2019-01), Brasil.
- 29-09-2021 até 21-12-21. Bolsa de Estância de Investigação – SEGIB (convocatória 2020) da Fundação Carolina, Espanha.

#### **Parte deste trabalho foi publicado:**

- As faces da violência no jornalismo literário brasileiro: um estudo sobre *Meu casaco de general*. *Revista Acta Scientiarum Language and Culture*. v. 43 n. 1, jan./jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.4025/actascilangcult.v43i1.54903>.
- O massacre: a violência representada no jornalismo literário brasileiro. *Nueva Revista del Pacífico*. n. 74. 2021. ISSN: 0716-6346. ISSN (e): 0719-5176.

#### **Parte deste trabalho foi comunicado:**

- As vozes silenciadas em destaque nos romances-reportagem: reflexões sobre obras do século XXI. II Congresso Internacional Línguas, Culturas e Literaturas em Diálogos: identidades silenciadas. Brasília, Brasil, 16-18 de agosto de 2018.
- VII Encontro da Mocidade Investigadora. Santiago de Compostela, Espanha, 27-29 de maio de 2019. Título da comunicação: “La representación de minorías en la novela reportaje brasileña del siglo XXI”.
- Congresso Internacional Repensar a Imprensa no Ecosistema Digital. Braga, Portugal, 3-5 de julho de 2019. Título da comunicação: “Realidades Consolidadas: a constituição da memória no jornalismo literário e no meio digital”.
- VIII Encontro da Mocidade Investigadora. Santiago de Compostela, Espanha, 26-28 de maio de 2021. Título da comunicação: “Representación de la violencia en el periodismo literario brasileño: un estudio sobre *Meu casaco de general*”.